



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

JESSYCA BARBOSA DUARTE

**TRANSPASSANDO OS LIMITES DA EDUCAÇÃO: OS SIGNIFICADOS DO
ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA TRAVESTIS E PESSOAS
TRANSGÊNERAS**

FORTALEZA
2023

JESSYCA BARBOSA DUARTE

TRANSPASSANDO OS LIMITES DA EDUCAÇÃO: OS SIGNIFICADOS DO
ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA TRAVESTIS E PESSOAS
TRANSGÊNERAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: História e Educação Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D872t Duarte, Jessyca Barbosa.

Transpassando os limites da educação : os significados do acesso ao ensino superior para travestis e pessoas transgêneras / Jessyca Barbosa Duarte. – 2023.
194 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá.

1. Gênero. 2. Travestis . 3. Pessoas transgêneras . 4. Ensino superior . 5. Acesso. I.
Título.

CDD 370

JESSYCA BARBOSA DUARTE

TRANSPASSANDO OS LIMITES DA EDUCAÇÃO: OS SIGNIFICADOS DO
ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA TRAVESTIS E PESSOAS
TRANSGÊNERAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: História e Educação Comparada.

Aprovada em: 26/07/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Maria do Socorro Ferreira Osterne
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Francisco Egberto de Melo
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Prof. Dr. Raimundo Augusto Martins Torres
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Jarles Lopes de Medeiros
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Aos meus pais, Rose e Eduardo.

AGRADECIMENTOS

Ao escrever um trabalho acadêmico que demanda tanta responsabilidade, tempo e dedicação e após ter passado por diversos desafios nos últimos anos, chegar à seção de agradecimento é um conforto. Percebi que durante essa trajetória nunca estive sozinha. Pelo contrário, pude contar com o apoio constante da minha família, das minhas amigas, professores/as e alunas/os que me fortaleceram nos momentos de tristeza, cansaço e que celebraram comigo alegrias.

Agradeço primeiramente à Deus e à São Jorge por me guiarem e me protegerem até o final dessa etapa.

À minha família por me oferecer segurança, amor e por investir nos meus estudos que me possibilitaram entrar no doutorado. À minha mãe, Roselene; ao meu pai, Eduardo; à minha irmã, Eduarda (duda); ao meu irmão, José; à minha tia, Rosevânia e ao meu avô, José Duarte, lembrarei sempre dos valores que me ensinaram e da dedicação que tiveram nos caminhos que escolhi. Mesmo que não concordassem ou não compreendessem algumas decisões, deram suporte e acolhimento para que eu alcançasse meus objetivos. Agradeço também à minha família extensa: tias, tio, primas, primos e agregados/as.

À Aline Vasconcelos pela dedicação e amor em boa parte do período em que estive no doutorado e em nosso relacionamento. O seu apoio e carinho foram muitos importantes para o desenvolvimento deste trabalho. Obrigada!

Às minhas queridas amigas Renata Costa; Richelly Barbosa; Yashmin Michelle; Jana Eleutério; Valdênia Lourenço; Raylka Franklin; David Cruz e Pâmela Santos (o MASS 4). Vocês são inspirações para minha vida profissional e pessoal, afetos que o Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará (UECE) me apresentou. Agradeço também à Sara Rebeca e à Érica Santiago por me impulsionarem e por trazerem leveza, apoio e boas risadas, mesmo em dias nebulosos. Meus amigos “Andrezinho” e Ricardo pelas conversas e ótimos encontros.

À Rose Vasconcelos, à Juliana Vasconcelos e à Veo Valente pela confiança em me deixar entrar nas suas vidas e família. Agradeço por todas as conversas, momentos de acolhimento e amor.

Às colegas e aos colegas de trabalho do curso de Serviço Social da UECE. Professoras e professores de luta, que, diariamente, enfrentam à precarização, mas

não envergam. Estamos juntas/os. Agradeço especialmente as queridas Dani, Tuany, Larissa, Inaê, Carol e Paulo.

Às minhas ex-alunas Victoria Cristiny; Anne; Amanda; Larissa Herculano. Aprendi com vocês muito mais do que pude ensinar como professora. Minha admiração e carinho a todas, mulheres potentes!

Às minhas colegas de trabalho no HC-UFG/EBSERH e amigas para a vida, Marina, Ana e Giuliana. Vocês são a parte boa da mudança de cidade e de região. Agradeço o apoio diário e o afeto que tem sido estabelecido.

Agradeço à Mayara, Cledilson e Jorge pela acolhida em Goiânia. Vocês ajudaram na minha mudança e deram apoio para que uma nordestina raiz pudesse enfrentar o Centro-Oeste.

Ao meu orientador, Prof. Gisafran Jucá, por me acompanhar nesses cinco anos de doutorado.

À Prof. Patrícia Holanda que com seu carisma, elegância e conhecimento conduz de forma primorosa a linha História da Educação Comparada (LHEC). Inspiro-me na sua trajetória profissional.

À Linha História da Educação Comparada (LHEC) pelo acolhimento e pelas contribuições na minha formação, respeitando sempre à pluralidade de pensamentos, o senso crítico e a liberdade de cada pesquisadora e pesquisar da Linha na condução das suas pesquisas.

Agradeço aos sujeitos da pesquisa por terem contribuído com as entrevistas e por me deixarem entrar em suas vidas. Este trabalho não teria sentido sem as suas críticas, observações e apoio.

À Universidade Federal do Ceará (UFC) e UECE por consolidarem os meus caminhos profissionais. É preciso lutar cada vez mais por investimentos e expansão das universidades públicas, gratuitas e de qualidade, a fim de que mais pessoas possam acessar o ensino superior e levar a diversidade para as instituições.

Agradeço a todos que me ajudaram a chegar até aqui!

RESUMO

Esta pesquisa compreende o significado do acesso ao ensino superior para travestis e pessoas transgêneras que frequentam/frequentaram o programa preparatório para o Enem Transpassando. Como objetivos específicos, o estudo busca investigar como se deu a trajetória de travestis e pessoas transgêneras no sistema formal de educação básica; analisar os principais desafios de travestis e pessoas transgêneras para o acesso ao ensino superior; identificar as ações afirmativas de acesso ao ensino superior voltadas para travestis e pessoas transgêneras e observar o princípio que norteia o programa Transpassando. Os sujeitos da pesquisa são seis integrantes do referido programa, que está vinculado à Universidade Estadual do Ceará (UECE). Dentre as seis pessoas, quatro fazem parte da população T e as outras duas se identificam como cisgênero. O estudo, de natureza qualitativa, discute as categorias sexo, gênero, ensino superior e acesso e para isso foram feitas pesquisas bibliográficas, documentais e entrevistas semiestruturadas com as/os participantes do Transpassando. Como abordagem metodológica para a análise dos dados, é utilizada a História Oral, visto que as falas das/os entrevistadas/os são cruciais para retratar as vivências de travestis e pessoas transgêneras. Assim, os resultados apontam para a busca de uma conquista do ensino superior não apenas como forma de ascensão social, mas como estratégia de mudança da cultura transfóbica e elitista desse nível de ensino, já que a presença de pessoas T nas instituições suscitaria o questionamento, o debate e a transformação. O acesso também é identificado como o princípio que norteia as ações do Transpassando, rompendo com a ideia de que o acesso significa apenas o ingresso nas Instituições de Ensino Superior (IES). Ademais, a partir das falas dos sujeitos, é observado que as universidades representam uma extensão da vida escolar da população T, pois ao ingressar no ensino superior vivenciam situações de violência semelhantes ou piores às que tiveram durante suas trajetórias no ensino médio. Por fim, foram poucas as ações afirmativas identificadas para o acesso ao ensino superior desses sujeitos. Dentre as ações estavam o respeito ao nome social nas salas de aula e nos documentos das IES e a reserva de vagas notadamente na pós-graduação de alguns estados para o ingresso de travestis e pessoas transgêneras.

Palavras-chave: gênero; travestis; pessoas transgêneras; ensino superior; acesso.

ABSTRACT

This research understands the meaning of access to higher education for transvestites and transgender people who attend / attended the preparatory program for Enem Transpassando. As specific objectives, the study seeks to investigate the trajectory of transvestites and transgender people in the formal system of basic education; analyze the main challenges of transvestites and transgender people for access to higher education; identify affirmative actions for access to higher education aimed at transvestites and transgender people and observe the principle that guides the Transpassando program. The research subjects are six members of the aforementioned program, which is linked to the State University of Ceará (UECE). Of the six people, four are part of the T population and the other two identify as cisgender. The study, of a qualitative nature, discusses the categories of sex, gender, higher education and access, and for that, bibliographical and documentary research and semi-structured interviews were carried out with the participants of Transpassando. As a methodological approach for data analysis, Oral History is used, since the interviewees' speeches are crucial to portray the experiences of transvestites and transgender people. Thus, the results point to the search for a conquest of higher education not only as a form of social ascension, but as a strategy to change the transphobic and elitist culture of this level of education, since the presence of T people in institutions would raise the question, debate and transformation. Access is also identified as the principle that guides Transpassando's actions, breaking with the idea that access only means entering Higher Education Institutions (HEIs). Moreover, from the subjects' speeches, it is observed that universities represent an extension of the school life of population T, because when entering higher education, they experience situations of violence similar to or worse than those they had during their trajectories in high school. Finally, the affirmative actions identified for these subjects' access to higher education were scarce. Among the actions were the respect for the social name in the classrooms and in the documents of the HEIs and the reservation of vacancies, notably in the postgraduate courses of some states for the admission of transvestites and transgender people.

Keywords: gender; transvestites; transgender people; university education; access.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com saúde
EBHO	Encontro Brasileiro de Homossexuais
EBLHO	Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médico
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta Contra a AIDS
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIES	Fundo de financiamento ao estudante do ensino superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBTE	Instituto Brasileiro Trans de Educação
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
ILGA	<i>Internacional Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association</i>
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo e Assexuais
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações Não Governamentais
PDL	Projeto de Decreto de Lei
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
STF	Supremo Tribunal Federal
SVM	Sistema Verdes Mates
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	OS TRAJETOS DA PESQUISA.....	22
2.1	Afinal, por que estudar gênero e acesso ao ensino superior?.....	23
2.1.1	<i>“No meio do caminho tinha uma [...] [pandemia], tinha uma [...] [pandemia] no meio do caminho”</i>	31
2.2	Técnicas e instrumentos de pesquisa e exploração do campo.....	39
2.2.1	<i>A história oral como metodologia da pesquisa</i>	49
2.3	Transpassando os limites da educação: o lócus da pesquisa.....	53
2.4	Um retrato das entrevistas.....	61
3	RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE: DETERMINAÇÕES MATERIAIS.....	68
3.1	Consustancialidade/Coextensividade e a hetocisnormatividade.....	69
3.2	A disseminação dos discursos de ódio contra a população LGBTQIA+.....	88
3.2.1	<i>“Subversão” moral e a construção do movimento LGBTQIA+ no Brasil: a perseguição de “homossexuais” durante a ditadura militar</i>	94
3.2.2	<i>O movimento homossexual: breve histórico do seu surgimento no Brasil</i>	100
3.2.3	<i>O surgimento da epidemia da AIDS e a emergência de identidades coletivas: a SIDA da população T</i>	105
3.3	O movimento <i>queer</i> e a “não-identidade”.....	115
3.4	Ser travesti e ser pessoa transgênera no Brasil: ordem, progresso e transfobia.....	125
4	O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O ACESSO DE PESSOAS TRANSGÊNERAS ÀS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.....	135
4.1.	O Golpe de 1964 e a reforma universitária.....	138
4.1.1	<i>A “democratização” do ensino superior no Brasil</i>	142
4.2	O acesso ao ensino superior e os seus significados para travestis e pessoas transgêneras.....	154

4.2.1	<i>“Quando uma de nós vence, todas vencemos”</i> : acesso ao ensino superior para travestis e pessoas transgêneras.....	162
4.3	A Universidade da diversidade: as políticas afirmativas para travestis e pessoas transgêneras.....	170
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
	REFERÊNCIAS.....	181
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA COLABORADORES/AS/XS DO TRANSPASSANDO.....	189
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA ESTUDANTES CURSO PREPARATÓRIO PARA O ENEM DO TRANSPASSANDO.....	191
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO.....	193

1 INTRODUÇÃO

A produção do conhecimento requer que observemos o cotidiano apreendendo a sua complexidade e as suas contradições. A partir do olhar crítico e desnaturalizado, passamos a desvendar as problemáticas, decompondo-as no pensamento e, posteriormente, recriando-as por meio das abstrações. Este processo, que intenta romper a pseudoconcreticidade e “capturar” a dinâmica dos fenômenos da realidade social, faz parte da produção do conhecimento. Para isso, é preciso que encaremos a pesquisa com certo rigor teórico e de técnicas, uma vez que investigar os fatos de forma despreziosa, isto é, vislumbrando cumprir apenas as exigências de titulação das áreas de formação, os objetivos produtivistas da academia ou ainda desprovidos de qualquer compromisso com a sociedade, torna a pesquisa estranha aos próprios pesquisadores.

É para evitar o estranhamento entre pesquisador e objeto e produzir um conhecimento de qualidade, que iremos apresentar nesta introdução a aproximação com os sujeitos da pesquisa. Reservamos espaço para uma escrita detalhada da metodologia, pois ela representa um plano, uma orientação de como iremos abordar a problemática proposta. Para Minayo (2013), o conceito de metodologia abrange três pontos importantes: as discussões epistemológicas sobre o “caminho do pensamento” tomado para a investigação do tema; a apresentação dos métodos, das técnicas e dos instrumentos operativos que devem ser utilizados na pesquisa e “a marca pessoal do pesquisador”, ou seja, a forma como articulou teorias, métodos, observações, pesquisas de campo, dentre outras técnicas de investigação. Seguimos esse pensamento ao longo da tese, desenvolvendo uma pesquisa de natureza qualitativa, a qual requer um diálogo crítico e criativo com a realidade.

Desse modo, não poderíamos começar o processo investigativo sem antes apresentar as perguntas que motivaram a pesquisa. Levantamos, então, as seguintes questões: **Qual o significado do acesso ao ensino superior para travestis e pessoas transgêneras que frequentam o programa preparatório para o Enem Transpassando? Como se deu a trajetória de travestis e pessoas transgêneras no sistema formal de educação básica? Quais os principais desafios identificados para o acesso ao ensino superior? Quais as ações afirmativas de acesso ao ensino superior para travestis e pessoas transgêneras? Quais os princípios que orientam o Transpassando?**

Procedidas essas formulações, temos como objetivos do estudo as seguintes intenções:

- Objetivo geral:
 - ✓ analisar o significado do acesso ao ensino superior para travestis¹ e pessoas transgêneras² que frequentam o programa preparatório para o Enem Transpassando³;
- Objetivos específicos:
 - ✓ Investigar como se deu a trajetória de travestis e pessoas transgêneras no sistema formal de educação básica;
 - ✓ Compreender os principais desafios de travestis e pessoas transgêneras para o acesso ao ensino superior;
 - ✓ Identificar as ações afirmativas de acesso ao ensino superior voltadas para travestis e pessoas transgêneras.
 - ✓ Observar os princípios que norteiam o programa Transpassando.

A partir dos objetivos apresentados, construímos hipóteses, a fim de organizarmos um raciocínio sobre o tema-perguntas-objetivos da pesquisa e de estabelecermos análises e mediações entre o que está no campo das abstrações, das ideias, e as manifestações da realidade concreta. Apesar de as hipóteses serem comumente utilizadas na metodologia das ciências biológicas e nas provas estatístico-matemáticas, neste trabalho, elas não foram formuladas com a intenção de controlar as variáveis, pois bem sabemos que a dinâmica do real não é passível de quantificação. Ao contrário, pretendemos tratar as hipóteses como os pressupostos

¹ Entendemos nesta pesquisa que “As *travestis* são pessoas que, ao nascerem, foram registradas no sexo masculino, com base apenas no seu sexo genital, e que procuram inserir, em seus corpos, símbolos do que é socialmente convencionado como feminino. As travestis tendem a se considerar como uma variante do feminino e, embora muitas vezes tenham características que efetivamente fazem com que as percebamos como muito femininas, elas tendem a não desejar modificações cirúrgicas de sua genitália, como algo importante na definição de sua feminilidade” (ALMEIDA, 2016, p. 11).

² As pessoas transgêneras, por sua vez, são compreendidas na presente tese como um grupo diverso que incluiria, além de pessoas transexuais (homens e mulheres transexuais), as pessoas que se identificam como transmasculinos/es, intersexos e não-binários. Estas últimas não se enquadram nas categorias binárias do “homem” e da “mulher”.

³ O “Transpassando” é um programa da Universidade Estadual do Ceará (UECE) voltado para preparar travestis e pessoas transgêneros para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), além de prever ações de combate a transfobia na universidade. Explicaremos mais sobre o programa no tópico 2.3 (Transpassando os limites da educação: o lócus da pesquisa).

ou diretrizes a serem verificados ao longo da pesquisa e que podem ser refutados ou confirmados. Entendemos, portanto, que:

[...] na área das Ciências Sociais (ou Humanas), os fenômenos não tem o caráter de perfeita repetitividade, de constante recorrência, e o papel do pesquisador jamais é neutro, nem todas as variáveis são passíveis de quantificação. A decisão, portanto, de que as hipóteses não precisam necessariamente ser testadas estatisticamente é compartilhada por muitos metodólogos (OSTERNE, 2001, p. 35).

Diante das argumentações apresentadas, construímos os seguintes pressupostos norteadores:

- As travestis e pessoas transgêneras que participam do programa preparatório para o Enem Transpassando entendem que o acesso ao ensino superior em Universidades Públicas representa além de uma busca por qualificação profissional, uma resistência aos processos transfóbicos que os/as expulsam das escolas e universidades. Além disso, o acesso ao ensino superior é a conquista de um espaço que sempre lhes foi negado;
- Em sua maioria, as travestis e pessoas transgêneras sofreram preconceitos durante a sua trajetória na educação básica, visto que, nesse período, estavam descobrindo a sua identidade de gênero e a sua orientação sexual. Sentiam-se diferentes dos demais e para evitar violências ou por desconhecimento, assumiam uma identidade cisgênero;
- A realidade de travestis e pessoas transgêneras envolve uma série de violências, cujos resultados, em grande parte, são a evasão escolar. Desse modo, o primeiro desafio desse público é concluir o ensino médio. Viver sob o constante arbítrio da transfobia os/as aproximam de experiências que atentam para a sua integridade física e psicológica, impondo obstáculos para o acesso e permanência nas escolas, universidades e mercado de trabalho. Ademais, as vivências de cada pessoa estão ligadas à sua classe social e a sua raça/cor/etnia, uma vez que a sociedade brasileira é gestada dentro de estruturas patriarcais, racistas, heterossexistas e capitalistas que marginalizam determinados grupos. Portanto, a tendência é sofrer ainda mais discriminações se eles/elas

pretos/as/es, pobres, moradores/as da periferia, travestis ou pessoas transgêneros.

- As Instituições de Ensino Superior (IES) não possuem políticas de ações afirmativas para o acesso de travestis e pessoas transgêneros. As medidas são restritas a chamá-los/as/es pelo nome social e, mesmo assim, muitos/as funcionários/as dessas IES insistem em nominá-los/as/es pelo nome de registro, reforçando a transfobia no nível superior.
- A maior parte do público que frequenta o programa Transpassando é de mulheres transexuais e travestis, pardas e pretas e que residem na periferia da cidade de Fortaleza-CE.
- As/Os integrantes do programa têm como princípio norteador a inclusão no ensino superior e a desconstrução de uma cultura transfóbica nas universidades.

Esses pressupostos são reflexos das questões e dos objetivos elaborados nesta pesquisa, sendo derivados de um sistema argumentativo teórico e dos dados produzidos pelas organizações e movimentos voltados para o combate à transfobia e outras formas de preconceitos.

Devemos ressaltar aqui que não sou uma pessoa trans ou travesti, mas me disponho a entender os meandros que perpassam a vida desses sujeitos e a sua relação com a educação. Compreendo também a importância da produção do conhecimento sobre a população T advir de pessoas que compõem esse segmento; observo também que esse lugar vem sendo reivindicado por esta população. No entanto, é nossa função como pesquisadores/as estudar fenômenos, problemáticas, populações relevantes não apenas para o meio acadêmico, mas para a sociedade, a fim de analisar problemáticas, produzir dados para as políticas públicas e visibilidade para as discussões dos temas investigados. Não posso deixar de mencionar que minha profissão como assistente social e docente do ensino superior na UECE se orienta por um projeto ético político que vislumbra a superação de toda e qualquer forma de opressão seja ela de classe social, gênero, orientação sexual, etnia, religião, nacionalidade, idade ou condição física.

Assim, minha escolha pelo tema está longe de ser neutra, ela faz parte de um compromisso ético e político com a população que é diversa e que está sujeita a

violências e aos desmontes das políticas essenciais à sua sobrevivência. Nesse sentido, compartilhamos o pensamento de que “todo trabalho de pesquisa, notadamente quando investiga pessoas e suas relações, situa como exigência o envolvimento com o problema analisado e o compromisso com a validade e a utilização dos resultados” (OSTERNE, 2001, p. 24).

A decisão pelo estudo sobre o tema do acesso de pessoas trans e travestis ao ensino superior não se deu por acaso, não constituindo fato isento de determinações antecedentes. Em 2017, as conclusões da dissertação de mestrado – *Entre os estigmas e a desconstrução: reflexões sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e a identidade de gênero de travestis e de transexuais*⁴, cujo objetivo foi compreender, a partir da perspectiva das travestis e das mulheres transexuais que estiveram em suposta situação de tráfico, como se daria o processo de aliciamento e exploração sexual neste tipo de violência – apontavam para, pelo menos, quatro evidências significativas nas análises sobre a problemática:

1ª) A população de transexuais e de travestis não reconhecia a existência de um aliciamento de cafetinas (normalmente travestis mais velhas). Apesar das práticas das cafetinas se configurarem nas leis como exploração sexual e, em alguns casos, tráfico de pessoas, as interlocutoras acreditavam que a ação representava uma oportunidade de emprego, pois o mercado formal de trabalho fechava as portas para elas. Além disso, o conflito com as famílias fazia com que enxergassem as cafetinas como mães acolhedoras.

2ª) As interlocutoras da pesquisa tentavam desvincular a sua imagem da identidade travesti. Tal fato demonstrava uma reprodução de estigma em relação a esta identidade de gênero. Uma das entrevistadas relatou que na contemporaneidade muitas se identificam como mulheres transexuais porque a figura da travesti carrega muito peso⁵.

⁴ A dissertação foi apresentada no ano de 2017 no Mestrado Acadêmico de Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) da UECE. Na ocasião, a pesquisa foi realizada com travestis e mulheres transexuais que exerciam ou haviam exercido a prostituição. As entrevistas versavam sobre as questões de gênero, de sexualidade e de identidade, bem como sobre a exploração sexual e tráfico de pessoas. Para mais informações a respeito da pesquisa, visitar o link: http://www.uece.br/mass/dmdocuments/jessyca_barbosa_dissertacao_finalizada.pdf

⁵ A pesquisa trouxe nas falas das interlocutoras uma variação das definições do que é “ser travesti”. À época do estudo, todas as entrevistadas se identificaram como pessoas transexuais, ainda que nas conversas informais chamassem umas às outras de travestis. Desse modo, “Identificar-se como *uma mulher transexual* é uma forma não só de se afirmar como pertencente ao gênero feminino, mas também de negar os estigmas que as colocam como “traveção”, “viados afeminados”, “ativonas”,

3ª) As transexuais reproduziam as relações de gênero binárias. Os papéis sociais estabelecidos para homens e para mulheres eram repetidos pelas interlocutoras no processo de construção da sua feminilidade. Elas entendiam que os comportamentos masculinos devem estar relacionados à força, à virilidade e ao provento das famílias, enquanto as mulheres devem ser resignadas, cuidar dos lares, dos maridos. Não obstante representassem para sociedade um rompimento das normas morais estabelecidas para a sexualidade, elas exprimiam opiniões, expressões e “ditados” em suas falas que demonstravam uma reprodução de tais normas.

4ª) Os estudos e pesquisas que embasaram a dissertação, bem como a própria pesquisa de campo realizada demonstraram que grande parte das mulheres transexuais não concluem o ensino básico e não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho pelo contexto de violências e preconceitos vivenciados e pela baixa qualificação profissional. Nesse sentido, a prostituição e a área da beleza representam para elas uma forma de sobrevivência.

Durante a dissertação, concentramos os esforços na compreensão do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e como os sujeitos da pesquisa enxergavam essa violação de direitos. Percebemos, entretanto, que não era possível analisar estes fenômenos sem conhecer o contexto social em que viviam travestis e mulheres transexuais e entender os motivos que levaram esta população para as ruas. O fato de não se reconhecerem numa situação de exploração não queria dizer que elas desconheciam os perigos e violações que poderiam envolver a prostituição. Na verdade, elas tinham perfeita noção. Contudo, as únicas “portas abertas”, oportunidades, que recebiam estavam nessa atividade e, por isso, deveriam ser gratas a quem as proporcionava. Para que pudéssemos chegar a essa reflexão foi preciso apreender as suas formas de vida. Do contrário, reproduziríamos pensamentos morais engessados no imaginário social.

É nesta perspectiva que observamos que os conflitos travados subjetivamente e com a sociedade (na objetividade da vida)⁶ têm início ainda na

“criminosas”. A travesti representa no imaginário social este papel, o qual as transexuais tentam fugir”. (DUARTE, 2017, p. 104).

⁶ É importante lembrar que neste trabalho acreditamos que o patriarcado, o racismo e o capitalismo formam um “tripé” que fundamenta as relações de poder, o conservadorismo e a manutenção de normatividades e violências que são reforçadas, dentre outras questões, por meio da LGBTQIA+fobia. E como sujeitos detentores de desejos, vontades, sonhos, a comunidade LGBTQIA+ é afetada em sua subjetividade. Reiteramos, contudo, que não trataremos aqui a educação, o gênero e a sexualidade

infância e na adolescência para travestis e pessoas transgêneras e a escola se torna o lugar de reforço dos valores e das normatizações sociais e de gênero. Por esta razão, a pesquisa realizada durante a dissertação foi apenas uma fagulha para os posteriores estudos.

A aproximação com este público nos fez permanecer questionando sobre suas condições de vida e suas formas de resistência. Sabemos que, em sua maioria, eles/elas⁷ abandonam as escolas (ou, para ser mais fiel aos fatos, as escolas os/as abandonam), as famílias as/os rejeitam, a sociedade os/as invisibiliza, mas colocá-los/as no papel de vítimas também seria retirar destes sujeitos sua representatividade política. Eles/elas se organizam e constroem formas de sobrevivência, ou melhor, existência. Desta forma:

Escrever sobre as populações de travestis, transexuais e/ou transgêneras implica necessariamente abordar os estigmas e violências às quais elas estão expostas e desnaturalizar essas relações. Falar sobre políticas públicas e acesso à cidadania, aos direitos, às redes de apoio, às instituições e aos diversos espaços sociais para esta população, portanto, implica o questionamento e crítica dos pressupostos e noções comuns que sustentam preconceitos e estigmas transfóbicos (BAGAGLI, 2017, p. 33-34).

Assim, para chegar aos objetivos da pesquisa, o estudo se dividiu de tal maneira: a presente introdução constitui o primeiro capítulo. O segundo capítulo é destinado a uma retrospectiva sobre os caminhos da pesquisa. Nele são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados, a delimitação do objeto de estudo, as técnicas adotadas para a realização da pesquisa e os retratos das entrevistas, que trazem também o perfil das participantes. Todas essas informações são primordiais para a compressão da totalidade deste trabalho.

O terceiro capítulo versa sobre as relações patriarcais de gênero, posicionando a perspectiva sob a qual nos embasamos para compreender as categorias trabalhadas. Ademais, também foi abordada a construção dos discursos

como voltadas **apenas para o campo subjetivo**, mas sim como uma relação entre a realidade social e como a sua dinâmica afeta a população.

⁷ Um ponto que merece nossa atenção está relacionado ao texto escrito. Como cientistas sociais, temos o compromisso de escrever respeitando a língua portuguesa, de forma clara tanto para os/as interlocutores/as quanto para os/as leitores/as, sejam eles/elas acadêmicos ou não. Por isso, optamos por manter as desinências de gênero “o”, “os”, “a”, “as” para nos referirmos aos sujeitos desta investigação. É sabido que, atualmente, com o aprofundamento das discussões de gênero e sexualidade as palavras consideradas femininas e masculinas da língua passam a ser escritas também com “x” ou “es”, incluindo no vocabulário corrente as pessoas não binárias. Destarte, nesta tese, para algumas palavras, iremos fazer uso da **linguagem neutra**, a fim de contemplar a diversidade que compõe a população LGBTQIA+.

de ódio que violentam a população LGBTQIA+ e a organização do movimento, fato relevante para a configuração das identidades coletivas. Um aspecto que se sobressai ao estudar a população LGBTQIA+, especialmente travestis e pessoas transgêneras, é referente ao surgimento da AIDS no Brasil; apesar de devastadora em seus anos iniciais, a doença foi um catalisador político para a organização e o fortalecimento de grupos e associações da população T. Para finalizar o capítulo, apresentamos a teoria/movimento *queer*, que traz à tona as identidades que não se enquadram em grupos, e as falas das/os entrevistadas/os em um tópico sobre as expressões da transfobia para o público T.

No capítulo 4, falamos sobre o ensino superior. Destacamos a “democratização” do acesso ao ensino superior no país, que teve início no governo de Fernando Henrique Cardoso e foi ampliada nos governos Lula e Dilma. Posteriormente, trazemos os significados do acesso a esse nível de ensino para travestis e pessoas transgêneras e trechos das entrevistas com as/os interlocutoras/es que fazem parte do programa Transpassando. Fechando o capítulo, falamos sobre as políticas de ações afirmativas para o acesso ao ensino superior.

As considerações finais encerram a tese e abordam reflexões sobre os capítulos e sobre os resultados desta pesquisa, sem esquecer da conjuntura brasileira, já que esta pesquisa de doutorado começou sob um governo de extrema-direita e finda com o retorno da esquerda progressista ao poder.

É importante observar, então, que frente à conjuntura brasileira e mundial de retrocessos e conservadorismos, onde a vida dos seres humanos é reduzida a esfera mercantil, as formas de sociabilidade, de identidade e de subjetividade da população estejam sendo fortemente atingidas. Destarte, os corpos considerados abjetos são relegados à invisibilidade e à exclusão e, para a sociedade normativa, eles não deveriam sequer existir. O texto que se segue intenta apresentar o produto de leituras, exames documentais e das entrevistas realizadas ao longo de quatro anos e meio.

2 OS TRAJETOS DA PESQUISA

Neste capítulo, iremos discorrer sobre a metodologia da pesquisa. É pertinente que em um estudo, elaborado durante anos, expliquemos aos/as leitores/as os percursos traçados para o desenvolvimento da pesquisa. Mas não só isso. Também cabe expor os entraves que redirecionaram o pensamento sobre os sujeitos e sobre o lócus da pesquisa. As mudanças na rota estabelecida nos trazem novos dados e uma nova perspectiva sobre os objetivos do presente estudo. Faz parte da prática investigativa enfrentar dificuldades, estas também são importantes fontes de informação e análise para a produção acadêmica. Nenhuma pesquisa é realizada de forma linear. Pelo contrário, iniciámos, muitas vezes, com pressupostos que são refutados ao nos depararmos com os sujeitos pesquisados.

Assim, para compreendermos os trajetos da pesquisa, abordaremos, inicialmente, a problematização do tema, a fim de relacionarmos sexo, gênero e acesso ao ensino superior. Essas categorias são essenciais para analisarmos as barreiras impostas para que travestis e pessoas transgêneras acessem este nível de ensino.

Como dito, não podemos prever as dificuldades que serão enfrentadas em uma pesquisa, ainda mais quando essa dificuldade atinge toda a humanidade. É de responsabilidade dos/as pesquisadores/as que produziram e/ou que estão produzindo trabalhos acadêmicos após o ano de 2020 que consideram a pandemia da COVID-19 em suas produções. Esta tese foi diretamente atingida pelos efeitos desta crise humanitária, portanto, reservamos espaço para falarmos da pandemia e de como ela afetou travestis e pessoas transgêneras (público-alvo desta pesquisa) e a escrita e investigação sobre o tema.

Ademais, seguimos nossas incursões para falarmos sobre as técnicas de coleta de dados, a metodologia usada, o lócus da pesquisa e os sujeitos da pesquisa. Estes aspectos constituem a espinha dorsal da pesquisa e dão margem para que apresentemos as falas dos sujeitos já nas primeiras reflexões.

2.1 Afinal, por que estudar gênero e acesso ao ensino superior?

Travestis e pessoas transgêneras representam na sociedade brasileira uma parcela marginalizada da população que acessa de forma precária os serviços públicos referentes ao ensino, à saúde, ao mercado formal de trabalho, ao lazer. Dentro desta “parcela”, além de travestis e pessoas transgêneras, estão lésbicas, gays, bissexuais, homens e mulheres negros/as, indígenas, grupos que possuem particularidades e que são atingidos/as pelas determinações sociais, culturais, econômicas, políticas de uma maneira desigual. De certo, não podemos igualar todas essas pessoas, como em uma soma matemática; entre si, elas também carregam diferenças. É sabido que mulheres negras têm menos chances de acesso ao mercado formal de trabalho se comparadas às mulheres brancas⁸, por exemplo. No entanto, não é objetivo deste trabalho elencar tais particularidades uma a uma numa espécie de “pirâmide da desigualdade”, seria, no mínimo, antiético e injusto tentar descobrir “quem sofre mais preconceito”. Os grupos aqui citados, que estão longe de representarem minorias populacionais, sofrem pelas diversas violências e violações de direitos advindas das relações estruturais da tríade capitalismo-racismo-patriarcado.

Quando tratamos de públicos específicos, como o de travestis e de pessoas transgêneras, percebemos que as instituições públicas e privadas reprimem e expulsam este público de suas dependências, senão de forma direta, por meio de ações que violam direitos como o não chamamento pelo nome social, a recusa ao atendimento clínico em postos de saúde e hospitais, a proibição do uso de banheiros nos diversos espaços coletivos. A sociedade determina para essa população o lugar da transgressão e do desvio, portanto, todo e qualquer tipo de violência estaria “justificado” dentro do viés da correção. É importante lembrar o caso da travesti Dandara dos Santos, de 42 anos, que foi espancada e morta a tiros por cerca de dez homens em Fortaleza (CE). O seu linchamento foi filmado e exposto nas redes sociais.

⁸ De acordo com estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgados em outubro de 2018, “A vulnerabilidade das mulheres negras ao desemprego é 50% maior. [...] a cada 1 ponto percentual a mais na taxa de desemprego, as mulheres negras sofrem, em média, aumento de 1,5 ponto percentual. Para as mulheres brancas, o reflexo é de 1,3 p.p. A análise utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) entre o primeiro trimestre de 2012 e o segundo trimestre de 2018.”. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34371>. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

O crime ocorreu em fevereiro de 2017, em plena luz do dia, e por tamanha crueldade ganhou repercussão mundial⁹. No mesmo ano, a travesti Hérica Izidório¹⁰ foi espancada na Avenida José Bastos, também localizada na cidade de Fortaleza (CE), e morreu semanas depois no hospital onde foi internada. Casos como o de Dandara e o de Hérica acontecem com frequência em todos os estados do país e, na maioria das vezes, não são sequer notificados.

Vale ressaltar que o que mais nos choca nos crimes relacionados ao assassinato de travestis e pessoas transgêneras é a crueldade com a qual, normalmente, são realizados. Os dados sobre as violências e assassinatos dessa população continuam sendo subnotificados; assim, o levantamento e a divulgação dos números ficam a cargo de associações e de grupos voltados para o apoio e para a promoção de cidadania para a população LGBTQIA+. De acordo com o Dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)¹¹, em 2019, primeiro ano do governo Bolsonaro, foram registrados 124 assassinatos de pessoas T, sendo 121 travestis e mulheres transexuais e 3 homens trans. Em 2018, os números apontaram que cerca de 163 pessoas T foram assassinadas, o que demonstra uma leve queda para o ano subsequente. Essa diminuição, entretanto, não denota uma redução das violências contra a população T. Na verdade, podemos inferir que há uma dificuldade nos registros de mortes desse público, que ocorre tanto pela omissão do Estado nas notificações quanto pelo desrespeito a própria identidade de gênero da população T. É comum que as notícias se refiram a travestis e a mulheres transexuais como “homens vestidos de mulher” ou como homens gays.

O Dossiê apresenta ainda os dados absolutos por estado, apontando São Paulo como o que mais matou a população trans em 2019, com 21 assassinatos, seguido do Ceará, com 11 casos. Ao longo dos anos de escrita desta pesquisa, o Brasil se manteve em primeiro lugar no ranking dos países que mais matam pessoas trans. Em 2020, foram 175 assassinatos de pessoas T, sendo todas travestis e mulheres transexuais. De acordo com a ANTRA, não foram registradas mortes de

⁹ Disponível em: <povo.com.br/noticias/fortaleza/2020/02/15/ha-tres-anos--dandara-dos-santos-era-torturada-e-morta-em-rua-de-fortaleza.html>. Acesso em: 30 de maio de 2020.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/04/ninguem-foi-presos-dois-meses-apos-espantamento-da-travesti-herica.html>>. Acesso em: 30 de maio de 2020.

¹¹ “A Associação nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) é uma rede nacional que articula em todo Brasil 127 instituições que desenvolvem ações para a promoção da cidadania da população de Travestis e Transexuais”. Disponível em: <<https://antrabrasil.org/sobre/>>. Acesso em: 13 de mar. de 2020.

homens transexuais ou pessoas transmasculinas. Em relação aos estados, São Paulo se manteve na posição de primeiro lugar nos que mais matam pessoas trans, com 29 casos, seguido do Ceará, com 22 assassinatos.

No ano de 2021, tivemos o total de 140 pessoas T assassinadas, sendo 135 travestis e mulheres transexuais e 5 homens transexuais e pessoas transmasculinas. Em números absolutos, pelo terceiro ano consecutivo, São Paulo apareceu na primeira posição dentre os estados que mais matam pessoas T, com 25 casos. Nesse ano, a Bahia ocupou o segundo lugar, com 13 casos, seguido do Rio de Janeiro, 12 assassinatos. O Ceará ficou em quarto lugar, com 11 casos. O ano de 2022, por sua vez, teve registros de 131 assassinatos dessa população, sendo 130 travestis e mulheres transexuais e 1 homem transexual/pessoa transmasculina. Nos estados, Pernambuco assumiu a primeira posição no ranking de mortes de pessoas T, com 13 assassinatos, seguido de São Paulo e Ceará, cada um com 11 casos.

A partir dos dados acima, notamos que a maior incidência de assassinatos da população T se dá com travestis e mulheres transexuais. Esse fato ocorre porque esse grupo está mais exposto às violências de gênero; além disso, quando não conseguem se inserir no mercado formal de trabalho, muitas travestis e mulheres transexuais encontram na prostituição um espaço de sobrevivência. Isso faz com que elas tenham mais contato com os crimes de ódio cometidos, normalmente, por clientes, namorados, companheiros.

Os números de assassinatos expõem uma realidade cruel: o Brasil é um país transfóbico, e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 reforçou a intolerância a diferentes identidades de gênero e orientações sexuais, inclusive por meio de medidas governamentais, as quais excluíram da pasta dos direitos humanos do país as diretrizes e ações voltadas para o enfrentamento aos “crimes de ódio”, ocasionando, assim, um aumento das subnotificações dos casos de mortes violentas de LGBTQIA+. De acordo com Cisne e Santos (2018, p. 129):

Diferentemente das tragédias coletivas que comoveram e comovem o mundo, os massacres à população LGBT são considerados, na maioria das vezes, fatos isolados, individuais, meras crônicas policiais, ou como provoca Arruda (2001), trata-se de “assassinatos autorizados”. Esses crimes, que questionam a efetividade do Estado de Direito, são, em muitos casos, acompanhados de requintes de crueldade, caracterizados como “matanças” que acontecem, rotineiramente, em quase todos os Estados brasileiros.

Cabe destacar que os dados trazidos pela ANTRA em seus Dossiês sobre os assassinatos são contabilizados por diversas fontes, principalmente, notícias jornalísticas e mídias veiculadas na internet. De acordo com a Associação, há também os casos que não são divulgados por nenhuma mídia e que chegam por meio de fontes complementares, como as instituições LGBTQIA+, as afiliadas da ANTRA e parceiros. As fontes consideradas oficiais, como o censo nacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não incluem (ou tratam de forma precária) as informações sobre esse segmento.

A subnotificação dos crimes violentos contra a população LGBTQIA+ representa apenas um dos desafios para o enfrentamento das violações e vulnerabilidades as quais estas pessoas estão expostas. Compreendemos que questões estruturais como a classe social e a raça-etnia têm, juntamente com as relações de gênero, um peso na determinação dos lugares sociais que são ocupados pelos grupos que compõem esse público. Queremos dizer que, de maneira geral, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, *queers* e intersexo sofrem com o ódio e a aversão as suas orientações sexuais, expressões sexuais e a sua identidade de gênero, contudo, é evidente que o preconceito é vivenciado de formas diferenciadas quando também perpassado pela pobreza e pela raça-etnia. Ser uma travesti ou uma pessoa trans negra moradora da favela tem suas especificidades em relação a pessoas brancas e que possuem situações financeiras favoráveis. Desse modo, questionamos: **quais vidas importam?** Os crimes LGBTQIA+fóbicos e, no caso particular desta pesquisa, transfóbicos são não só “autorizados” pelo Estado, mas igualmente realizados por ele.

Ao estudar temáticas que envolvem a população de travestis e pessoas transgêneras é quase impossível não relacionar **vida e morte**. Em reportagem veiculada pelo El País¹², em novembro de 2019, Brasil e México são considerados os países da América Latina com maiores índices de violência contra gays, lésbicas e transexuais; o Brasil ocupa o primeiro lugar no *ranking* dos países que mais matam este público. A matéria ainda aponta que, no país, a expectativa de vida para travestis e transexuais é de 35 anos em relação ao restante da população, a qual a expectativa,

¹²Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/10/29/internacional/1572375082_149859.html>. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

em 2018, era de 76,3¹³ anos, segundo o IBGE. Ao abordar sobre as mortes de pessoas T no Brasil, uma das entrevistadas desta pesquisa afirmou que:

A expectativa de vida de uma mulher travesti, por exemplo, aqui no Brasil é de 35 anos de idade, mas eu digo que quando uma travesti morre aos 35 anos de idade, essa morte começou a ser planejada há muito tempo. Quando ela não teve acesso à educação, quando ela não teve acesso à saúde, quando ela não teve acesso a nada. Quando foi negado a ela o acesso a uma casa, a uma vida, a uma religião, a todas essas coisas, ali começou a matar essa pessoa. Aos 35 anos, quando ela morre, foi só a conclusão daquele projeto de assassinato. Eu costumo dizer que existe um processo e um projeto genocida contra a população travesti e transexual no Brasil. Analisando de forma empírica os dados de pessoas travestis mortas, que são assassinadas, como elas são assassinadas e a que grupo essas travestis que foram assassinadas pertencem, a gente consegue comprovar a quem atinge esse projeto (TINA).

Os números apresentados são alarmantes, são cerca de 40 anos a menos em expectativa de vida para travestis e pessoas transgêneras. Os dados representam, além da gravidade da transfobia, a incapacidade/ausência do Estado em criar políticas e legislações efetivas de combate e punição aos crimes de ódio. A bem da verdade, o Estado brasileiro está arraigado no conservadorismo, incentivando, inclusive, projetos que ferem os direitos e vivências de LGBTQIA+. Exemplo disso foi o Projeto de Decreto Legislativo (PDL 234/2011)¹⁴, de autoria do deputado João Campos, que buscava sustar o parágrafo único, o art. 3º e o art. 4º¹⁵ da Resolução nº 1/1999, do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Esta Resolução estabelece normas de atuação para psicólogos no que diz respeito à orientação sexual. O Projeto, apelidado de “cura gay”, além de ferir a competência técnico-profissional de psicólogos, reforça preconceitos e discriminações a população LGBTQIA+, incentivando os/as profissionais a colaborar com serviços voltados ao tratamento e à cura da homossexualidade. O PDL 234/2011 foi arquivado em julho 2013. No entanto, não foi

¹³ Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26104-em-2018-expectativa-de-vida-era-de-76-3-anos>>. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

¹⁴ Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=505415>>. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

¹⁵ “Art. 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Art. 4º - Os psicólogos não se pronunciarão, nem participarão de pronunciamentos públicos, nos meios de comunicação de massa, de modo a reforçar os preconceitos sociais existentes em relação aos homossexuais como portadores de qualquer desordem psíquica”. (BRASIL, 1999).

o único projeto a tramitar na câmara dos deputados; o Projeto de Lei nº 4931¹⁶, de 2016, apresentado pelo deputado Ezequiel Teixeira (PODE-RJ), tinha como proposta um decreto legislativo que autorizasse a aplicação de terapias com o objetivo de auxiliar a mudança de orientação sexual do paciente homossexual para heterossexual. Em abril de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu a terapia popularmente conhecida como “cura gay”¹⁷, fazendo valer o entendimento do CFP na referida Resolução nº 1/1999.

Os projetos mencionados mostram um desmantelamento de políticas para a população LGBTQIA+ e um reforço a estereótipos que reproduzem a orientação não heterossexual como doença. Afinados com um discurso religioso (bastante fervoroso!), a política brasileira alimenta um ciclo de violências, notícias falsas e reprodução de velhos preconceitos, justificando suas ações sob a bandeira da liberdade de expressão.

Devemos reafirmar que, em maio 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID). Tal fato representou um grande avanço para a conquista de direitos de lésbicas, gays e bissexuais. Entretanto, muitos países ainda punem a prática da homossexualidade; segundo a 13ª edição do Relatório *State-Sponsored Homophobia*¹⁸, realizado pela *Internacional Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association (ILGA)*, 68 países criminalizam a relação consensual entre pessoas do mesmo sexo e, dentre estes, 06 punem com pena de morte. No que concerne à transexualidade, apenas em 2018 ela foi retirada pela OMS da lista de doenças, onde era classificada com o CID 11, denominada de “transtorno de identidade de gênero”¹⁹, ou seja, a transexualidade era considerada uma doença

¹⁶ De acordo com informações coletadas no site Agência Câmara de Notícias, a PL 4931/16 “[...] isenta de sanção por órgão de classe o profissional de saúde mental (como psicólogo e psiquiatra) que tratar paciente com transtorno de orientação sexual com o objetivo de auxiliá-lo na mudança da orientação, de homossexual para heterossexual”. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/508497-projeto-permite-que-psicologo-ofereca-tratamento-para-mudar-orientacao-sexual/>> . Acesso em: 03 de jun. de 2020.

¹⁷ As informações referentes à decisão do STF sobre a “cura gay” foram resgatadas através do site jornalístico Carta Capital. A notícia está disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/diversidade/terapia-da-cura-gay-e-proibida-pelo-stf/>>. Acesso em: 03 de jun. de 2020.

¹⁸ O documento, que é uma das referências nos estudos sobre a população LGBTQIA+, está disponível em: <lga.org/downloads/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2019.pdf>. Acesso em: 08 de jun. de 2020.

¹⁹ Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oms-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-mentais/>>. Acesso em: 08 de jun. de 2020.

mental. A patologização das identidades de gênero e das orientações sexuais impõe que estas experiências e vivências podem ser curadas, normalizadas, dando à ciência e ao Estado a tutela dos corpos e das subjetividades dos sujeitos. O peso das decisões da OMS referentes à homossexualidade e à transexualidade contribui para diminuir os estigmas e faz com que tratamentos forçados e/ou involuntários de reversão orientação sexual e de identidade de gênero possam ser barrados ou mesmo eliminados.

No Brasil, com o início do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), os direitos das pessoas LGBTQIA+ continuaram sob constante ataque. Uma de suas primeiras ações ao assumir a presidência foi criar o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que tinha como titular a advogada Damares Alves. Apesar da formação, Damares se destacou por fundamentar suas decisões e discursos em sua experiência como pastora evangélica. Em um vídeo, amplamente divulgada nas redes sociais e em telejornais, ela diz que: “É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa”²⁰. A ex-ministra, que estava entre apoiadores, não se referia diretamente ao uso das cores, mas sim à redução ou até mesmo a retirada de investimentos em políticas voltadas ao público LGBTQIA+. A fala de Damares direcionou, durante 4 anos, a importância do tema para o Estado. Ao Ministério citado coube coordenar as políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos; contudo, a população LGBTQIA+ foi excluída desta lista de políticas e de diretrizes por meio da Medida Provisória de nº 870/19, assinada pelo então presidente Bolsonaro.

Sabemos que a população LGBTQIA+ sempre esteve sob o jugo de decisões intransigentes e, em certo ponto, autoritárias, mesmo em governos progressistas. Apesar disso, suas lutas e reivindicações encontravam espaços nas pautas governamentais, o que levava a conquistas importantes para o segmento. Com o avanço do conservadorismo, as discussões sobre gênero e sexualidade no âmbito do governo federal tornaram-se, cada vez mais, restritas, sendo tratadas como doutrinação ideológica. O apoio a projetos de lei como o “Projeto Escola sem Partido”²¹, que, de acordo com os seus propositores, tinha o objetivo de combater os

²⁰ O vídeo e a matéria encontram-se disponíveis em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml> >. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

²¹ Pelo menos quatro projetos de lei foram apresentados na Câmara dos Deputados referentes ao Projeto Escola sem Partido, de modo geral, as propostas versavam sobre estabelecer os limites de

direcionamentos ideológicos e partidários de professores/as dentro das escolas, foram temas recorrentes nos discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro e de seus seguidores. Estes resgatavam argumentos de que a “ideologia de gênero” incitava crianças e adolescentes ao amadurecimento sexual precoce e a tornarem-se homossexuais. Além disso, a proposta do projeto estimulava a perseguição de educadores/as que fizessem “apologia” a partidos políticos de esquerda e ao comunismo. O “Projeto Escola sem Partido” desvelou uma realidade da política brasileira: o cerceamento e a censura da educação e da liberdade de pensamento da população por governos conservadores, os quais atacam a produção do conhecimento e a formação críticas. Neste sentido, reafirmamos a importância de defender uma educação livre e transformadora, onde temas como gênero e sexualidade sejam tratados com seriedade e como base para o conhecimento e para o respeito à diversidade.

Muitos são os retrocessos e barreiras impostas pela falta de investimentos federais em políticas de enfrentamento a LGBTQIA+fobia, contudo, o segmento fortaleceu sua resistência, buscando maneiras de disseminar debates e informações sobre a diversidade sexual, a identidade de gênero e as dificuldades/vulnerabilidades vivenciadas pela população LGBTQIA+ na sociedade brasileira. A mídia e as redes sociais (*twitter, WhatsApp, Instagram, Facebook*) foram usadas como ferramentas importantes para promover um movimento contrário às *fake news*; estas últimas, que em sua tradução para o português significam “notícias falsas”, também são propagadas por meio das redes sociais e baseiam-se em boatos sem qualquer comprovação social, política, científica, causando desinformação, espalhando mentiras e pensamentos preconceituosos. Diante desta poluição informacional²², produzir notícias, pesquisas, dados com fundamentos científicos e sociais tornou-se um grande desafio e uma estratégia dos segmentos LGBTQIA+ para desconstruir ideias que reproduzem violências e ódio tendo como alvo este público.

Nesse sentido, a presente tese tem como proposta não apenas desvendar os objetivos já elencados neste capítulo, mas também contribuir para a visibilidade de

professores/as em sala de aula, impedindo que estes/estas expusessem em ambientes formais de ensino suas crenças e visões de mundo. Além disso, alguns desses projetos incluíam em seu texto determinações sobre as discussões de gênero na escola. O objetivo dos deputados era respeitar as convicções de alunos/as e responsáveis, prezando por uma educação neutra.

²² Entendemos por poluição informacional a circulação de um excesso de informações e notícias falsas por meio da mídia (jornais e revistas impressos e eletrônicos) e das redes sociais.

discussões sobre a categoria relações patriarcais de gênero e sexualidade, embasadas em pesquisas de autores/as das diversas áreas do conhecimento e dados das agências e das organizações reconhecidas na sociedade civil. No momento de produção deste trabalho, consideramos necessária a reafirmação das nossas fontes de pesquisa bibliográficas, documentais e de campo, pois observamos indignados/as ataques diretos à ciência e à educação, objetivando descaracterizar a produção do conhecimento. Portanto, a tese além de ser relevante para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, é fundamental para a sociedade, almejando somar a luta que busca a desconstrução de uma estrutura que expulsa milhares de travestis e pessoas transgêneras das escolas, universidades e espaços de convivência coletiva.

Diante do que nos propomos, não seremos ingênuos em acreditar que conseguiremos tratar de todas as questões que permeiam o público-alvo deste estudo, pois sabemos que a realidade social se mostra mais dinâmica do que a nossa capacidade de a transformar ou de apreendê-la. Esta realidade nos traz acontecimentos que podem mudar a forma como os seres humanos se organizam, fazendo a sociedade se questionar sobre o modo como produzimos (no mundo do capital) e como nos reproduzimos (na divisão sexual do trabalho e nas relações afetivo-sexuais). No subtópico 2.1.1, abordaremos a pandemia do novo coronavírus (COVID-19)²³ e como ela afetou de maneira desigual os mais diversos segmentos da população brasileira.

2.1.1 “No meio do caminho tinha uma [...] [pandemia], tinha uma [...] [pandemia] no meio do caminho”

²³ “Coronavírus é uma família de vírus que causam infecções respiratórias. **O novo agente do coronavírus foi descoberto em 31/12/19** após casos registrados na China. Provoca a doença chamada de coronavírus (COVID-19). Os primeiros coronavírus humanos foram isolados pela primeira vez em 1937. No entanto, foi em 1965 que o vírus foi descrito como coronavírus, em decorrência do perfil na microscopia, parecendo uma coroa. A maioria das pessoas se infecta com os coronavírus comuns ao longo da vida, sendo as crianças pequenas mais propensas a se infectarem com o tipo mais comum do vírus. Os coronavírus mais comuns que infectam humanos são o alpha coronavírus 229E e NL63 e beta coronavírus OC43, HKU1”. Disponível em: < <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>>. Acesso em: 09 de jun. de 2020.

“Nunca me esquecerei desse acontecimento/ na vida de minhas retinas tão fatigadas/ nunca esquecerei que no meio do caminho tinha uma [...] [pandemia]/ tinha uma [...] [pandemia] no meio do caminho/ no meio do caminho tinha uma [...] [pandemia]”. (ANDRADE, 1928). Parafraseamos o poema “No meio do caminho”, de Carlos Drummond de Andrade, para abordarmos um tema que não estava previsto nesta pesquisa, mas que se tornou essencial nos estudos produzidos a partir do ano de 2020: a pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

Durante a produção desta tese, fomos surpreendidos/as por uma crise humanitária e de saúde que demonstrou (para os, ainda, incrédulos) não apenas o processo de transformação e de degradação da natureza pelos seres humanos, mas também os limites do capital. As desigualdades sociais, já tão evidentes, foram reforçadas e ampliadas em meio a este processo. O novo coronavírus (COVID-19) teve seu primeiro caso clínico, com sintomas, relatado em dezembro de 2019, na cidade de Wuran, na China. O surgimento do vírus causou uma corrida dos cientistas para compreender como a doença se manifestava nos seres humanos e para buscar remédios e uma vacina preventiva. Segundo informações colhidas no site do Ministério da Saúde:

A **COVID-19** é uma doença causada pelo coronavírus **SARS-CoV-2**, que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a maioria dos pacientes com COVID-19 (cerca de 80%) podem ser assintomáticos e cerca de 20% dos casos podem requerer atendimento hospitalar por apresentarem dificuldade respiratória e desses casos aproximadamente 5% podem necessitar de suporte para o tratamento de insuficiência respiratória (suporte ventilatório).

Os sintomas da doença podem ser confundidos, inicialmente, ao de uma gripe, mas pelo número de mortes que causou, percebemos que a COVID-19 é altamente contagiosa²⁴ e gera sérios problemas respiratórios. Por esta razão é preciso ter cautela, o vírus não pode ser equiparado a uma “gripezinha”.

²⁴ “A velocidade de transmissão é uma diferença relevante entre os dois vírus. A gripe tem um período de incubação mais curto (o tempo entre a infecção e o aparecimento dos sintomas) e um intervalo serial mais curto (o tempo transcorrido entre casos sucessivos) que o vírus que causa a COVID-19. O intervalo serial para o novo coronavírus é estimado em 5-6 dias; para o vírus da gripe, o intervalo serial é de 3 dias. Isso significa que a gripe pode se espalhar mais rapidamente que a COVID-19. Além disso, a transmissão nos primeiros 3-5 dias da doença ou a transmissão potencialmente pré-sintomática – antes do aparecimento dos sintomas – é um dos principais fatores de transmissão da gripe. Por outro lado, aprendemos que existem pessoas que podem transmitir o vírus da COVID-19 entre 24 e 48 horas antes do início dos sintomas; até o momento, isso não parece ser o principal fator de transmissão. O número de infecções secundárias geradas a partir de um indivíduo infectado é compreendido entre 2 e

O surto de casos do novo coronavírus, em 2020, causou uma pandemia que obrigou bilhões de pessoas em todo mundo a entrarem em quarentena. Apenas os serviços essenciais (supermercados, farmácias, serviços de assistência à saúde, assistência social, transportes, serviços de geração e distribuição de energia elétrica, serviços funerários, segurança pública, dentre outros) tiveram autorização para funcionar; os demais deveriam aderir formas de execução remota (com auxílio da tecnologia e da *internet*) ou serem suspensos. As medidas ocasionaram grande impacto na sociedade e na sua forma de organização, uma vez que não seria possível retomar as atividades tendo como parâmetro a “normalidade” que outrora vivenciamos. Assim, cabe à humanidade pensar uma nova maneira de enxergar a realidade, entendendo que a partir do aparecimento desse vírus não será mais permitido velar as desigualdades, as violações, as dores, os sofrimentos que assolam populações marcadas pela pobreza, pelo gênero, pela orientação sexual, pela raça-etnia, pela nacionalidade, pela religião. Ações de cunho imediatistas podem se apresentar como necessárias para subsidiar momentaneamente problemáticas com as quais lidamos há séculos, no entanto, planejamentos a longo prazo ainda precisam ser formulados para dar condições de vida aqueles/as que não puderam se proteger e contaram apenas com a assistência emergencial dos governos e a solidariedade da sociedade civil para sobreviver.

Ficamos estarecidos diante da velocidade de propagação de um vírus que, para ser controlado, dependia não apenas dos esforços da ciência e das mudanças de hábitos da população, mas também da transformação do sistema que estrutura a formação de grande parte dos países do mundo. Exemplo disso está no fato de que, para enfrentar a doença, foram adotadas medidas preventivas de baixo custo, como o isolamento social, o uso de máscaras, a higiene das mãos, dos alimentos, dos utensílios domésticos e das roupas, contudo, nem todos conseguiram acessar com facilidade estes meios de prevenção. A crise causada pela pandemia do novo coronavírus mostrou de forma nítida como as diferentes classes sociais são atingidas pelas desigualdades sociais. Segmentos que já viviam em situação de vulnerabilidade e de violação de direitos sofreram não só com a calamidade na saúde pública, mas

2,5 para COVID-19, números superiores ao da gripe. No entanto, as estimativas para COVID-19 e gripe são muito contextuais e específicas do tempo, dificultando as comparações diretas”. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/saiba-quais-sao-as-semelhancas-e-diferencas-entre-covid-19-e-gripe/>>. Acesso em : 09 de jun. 2020.

também com o agravamento das múltiplas problemáticas sociais. Fenômenos de toda ordem emergiram ou foram potencializados, deixando evidente que a COVID-19 representava apenas uma das questões a serem superadas.

Esta realidade de desigualdades sociais que assola o país é alimentada por um processo histórico que combina a heteronomia e a formação política e econômica conservadora, delineando uma sociedade onde impera um projeto antipopular, antidemocrático e antinacional por parte das elites brasileiras. É nessa perspectiva que o Estado busca se desresponsabilizar das políticas públicas, submetendo-as ao ajuste fiscal e relegando-as a ações particulares das famílias, dos indivíduos e da sociedade civil. Com o desmonte das políticas públicas e incentivo à privatização de setores voltados ao atendimento de necessidades básicas da população no que se referem à previdência, à saúde, à assistência, à educação, temos a perda ou a restrição de direitos sociais duramente conquistados e o reforço de um ambiente ideológico individualista, consumista e que despreza qualquer forma de compensação histórica de injustiças sociais. Para Behring (2008, p. 251), “a privatização gera uma *dualidade discriminatória* entre os que podem e os que não podem pagar pelos serviços, no mesmo passo que propicia um nicho lucrativo para o capital, em especial segmentos do capital nacional que perderam espaços com a abertura comercial”.

Neste sentido, observamos que a produção das desigualdades sociais por meio da valorização do grande capital influencia diretamente nas formas de enfrentamento ao coronavírus e a problemas sociais que fincam suas raízes no modo de produção capitalista e no reforço ao racismo e ao patriarcado. De acordo com pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), baseada nos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), na comparação mensal do índice de Gini²⁵, a desigualdade social tem alta ininterrupta desde o segundo trimestre do ano de 2015.

Complementando agora essas informações com últimos dados disponíveis (Julho a Setembro de 2019 comparados ao mesmo período do ano anterior) observamos aumento ainda menor da desigualdade medida pelo índice de Gini sugerindo que a mesma parece estar chegando ao topo. Mas será um resultado robusto? A desigualdade captada pelo índice de Theil-T passa de

²⁵ O Índice de Gini é o “indicador que mede a desigualdade de renda em uma escala de 0 a 1 (quanto mais próximo de 1, maior a concentração de renda)”. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/destaques/balanco-social-2019-o-brasil-chegou-ao-topo-da-desigualdade>>. Acesso em: 28 de jul. de 2020.

0,8037 para 0,8048, alta de 0,138%. Neste interim a renda individual da metade mais pobre cai - 2,38% enquanto a dos 10% mais ricos sobe 0,64%, uma diferença de 3 pontos de porcentagem. Se compararmos a evolução dos três primeiros trimestres de 2018 com 2019 a renda individual da metade mais pobre caiu -3,5% enquanto os 10% mais ricos subiu 0,97%, uma diferença de 4,47 pontos de porcentagem sugerindo desaceleração, mas ainda não superação, da alta da desigualdade. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS SOCIAL, 2019, s/n).

Mesmo que os dados apontem uma pequena queda no crescimento da desigualdade no país em 2019, os números permanecem em alta e demonstram um aprofundamento dos abismos socioeconômicos entre ricos e pobres. A desigualdade social teve alta ininterrupta desde o segundo trimestre de 2015. O Índice de Gini apresentado no último trimestre de 2014 registrou o nível de 0,6003, sendo considerado o mais baixo da série de aumentos consecutivos. Em 2019, no segundo trimestre do ano, o índice foi de 0,6291 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS SOCIAL, 2019). O levantamento realizado pela FGV Social também apresenta que além do aumento da pobreza extrema pelo quinto ano consecutivo, a recuperação da economia ocorreu de forma modesta; foi registrado pela pesquisa um crescimento de 1,3% na renda real per capita entre os anos de 2018 e 2019, enquanto entre 2017 e 2018 o crescimento foi de 3,9%.

Estas informações se configuram como importante fonte para se compreender o impacto que a pandemia causada pelo novo coronavírus trouxe ao Brasil, especialmente para a população mais pobre, que depende das políticas públicas para acessar serviços básicos. Em sua maioria, este segmento está inserido em trabalhos terceirizados, os quais possuem vínculos empregatícios mais frágeis, ou trabalhos informais, encontrando-se desprotegidos de direitos trabalhistas; outra parcela de trabalhadores/as compõem os elevados níveis de desemprego, que no primeiro trimestre de 2020 subiram para 12,9% em relação ao trimestre anterior. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apresentou ainda uma queda recorde no número de pessoas ocupadas²⁶ no Brasil nesse mesmo período, foram 8,3% (7,8 milhões de pessoas a menos) em três meses.

²⁶ “São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2020, S/N).

E o que estes dados nos mostram sobre o Brasil e sobre a penosa realidade escancarada pela pandemia do novo coronavírus? Ora, já afirmamos linhas atrás e voltamos a destacar que o vírus em questão evidenciou o caráter elitista do Estado e o “espírito” antidemocrático da burguesia brasileira que superdimensiona estratégias de valorização e extração de superlucros em detrimento de investimentos em setores de utilidade pública; a alta concentração de renda, a crescente desigualdade social e os frequentes ataques aos direitos sociais conquistados refletem-se nos números, trazendo obstáculos, muitas vezes, intransponíveis para a própria reprodução/sobrevivência das camadas populares da sociedade. Tudo isso em um contexto em que as resistências se encontravam desmobilizadas e fragmentadas tanto por conta da instalação de uma crise sanitária mundial, pois o meio mais eficaz para a proteção contra o coronavírus foi o isolamento social, quanto pela repressão de um governo autoritário que ignorava as mortes de milhares de brasileiros/as e a urgência de ações para o enfrentamento da crise.

No Brasil, o isolamento social foi decretado pelos governos estaduais de 23 estados e no Distrito Federal. A quarentena previa o fechamento do comércio, de bares e restaurantes, de escolas e universidades; os serviços essenciais que continuaram em funcionamento também tiveram que se adaptar para evitar o contágio de seus funcionários e das pessoas que consumiam os serviços. Estas ações seguiram os padrões de outros países, como Itália, Inglaterra, Espanha, e foram essenciais para evitar a rápida propagação do novo coronavírus e o colapso do sistema de saúde, uma vez que este não apresentava condições de absorver o número crescente de casos da doença. O isolamento social e outras medidas preventivas, como o uso da máscara, foram recebidos com desdém pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e por seus seguidores. Bolsonaro imprimiu um discurso de defesa da reabertura do comércio e do isolamento vertical, isto é, somente aqueles/as que estivessem no chamado “grupo de risco”, como as pessoas idosas, cumpriram a quarentena. Alimentando o pensamento de que o coronavírus seria um risco apenas para idosos/as e pessoas com alguma outra doença pré-existente. O então presidente se opôs aos governos estaduais, à Organização Mundial da Saúde e à imprensa. A pandemia foi vivida no país juntamente com uma crise política, na qual houve constantes trocas de ministros da saúde, escândalos de corrupção envolvendo a família de Bolsonaro, suposta interferência do presidente no comando da Polícia Federal para proteção dos seus filhos e amigos, a propagação de notícias falsas (*fake*

news) e apoio/participação em atos antidemocráticos (que clamavam por intervenção militar) promovidos por grupos políticos pró-governo Bolsonaro.

Enquanto isso, milhões de pessoas no país, que dependiam de empregos informais ou que já estavam desempregadas, viram-se sem nenhuma fonte de renda. Outras, que viviam nas ruas, estavam ainda mais vulneráveis, pois, com o isolamento social, não tinham a quem recorrer por comida e dinheiro. Utilizando a justificativa de que as pessoas precisavam voltar ao trabalho para manutenção das suas condições de vida, Bolsonaro assumiu a completa desresponsabilização do Estado por direitos básicos do povo, deixando claro o seu compromisso com a economia e com os grandes empresários. Investimentos importantes como a renda emergencial²⁷ para pessoas que sofreram impactos diretos com a crise do novo coronavírus foram profundamente criticados pelo presidente.

Nos casos de travestis e pessoas transgêneras, o acesso às políticas públicas sempre se deu de forma precarizada e, muitas vezes, violenta. Durante a pandemia do novo coronavírus, este público se viu alheio a ações emergenciais de assistência que atendessem as suas vulnerabilidades, aprofundadas pelo período de crise. O acesso precário ao qual nos referimos não ocorre apenas pelos cortes de investimentos em políticas públicas por parte do Estado, como já citamos, mas pelo processo de apagamento de identidades de gênero, ocasionado pela transfobia. A população T é vista como indesejada, os seus modos de ser, os seus comportamentos e as suas subjetividades são alvos de julgamentos moralistas, ideológicos e normativos, que os/as relegam a repressões que atentam contra sua integridade física ou os/as empurram para uma espécie de “exílio social”, um isolamento social. Este não é uma novidade na vida desse público, ele não é determinado como preventivo tampouco como passageiro, ele é permanente e se expressa como transfobia.

No período da pandemia, os desafios impostos à população T (travestis e pessoas transgêneras) não foram apaziguados; ao contrário, houve um aumento de mortes desta população no estado do Ceará. De acordo com levantamentos do

²⁷ Com a pandemia, o Governo Federal criou o “Auxílio Emergencial”, um benefício financeiro destinado aos trabalhadores/as informais, microempreendedores/as individuais (MEI), autônomos/as e desempregados/as. O objetivo era fornecer uma renda mínima para proteger de forma emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia. “O benefício no valor de R\$ 600,00 será pago por três meses, para até duas pessoas da mesma família. Para as famílias em que a mulher seja a única responsável pelas despesas da casa, o valor pago mensalmente será de R\$1.200,00”. Disponível em: < <https://auxilio.caixa.gov.br/#/inicio>>. Acesso em: 10 de jun. de 2020.

Sistema Verdes Mares (SVM), divulgados no jornal Diário do Nordeste²⁸, “Apenas no mês de agosto, foram contabilizados quatro homicídios de mulheres transexuais ou travestis [...]”. A matéria ainda enfatiza que até a data da reportagem (24/08/2020) pelo menos 14 pessoas trans haviam sido mortas vítimas de crimes violentos. Os dados são alarmantes se comparados aos números de mortes registrados em 2019. De tal modo:

Acreditava-se que durante a pandemia do COVID-19, os índices de assassinato poderiam diminuir como aconteceu em outras parcelas da população, pela necessidade do isolamento social colocado em muitas cidades/estados. Mas quando vemos que o assassinato de pessoas trans aumentou, temos um cenário onde os fatores sociais se intensificam e tem impactado a vida das pessoas trans, especialmente as travestis e mulheres transexuais trabalhadoras sexuais, que seguem exercendo seu trabalho nas ruas para ter garantida sua subsistência, visto que a maioria não conseguiu acesso as políticas emergenciais do estado devido a precarização histórica de suas vidas. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS, 2020, s/n)

Neste sentido, entendemos que as relações sociais produzem meios de invisibilizar a existência de determinados grupos e indivíduos, a fim de atender a padrões que sejam convenientes para um projeto de sociedade que busca aniquilar a diversidade. Esse público representa para a sociedade uma transgressão do padrão de aceitação social; eles/elas (no caso de pessoas não binárias estes pronomes não se aplicam) ameaçam o sistema cisheteropatriarcal e o conservadorismo imposto pelas elites brasileiras. Forjada, muitas vezes, no fundamentalismo religioso e/ou na construção de um pensamento que supervaloriza o discurso biologicista, as normas estabelecidas exigem identidades fixas, binárias, centradas nas determinações do que deve ser o masculino e do que deve ser o feminino. A imagem de um homem viril, provedor, forte e político deve fazer oposição à imagem da mulher frágil, resignada, rainha do lar. Tudo aquilo que fugir a esta norma será obrigado a se adequar e, caso não o faça, será invisibilizado, apagado, morto.

A naturalização do sexo e do gênero, seja pela ciência biológica seja pela religião, produz bases controladoras e reguladoras dos corpos, dos comportamentos, dos desejos, determinando os sujeitos como “abjetos”. Estamos inseridos/as em uma sociedade que disciplina nossa reprodução social, desrespeitando as diferenças e

²⁸ Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/14-pessoas-trans-foram-mortas-no-ceara-em-2020-4-so-em-agosto-1.2980553>>. Acesso em: 01 set. de 2020.

estabelecendo hierarquizações. Tal fato põe os grupos uns contra os outros como se a conquista de seus direitos fosse, na verdade, privilégio.

Nesta pesquisa, acreditamos na luta pela desconstrução de estruturas e, conseqüentemente, de padrões sociais e culturais que assujeitam e que subjagam a diversidade. Por isso, falamos de masculinidades, feminilidades e de outras identidades que não reivindicam construções masculinas nem femininas. **Não assumimos com isso uma postura de porta-voz do público trans;** o que pretendemos é enfrentar de forma coletiva as opressões contra aqueles/as que por causa da sua identidade de gênero são frequentemente empurrados para a margem.

Assim, além de produzirmos conhecimento e discussões sobre a população T e sobre o acesso ao ensino superior, defendemos que esta tese é política, pois a democratização desse nível de ensino leva a diversidade para as Instituições de Ensino Superior (IES) e faz com que travestis e pessoas transgêneras possam se reconhecer nos espaços acadêmicos. Esse reconhecimento deve ocorrer não apenas pelo ingresso de uma pequena parcela do público T nas instituições, mas pela mudança de uma cultura transfóbica que impede a permanência do segmento nas IES. Dessa forma, nos próximos tópicos apresentaremos as técnicas usadas para a coleta de dados da pesquisa, bem como o lócus deste estudo, a fim de desvelar o percurso que traçamos para a presente investigação. Ressaltamos a complexidade da temática e a necessidade de fazermos nossas análises à luz das falas dos sujeitos da pesquisa.

2.2 Técnicas e instrumentos de pesquisa e exploração do campo

Depois de apresentar nossa aproximação com a temática e a delimitação do tema, abordaremos neste tópico os procedimentos metodológicos com os quais pretendemos coletar os dados da pesquisa. Esta tese será de natureza qualitativa, pois é importante tecer reflexões e análises sobre a situação da população T na educação superior, especialmente, porque o desenvolvimento deste trabalho se deu em meio a um período de ataques à educação e aos direitos da população LGBTQIA+.

A pesquisa qualitativa foi escolhida, pois através dela podemos delinear os caminhos entre as singularidades dos sujeitos e as particularidades, isto é, as experiências sociais, políticas, culturais vividas pelos sujeitos na sua individualidade não são percepções circunstanciais, desconectadas do real e da coletividade.

Conhecer suas percepções sobre o significado do acesso ao ensino superior pressupõe um conhecimento simultâneo de como a sociedade enxerga esta população. “Mais do que conhecer fragmentos do real incomparáveis e desconexos, as linguagens qualitativas permitem identificar o comum sob a aparência da heterogeneidade, permitem sistematizar sem neutralizar a singularidade [...]”. (ALBUQUERQUE; ALMEIDA; SANTOS, 2013, p. 29).

Duas posturas rodeiam os estudos qualitativos: a primeira está relacionada a uma suposta ausência de rigor na sistematização metodológica da análise qualitativa; a segunda argumenta sobre a pessoalidade na análise dos dados qualitativos, as interpretações seriam tecidas com certa subjetividade (ALBUQUERQUE; ALMEIDA; SANTOS, 2013). O que observamos, na verdade, é que a pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais é, com frequência, descredibilizada em prol das Ciências Exatas e de estudos quantitativos. Não que estes estejam aquém, pelo contrário, sua relevância está em pé de igualdade aos estudos qualitativos, entretanto, há uma tendência acadêmica de investimentos em pesquisas quantitativas, pois estas apresentam resultados que podem ser usadas na economia.

Por isso, ressaltamos como relevante destinar nas pesquisas um espaço para as sistematizações metodológicas de cunho qualitativo. As análises sociais e políticas que perpassam a sociedade e a vida cotidiana dependem de interpretações qualitativas, estas se configuram como leituras que rompem o imediatismo das práticas cotidianas. Nessa ótica:

A reflexão crítica e a superação de abordagens excessivamente centradas na temporalidade presente e em leituras individualizantes dos problemas sociais contemporâneos parece-nos de fato essencial para a fundação de uma intervenção política e social que não seja mera reconfiguração da impossibilidade de pensar e de agir para além de um quadro temporal e espacial restrito de cumplicidade com o presentismo e, como tal, potencialmente invalidante. A investigação permite evidenciar conexões entre fatos, vivências e experiências, que, para além do singular, traduzem uma dimensão socioeconômica partilhada. (ALBUQUERQUE; ALMEIDA; SANTOS, 2013, p. 45).

A investigação qualitativa permite, portanto, desvelar processos sociais, propiciando a revisão de abordagens, criação de novas definições e reflexões críticas sobre problemáticas que, muitas vezes, são naturalizadas pelo olhar imediatista do senso comum. Muitas são as abordagens qualitativas. Para citar algumas, temos a etnografia, a fenomenologia, o construtivismo, no entanto, “[i]gualmente, todas trazem

para o interior das análises o indissociável imbricamento entre subjetivo e objetivo, entre atores sociais e investigadores, entre fatos e significados, entre estruturas e representações” (MINAYO, 2013, p. 60).

Por esta razão, faremos uso da pesquisa qualitativa como forma de compreender a lógica interna, os sentidos que os sujeitos atribuem a sua relação com o ensino superior, com as universidades públicas. De tal forma, escolhemos participantes do Transpassando, projeto de extensão da UECE, que visa preparar travestis e pessoas transgêneras para o ENEM. O Transpassando não é um simples programa onde as pessoas assistem a aulas e vão embora. Trata-se de um coletivo, onde as decisões sobre as aulas e as demais atividades de formação são tomadas pelos/as integrantes do programa. Esta característica é importante para o processo de coleta de dados e para as análises que serão realizadas ao longo da tese, pois os sujeitos trarão uma visão protetiva para o Transpassando.

Como pesquisadores/as, precisamos estar atentos/as a tais posturas, não como forma de condenar ou desdenhar das contribuições dos/as interlocutores/as, mas com a finalidade de refletir o que a realidade concreta tem apresentado. Para Minayo e Guerriero (2014, p. 1106-1107):

[...] compreender não é apenas buscar as intenções do sujeito nem contemplar de forma passiva sua fala ou sua ação, pois esse não se esgota na conjuntura em que vive e nem seus pensamentos e inserção social são meros frutos de sua vontade, personalidade e desejo. Ao pesquisador que detém ao mesmo tempo um conhecimento empírico mais amplo e formulado por vários atores e um conhecimento teórico que coloca seu objeto na cena científica nacional e internacional, cabe a ele a compreensão aprofundada da lógica interna do fenômeno ou dos grupos e, ao mesmo tempo, respeitar as diferenciações internas enunciadas pelos interlocutores. Utilizando uma frase clássica de Marx na *Contribuição à crítica da Economia Política*, o papel do pesquisador é o de elaborar um texto que reflita “o concreto pensado”.

Por fim, consideramos que a pesquisa qualitativa defende não apenas os resultados, mas toda a construção que envolve o trabalho: o método, os estudos teóricos, o percurso metodológico, os estudos empíricos e as dificuldades enfrentadas durante a relação estabelecida com os/as interlocutores são momentos privilegiados das pesquisas, sintetizados durante a escrita do texto. As escolhas realizadas não acontecem de forma neutra, os/as pesquisadores/as se posicionam, ainda que parcialmente, ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Por este motivo, concordamos com Minayo e Guerriero (2014, p. 1107) ao argumentar que a produção do texto “[...] não pode ser separado do autor, do seu processo de elaboração nem do

método de produzir conhecimento. Identificar e explicitar ao leitor a partir de que lugar o autor escreve é reconhecer que não existe uma pessoa que tudo enxerga, nem uma verdade única e essencial”.

O nosso lugar de fala é o de pessoas cisgêneras que não enfrentaram as mesmas dificuldades de travestis e pessoas transgêneras para acessar o ensino superior. Ainda assim, a formação crítica nos leva a perceber que determinados grupos são estigmatizados e marginalizados dos espaços sociais.

Dito isso, discorreremos sobre as técnicas que foram usadas para a coleta de dados, isto é, sobre o delineamento da pesquisa. Dentre as técnicas que lançaremos mão estão: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Ambas montarão a base para entendermos as discussões que envolvem a temática. Os livros, os artigos, os estudos de outros/as pesquisadores/as, bem como os dados, indicadores, leis, decretos, políticas fazem parte da construção teórica do conhecimento e são fundamentais para que nos aproximemos da realidade. Entendemos neste trabalho que o material bibliográfico e documental que dispomos é histórico e não contém uma verdade absoluta, única. Eles mostram a realidade de um determinado lugar, onde as populações expõem características que respondem as necessidades postas, necessidades estas embebidas pelas particularidades locais.

Destacamos, dessa maneira, que “[a] principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 45). Não podemos pesquisar sobre o acesso da educação de travestis e pessoas trans em todo território nacional, seria impossível percorrer todo o Brasil, a fim de identificar quais os significados que esta população atribui a sua entrada e permanência nas Instituições de Ensino Superior. Todavia, a bibliografia existente sobre os sujeitos da pesquisa aponta as principais questões relativas às violências sofridas por travestis e pessoas trans que se tornam obstáculos para o acesso às IES, assim como ao mercado de trabalho.

Semelhante à pesquisa bibliográfica, temos a pesquisa documental. Nela tratamos das leis, decretos, dispositivos legais que norteiam o ensino formal no Brasil, relacionando-os aos sujeitos da pesquisa e à realidade vivenciada pelas travestis e pessoas transgêneras. Realidade essa que não envolve apenas os desafios para o acesso ao ensino superior, mas a construção das relações patriarcais de gênero e a exigência de que sigamos uma coerência entre sexo-gênero-sexualidade.

Com a intenção de coletarmos informações para a análise dos objetivos desta pesquisa, fizemos uso de entrevista semiestruturada com integrantes do Transpassando. Assim, para que as falas das/os participantes da pesquisa fossem captadas de maneira fidedigna e para nos protegermos do vírus da COVID-19, usamos a plataforma *online Google Meet*. Criamos, então, dois roteiros de entrevista semiestruturada. Esta foi pensada como técnica adequada para direcionarmos as categorias abordadas nas conversas, sem, contudo, perder de vista a flexibilidade. Isto é, as/os entrevistadas/os podiam pedir esclarecimentos sobre as perguntas, caso não tivessem compreendido e eu, como pesquisadora, poderia adicionar perguntas que surgissem durante a interação, “capturar” fatos que aconteceram na entrevista e expressões corporais. “A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL, 2008, p. 109).

Ressaltamos que a gravação das entrevistas ocorreu por meio de autorização prévia dos/as interlocutores/as, utilizando um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo os objetivos da pesquisa, as explicações sobre o uso das falas para tese e publicações posteriores, a garantia do sigilo das identidades dos sujeitos, bem como os fins não pecuniários desta atividade. Estes cuidados merecem atenção nas incursões de campo; é comum que na fase empírica dos trabalhos, os/as pesquisadores/as cometam deslizos éticos, os quais podem ferir os direitos dos/as participantes do estudo e comprometer os resultados da pesquisa.

Quanto ao sigilo das identidades, modificamos os nomes das/os interlocutoras/es da pesquisa, homenageando travestis, pessoas transgêneras e cantores/as cisgênero que foram importantes para o movimento LGBTQIA+. A escolha dos nomes respeitou a identidade de gênero das/os entrevistadas/os. Ressaltamos que a nomenclatura não tem relação com as características físicas e personalidades dos sujeitos da pesquisa. Logo, apresentamos os nomes fictícios de artistas e ativistas que nos inspiraram: Cássia Eller, Ney Matogrosso, Tina Rodrigues, Valentina Sampaio, Chaz Bono e Ruddy Pinho²⁹.

²⁹ **Cássia Eller** – cantora, compositora e multi-instrumentista brasileira. A cantora era declaradamente lésbica e vivia com a sua companheira Maria Eugênia e com o filho do casal, Chicão. Ela rompeu barreiras durante a década de 1990 com sua irreverência e estilo. Faleceu em 2001 vítima do uso abusivo de drogas.

Ney Matogrosso – cantor, compositor, dançarino e ator brasileiro, influenciou o movimento homossexual na década de 1970 com músicas de duplo sentido e roupas que rompiam os padrões binários (TREVISAN, 2018).

Por ter iniciado um contato no ano de 2019 com os/as organizadores/as do projeto e fazendo parte do grupo de *WhatsApp* do Transpassando, observei que nem todos/as os/as integrantes frequentavam as aulas e as reuniões; além disso, a rotatividade de professores/as era alta, uma vez que estes/as eram voluntários/as. Com a pandemia da COVID-19, decretada em 2020, tivemos a paralisação das atividades nas universidades e, conseqüentemente, a produção deste estudo também foi paralisada, visto que o momento era de incertezas e gerava mudanças em todos os âmbitos da vida dos seres humanos. Dessa forma, os contatos posteriores com o projeto ocorreram à distância, o que fez com que muitos/as participantes que estavam entrando no Transpassando não pudessem me conhecer.

Ao todo, foram realizadas 06 entrevistas, as quais foram subdivididas em duas categorias: 1. participantes que colaboram/colaboraram com a organização do projeto; 2. estudantes do curso preparatório para o Enem. É importante afirmar que a identificação dos sujeitos foi uma das primeiras dificuldades enfrentadas na pesquisa, uma vez que o programa Transpassando tem como um de seus princípios norteadores o caráter coletivo das discussões e decisões. Ou seja, o projeto não tem uma figura central para a sua representação. Destarte, muitos/as alunos/as também colaboram com as atividades, tendo em vista que o programa se identifica como um coletivo.

Portanto, das 06 pessoas entrevistadas, identificamos que 04 participaram ativamente da organização das ações do Transpassando (ações que versam sobre a elaboração das aulas e sobre as atividades de combate à transfobia no ambiente universitário); e as outras 02, tiveram maior participação como alunos/as do projeto. Para chegarmos a essa conclusão, acompanhei a movimentação das redes sociais

Tina Rodrigues – foi uma militante cearense fundadora da ATRAC, junto à ativista Janaína Dutra. Faleceu em 2020, aos 57 anos, vítima da covid-19. Disponível em: < <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/thina-rodrigues-morre-aos-57-anos-por-covid-19-travesti-foi-pioneira-da-causa-lgbti-no-ceara-1.2960673> >. Acesso em: 07 de jul. 2023.

Valentina Sampaio – modelo cearense de 26 anos. Ficou conhecida por ser a primeira mulher trans a estampar a capa da revista Vogue Brasil e Vogue França. A modelo é a primeira transexual a fazer parte da Victoria's Secret. Disponível em: < <https://vogue.globo.com/moda/noticia/2022/08/valentina-sampaio-fala-sobre-transfobia-e-preciso-ser-forte-para-colocar-o-pe-na-rua.html> >. Acesso em: 07 de jul. de 2023.

Chaz Bono – homem transexual, ator e ativista dos direitos LGBTQIA+, Chaz Bono é filho de Cher e Sony Bono. Assumiu-se lésbica aos 21 anos e aos 32 descobriu a sua transexualidade. Aos 41 anos realizou a sua cirurgia de redesignação sexual e retificação dos seus documentos. Disponível em: < <https://filmow.com/chaz-bono-a211168/> >. Acesso em: 7 de jul. de 2023.

Ruddy Pinho – mulher transexual, cabeleireira de atrizes globais nos anos 1980 e 1990, conhecida no Rio de Janeiro como “A Maravilhosa”, ela contribuiu os avanços do movimento LGBTQIA+ no Brasil. Disponível em: < <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/morre-ruddy-pinho-a-maravilhosa-e-cabeleireira-de-famosas-nos-anos-1980-e-1990> >. Acesso em: 07 de jul. de 2023.

do Transpassando, especialmente, no aplicativo *WhatsApp*. Antes da pandemia da COVID-19, as atividades do projeto eram realizadas de forma presencial, seguindo o calendário da UECE. Entretanto, com a pandemia, as atividades das universidades foram suspensas e o projeto se voltou para o sistema remoto, promovendo também *lives* no *Instagram*, abordando a situação de travestis e pessoas transgêneras em meio à crise humanitária.

As/Os interlocutoras/es desta pesquisa não são apenas pessoas do público T. Dentre as/os 06 entrevistadas/os, 02 se identificam como cisgênero e foram contatadas por fazerem parte dos/as integrantes que estão vinculados/as ao projeto desde o seu surgimento. Quanto as/os demais entrevistadas/os, 02 se identificam como mulheres transexuais, 01 como travesti e 01 como homem transexual.

Durante os anos de doutoramento (2018.2-2023.1), não consegui identificar o total de integrantes do projeto, visto que muitas pessoas entraram no grupo para fortalecer as ações de combate à transfobia e para se sentirem acolhidos/as, porém, não participavam das aulas nem das reuniões. Outras pessoas, que estavam na formação inicial do projeto, desvincularam-se.

O Transpassando é o lócus desta pesquisa, contudo, encontramos diversas dificuldades no contato com os/as integrantes do projeto. Quando participei em 2019 da reunião geral de planejamento do semestre com o grupo, fui informada que o projeto não recebia pesquisadores/as, pois estes/as “exploravam” o Transpassando, colhendo informações e “sumindo em seguida”. Uma das integrantes chegou a mencionar na reunião que pessoas trans não eram objeto de pesquisa. Apesar das colocações e posicionamentos, diante da minha vinculação ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará (PPGE-UFC) os/as integrantes aceitaram a pesquisa.

Compreendo que a resistência inicial foi referente a dois fatores: o primeiro, a falta de compromisso dos/as pesquisadores/as com o público trans e com a pesquisa, deixando de retornar os resultados de seus estudos para o projeto; o segundo, é referente a uma questão de gênero, pois a pesquisadora é uma mulher cisgênero que tem se dedicado a pesquisas sobre gênero e sobre sexualidade. É sabido que, cada vez mais, pessoas trans estão escrevendo e estudando sobre as temáticas que dizem respeito à transexualidade e à travestilidade, e ter uma pessoa cis à frente de uma pesquisa sobre a sua identidade de gênero poderia reforçar a prática de apagamento das epistemologias trans.

Uma das interlocutoras³⁰ é ex-integrante do Transpassando e citou o motivo pelo qual os/as participantes não aceitam entrevistas com frequência.

Primeiro eu gostaria de parabenizar pela pesquisa que você está desenvolvendo que é uma pesquisa extremamente importante, necessária à nível de doutorado. Uma pesquisa científica em educação que legitima o discurso das pessoas trans. E parabenizar também pelo feito que você conseguiu. Porque quando nós iniciamos o Transpassando surgiam muitas pessoas de vários cursos e de várias universidades para fazer pesquisa. E aí nós concedemos tantas pesquisas, como entrevistas para jornais, que nós ficamos saturadas e as pessoas do projeto não queriam mais conceder pesquisa de forma alguma (RUDDY).

Consideramos a relevância de que os estudos sobre a população T sejam escritos e debatidos por pessoas do segmento. Todavia, reafirmamos que a presente pesquisa parte de uma inquietação desta pesquisadora/professora e assistente social, pois, em 10 anos de formação e experiência profissional não tivemos professores/as, tampouco colegas de turma trans. Nos anos de docência, como professora temporária do curso de Serviço Social da UECE, percebi uma maior inserção de alunas/os da população T, mas ainda de forma tímida. Ademais, esta temática precisa ser discutida também com/por pessoas cisgênero, uma vez que a superação das estruturas opressoras deve acontecer de forma coletiva, reconhecendo que a transfobia é reproduzida por nós.

Tina, que se identifica como travesti, discorreu sobre as pesquisas referentes ao público trans, fazendo uma crítica ao engessamento de conceitos que, normalmente, são determinados por pesquisadores estrangeiros e com renome, porém, ressaltando que pesquisas como esta abrem espaço para a visibilidade de falas trans. Ela diz:

Eu estou fazendo uma pesquisa agora que trabalha a teoria T, mas toda semana é uma briga na sala de aula, porque justamente, nós temos um problema dentro da universidade, e aí eu ressalto a importância de trabalhos como o seu, como os que eu pretendo trabalhar e como eu vejo o de outras pessoas, é que nós, nossa história, o desenvolvimento das nomenclaturas que nos classificam, foram feitas por pessoas que não vivenciam as nossas histórias, que não vivenciam o preconceito que vivenciamos, que não vivenciam a transexualidade de fato. Foram feitas normalmente por homens, velhos, brancos, europeus ou norte americanos que criaram teorias extremamente perpassadas por preconceitos e inúmeras outras questões que são problemáticas, e que isso, até hoje é trazido dentro da universidade como uma verdade absoluta e que muitas vezes tentam silenciar as pessoas que vivenciam a transexualidade, a travestilidade ou qualquer outra dessas

³⁰ No tópico 2.5 deste capítulo, iremos discorrer sobre o perfil das entrevistas e dos entrevistados, respeitando o sigilo de suas identidades.

expressões com esses textos, com esses autores querendo impor e querendo nos ensinar o que é ser uma travesti, uma transsexual, um gay, uma lésbica. Então eu acho que é interessante, é importante esses tipos de trabalhos acadêmicos que dão voz para pessoas como eu, para outras mulheres, para outros homens transgêneros que é justamente mostrar o que nós somos e compreender, a partir disso, as necessidades de rever alguns conceitos (TINA).

As falas dos/as entrevistados/as são uma referência primordial para se atingir o objetivo central deste trabalho: compreender os significados do acesso ao ensino superior por travestis e pessoas transgêneras do Transpassando. Porém não se configura como uma fonte isolada. Ela carece de outros instrumentos que, juntos, fornecerão uma base de dados para a análise da temática. Portanto, a riqueza da pesquisa não está em fases pontuais, todo o processo se estabelece como construto de um novo conhecimento e é por esta razão que o diário de campo será um instrumento de grande valia. Por meio dele, foram feitas algumas anotações das impressões, dos gestos, dos “silêncios”, observados no contato com as/os entrevistadas/os e usados como forma de mostrar para o/a leitor/a as dificuldades e possibilidades encontradas neste estudo.

Tal fato faz parte do processo de triangulação de técnicas. Ter não apenas uma, mas várias fontes de informação criam caminhos que se entrecruzam na aproximação com os sujeitos.

Nesse movimento de distinção e de intercessão das etapas de pesquisa, ênfase que é imprescindível dar atenção a cada procedimento de construção do projeto de pesquisa. No entanto, ressaltar também que o investigador precisa trabalhar com liberdade e inteligência para reconhecer as diferentes técnicas como guias e exemplos, para ser capaz de criar outras ou prescindir delas, quando se tornam obstáculos, lembrando-se sempre que investigar é um labor científico e não apenas um tecnicismo. A dialética entre técnica e criatividade é o tempero da boa pesquisa. (MINAYO, 2013, p. 109).

Ratificamos que, no período de realização das entrevistas, as aulas e demais atividades das universidades, em todo o Brasil, haviam sido interrompidas ou estavam acontecendo de maneira remota, a fim de respeitar o isolamento social. Com isso, notamos que alguns aspectos próprios na interação com as/os entrevistadas/os foram perdidos. Um exemplo disso é que para travestis e pessoas transgêneras, que já vivenciam situações frequentes de violências e negação de direitos, a confiança na pesquisadora (ou pesquisador) é essencial, pois isso faz com que as/os entrevistados se sintam mais seguros/os em conceder as entrevistas e/ou em abordar livremente o tema. Com as medidas de isolamento social, o contato com o Transpassando foi

limitado e muitas pessoas que antes faziam parte do projeto enfrentaram problemas de adoecimento, perda de familiares e amigos e o aprofundamento do empobrecimento, causado pelo desemprego. Além disso, outras pessoas do público T entraram no programa buscando o fortalecimento do coletivo, e não necessariamente estavam procurando participar das aulas do pré-vestibular.

Nesse sentido, com a retomada das atividades das universidades em 2021, recomeçamos a pesquisa entrando em contato com as/os integrantes, contudo, o cenário já não era o mesmo. As tentativas de incursão na coletividade do programa tinham que ocorrer pela *internet* e, muitas vezes, não consegui retorno. Dados importantes como o levantamento de informações sobre o número de participantes que haviam entrado em IES após terem frequentado as aulas e atividades do Transpassando ficaram sem respostas. Também tentei realizar entrevistas com integrantes indicadas por pessoas do grupo, mas elas negaram participação, justificando não estarem mais ligadas ao Transpassando ou não poderem “ajudar”. A resistência em receber pesquisadores ainda se fazia presente e, embora o estudo tivesse sido aceito, muitas/os optaram em não colaborar.

O posicionamento de participantes do projeto em relação à pesquisa é compreensível diante dos obstáculos que o público vivencia para entrar em IES e, principalmente, pelo fato de almejam escrever e publicar trabalhos acadêmicos sobre o seu próprio segmento. Cabe refletir que durante a investigação não podemos prever as interferências do acaso, as desistências, tampouco se iremos conseguir confirmar ou refutar todos os pressupostos, o imprevisto faz parte da pesquisa. Todavia devemos estar preparados/as para as dificuldades que interferem no delineamento planejado para o desenvolvimento da tese. A criatividade para responder as intempéries é inerente ao ato de pesquisar e as decisões e escolhas para superá-las dispõem da experiência do/a pesquisador/a e de seu/sua professor/a orientador/a.

Por fim, para o tratamento analítico dos dados, iremos nos direcionar pela abordagem metodológica da História Oral. Considerando que os relatos dos/as interlocutores/as desta investigação irão perpassar a subjetividade e a objetividade de fatos, que influenciam os seus desejos e vivências, acreditamos que a memória e a oralidade criarão possibilidades de se reescrever os rumos da sociedade através das lentes de pessoas que, comumente, são marginalizadas. Os conteúdos que não são ditos tendem a desaparecer. Deste modo, precisamos reconhecer que as falas

transmitem cultura e um modo de entender a sociedade que, muitas vezes, não é apenas individual, mas reflete as experiências de um grupo. Devemos afirmar também que no caso de travestis e pessoas transgêneras a oralidade é fundamental para que consigamos apreender as suas críticas e as suas dores em um sistema de sociedade que as/os mata. Assim, “[o] relato oral é o mais antigo registro de informação e conservação do saber. A principal forma de comunicação do homem é a fala. A narrativa do sujeito é uma explicação ou interpretação do próprio narrador, é a interpretação que faz da sua própria vida”. (ROJAS, 1999, p. 91).

O próximo subtópico será dedicado a dissertar sobre a História Oral para que possamos entender o significado dessa abordagem para esta tese e para a construção e interpretação dos dados coletados na pesquisa.

2.2.1 A história oral como metodologia da pesquisa

Começamos esta discussão evidenciando o nosso posicionamento sobre a história oral, nesta tese ela não se configura apenas como uma técnica de coleta de dados. Este olhar é reducionista para representar a história oral. Entendemos que ela é antes de tudo uma metodologia de pesquisa. E como uma boa metodologia, a história oral estabelece e ordena os procedimentos de trabalho, fazendo uma ponte entre teoria e prática (AMADO; FERREIRO, 2006, p. 16). De tal modo, não podemos incorrer no erro de enxergá-la unilateralmente, como mero pragmatismo. Mas, cabe o questionamento: por que escolher a história oral como metodologia de trabalho numa pesquisa sobre travestis e pessoas transgêneras?

Tratamos aqui de pessoas que vivenciam práticas que divergem das nossas. Na verdade, são pessoas que encaram na pele, cotidianamente, a realidade das violências e das marginalizações por serem travestis e transgêneras. Ouvir esta população e trazer as suas falas para um trabalho acadêmico, em tempos de forte conservadorismo e ódio à diversidade, faz parte não apenas da nossa função como pesquisadores/as, mas é acima de tudo um ato político. Não estamos nos colocando numa posição de “vamos deixar falar” aqueles/as marginalizados/as; o que estamos fazendo é nos responsabilizando também pela demarcação de espaços para que se discuta e se desconstrua a ideia estereotipada e estigmatizada sobre gênero, sexualidade e educação. Ademais, a opção pela história oral também se dá porque nesta metodologia os indivíduos são pensados como sujeitos ativos e não como

objetos de pesquisa. Observamos, então, que a história oral “não ‘ressuscita vozes’ e que ninguém está autorizado a falar por outrem e nem ao menos ter o poder de ‘salvar’ o tempo passado. O tempo é reconstrução [...], respondendo às questões contidas no presente” (GUIMARÃES NETO, 2011, p. 18).

Assim, tendo em vista que este trabalho terá como uma das técnicas de coleta de dados no campo as entrevistas, que serão realizadas com participantes do programa Transpassando, optamos pela história oral. A partir dela é possível desvelar a relação entre a subjetividade e a objetividade nas falas dos sujeitos; isto é, os relatos de vida, repletos de vivências individuais trazem também evidências de fatos sociais, culturais, políticos. A subjetividade sempre será interpelada pela objetividade, elas estão interligadas. Dessa maneira,

O que procuro ressaltar com essas considerações é que a noção de subjetividade não deve ser pensada [...] como uma figura ou uma dimensão a-histórica ou transhistórica, uma essência de todo ser humano, uma matéria alojada no coração ou na mente dos homens, algo natural e que pode ser resgatado e analisado pelos praticantes da história oral; ela é, sim, resultado de múltiplos percursos históricos que convergiram, não sem tensões, para a fabricação do indivíduo moderno, “aquele” que possui uma determinada subjetividade (SCHMIDT, 2009, p. 87).

Nós, pesquisadores/as, das Ciências Sociais e Humanas, temos dificuldades de trazer para os trabalhos científicos a subjetividade, por encará-la como algo individual e, muitas vezes, desprovido de intervenções da sociedade em sua constituição. Todavia, esquecemos que esta dimensão é refratária das condições históricas, sociais, culturais, políticas. Somos sujeitos dinâmicos e, como dito anteriormente, não separamos os desejos, intenções, prazeres, isto é, a subjetividade, daquilo que vivenciamos em sociedade. Isto serve tanto para os/as interlocutores/as da pesquisa quanto para os/as pesquisadores/as, pois, nós, como “especialistas” capazes de analisar o dito e o não dito, também imprimimos, desde a escolha do tema à finalização dos trabalhos, nossas subjetividades.

Estamos prontos/as para validar estudos sobre a economia, sobre o cenário político, sobre a sociedade burguesa, sobre como se desenvolvem outras culturas, sobre as descobertas da biologia, sobre os átomos, células, mas não estamos preparados/as para falar de como todas estas mudanças na sociedade (da política ao aparecimento de novas doenças) afetam este espaço tido como singular, o espaço subjetivo. Normalmente, relegamos este trabalho aos psicanalistas e

psicólogos, alegando incompetência para fazê-lo. Na verdade, o que realmente estamos fazendo é corroborar com certas formas de saber-poder que supervalorizam uma dimensão em detrimento de outra, como se elas estivessem em uma eterna disputa. Os/As leitores/as mais desatentos/as podem acreditar que em todas as linhas desta tese traremos pensamentos singulares, quando o que pretendemos é tratar as relações sociais e a subjetividade como partes de um mesmo complexo. “Nesse ponto é oportuno também destacar que não há como ficar apenas nos ‘significados’, pois, o horizonte da transformação pressupõe romper com as estruturas” (OSTERNE, 2013, p. 76).

Precisamos lembrar que grande parte dos estudos realizados nas Ciências Sociais se utiliza da “palavra falada” para construir suas teorias; logo, a oralidade torna-se uma fonte de dados a qual nem sempre damos a devida credibilidade. De acordo com Lozano (2006), a oralidade era objeto de conhecimento teórico da antropologia e um meio para aproximação com diversas culturas. Com o tempo, a oralidade ultrapassou o espaço específico da antropologia, tornando-se também objeto de estudo de outras disciplinas.

Nos anos 1990, a história oral se disseminou pelo meio universitário brasileiro, e, em 1994, fora instalado, na Universidade de São Paulo, o Laboratório de História Oral, vinculado ao Departamento de História. No ano seguinte, realizou-se o I Encontro Regional de História Oral/Sudeste-Sul (JUCÁ, 2003). Tal fato é demonstrativo para compreender abertura no campo acadêmico e o rompimento das barreiras em relação à história oral. A aceitação dessa metodologia na década de 1990 não foi à mesma durante os anos 1970, pois “[c]onsiderando o contexto político brasileiro, ainda sob o controle dos militares, o usufruto de depoimentos tinha as suas limitações, uma vez que o ato de fornecer informações poderia comprometer politicamente diversos envolvidos nos temas estudados” (JUCÁ, 2003, p. 54). A ditadura militar imprimiu a repressão e a censura no meio político, social, cultural e acadêmico e, segundo o referido autor, neste período procurava-se escrever trabalhos sobre um passado distante, que não pudesse ser associado ao momento que se vivia; ademais, grande parte dos depoimentos/entrevistas colhidos na época restringia-se a lideranças políticas.

Apesar da mudança de cenário e da grande adesão a esta “nova” metodologia na contemporaneidade, Jucá (2003) aponta que ainda existem resistências quanto ao uso da história oral. A rejeição inicial em relação a esta

metodologia se dá, em partes, pela valorização das fontes escritas, “[...] os documentos escritos podem propiciar detalhes nessa dimensão [tempo serial], uma vez que a escrita é fácil de ser trabalhada, apresentado os subsídios básicos neles contidos. Já a História Oral em muitas ocasiões não se apresenta tão eficaz quanto a detalhes [...]” (JUCÁ, 2003, p. 63). No entanto, sabemos que na construção de estudos seria, no mínimo, ingênuo optar por uma única fonte de informações. No caso desta pesquisa, as fontes orais são essenciais para se entender os objetivos, mas não foram as únicas. Os estudos e teorias sobre gênero, sexualidade e educação foram essenciais para a formulação de uma base na qual a presente investigação foi delineada.

Longe de adentrarmos na seara que põe em dois extremos a história oral (eficaz/ineficaz), reafirmamos que os motivos para fazermos uso de tal metodologia estão na valorização das entrevistas/falas que foram coletadas dos/as integrantes do Transpassando. Apenas travestis e pessoas transgêneras podem, de fato, falar sobre suas vivências, trazer à tona as suas subjetividades, que não estão de maneira alguma descoladas dos processos sociais, da objetividade. Nessa perspectiva, sabemos que o emprego da história oral não será a única fonte para esta pesquisa, mas sabemos também que expressar as razões para esta escolha metodológica torna mais significativo o valor do estudo.

Portanto, será na interação entre as informações colhidas nas entrevistas e as teorias que iremos obter o amadurecimento do conhecimento. Esse enlace será feito pelo/a pesquisador/a, que trabalha no campo da mediação. Buscamos desvendar (ou mesmo negar) e superar a aparência, a imediatez da realidade, a fim de chegar ao cerne das discussões, das determinações que compõem o problema. Destarte:

O entrecruzamento com outras coleções documentais exige também diálogo com diversas produções teóricas e metodológicas que lidam com fotografias e outras fontes virtuais; jornais, revistas e impressos diversos; documentos oficiais; e tantos outros registros que os historiadores [dentre outros/as profissionais] trazem para o seu campo de análise. Entrecruzamentos cruciais que instituem configurações diversas e alteram as percepções dos pesquisadores. Essa operação permite refletir e interpretar não apenas as entrevistas/testemunhos e as implicações da memória individual e social, mas também as práticas discursivas no espaço social, especialmente a posição do entrevistador e a do entrevistado em relação aos grupos sociais envolvidos. (GUIMARÃES NETO, 2011, p. 29).

Dessa maneira, o papel do/a pesquisador/a deve ser orientado pelos preceitos éticos, para que não manipule os dados ao seu bel prazer. Longe de se situarem no campo da neutralidade, os/as pesquisadores/as possuem valores e posicionamentos sociais, políticos sobre os seus temas de estudo. Contudo, não podem se deixar levar pelas emoções com o objetivo de confirmarem um pensamento pré-estabelecido, deixando de lado o movimento dinâmico e, muitas vezes, contraditório dos sujeitos.

Diante da escolha metodológica, veremos no próximo tópico o lócus da pesquisa, observando as suas principais características. Já expusemos neste capítulo as dificuldades vivenciadas ao longo da coleta de dados, agora, cabe detalharmos a relevância do projeto Transpassando para a população T no que diz respeito ao acesso ao ensino superior e ao combate à transfobia.

2.3 Transpassando os limites da educação: o lócus da pesquisa

O campo se mostra como um lugar onde as nossas concepções são desveladas. Por vezes, antes de adentrarmos o lócus da pesquisa e conhecermos nossos/as interlocutores/as, construímos um aparato teórico e metodológico para orientar as observações e, em muitos casos, antever os resultados. No entanto, não podemos desconsiderar o fato de que o cotidiano é muito mais dinâmico do que conseguimos apreender. Quanto mais buscamos nos aproximar, mais percebemos que não damos conta de toda a complexidade da sociedade. Além disso, não são raros os momentos em que, imbuídos/as de teorias, definições, ideias sobre os sujeitos e as comunidades, somos surpreendidos/as com uma realidade social diferente daquela que vimos nos livros. Não que estes estejam errados. Pelo contrário, eles retratam sociedades e problemáticas próprias do tempo e do espaço onde se desenrolou a pesquisa. Os/as grandes teóricos nos fornecem os métodos, as lentes nas quais iremos aprofundar nossos olhares, mas precisamos ter discernimento para não transpormos como um molde fixo e imutável a trajetória de vida e a experiência social de um lugar para o outro. O conhecimento faz parte da vida. E esta é a sua beleza! Nesse sentido, Minayo (2013, p. 39) reflete que:

As sociedades humanas existem num determinado espaço cuja formação social e configurações culturais são específicas. Elas vivem o presente marcado pelo passado e projetado para o futuro que em si traz,

dialeticamente, as marcas pregressas, numa re-construção constante do que está dado e do novo que surge. Toda investigação social precisa registrar a historicidade humana, respeitando a especificidade da cultura que traz em si e, de forma complexa, os traços dos acontecimentos de curta, média e longa duração, expressos em seus bens materiais e simbólicos. Mas as pesquisas sociais contemporâneas precisam também compreender a simultaneidade das diferentes culturas e dos diferentes tempos num mesmo espaço, como algo real e que enriquece a humanidade. Isso significa compreender o global e o local, convivendo e sendo, ao mesmo tempo, mutáveis e permanentes. Pois o ser humano é autor das instituições, das leis, das visões de mundo que, em ritmos diferentes, são todas provisórias, passageiras, trazendo em si mesmas as sementes da transformação.

Reafirmamos, assim, que a historicidade dos sujeitos, das instituições sociais, da dinâmica da realidade concreta, nesta pesquisa, foi apreciada através da sinergia entre os estudos teóricos e as entrevistas, entendendo que a inserção no espaço de vivências dos/as interlocutores/as desta investigação é essencial para a coleta de dados e para as análises do objeto de estudo. De acordo com Minayo (2013, p. 201), o campo é “o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação”. Esta tese apresenta as falas dos sujeitos ao longo de todo o trabalho, compreendendo que muitas das análises das categorias teóricas são enriquecidas com as observações das/os entrevistadas/os. Os resultados concernentes ao objetivo geral são explicitados no capítulo 4. Sobre estes aspectos consideramos que “Os sujeitos/objetos de investigação, primeiramente, são construídos teoricamente enquanto componentes do *objeto de estudo*. No campo, eles fazem parte de uma relação de intersubjetividade, de interação social com o pesquisador [...]”. (MINAYO, 2013, p. 202).

Precisamos chamar atenção para um ponto importante nesse processo, que está relacionado ao uso da expressão “objeto de estudo”, citada no parágrafo anterior. É comum nas Ciências Sociais que os/as pesquisadores/as ao decidir sobre o que irão estudar em suas pesquisas denominem as mesmas com esta expressão “objetos”. No caso do presente estudo, que tem como interlocutoras/es as travestis e pessoas transgêneras do projeto Transpassando, evitaremos tal expressão, uma vez que os/as integrantes do programa entendem que objeto é algo paciente, material, sem vida. Algo que pode ser explorado. Deste modo, faremos a opção de tratá-los/as como sujeitos, entrevistados/as, participantes ou interlocutores/as, pois possuem particularidades frente aos demais grupos sociais; eles/elas apresentam lutas, protagonismo e poder de decisão. Além disso, pretendemos afastar esta pesquisa de

qualquer relação de dominação (troca desigual entre os atores sociais) entre pesquisadora e interlocutores/as, preocupação apontada pelos/as integrantes do Transpassando em nossas primeiras interações.

Estar inserida num Programa de Pós-graduação em Educação de uma universidade pública, ser uma mulher cis e branca, para os sujeitos deste trabalho pode ser uma relação de desigualdade. O privilégio de atender os padrões da cisheteronormatividade e da branquitude estabeleceu uma barreira para que os/as interlocutores/as do presente trabalho me aceitassem. Como mencionado neste capítulo, no nosso primeiro contato, durante uma reunião do Transpassando, onde apresentei os objetivos da pesquisa, uma das integrantes disse: “A gente não gosta de pesquisador, porque eles vêm aqui e exploram a gente. Depois vão embora e a gente não vê mais. Veio uma certa vez que pegou o que queria e foi embora, deu uns batons para a gente. Pelo menos isso!” (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). A suspeição é parte das pesquisas de campo, pois sujeitos que estão na posição “de fora” tentam decifrar uma dinâmica que não os pertencem. Queremos dizer com isso que não vivenciamos a mesma realidade social de travestis e pessoas trans, que diariamente são violentadas e lutam, constantemente, pelo reconhecimento da sua existência, a qual vem sendo questionada pela ciência e pelas instituições sociais como a família, a escola, a universidade e o Estado. Contudo, não podemos limitar a pesquisa a simples ideia de reprodução de poder e desigualdades. Seria ingênuo e cruel acreditar que o conhecimento não produz nada além do poder.

Por essa razão, o lugar de fala se faz importante, especialmente quando observamos que muitos são os estudos sobre a população T, mas poucos são os trabalhos produzidos por esta população que temos acesso durante nossa passagem pela academia. “É aí que entendemos que é possível falar de lugar de fala a partir do *feminist standpoint*: não poder acessar certos espaços, acarreta em não se ter produções e epistemologias desses grupos nesses espaços [...]” (RIBEIRO, 2017, p. 64). Lugar de fala não quer dizer que apenas as pessoas trans falem sobre si mesmas, lugar de fala representa uma posição social comum para os sujeitos de determinada população que compartilham experiências similares. Experiências essas que confluem para as desigualdades de gênero, classe e raça. Não me identifico como pessoa trans e o meu lugar não é falar como pessoa trans. Eles/elas estão construindo sua própria história e criando perspectivas sobre o lugar que se espera que ocupem, marcando presença, organizando-se politicamente, numa sociedade que insiste em

apagar/silenciar suas vozes. O que queremos, na verdade, é analisar, por meio dos objetivos apresentados, opressões estruturais imbricadas no tripé: capitalismo, racismo e patriarcado. Disso, não devemos fugir.

Assim, afirmamos o compromisso ético e político com a população LGBTQIA+, com a classe trabalhadora, a verdadeira financiadora das pesquisas das universidades públicas e com a educação pública, laica, gratuita e de qualidade. Decerto, é com esse horizonte que devemos produzir conhecimento, a fim de buscar o fortalecimento e a visibilidade de grupos, frequentemente, marginalizados pela sociedade conservadora.

Feitas essas considerações sobre o campo, no sentido de demarcar os fundamentos que respaldam as escolhas teóricas e metodológicas desta investigação, apresentaremos o lócus onde desenvolveremos esta tese.

O Transpassando configura-se como um programa de formação de travestis e pessoas transgêneras, englobando cursos preparatórios para o ENEM e formação profissional. Criado em 2015, por meio da idealização e representação institucional da professora Dra. Ilana Viana do Amaral, do Departamento de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), e da graduada em Filosofia Syssa Monteiro, o programa conta com a colaboração de professores voluntários e alunos/as bolsistas e voluntários que ministram e acompanham as aulas e os momentos de formação dos/as integrantes. Cabe ressaltar que o programa tem como público-alvo prioritário de suas ações pessoas transgêneras e travestis, entretanto não se restringe a estas pessoas, uma vez que também é composto por pessoas cis heterossexuais e outras que fazem parte da população LGBTQIA+. O Transpassando é sediado no Centro de Humanidades da UECE, localizado no Bairro de Fátima, na cidade de Fortaleza (CE).

De acordo com informações divulgadas em setembro de 2017 no site do Governo do Estado do Ceará, na sessão intitulada “Ceará de atitude”³¹, o Transpassando é o primeiro projeto acadêmico do país voltado para a população que não se reconhece nos padrões da cisnormatividade. A matéria destaca o papel de Syssa Monteiro, mulher trans, no processo de implementação e resistência do programa na universidade. Esta resistência, na perspectiva de Syssa, registrada na matéria, está transposta nas conquistas que para o público trans e de travestis são

³¹ Disponível em: <<https://www.ceara.gov.br/2017/09/22/o-acesso-educacao-de-pessoas-trans-e-travestis-e-luta-diar-da-cearense-syssa-monteiro/>>. Acesso em: 08 de jan. de 2020.

simbólicas. O uso das salas de aula, dos laboratórios da UECE, dos banheiros, além das carteirinhas de estudante (que dão direito a meia passagem nos transportes públicos e nas atividades culturais) e do nome social na chamada das aulas podem parecer pequenas conquistas para a maioria da população, no entanto, representam o reconhecimento e o respeito a identidade de gênero de travestis e pessoas transgêneras que fazem parte do projeto.

O Transpassando, que é denominado pelos/as integrantes como “coletivo”, tem como horizonte uma ação de educação e combate a transfobia. Isto é, para além da inserção de travestis e pessoas trans no ensino superior, o programa visa à conclusão do ensino médio por esses sujeitos e a promoção de ações de enfrentamento às violências, traduzidas por meio da transfobia, no ambiente acadêmico. De acordo com o texto de submissão do Projeto que criou o programa Transpassando, os objetivos gerais e específicos propostos são:

Objetivo Geral³²

Possibilitar a formação para o ENEM de travestis e pessoas trans através de um programa de educação cuja meta é a conclusão da escolarização média e o acesso à educação superior numa perspectiva de fortalecer ações de combate à transfobia e seus efeitos.

Facilitar o acesso à formação profissional das travestis e pessoas transgêneras como modo de minimizar os efeitos de segregação da vida escolar e profissional produzidos pela experiência da transfobia.

Contribuir para as formações de sujeitos autônomos fortalecendo as experiências de fala e decisão.

Objetivos Específicos

*propiciar condições, estruturas e meios para uma formação geral visando a conclusão do médio e ingresso às Instituições de Ensino Superior através do ENEM. *facilitar cursos de formação profissional.

*Fortalecer e criar mecanismos e métodos de apropriação de saberes e competências como suportes da apropriação autônoma pelos sujeitos de suas identidades de gênero, em particular contribuindo para a desnaturalização das normas cisgêneras e do lugar social de abjeção nelas destinado aos corpos e experiências transgêneras. *Apresentar formas extra-escolares de apropriação dos saberes que permitam uma ampliação dos horizontes e repertórios pelxs alunxs, em particular, aquelas apresentadas nas linguagens artísticas das quais parte significativa dxs alunxs foi afastadx pela transfobia. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, S/N).

Observamos que o programa ultrapassa os limites de ser apenas um curso de preparação para o ENEM. Ele visa, acima de tudo, o combate às violências perpetradas contra a população de travestis e pessoas transgêneras. Estas violências

³² Os trechos que são referenciados com “UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, S/N” foram retirados da submissão on-line do projeto intitulado “TRANSPASSANDO - PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE TRAVESTIS E PESSOAS TRANSGÊNERAS: CURSOS PREPARATÓRIOS PARA O ENEM E FORMAÇÃO PROFISSIONAL”.

são consideradas as grandes responsáveis pela evasão deste público do ambiente escolar. Entendemos nesta pesquisa que travestis e pessoas trans não “abandonam” a escola por uma simples falta de interesse. Em sua maioria, elas/eles são impelidas/os a fazê-lo, pois durante a sua infância e adolescência transgridem as normas da cisheteronormatividade, da verdade produzida sobre o universo feminino e masculino, sendo vistos/as como aberrações, seres anormais que não deveriam habitar a escola e mesmo a sociedade. Diante disso, cabe ressaltar que:

[...] não existem indicadores para medir a homofobia de uma sociedade e, quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia. (BENTO, 2011, p. 555).

Esta realidade, por si só, justifica a existência do programa Transpassando. Contribuir para a visibilidade deste público e buscar a sua inserção no ensino superior, para além de qualificar profissionalmente, representa uma luta pela transformação da educação e pela desconstrução dos lugares sociais estabelecidos para este público. Lugares estes que são delimitados à margem da sociedade.

As escolas e as universidades são instituições sociais que ainda impõem limites para lidar com as diferentes demandas da população trans e de travestis. A bem da verdade, a escola costuma readequar o que enxerga como anormalidade ou ainda rejeitar os corpos “abjetos”. Como reprodutora dos discursos hegemônicos, o ambiente escolar tende a neutralizar a pluralidade, a fim de conservar os padrões sociais. As universidades, por sua vez, nomeadas como o lugar da produção de conhecimento, aderem a mesma lógica escolar, com a diferença de que as pessoas “estranhas” às normas sequer conseguem transpor os muros das universidades, pois se depararam com a transfobia. Diante de tal situação, o Transpassando torna-se um programa de resistência na universidade, pois, além de lidar com as condições de precarização que assolam a Universidade Estadual do Ceará, também enfrentam a ascensão de posturas conservadoras que criminalizam as discussões de gênero.

O programa também busca interagir com demandas sociais, voltando-se para duas questões específicas: a primeira vai ao encontro dos objetivos expostos

linhas atrás que é atender as demandas por educação formal e profissional de travestis e pessoas transgêneras; a segunda seria uma consequência do próprio desenvolvimento do programa, promover ações direcionadas à comunidade universitária, uma vez que é analisado no texto do projeto de submissão do Transpassando o recrudescimento do moralismo e higienismo na UECE. Assim, o programa pode “constituir um espaço de vivência e fala na Universidade a partir da experiência da diferença das travestis e pessoas transgêneras, desafio que pode enfrentar em concreto a grave questão da relação com a diferença, nos espaços acadêmicos e para além deles” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, S/N). Conforme relata um dos integrantes do programa:

[...] o Transpassando, ele não é um projeto pré-vestibular ou um programa de extensão da UECE. **Ele é um coletivo de combate à transfobia.** Então tudo que a gente faz são ações diretas de combate à transfobia, inclusive a extensão. A criação do programa de extensão e dentro do programa os projetos. Porque a UECE ela tem essa estrutura na pró-reitoria de extensão, você pode submeter tanto um projeto que é uma ação continuada específica ou programa que é um conjunto de ações continuadas, e aí cada ação continuada seria um projeto e aí o Transpassando, então, começou com o pré-vestibular que foram reuniões e aulas que a gente começou ainda em 2015, enquanto coletivo e depois submete o projeto em 2016, janeiro de 2016 para a PROEX, e a gente começa a atuar então como programa de extensão (NEY, grifos nossos).

Para pôr em prática os objetivos do programa, é utilizada uma metodologia com base no pensamento freiriano, no qual os saberes advindos das experiências dos sujeitos são pressupostos primordiais para o desenvolvimento de competências e habilidades. Deste modo, todas as decisões do Transpassando passam por discussões coletivas. Esta é a metodologia e o princípio norteador do programa: “o caráter coletivo das discussões e decisões com base no lugar de sujeito das travestis e pessoas trans” (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ, S/N). Assim, para compreender a realidade social em que está inserido este público, é necessário trazê-los/as a cena principal do processo de construção de sua própria educação/formação e de sua história. Parte-se da ideia de que os/as integrantes não devem ser meros objetos de ações instituídas verticalmente; pelo contrário, elas devem ser as/os protagonistas das deliberações e das atividades.

Freire (1990), em sua obra “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa” relata que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos; é possível usar a experiência destes/as para ensinar as disciplinas, contextualizar as

matérias a partir da realidade concreta. Também destacamos na obra do pensador que os/as educadores/as devem respeitar a autonomia dos/as educandos/as, respeitar sua curiosidade, sua liberdade. Fazendo isso se tornam radicalmente éticos. Ao fincar o seu princípio norteador nos ideais freirianos, o Transpassando demarca a importância de se pensar uma educação construída não só por educadores, mas pelos/as alunos/as oprimidos/as. Essa prática do ensino proposta por Freire (1990) não se constitui como algo simples numa sociedade reacionária como a brasileira, onde a modernidade assentou suas bases em raízes do passado, uma modernidade conservadora. Os ataques às discussões sociais que desmascaram a pobreza, as discriminações, a falta de ética na vida pública, a banalização da vida, do ecossistema e as violências, inclusive aquelas realizadas com o aval do Estado, ameaçam, cada vez mais, o exercício de uma educação libertadora, como bem nos ensinou Paulo Freire. Diante do exposto, destacamos uma reflexão de Ney sobre o Transpassando. Ele diz:

[...] o Transpassando pra mim, pedagogicamente falando, ele é a expressão clara daquilo que o Paulo Freire chama de “justa ira” ou de “raiva justa”, né? Que é essa experiência de inquietamento, né? De indignação, que é motor pra uma transformação social. E aí é por isso que a gente não abre mão, enquanto experiência social, de se identificar como um coletivo de combate a transfobia e não como um projeto pré-vestibular, porque é esse o lugar do combate que nos une. Assim, se você for para uma reunião... você já foi e você deve ter visto, para uma reunião geral do Transpassando, você vai ver que ninguém está concordando em tudo com todo mundo. E tem muitos... tem grito, tem, né? Tem gritaria, tem dedo na cara, tem... Tem deboche, tem piada, mas tem muito afeto também, né? Enfim, e tudo isso diz respeito a esse lugar mesmo que a gente não esteja querendo construir um lugar de identidade fechada, estéril, estática, sabe? E homogênea... A gente quer mesmo é lidar com esse processo de diversidade e a gente tem confiança de que nas nossas diferenças, algo nos une em comum e o que a gente tem em comum é exatamente esse combate. É o combate a toda a experiência de mortificação dos nossos corpos e das nossas lutas. E aí é nesse sentido que a gente se estrutura como...como essa experiência de coletivo (NEY).

É por nadar na contracorrente da sociedade e representar um afronte ao conservadorismo, potencializado no Brasil a cada governo ultraliberal, que propusemos um estudo sobre o acesso ao ensino superior para travestis e pessoas transgêneras, tendo como lócus o primeiro projeto preparatório para o Enem do Brasil: o Transpassando. Reafirmando-se como coletivo de combate à transfobia, ele inspirou e tem inspirado o surgimento de outros programas, os quais buscam dar um novo direcionamento para o ensino superior, visto que a presença de travestis e pessoas transgêneras nas IES incita discussões sobre a diversidade, a transexualidade e a

travestilidade. Notamos que o programa carrega contradições, pois é composto por sujeitos diversos, com histórias de vida repletas de violências LGBTQIA+fóbicas, mas também de subjetividades. Não pretendemos idealizar o Transpassando, como se ele fosse salvar a educação e a população T das opressões e transfobia, porém produzir um estudo sobre essa experiência em tempos de cortes às verbas destinadas à pesquisa da graduação e pós-graduação é um ato de resistência para a educação.

2.4 Um retrato das entrevistas

As entrevistas são ricas não apenas por nos proporcionarem as falas das/os participantes da pesquisa, mas por trazerem uma interação entre entrevistador e entrevistada/o, por conectarem os discursos expressos com as teorias que direcionam a investigação e por desmistificarem percepções pré-concebidas sobre o tema e sobre o modo de vida dos sujeitos.

Por isso, é pertinente para esta tese descrever o perfil das pessoas entrevistadas e como aconteceram os contatos com as/os participantes do presente estudo. Nesse último caso, relatar as circunstâncias nas quais ocorreram as entrevistas se torna uma importante fonte de informações por dois motivos: em primeiro lugar, o Transpassando, como coletivo, não tem o hábito de receber pesquisadoras/es, tendo em vista as experiências vivenciadas pelo integrantes no surgimento do programa; em segundo lugar, vivíamos tempos de pandemia da COVID-19 e tivemos que adaptar a produção das pesquisas e as técnicas de coleta de dados para o período de isolamento social.

De tal forma, a maior parte dos contatos aconteceu por meio das redes sociais: *WhatsApp* e *Instagram*. Como já mencionado neste capítulo, o Transpassando aceitou a minha pesquisa, contudo, parte das/os integrantes mantiveram a postura de resistência diante da contribuição com o presente o estudo. Assim, minhas tentativas de levantamento de dados foram negadas e alguns participantes optaram em não contribuir com as entrevistas. Com isso, não quero colocar o programa como um entrave para o desenvolvimento da tese; ao contrário, como pesquisadora, devo expor as divergências e contradições próprias de programas, projetos, coletivos e movimentos sociais. Como relatado por Ney,

integrante do Transpassando, na citação do tópico anterior, o coletivo não está querendo construir uma imagem estática, nem homogênea.

Além disso, as negativas de participação também denotam uma importante análise sobre o ensino superior: os estudos que dizem respeito a travestis e pessoas transgêneras são escritos, em sua maioria, por pessoas cisgênero. Portanto, negar a participação nesta pesquisa significa se posicionar. Um posicionamento que não é contra a pesquisadora, mas contra um sistema que nega direitos para a população T e as/os coloca no lugar de transgressão e abjeção. Travestis e pessoas transgêneras existem, criam, escrevem, publicam e transformam.

Com essas análises, seguimos para o perfil das/os entrevistadas/os e o relato das entrevistas.

CÁSSIA

Cássia foi a primeira entrevistada e a integrante da pesquisa que abriu as portas do Transpassando para mim. Foi a partir dela que pude participar da reunião geral do programa, apresentando os objetivos do meu estudo. Nesta reunião, as/os integrantes do programa aceitaram a minha pesquisa, fazendo diversas ressalvas sobre o que pensavam em relação à responsabilidade de estudar o público T. Em nosso primeiro contato, que aconteceu em 2019, apresentei a minha pesquisa para ela no Centro de Humanidades, em uma conversa informal e ela pontuou que eu precisava falar com os/as integrantes, pois as decisões eram tomadas coletivamente (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Após esse período, mantivemos contato pelo WhatsApp, até o dia em que pudemos finalmente realizar a entrevista.

A entrevista com Cássia foi realizada no dia 28 de maio de 2021, durante a segunda onda da pandemia da COVID-19. Por isso, optamos que a conversa ocorresse de forma remota por meio da plataforma *Google Meet*. Cássia é uma das idealizadoras do programa Transpassando. Ela se identifica como mulher cisgênero, heterossexual e parda. A interlocutora é formada em Ciências Sociais e atua como professora na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

A entrevista foi dividida em dois momentos, pois a entrevistada tinha outros compromissos no dia e tivemos que interromper a conversa por algumas horas.

Retomamos no final da tarde para concluir as perguntas do roteiro. Cássia se mostrou receptiva durante a entrevista, não havendo resistência para responder as perguntas. Na verdade, ela refletiu sobre a relevância da tese tendo como lócus o Transpassando. Nas suas falas indicava pessoas para participarem das entrevistas. Como já apontado anteriormente, algumas dessas indicações não aceitaram o convite.

Fato interessante relatado pela entrevistada foi sobre o período de criação do programa, pois, de acordo com suas falas, o Transpassando foi pensado em meio a indignação e o sentimento de raiva do que ocorria no Centro de Humanidades da UECE à época da idealização do programa.

[...] eu sempre digo quando me perguntam: “como é que você teve a ideia de criar o Transpassando?”. Foi movida à raiva, ódio, montada na força do ódio contra, exatamente contra esse tipo de posição que é inseparavelmente unitivista, vigilantista, higiênica e isso exatamente reverberava toda a série de preconceitos constitutivos do ponto de vista da sanidade ou da normalidade do que deveria ser a vida acadêmica (CÁSSIA).

Cássia é uma das figuras centrais do Transpassando, entretanto, em seus posicionamentos enfatiza que o programa deve ser conduzido pelas pessoas a quem se destina. Portanto, as reuniões, as aulas, as atividades e projetos devem ser de responsabilidade de todos/as/es.

NEY

Ney foi o segundo entrevistado na pesquisa e, assim como Cássia, ele faz parte do Transpassando desde o seu surgimento. A entrevista aconteceu no dia 18 de junho de 2021 pelo *Google Meet*.

O entrevistado se identifica como homem cisgênero, gay e pardo. À época da entrevista, ele tinha 27 anos. Quando conversamos com Ney, ele já havia concluído o mestrado. Não tinha vínculo empregatício com a UECE, mas afirmou ter vínculo com a Secretaria Municipal de Educação, na educação básica. Quando questionado sobre a sua função no Transpassando, ele respondeu:

[...] eu sou meio que bombril. Atualmente eu tenho feito mais assim, estado mais presente em uma espécie... Eu não gosto dessa expressão, mas uma espécie de coordenação, no sentido de “co-ordenar”, né? Não de estar hierarquicamente superior, mas no sentido de ajudar a gerir os projetos de produção cultural e surdez e gênero. Gestão administrativa de produção cultural e surdez e gênero. Eu mantenho vínculo com o pré-vestibular porque,

enfim, não tem como não, né? Também nesse lugar muito mais atualmente de “co-ordenar” ou secretariar mais do que de lecionar, porque minhas fontes de renda estão sendo outras e enfim... Eu estou tendo, principalmente na pandemia, eu estou tendo que me virar em 4 pra poder dar conta de demandas familiares, profissionais e acadêmicas. Então, acaba que eu estou nesse lugar aí do bombril das coordenações e secretariados (NEY).

Das/os entrevistadas/os, Ney se mostrou reticente em relação a esta pesquisa, tendo em vista que, cada vez mais, é necessário que a população T escreva, publique e divulgue trabalhos acadêmicos sobre seus corpos, suas vidas e sobre as normatividades que as/os violentam. Ao lembrar a fala de uma das integrantes do programa que cometeu suicídio, Kiara Barbosa, ele diz:

[...] eu acho que assim, trazer duas falas que não são minhas, mas eu acho que são muito pertinentes talvez até para o seu processo de pesquisa, a questão metodológica mesmo, que é: uma primeira fala que é da Kiara Barbosa, em uma ocasião específica que ela foi, em várias ocasiões na verdade ela tomou essa fala que é: “Eu cansei de ser rato de laboratório. Quero agora ser sujeito, construir o conhecimento sobre meu corpo, a minha vida, enfim, não quero mais ser objeto de pesquisa, eu quero ser sujeito de pesquisa”. Isso a Kiara sempre dizia muito e ela... enfim. E eu acho que essa fala diz muito sobre as pessoas que se negam, por exemplo, a fazer as entrevistas. E realmente ouvir uma negação de contribuição com essa pesquisa não é só egoísmo ou tem todo esse lugar que eu acho que ele diz muito mais, inclusive do que as duas horas e dezessete minutos e quinze segundos que a gente passou conversando até agora, né? Então eu acho que isso talvez seja uma informação que vale a pena ser ressaltada. Das pessoas que não... que foram buscadas e que não contribuíram (NEY).

Como refletimos ao longo desse capítulo, estudar temáticas que envolvem a transexualidade e a travestilidade é delicado, pois os espaços de produção de trabalhos acadêmicos como este são, normalmente, negados para pessoas trans. Somos nós, cisgêneros, que ocupamos esses lugares e, ao mesmo tempo, construímos as normas que subjagam sujeitos trans.

Todavia, produzi esta pesquisa com o compromisso de que o combate à transfobia deve acontecer diariamente, em todos os âmbitos de nossas vidas, desde a luta por políticas afirmativas de acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho até a divulgação e a viabilização dos trabalhos, falas e projetos da população T.

TINA

A terceira entrevista desta pesquisa foi realizada com Tina no dia 21 de junho de 2021. Quando conversamos, ela estava com 30 anos. Tina se identifica como travesti, negra e afirma que

[...] eu sou uma travesti e eu acho bastante interessante entender... as pessoas entenderem isso porque, tecnicamente falando, muitas pessoas me considerariam uma mulher trans, só que eu utilizo o conceito travesti porque é um conceito de resistência e de luta contra a eugeniação, contra essa forma mais higiênica de tratar pessoas como eu (TINA).

Tina é estudante do curso de História na UECE e tem formação em gastronomia. Ela afirma que se formou logo após terminar o ensino médio, porque queria uma atividade profissional que a proporcionasse condições financeiras para fazer os cursos que desejava. Tina tem sonhos de fazer mestrado e doutorado, em relação a este último anseia fazer fora do Brasil, na França ou em Chicago.

Já conhecia Tina dos corredores da UECE, pois fui docente nessa Universidade por seis anos e já havíamos conversado sobre a sua participação na presente pesquisa. Ela foi solícita ao convite e mesmo após a entrevista mantivemos contato pelas redes sociais, *WhatsApp* e *Instagram*. Tina é uma das integrantes de maior participação do Transpassando e relata que dá suporte ao programa sempre que há necessidade.

VALENTINA

Valentina foi a quarta entrevistada. A conversa ocorreu no dia 09 de julho de 2021. Encontrei Valentina no grupo de *WhatsApp* do pré-vestibular do Transpassando. Escrevi uma mensagem para ela, convidando-a para participar da entrevista e prontamente ela aceitou.

Valentina é uma mulher transexual, preta, que na época da entrevista estava com 19 anos. Ela havia concluído o ensino médio e estava buscando se inserir no mercado de trabalho. Quando iniciamos a conversa, ela demonstrou o desejo de conseguir as vagas para as quais havia se candidatado. Uma delas numa loja de roupas de Fortaleza (CE).

Mesmo enfatizando a participação nos processos seletivos para vagas de emprego, Valentina relatou que continuava estudando para os vestibulares da UECE e para o Enem e que, embora estivesse afastada das aulas remotas do Transpassando, estava acompanhando pelo *YouTube*.

A entrevistada está no grupo como aluna e contou que conheceu o Transpassando por meio das redes sociais e que entrar no grupo foi importante não só pelas aulas, mas por se fortalecer junto com pessoas que passavam por situações semelhantes as dela.

Ali em 2019, quando finalmente eu tinha um entendimento mais amplo das minhas questões de gênero, eu fui sempre pesquisando o que eu podia, no *instagram*, na época eu tinha o *facebook*, fui pesquisando também...e no *instagram*, seguindo pessoas trans aqui de Fortaleza, eu descobri o Transpassando e na época de terceiro ano, época de vestibular também, ENEM e etc, eu vi aquilo e fiquei simplesmente maravilhada. Mas, na época eu não entrei, eu já tinha assim um apoio da escola para me preparar para o vestibular, na época, por algumas questões, eu não fiz (VALENTINA).

Valentina informou que durante o ensino médio tinha receio de relevar a sua identidade de gênero, pois algumas amigas não foram receptivas com ela ao abordar o assunto. O Transpassando representou então como espaço de acolhimento, onde ela pôde observar pessoas trans almejando sonhos e objetivos de vida como os seus, além de se identificar com o segmento ao qual faz parte.

CHAZ

A quinta entrevista aconteceu no dia 10 de julho de 2021 e foi realizada com Chaz. Ele é um homem transexual, pardo e estava com 29 anos no período de entrevistas. Chaz é autônomo e quando conversamos estava trabalhando na confecção de colares artesanais.

O entrevistado participou como aluno do programa Transpassando e contribuía em atividades de forma esporádica. Chaz concluiu o ensino médio e, por várias vezes, tentou o Enem, mas não conseguiu ingressar em nenhuma universidade. O interlocutor disse que, atualmente, não tem interesse em cursar faculdade.

Quando convidei Chaz para participar da pesquisa, ele se mostrou preocupado, pois dizia não ter “esses conhecimentos acadêmicos” (DIÁRIO DE CAMPO, 2021). Expliquei que ele não precisava saber das discussões que estavam sendo produzidas na academia; gostaria, na verdade, que ele falasse sobre a sua experiência em relação ao acesso e a sua transexualidade.

Antes de entrevistá-lo, já havia o conhecido pessoalmente em uma atividade do Transpassando, uma apresentação realizada em 2019 por integrantes do

grupo no curso de Psicologia da UECE. Ao chegar ao bloco de Psicologia, encontrei o interlocutor e iniciamos uma conversa. Ele contou um pouco da sua história e falou que já havia trabalhado com minhas colegas do Serviço Social. Trocamos redes sociais e por meio delas mantivemos contato para a entrevista.

RUDDY

Ruddy foi nossa sexta e última entrevistada. A entrevista ocorreu no dia 20 de julho de 2021 pela plataforma *Google Meet*. Ruddy foi indicada por duas outras entrevistadas nesta pesquisa (Cássia e Tina), uma vez que exerceu um importante papel nos primeiros anos do Transpassando. A entrevistada se identifica como mulher transexual, é parda e, quando conversamos, ela tinha acabado de completar 30 anos. Ruddy é formada em Filosofia e estava cursando o mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Ceará (UFC).

Quando conversamos, a entrevistada já havia se desvinculado do Transpassando, ela fez parte da turma que contribuiu com a organização do programa. Já no início da nossa entrevista, ela fez questão de elogiar a pesquisa, enfatizando a minha postura perante as/os integrantes do programa, assim como em relação a produção do TCLE.

Ruddy relatou que a experiência como estudante universitária na UECE foi bastante problemática e que existiram dois momentos cruciais para ela: antes do Transpassando e depois do Transpassando. Ela foi aluna do curso de Filosofia da UECE, entretanto, por conta do preconceito abandonou a faculdade e, posteriormente, tentou vestibular para a UFC, onde conseguiu finalizar a sua graduação.

A interlocutora informou durante a entrevista que após abandonar a UECE, realizou algumas atividades a convite de Cássia e, dentre estas atividades o Transpassando foi proposto. Ela fez parte da gestão do programa e relata: “eu fazia parte da gestão que a gente chamava de uma gestão autogerida. Não tinha líderes, não tinha comandantes. Era uma gestão compartilhada [...] e também passei um tempo sendo professora do cursinho e professora da formação profissional”.

3 RELAÇÕES PATRIARCAIS DE GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE: DETERMINAÇÕES MATERIAIS

Para que seja possível entender a realidade de travestis e pessoas transgêneras é preciso que façamos uma análise sobre as relações patriarcais de gênero e como elas moldam os preconceitos que violentam esse público. É sabido que essas relações são constituídas por meio de opressões advindas de estruturas patriarcais; uma delas se estabelece por meio dos binários entre o homem e a mulher, a biologia e a cultura, o homo e o hetero e o trans e o cis. O binarismo de gênero se fundamenta na ideia de que homens e mulheres são distintos e que esta distinção está nos corpos biológicos. Tal distinção comportaria uma diferença hierarquizante na qual tudo aquilo que é feminino é considerado inferior e privado, enquanto, o masculino é superior, viril e domina a esfera pública.

O preconceito e a discriminação que cercam o público de travestis e de pessoas transgêneras e cerceiam os seus direitos estão baseados em estereótipos e em normas sobre o que é “ser mulher” e o que é “ser homem”, exprimindo padrões cisgêneros e heteronormativos.

As regulamentações para o sexo, para o gênero e para as sexualidades demarcam aquilo que é lícito, relegando ao campo da transgressão, do desvio, da anormalidade, tudo que for contrário às normatizações exigidas pela sociedade. Dessa maneira, neste capítulo, iremos trazer a análise das relações patriarcais de gênero, tendo como lente que irá guiar as apreciações a consubstancialidade/coextensividade. Posteriormente, abordaremos a disseminação dos discursos de ódio contra a população LGBTQIA+, que reforçam as violências sofridas por esse público.

Em seguida, faremos uma incursão na história do movimento LGBTQIA+, considerando a invisibilidade de travestis e de pessoas transgêneras no movimento. Estes sujeitos só passaram a ter maior destaque com o surgimento da AIDS, donde fortaleceram as suas organizações políticas. Salientamos que, apesar de representar uma arena de disputas, o surgimento do movimento LGBTQIA+, que se deu ao final da década de 1970, trouxe à tona as identidades políticas, essenciais para a luta por direitos e pelo fim de preconceitos. Após esse momento, abordaremos a teoria *queer*, que dá centralidade nas suas discussões a pessoas consideradas abjetas, com

destaque para travestis e para pessoas transgêneras. Por fim, traremos as falas das entrevistadas que irão relatar como a transfobia se expressa em seus cotidianos.

3.1 Consubstancialidade/coextensividade e a heterocisnormatividade

Para abordar a população travesti e transgênera, precisamos tratar sobre categorias estruturais. Mas o que consideramos como “categorias estruturais”? Como já afirmamos no capítulo 2 deste trabalho, o tripé patriarcado-racismo-classe social é determinante para estabelecer as desigualdades entre os mais diversos grupos sociais, por esta razão, para analisarmos a referida população e a sociedade em que vivemos, é importante nomear as relações de gênero, como **relações patriarcais de gênero**. Esta categoria diz respeito às relações hierarquizantes de opressão e exploração entre os gêneros, as quais estão presentes nas normas que nos regem. Queremos dizer que as violências, exclusões, preconceitos e o extermínio da população LGBTQIA+, especialmente de travestis e mulheres transexuais, têm como fundamento a formação histórica, sócio-econômica, política e cultural da sociedade brasileira.

Assim, adotamos na tese a perspectiva da substancialidade para tratar a indissociabilidade entre as relações patriarcais de gênero, raça/etnia e classe social, utilizando como base leituras de autoras que se pautam nesta corrente e algumas contribuições de pensadores/as pós-estruturalistas e do filósofo Michel Foucault. O uso de bibliografias pós-estruturalistas se justifica pela extensa quantidade de debates que abordam os discursos, as normas e as representações sociais sobre o gênero e as sexualidades, sendo impossível não os mencionar, tampouco tecer considerações sobre tais leituras tão difundidas no meio acadêmico e na militância. Longe de construirmos um estudo eclético, pretendemos analisar a realidade e fazer uma discussão a partir de uma visão materialista que evidencia questões relacionadas às condições de vida, ao trabalho, à distribuição desigual da riqueza social e ao acesso à educação como forma de enfrentamento a diversas opressões e hierarquias. Entendemos com isso que há uma necessidade latente de construir estudos que interliguem as normas que regulam os comportamentos e os papéis de gênero, ao “solo”, às suas bases fundantes, sem, contudo, serem conduzidos por uma ortodoxia capaz de negar os seus limites teóricos e a sua aplicação prática.

Tudo isso é possível desde que haja abertura teórica e flexibilidade de análise para ser o mais fiel possível ao dado da realidade, ou seja, estar aberto para incorporar as dimensões criativas da realidade social, para acolhê-la em suas manifestações essenciais e não tentar vesti-la com a camisa de força do dogmatismo. É pertinente antecipar o reconhecimento de que toda realidade é sempre muito mais rica do que a sua possibilidade de explicação como posteriormente se dará ênfase nesta reflexão. Para que o pesquisador possa estar aberto para incorporar as dimensões criativas da realidade social, tendo como perspectiva teórico-metodológica a comunicação e a interconexão entre os paradigmas, precisará estar sempre muito bem preparado, atento e atualizado no tocante aos processos de conhecimento e dos seus resultados. Do contrário poderá não saber reconhecer os limites entre a necessária abertura teórica e o ecletismo. (OSTERNE, 2013, p. 75).

Constatamos, assim, que fechar os olhos para os/as autores/as de outras correntes representaria um encolhimento de nosso senso crítico e uma adesão enrijecida da perspectiva que conduziu as análises sobre a realidade social a qual nos propusemos nos objetivos deste trabalho. Ademais, como afirma a estudiosa supracitada “[...] qualquer conhecimento é aproximado e construído, ou seja, o conhecimento pressupõe um método de raciocínio, nunca uma verdade”. (OSTERNE, 2013, p. 78).

Neste ponto, é oportuno lembrar que a emergência da perspectiva da consubstancialidade/coextensividade versa do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 com as produções da socióloga francesa Danièle Kergoat. Esta buscou “compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres frente à divisão social do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, de gênero e origem (Norte/Sul)” (KERGOAT, 2010, p. 93). Inicialmente, a perspectiva articulava apenas sexo e classe, trabalhando mais tarde a imbricação sexo, raça e classe (CISNE; SANTOS, 2018). De acordo com Kergoat (2010), esta imbricação é uma forma de leitura da realidade social, não implicando que estas dimensões estejam fundidas umas nas outras; ao contrário, elas estão articuladas, interagindo entre si, mas possuem singularidades, são dinâmicas e complexas. Cabe ressaltar que a socióloga se utiliza da metáfora de uma espiral para explicar o entrecruzamento de sexo, raça e classe. A ideia da espiral denota um movimento da realidade que é histórico e que não se fixa ou se fecha em si mesmo. De tal modo:

O conceito de consubstancialidade, entendido como “unidade de substância”, evidencia que a diferenciação dos tipos de relações sociais é uma operação por vezes necessária à sociologia, mas que é analítica, e não pode ser, por isso, aplicada inadvertidamente à análise das práticas sociais concretas. Isso porque as relações sociais formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva analítica. E as relações sociais são também coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais

de classe, gênero e raça se reproduzem e se co-produzem mutuamente. Deve-se atentar para o fato de que a ideia de consubstancialidade não implica que tudo está relacionado a tudo, mas constitui apenas uma forma de leitura da realidade social (KERGOAT, 2010). É uma perspectiva que dá centralidade ao entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto das relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de forma recíproca. Essas relações interagem e estruturam a totalidade do campo social e podem, inclusive, entrar em contradição entre si. (TOITIO, 2013, p. 3).

Não podemos, portanto, realizar uma análise da realidade social tendo como foco apenas uma das dimensões das relações sociais. Privilegiar uma dimensão em detrimento de outra é insuficiente para a compreensão e para a luta contra um sistema hierárquico e produtor de desigualdades. Por isso, sexo, raça e classe são pensados na consubstancialidade como um novelo feito com uma única linha, mas que se entrelaça formando alguns nós. “A ideia do nó nos lembra que, ao menos nas sociedades capitalistas, todo indivíduo pertence a uma classe, deve possuir um gênero (homem ou mulher) e é racializado. Contudo, esse indivíduo deve também ter uma expressão sexual e uma identidade de gênero [...]” (TOITIO, 2013, p. 3).

Destarte, é imprescindível abordar sexo, raça e classe como estruturantes das desigualdades sociais e dos sistemas de exploração e de opressão. Do contrário, reforçaremos a fragmentação dos grupos numa espécie de hierarquização de categorias ou mesmo de pautas identitárias, as quais trazem em si uma relevância fundamental, mas que não podem ser tratadas como fonte única (ou como base) de todas as formas de opressão.

Devemos considerar que a categoria gênero³³, adotada neste trabalho, não é usada de maneira consensual entre os/as estudiosos/as da perspectiva da consubstancialidade/coextensividade. Na verdade, esta categoria é alvo de críticas de uma parcela das feministas materialistas as quais adotam o termo “relações sociais de sexo” por compreenderem, dentre outras questões levantadas, que sexo não deve ser reduzido à dimensão biológica, como por vezes é destacado nos estudos sobre gênero. De acordo com Cisne e Santos (2018, p. 50):

A construção social do gênero, portanto, não pode se dar em detrimento da historicização do sexo. A crítica à biologização do sexo a que o gênero esteve

³³ Por vezes, iremos nos referir à categoria gênero da mesma forma como os/as autores/as abordam-na em suas análises, uma vez que os estudos de gênero da década de 1990 em diante, com frequência, desarticulam esta categoria da estrutura patriarcal, sendo este um dos motivos de sua recusa por diversas correntes do feminismo.

associado é uma das razões que fazem algumas feministas materialistas preferirem a adoção do termo “relações sociais de sexo” e não gênero, por entenderem que o sexo também é socialmente determinado e que reduzi-lo à dimensão biológica reforça o processo de naturalização e de a-historicidade que a sexualidade tem sido tratada, notadamente, no ambiente teórico e político conservador. Além disso, as relações de sexo, de acordo com Devreux (2011, p. 10), recobrem “todos os fenômenos de opressão, de exploração e de subordinação das mulheres”. Nosso esforço teórico-político tem sido, a partir desses fundamentos de caráter materialista, desdobrar a análise para o aprofundamento das diferentes formas de opressão.

Em sua maioria, os estudos de gênero estabeleciam uma relação dicotômica com o sexo; sendo este último a representação da biologia e aquele a representação da cultura. Sexo e gênero eram colocados como lados opostos de uma mesma moeda, fato que reforçava a naturalização do sexo e o determinava como uma dimensão imutável do ser humano.

Destarte, vale ressaltar que entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, os chamados “estudos de gênero” tiveram um crescimento exponencial no meio acadêmico, sendo adotados, em grande parte, nas ciências sociais. Inicialmente, o conceito de gênero fora empregado para estabelecer a desnaturalização das desigualdades entre homens e mulheres, isto é, o uso desta categoria buscava enfatizar o caráter histórico das relações sociais entre estes dois grupos, superando o debate biológico-sexual que centrava sua visão nas diferenças físicas/anatômicas masculinas e femininas. Nesse sentido, “Entre os/as acadêmicos/as que dialogam com as discussões feministas, o conceito de gênero foi abraçado com entusiasmo, uma vez que foi considerado um avanço significativo em relação às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria ‘mulher’.” (PISCITELLI, 2002, p. 1). Esta última antecedeu os “estudos de gênero” e dominou a militância feminista na década de 1960 a meados da década de 1970; num primeiro momento, a produção teórica e a prática política, alinhadas à categoria “mulher”, ganharam dimensões contestadoras dos regimes instituídos na sociedade e da condição feminina.

No Brasil, durante as décadas de 1960 e 1970, as feministas da esquerda faziam frente à ditadura militar. Muitas delas foram exiladas em países da Europa, especialmente França e Itália, onde tiveram contato com as correntes marxista e socialista, fato que influenciou a produção teórica e marcou a primeira fase do feminismo brasileiro (MORAES, 2000). Segundo este autor (2000, p. 95-96):

[...] a área temática que hoje chamamos de “estudos de gênero” foi antecedida historicamente pelo “estudos sobre a mulher”, comprovando a passagem gradativa do movimento social para a esfera acadêmica. Os “estudos sobre a mulher” dominaram nos anos em que a militância feminista estava nas ruas ao passo que os “estudos de gênero” denotam a entrada na academia de uma certa “perspectiva de análise”. Não se trata mais de denunciar a opressão da mulher mas de entender, teoricamente, a dimensão “sexista” de nosso conhecimento e os riscos das generalizações. Atualmente, temos menos estudos sobre a mulher e mais estudos de gênero que podem se referir aos homens – ou ao “gênero masculino” – como bem revelam os trabalhos sobre “masculinidades” e “paternidades”.

Na contramão do feminismo europeu, o norte-americano voltou suas forças para os movimentos de “insubordinação civil”; as contestações eram de cunho cultural e ideológico, incluindo “questões relacionadas à autoridade dos mais velhos e ao conservadorismo do *american way of life*” (MORAES, 2000, p. 95).

Para Piscitelli (2002), é importante que nos atentemos para as correntes feministas que se desenvolveram nos países de língua inglesa, especialmente, na Inglaterra e nos Estados Unidos, no final da década de 1960. A estudiosa aponta que as correntes apresentavam diferenças na compreensão sobre as origens e causas da opressão feminina. Algumas das vertentes do feminismo socialista absorviam as argumentações de Engels em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do estado”, de 1884, que analisava que o surgimento da propriedade privada havia sido o responsável pela divisão sexual do trabalho, ou seja, apenas com o surgimento das classes sociais baseadas na propriedade privada é que passou a existir opressão sexual. Outras correntes ressaltavam que a associação entre capitalismo e patriarcado são as causas originais da opressão feminina e argumentavam que nos países socialistas as hierarquias de gênero continuaram a existir. Assim, “Baseando-se nessas experiências, essas correntes mostram que considerar o sexo como ‘contradição secundária’ e ‘a produção como força motriz principal da mudança social’ não é suficiente para promover as mudanças necessárias” (PISCITELLI, 2002, p. 3).

O feminismo radical, por sua vez, é apresentado por Piscitelli (2002) a partir do pensamento da feminista Shulamith Firestone, que disserta, em sua obra intitulada por “A dialética do sexo”, que a subordinação feminina está localizada no processo reprodutivo. Os papéis sociais desempenhados por homens e por mulheres seriam a base para a dominação que estas sofrem na sociedade. Deste modo, Firestone considera que a meta do movimento feminista deveria ser não só a eliminação dos privilégios masculinos, mas também a eliminação de todas as distinções sexuais e isso só seria possível através das mudanças dos mecanismos de reprodução.

Estas vertentes do feminismo nos mostram as particularidades do próprio movimento e como tais especificidades influenciam a maneira como é analisado o surgimento das opressões femininas. Ademais, a partir da crescente acumulação de estudos, informações e dados sobre a questão da mulher, ocorreu a consolidação de uma base para compreensão do seu processo de subordinação, munindo a militância com conhecimento teórico para a luta. Observamos, então, que:

Na atualidade é comum opor os “estudos sobre mulher” aos “estudos de gênero”. Ao mesmo tempo, ainda é frequente a confusão entre “gênero” e “mulher”. As duas situações são compreensíveis quando se pensa na história do pensamento feminista. Quero dizer que o conceito de gênero se desenvolveu no marco dos estudos sobre “mulher” e compartilhando vários dos seus pressupostos. Mas, a formulação do conceito de gênero procurava superar problemas relacionados à utilização de algumas das categorias centrais nos estudos sobre mulheres (PISCITELLI, 2002, p. 7-8).

Apesar de o conceito de gênero ter sido aplicado pela primeira vez em 1963, pelo psicanalista Robert Stoller, no Congresso Psicanalítico de Estocolmo, o marco histórico do uso desta categoria foi a publicação de um ensaio de Gayle Rubin, chamado “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo”, em 1975. Em seu texto, Rubin “estabelece uma dicotomia na relação entre sexo/gênero. Gênero é concebido como o que é determinado socialmente e o sexo seria o que é considerado biológico ou fisiológico, ou seja, natural.” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 47). A partir das análises de Rubin, o conceito de gênero ganhou maior difusão.

No ensaio, a autora trabalha com diversos dualismos como sexo/gênero e natureza/cultura, deslocando a sua compreensão dos debates feministas que relacionavam à subordinação da mulher ao patriarcado. Rubin pensava a construção social da mulher por meio dos sistemas culturais. Para Piscitelli (2002, p. 10), o texto de Rubin ainda apresenta um outro deslocamento relevante na construção do sistema sexo/gênero, uma vez que ele “[...] está associado à exigência de compreender as realidades empíricas diversas, os contextos específicos nos quais o sistema sexo/gênero operacionaliza relações de poder”.

Nesta linha, Gayle Rubin aponta o sistema sexo/gênero como uma alternativa ao patriarcado, sendo aquele considerado um termo neutro que comportaria ao mesmo tempo a capacidade e necessidade humanas de criar um mundo sexuado e de o organizar empiricamente de formas opressivas (SAFFIOTI, 2009).

O ensaio de Rubin foi fundamental para disseminar um conceito de gênero e para ultrapassar as leituras monolíticas sobre a opressão feminina. A perspectiva da antropóloga movimentou os estudos referentes à esta categoria, fazendo com que ela se tornasse proeminente em relação ao uso dos termos “mulher” e “sexo”. Este último passou a ser considerado por grande parte dos/as estudiosos/as como biológico/natural, enquanto aquele era analisado como um conceito restritivo, isto é, o termo remetia a um ponto comum de opressão do segmento feminino, o patriarcado, mas não evidenciava as relações que mulheres e homens estabeleciam na sociedade. O trabalho da autora é, no entanto, passível de questionamentos, especialmente, por inserir a referida categoria em um contexto de neutralidade e de reforço ao binarismo entre sexo-biologia e gênero-cultura.

A dicotomização destes termos, trazida no texto de Rubin e de outras autoras que abordaram/abordam gênero como categoria de análise, pode causar uma incompreensão ou mesmo equívocos em seu uso, pois, ao mesmo tempo em que caberia à cultura a determinação do gênero das pessoas, ficaria relegado ao biológico (ao natural) a determinação do sexo. Tal fato sustentaria a ideia de que o sexo traria em si uma característica de imutabilidade, enquanto o gênero seria “mais polido e científico”. Precisamos ressaltar, contudo, que esta visão dicotômica além de deslegitimar o sexo e o corpo como bases históricas importantes e inegáveis para a construção da sexualidade e das opressões, também retira do gênero o seu caráter político, uma vez que as discussões sobre o conceito seriam centradas nas representações sociais, nas identidades, nos símbolos e nos signos considerados femininos e masculinos.

Observamos que a constante busca por distinções entre sexo/gênero acabou por opô-los não apenas como categorias analíticas, mas como termos políticos. Enquanto algumas vertentes feministas clamavam/clamam o uso do conceito “sexo” como o mais adequado para a compreensão das dimensões hierárquicas e conflituais das relações sociais, criticando a sua biologização, outras apontam o gênero como uma categoria mais palatável e social, que deslocaria o foco da construção de um “sujeito comum” (sujeito universal), as mulheres, para sujeitos múltiplos, pertencentes a identidades binárias e não-binárias.

No Brasil, a partir da década de 1990, o termo gênero passa a ter maior difusão, inclusive dentro dos movimentos feministas. Este acontecimento foi impulsionado pelo espraiamento do pensamento da historiadora Joan Scott, por meio

do seu artigo “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, traduzido para o português na década de 1980. No seu texto, a estudiosa rejeita o determinismo biológico implícito nos termos “sexo” e “diferença sexual”, enfatizando o caráter relacional de “gênero”. De acordo com Scott (1990, p. 6):

No seu uso recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”. Livros e artigos de todo o tipo, que tinham como tema a história das mulheres substituíram durante os últimos anos nos seus títulos o termo de “mulheres” pelo termo de “gênero”. Em alguns casos, este uso, ainda que referindo-se vagamente a certos conceitos analíticos, trata realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa indicar a erudição e a seriedade de um trabalho porque “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. O gênero parece integrar-se na terminologia científica das ciências sociais e, por consequência, dissociar-se da política – (pretensamente escandalosa) – do feminismo. Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do “gênero” é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980.

Esta abordagem traz em si diversas problemáticas, uma vez que assinala como neutra a categoria gênero, retirando dela qualquer peso político. Esta ausência de caráter político no conceito de Scott provoca, de certo modo, um prejuízo para a compreensão da questão das mulheres, pois a autora trabalha os termos isolando-os de debates estruturais sobre patriarcado e as relações sociais de classe; além disso, ao incluir as mulheres dentro de uma categoria considerada ampla, sem citá-las diretamente, a estudiosa promoveu uma espécie de invisibilização da luta coletiva (e da organização confrontativa) das mesmas. Não é à toa que gênero ganhou maior adesão das instituições multilaterais e governamentais por ser apresentado de forma mais “neutra”, menos ofensiva (CISNE; SANTOS, 2018).

Scott (1990) ainda reafirma a ideia de que a adoção do conceito de gênero rejeita explicitamente as justificativas biológicas sobre as diferenças sexuais entre homens e mulheres, direcionando as discussões para o âmbito social. Nesse contexto, a historiadora (1990, p. 7) aponta que “[o] uso do ‘gênero’ coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade”. O sexo, portanto, é entendido como um depósito da biologia, resultado de um

processo de fecundação que superaria o poder de ação e decisão de homens e mulheres. Tal perspectiva nos levaria a observar o sexo no campo da fixidez, da imutabilidade.

Devemos deixar claro que as críticas que abordamos ao conceito de gênero não intentam deslegitimar o trabalho e a relevância dos estudos de autoras como Scott e Rubin (citadas linhas atrás); pelo contrário, elas foram essenciais para a construção da noção de gênero. Ademais, reconhecemos que embora o termo esteja envolto em uma série de polêmicas e divergências entre as suas/seus estudiosas/os, optamos pela utilização prioritária da categoria relações patriarcais gênero, como já mencionado, a fim de compreender o acesso ao ensino superior para o público de travestis e de pessoas transgêneras do coletivo Transpassando, sem, contudo, dissociar o conceito das relações estruturantes que acreditamos serem os pilares de um sistema de dominação-exploração-opressão, formado pelo patriarcado, pelo racismo e pelas relações de classe. O conceito abrange importantes discussões que ultrapassam as barreiras do que chamamos de cisheteronormatividade e é isto que vamos abordar neste capítulo.

Apesar dos estudos citados terem como foco principal as relações entre as mulheres e os homens, as suas concepções de sexo e de gênero contribuem para analisarmos o público de travestis e de pessoas trans, tendo em vista que constroem ideias binárias sobre o “ser mulher” e o “ser homem”. Estas ideias enraizadas em preconceitos conduzem as normas sociais, que exigem das pessoas uma coerência entre sexo-gênero-sexualidade. No binarismo, o sexo é a determinação do biológico e o gênero da cultura. Nesse ponto, travestis e pessoas transgêneras seriam consideradas transgressoras, pois negariam o biológico e desvirtuariam a cultura. “Parte-se do pressuposto que as normas sociais vigentes produzem os corpos dentro de padrões de masculinidades e feminilidades e que a fuga a convenções regulatórias é considerada anormal, estranha e patológica” (DUARTE, 2017, p. 71).

Não acreditamos nesse pensamento binário que encarcera o sexo ao biológico e o gênero a cultura, uma vez que ele leva a patologização de travestis e pessoas transgêneras, como se fossem seres passíveis de correção, de tratamento. O binarismo estabelece um controle do sexo, do gênero e da sexualidade para esses dispositivos sigam a cisheteronormatividade.

Mediante o processo de construção da categoria gênero, trazemos para o centro das análises a ideia da “hipótese repressiva” de Foucault (2015), uma vez que

o estudioso faz importantes incursões a respeito do controle da sexualidade e, por sua vez, das cobranças sociais sobre o gênero. O autor compreende que a partir do século XIX há um interesse político e uma incitação econômica e técnica para se falar sobre sexo, mas não de maneira frouxa, obscena ou sem disfarces. Uma das razões para essa mudança se deu pela ascensão da “era vitoriana”³⁴ na Inglaterra, onde foram instaurados novos códigos morais, os quais condenavam gestos, discursos e “transgressões” visíveis, “[o] casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo” (FOUCAULT, 2015, p.7). É importante lembrarmos que os séculos XVIII e XIX, na Europa, são marcados pela consolidação da burguesia como classe de maior relevância econômica e política, assim sendo, novas práticas, condutas, comportamentos e hábitos são adotados.

Observamos, então, que “[...] cumpre falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidade, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo. O sexo não se julga apenas, administra-se” (FOUCAULT, 2015, p. 27). O autor entende que não há de fato uma repressão ao sexo durante a era vitoriana; na verdade, nunca se falou tanto sobre sexo. O que há realmente é um controle, uma regulação por meio das instâncias de poder as quais produzem “verdades”, a fim de adequar a vida da população às suas regras. Logo, para o filósofo francês não ocorre uma proibição, e sim uma produção de discursos úteis e públicos, assim:

É verdade que já há muito tempo se afirmava que um país devia ser povoado se quisesse ser rico e poderoso. Mas é a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e à virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e à organização familiar, mas à maneira como cada qual usa seu sexo. Passa-se das lamentações rituais sobre a libertinagem estéril dos ricos, dos celibatários e dos libertinos para um discurso em que a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção; passa-se das teses maciçamente populacionistas da época mercantilista às tentativas de regulação mais finas e bem calculadas, que oscilarão, segundo os objetivos e as urgências, em direção natalista ou antinatalista. Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o

³⁴ A “era vitoriana” foi o período em que a rainha Vitória reinou na Inglaterra. O seu reinado teve início em junho de 1837 alcançando o seu fim em janeiro de 1901. Durante a era vitoriana ocorreu o impulso a industrialização, o que propiciou o surgimento de novas técnicas que aceleraram a produção de mercadorias. Com isso, houve o fortalecimento político e econômico da burguesia e o estabelecimento de uma maior rigidez dos princípios moralistas. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/era-vitoriana/>>. Acesso em: 14 mar. De 2021.

biológico e o econômico. [...] **Entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa, e disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análises e de injunções o investiram.** (FOUCAULT, 2015, p. 29-30, grifos nossos)

Consideramos que este controle sobre o sexo, citado por Foucault (2015), determina o lugar ocupado por aqueles/as que “desviam” de condutas sexuais tidas como legais; tais condutas giram em torno de uma pretensa heterossexualidade, que na prática se mostra, ao mesmo tempo, severa e extremamente frágil. Severa porque põe diversos grupos de pessoas como anormais, doentes, devassos; e frágil porque pode ser facilmente questionada e rompida até mesmo quando os comportamentos de heterossexuais não seguem os modelos vistos como “legítimos”. Um exemplo disso ocorre quando, por vezes, os homens têm a sua sexualidade questionada ao recusarem a prática sexual com mulheres ou ao apresentarem gestos, gostos e desejos tidos na sociedade como femininos. Esta seria uma demonstração de falta de virilidade, pois um homem só é considerado como tal se mostrar com frequência o seu interesse pelo “sexo oposto”.

A perpetuação desse pensamento heterossexista, isto é, que organiza o modo como homens e mulheres devem viver a sua sexualidade, deixa evidente que o sexo, o gênero e a sexualidade também são conduzidos politicamente. Faz parte dos projetos de sociedade dos Estados e das classes dominantes estabelecer para a população normas que reforcem a manutenção de opressões, transformando-as em pilares de sustentação das relações patriarcais de gênero. No Brasil, não é diferente. As concepções do sexo, do gênero e da sexualidade são controladas pelo Estado e tem como base a formação patriarcal do país. O desenvolvimento social, econômico, cultural, político brasileiro foram condicionados, dentre outros fatores, pela produção material dos corpos; corpos estes definidos por uma posição de classe, generificados e compulsoriamente heterossexuais.

O heterossexismo demarca limites na definição do que é ser homem e do que é ser mulher, valendo-se das diferenças fisiológicas, biológicas (diferenças sexuais) não apenas para controlar a sexualidade, mas também para deslegitimar identidades que não se conformam ao sistema binário. Deste modo, o homem é o oposto da mulher, o heterossexual é o oposto do homossexual, o cisgênero é o oposto do transgênero; nas relações patriarcais de gênero os seres são constituídos em

contraposição a outros em uma relação de desigualdade, afinal a legalidade só existe porque a “ilegalidade” se faz presente.

A distinção entre os sexos constitui um mecanismo político de ação e reprodução social que permite a legitimação tácita das desigualdades. Apresentada como antropológicamente inevitável, essa diferença serve de estrutura para nossa concepção normativa sobre as propriedades dos seres “necessariamente” sexuados. De algum modo, somos reféns de um sistema cultural que nos impele à adesão cega a uma lógica binária em matéria de gênero e de sexualidade: cada um de nós é homem ou mulher, homossexual ou heterossexual; além disso quando se é homem, deve-se ser masculino e sentir atração por mulheres femininas, e vice-versa. (BORRILLO, 2016, p. 92).

O heterossexismo, portanto, promove um engessamento de homens e mulheres que são refletidos em diversas formas de discriminações e preconceitos, como a lesbofobia, a homofobia, a bifobia e a transfobia. Esta última, apesar de não ser causada diretamente pelo ódio a orientação sexual, e sim pela identidade de gênero, possui os seus fundamentos nas determinações das diferenças sexuais, anatômicas. Ao assumir uma identidade diversa daquela designada ao nascer, a pessoa trans põe em xeque as normas que tentam encaixar a população dentro de um padrão cisgênero e heterossexual. Além disso, vivemos em uma sociedade que divide os seres sociais em dois grupos, homens e mulheres, logo, não deve ser motivo de estranheza falarmos do binarismo e do heterossexismo relacionando-os à população LGBTQIA+, especialmente a travestis e a pessoas transgêneras, afinal se faz necessário expor as relações de poder que estão por trás das imposições sobre o feminino e sobre o masculino.

A naturalização das desigualdades de gênero, vista a partir da ótica das diferenças sexuais, alinha homens e mulheres como “opostos complementares”, determinando a biologia como destino. O corpo, em especial a genitália, é considerado como atributo autêntico de classificação de identidades e de orientação sexual. De acordo com o historiador Laqueur (2001), durante milhares de anos acreditou-se que as mulheres tinham a genitália igual à dos homens. Galeno, o “mais influente anatomista da tradição ocidental”, segundo o autor, desenvolveu no século II d.C. um modelo de identidade estrutural dos órgãos reprodutivos de homens e mulheres, alegando que as mulheres eram homens imperfeitos, pois a falta de calor vital resultou na retenção de estruturas que nos homens eram externas. De tal maneira, Galeno imaginava as mulheres como homens, ou seja, as mulheres tinham os mesmos órgãos

dos homens, mas eles estavam em lugares errados. O autor acrescenta que Galeno em muitas ocasiões ignorava por completo a mulher e a capacidade reprodutiva desta, em outras, argumentava a favor das oposições da genitália.

Outros grandes nomes como Aristóteles também são trazidos por Laqueur (2001); segundo o estudioso, o filósofo grego defendia a diferença entre os sexos como uma lei da natureza. Ele considerava que machos e fêmeas possuíam poderes que não se aplicavam ao mesmo fim: “Um sexo é forte e o outro fraco, para que um possa ser cuidadoso e o outro corajoso ao revidarem os ataques [...]” (LAQUEUR, 2001, p. 45). Tais características seriam inerentes aos seres humanos e o filósofo não as via como uma forma de oposição sexual. Assim, os “papéis sexuais” desempenhados por homens e mulheres eram tidos como naturais para Aristóteles. Cabe salientar, entretanto, que essas visões não constituem a noção moderna de dois sexos. O que este fato deixa evidente é a importância do corpo, em diferentes períodos, para o estabelecimento de hierarquias. Nesse sentido, não negamos o corpo, na verdade, consideramos que ele é usado como meio para fundamentar na sociedade ocidental uma divisão entre homens e mulheres, que coloca estas últimas como responsáveis pelo cuidado com os afazeres domésticos e com as crianças, enquanto aqueles estariam no centro da vida pública e, conseqüentemente, das decisões políticas e sociais.

Foi no século XVIII que a visão de dois sexos estáveis e opostos passou a ser predominante, direcionando a biologia como o fundamento de posicionamentos já consagrados na ordem social: “A criação de uma esfera pública burguesa, em outras palavras, levantou com violência a questão de qual sexo(s) deveria ocupá-la legitimamente. E em todo lugar a biologia entrava no discurso” (LAQUEUR, 2001, p. 242). De acordo com o autor, a compreensão sobre o corpo de forma estável, privada, é produto de momentos específicos da história e da cultura, isto é, “[o] sexo, como o ser humano, é contextual” (Idem, p. 27).

Os médicos da Renascença³⁵ acreditavam na existência de um sexo único; o pênis, órgão exposto, externo, teria o *status* de “sexo real” (LAQUEUR, 2001). Logo, as pessoas que tinham pênis gozavam de direitos e privilégios enquanto aquelas que

³⁵ A Renascença marca a transição entre a Idade Média e a Idade Moderna na Europa, tendo ocorrido aproximadamente entre meados do século XIV e o fim do século XVI. Neste período, houve um considerável desenvolvimento das artes, da economia, da política, da filosofia e das ciências. Cabe ressaltar que na Renascença havia uma preponderância da Igreja Católica no controle da sociedade.

tinham “órgãos internos” eram consideradas homens imperfeitos. De tal forma, “[a]s criaturas com pênis externo eram consideradas meninos e tinham todos os privilégios e obrigações dessa condição, e as que tinham pênis interno eram relegadas à categoria inferior de meninas” (LAQUEUR, p. 170). O sexo biológico era comumente usado como base determinante para o gênero; o corpo encerrava, então, o fundamento de um sistema que orientava hierarquias que só os homens preservariam em relação às mulheres.

No século XVIII, “o sexo é inventado”, isto é, os órgãos reprodutivos passam a ter nomes específicos que diferenciam homens e mulheres em um sistema binário. Tal fato não aconteceu de forma neutra, nem desvinculada dos interesses políticos da época. A ciência, reproduzindo ideais de classe, passou a estudar a fundo a anatomia, relacionando as diferenças entre homens e mulheres a causas biológicas; o sexo, muito mais do que o gênero, era o fundamento de hierarquias que inferiorizavam as mulheres (LAQUEUR, 2001).

Mesmo com a “invenção do sexo” no seu sentido epistemológico, as mulheres continuaram sendo imperfeitas. Em outras palavras, a condição das mulheres como seres inferiores não mudou, com um sexo único ou com dois sexos opostos, as mulheres permaneceram subjugadas. Aliás, tudo o que é ligado ao feminino é considerado inferior. Isso nos leva a pensar que a base dos discursos, das normas, das regulações está nas relações patriarcais. Conforme Cisne e Santos (2018, p. 43), “O patriarcado, embora atinja de forma estrutural a sociedade, dirige suas implicações centralmente às mulheres; há, contudo, outros sujeitos que ao transgredirem o ‘modelo’ patriarcal do ‘macho’ também sofrem sua opressão”. Estes sujeitos são associados ou pertencem a identidade feminina. As travestis e mulheres transexuais, por exemplo, possuem as “marcas” da transgressão, uma vez que negam o masculino e se fazem mulheres. “Logo, ainda que o exercício do poder patriarcal não se restrinja ao sexo biológico da mulher, permeia a construção social do sexo feminino, que se associa ao frágil, ao desvalorizado, ao subalterno e ao subserviente [...]”. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 43).

Cabe destacar que os esforços das ciências para desvendar o sexo, para entender os corpos tinham objetivos que estavam no campo sociopolítico. A produção das relações de poder advém do fortalecimento de estruturas patriarcais e de dominação-exploração. Reforçar a subalternidade de seres que sempre foram considerados inferiores determinaria tal consolidação.

Estes discursos eram (e ainda são) impostos como “verdades”, partiam de interesses políticos, econômicos e sociais, pois se fazia evidente a reserva de espaços públicos e de privilégios sociais para os homens. Nesta tese, acreditamos que existam normas, modelos, discursos que reforçam as oposições, as opressões, no entanto, devemos questionar: de onde vem tais normatizações que exigem sujeitos/as heterossexuais e coerentes com o sexo e o gênero designados ao nascer?

Antes de chegarmos a uma possível resposta para esta pergunta, continuaremos nossas incursões teóricas sobre o gênero, o sexo e a sexualidade. Na atualidade, diversos estudos considerados pós-estruturalistas ganharam evidência ao tratar sobre gênero e sexo. Destacamos aqui o trabalho da filósofa Judith Butler como um dos mais influentes neste quesito. Em 1993, Butler lançou a obra “Problemas de Gênero”, onde além de questionar os sistemas binários de sexo-natureza x gênero-cultura, reivindicou uma mudança no sujeito central do feminismo, alegando que a identidade das mulheres representadas pelo movimento não correspondia a todas as pessoas que compunham o gênero feminino. Deste modo, o feminismo traria em si um problema político, uma vez que “Ao invés de um significante estável a comandar o consentimento daqueles a quem pretende descrever e representar, *mulheres* – mesmo no plural – tornou-se um termo problemático, um ponto de contestação, uma causa de ansiedade” (BUTLER, 2003, p. 20). Este “ponto de contestação” se dá pelo fato de a estudiosa considerar que nem sempre o gênero da pessoa se constitui de forma coerente às expectativas sociais. Ademais, acredita ainda que há uma presunção política ao se determinar que a identidade desses sujeitos, supostamente existente em diferentes culturas, esteja frequentemente acompanhada da ideia de que “[...] a opressão das mulheres possui uma forma singular [...]. A noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada em anos recentes, por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe”. (BUTLER, 2003, p. 20).

Ao balizar uma universalidade da identidade dos “sujeitos do feminismo” e do patriarcado – como experiência comum de opressão entre as mulheres –, Butler (2003) tornaria visível um sistema de exclusão que atingiria a todos/as que não se enquadrassem ao modelo apresentado pela política feminista. “Esses domínios de exclusão revelam as consequências coercitivas e reguladoras dessa construção, mesmo quando a construção é elaborada com propósitos emancipatórios” (BUTLER, 2003, p. 22). Nesse contexto, a filósofa recusaria a ideia de ampliação da

representação do feminismo para pessoas que não estariam em consonância com as normas, uma vez que, mesmo inintencionalmente, o movimento buscaria encaixar os segmentos em fôrmas comuns, regulando-os. A proposta de Butler (2003) seria, então, a construção de uma política completamente nova. Esta sugestão teria como base uma identidade variante, que seria oposta às representações do feminismo clássico. O objetivo da filósofa seria deslocar a prática política de identidades fixas, estáveis.

Nesta pesquisa, diante do contexto brasileiro, não acreditamos que o sistema de ordem patriarcal tenha sido superado, tampouco que represente uma identidade universal, como expôs a autora. Essa ideia desconsidera a formação social e histórico das relações patriarcais de gênero nas diferentes nações; além disso, restringe as opressões às mulheres.

De acordo com Butler (2003), há uma insistência em construir uma identidade estável no feminismo que se dá por meio da distinção entre sexo e gênero. A reprodução da ideia binária de que o sexo é imutável, atendendo aos termos biológicos, e o gênero é culturalmente determinado, supõe uma contradição. Por um lado, se o sexo é tido como o destino biológico, ele regularia as expressões de gênero existentes. Por outro, se o que constrói o gênero é a cultura e não o sexo biológico, então este não poderia restringir o gênero. De tal modo, “[q]uando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que *homem e masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino [...]” (BUTLER, 2003, p. 24-25). Assim, a dicotomia ou, nos termos da autora, o binarismo entre sexo e gênero engendra uma relação de poder que produz o efeito de um sexo “pré-discursivo”, isto é, anterior à cultura. A partir de tal observação, temos que:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura (BUTLER, 2003, p. 25).

Este pensamento põe o sexo como histórico, indo de encontro aos argumentos de estudiosas que buscavam estabelecer um sistema dual entre sexo-

biologia e gênero-cultura. Butler (2003) tenta romper com o discurso de que a construção dos sujeitos e das identidades segue uma coerência de sexo, gênero e sexualidade; este discurso ao qual ela se refere observa um corpo e sobre ele a marca de “leis culturais inexoráveis” que o fazem atender às normas de gênero. Sendo assim, a autora (2003, p. 26) reflete que “[q]uando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso [...], a cultura se torna o destino”.

Ora, a correspondência de tais categorias formaria para a sociedade sujeitos inteligíveis, isto é, “em consonância” com os padrões cisgêneros e heteronormativos. Estes modelos/padrões/normas regulariam (ou restringiriam) as sexualidades e as identidades de gênero a um binário complementar, qual seja: homem e mulher. À margem deste binário estariam todas as pessoas que não se enquadrariam em modelos sexuais e de gênero impostos nesta ordem social, como, por exemplo, a população LGBTQIA+. Por esta razão, este segmento tem sido alvo de constantes controles sejam eles a partir de regras morais tácitas reproduzidas pela sociedade civil, sejam eles a partir de ações institucionalizadas dos mais diferentes governos.

A transgressão, o desvio, a patologia são estigmas com os quais o segmento LGBTQIA+ tem convivido há séculos. A criação de “verdades” sobre o sexo, sobre o gênero e sobre a sexualidade se constitui como um mecanismo de regulação dos corpos e dos desejos, transformando aqueles/as que não se adequam aos padrões em seres anormais, abjetos. Este mecanismo é refletido nos discursos religiosos, médicos, jurídicos os quais se utilizam da crença do povo e do saber científico para disseminar preconceitos, reforçar estereótipos e exercer o seu poder sobre as diferenças, objetivando adequá-las. Podemos inferir, então, que

A matriz cultural por intermédio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de ‘identidade’ não possam ‘existir’ – isto é, aquelas em que o gênero não decorre do sexo e aquelas em que as práticas do desejo não ‘decorrem’ nem do ‘sexo’ nem do ‘gênero’. (BUTLER, 2003, p. 39).

Compreendemos que a força das normatizações, dos padrões, gera um assujeitamento à cisheteronormatividade, que passa a ser a expectativa social a ser cumprida sendo, muitas vezes, reproduzida até mesmo por pessoas que não estão dentro dos padrões. Neste sentido, cabe frisar que a população T não está isenta de

reproduzir os valores, as normas e as próprias regulações do sexo, do gênero e da sexualidade.

Conforme o pensamento de Butler (2003), a *performatividade* (ou a repetição) das normatizações produz o gênero através de práticas que regulam a sua coerência, constituindo identidades que, na verdade, parecem ser fixas e binárias. Estas identidades são construídas dentro de uma matriz cis e hetero. Portanto, além de ser mulher e de ser homem seguindo os parâmetros anatômicos/biológicos exigidos pela sociedade (a mulher deve ter vagina e o homem pênis), estas pessoas devem ter como orientação sexual a heterossexualidade, portando-se com hábitos e comportamentos ditos femininos e masculinos, respectivamente.

Com isso, não se quer dizer que a *performatividade* (BUTLER, 2003) seja uma “teatralização” do gênero. Na verdade, esse conceito define uma repetição de normas sociais baseadas em preceitos morais e heteronormativos que são reproduzidos por travestis e pessoas transgêneras (ainda que de forma inconsciente). Assim, “[...] os sujeitos são coibidos pelas normas sociais a agir conforme as convenções; na verdade, constroem a si mesmos através das normas e convenções, transformando-se em pessoas culturalmente inteligíveis” (DUARTE, 2017, p. 72).

Entendemos que a produção de discursos, hábitos e, por sua vez, de normas, de padrões não se estabelece a partir de abstrações ou de atitudes individuais e personificadas. Os sistemas regulatórios têm como base as relações patriarcais, as quais geram hierarquias e opressões ancoradas nas violências (que podem ser físicas, psicológicas, morais), nos preconceitos, nas expectativas sociais. Portanto, o gênero não pode ser analisado de forma separada do patriarcado, tampouco das relações sociais de classe e de raça; caso contrário, insistiríamos em um conceito mais geral, desvinculado dos sistemas de dominação/exploração/opressão.

Autores/as como Foucault, Laqueur, Butler, apresentados/as aqui, trazem-nos noções de sexo, de gênero e de sexualidade que buscam desconstruir os padrões e denunciar as regulações que regem os corpos, os pensamentos e a produção das normatizações. As suas contribuições são cruciais para entendermos as categorias centrais deste estudo. Porém, é preciso uma leitura cuidadosa de suas obras, pois não podemos deixar de lado o contexto social e político brasileiro, que revelam uma realidade ainda distante de um processo emancipatório. Citar as normas como as grandes responsáveis deste fato **não é suficiente**. Precisamos saber contra quem ou

contra o que estamos lutando, uma vez que acreditamos que destruir as normatizações não significa extinguir as sujeições dos mais diferentes grupos.

Butler faz duras críticas ao feminismo e ao patriarcado, mas não explica, a partir da sua perspectiva, quais as bases (os fundamentos) da opressão de mulheres e de outros segmentos que não se conformam às normas de gênero exigidas. Compreendemos que Butler segue um pensamento de desconstrução das regras sociais, a fim de dar vazão às identidades e não-identidades que surgem na sociedade contemporânea. Entretanto, tal ideia pode se tornar uma armadilha teórica e política quando não entendemos como nossa sociedade é formada e quais são as estruturas a serem combatidas. Será que a desconstrução das normas de fato daria fim às desigualdades e preconceitos perpetrados contra as diferentes identidades de gênero e sexualidades? De onde viriam tais normas? Devemos frisar que apesar dos diferentes sujeitos possuírem experiências que divergem, há uma estrutura social, cultural, política e econômica construída para manter determinados poderes. Esta estrutura não é imutável, fixa ou natural, ela é dinâmica, ela é histórica e, por esta razão, destruí-la é uma tarefa que o feminismo adota como um de seus motes principais.

Neste contexto, não aceitamos a ideia de que o patriarcado seja criado apenas como uma forma de “unir” as mulheres em uma opressão comum. Consideramos que os sistemas de opressões se sustentam numa base que é sim comum, mas que se expressa através de multifacetadas. Destarte, trazemos a clássica definição de Saffioti (2004, p. 136) sobre patriarcado, ela diz:

O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia masculina. Tratar esta realidade em termos exclusivamente do conceito de gênero distrai a atenção do poder do patriarca, em especial como homem/marido, “neutralizando” a exploração-dominação masculina. Neste sentido, e contrariamente ao que afirma a maioria das(os) teóricas(os), o conceito de gênero carrega uma dose apreciável de ideologia. E qual é esta ideologia? Exatamente a patriarcal, forjada especialmente para dar cobertura a uma estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana. É a esta estrutura de poder, e não apenas à ideologia que a acoberta, que o conceito de patriarcado diz respeito. Desta sorte, trata-se de conceito crescentemente preciso, que prescinde das numerosas confusões de que tem sido alvo.

O patriarcado está longe de ser uma estrutura permanente ou apenas uma espécie de criação feminista para unir a luta das mulheres. Esta estrutura é a base

onde se fundamentam as tais normas sociais, os padrões que têm subjogado há séculos não apenas as mulheres, mas a diversidade de segmentos que compõem a sociedade. “O patriarcado não surgiu espontaneamente do mundo das ideias ou da cultura, mas possui uma base material e sócio-histórica. Isso significa que as ideias e a cultura patriarcais são socialmente determinadas, com base em relações concretas” (CISNE; SANTOS, 2018, p. 45). Deste modo, é válido destacar que muitas são as relações que dão sustentação/base ao patriarcado, no entanto, ao longo desta tese, iremos nos aprofundar na violência contra a população T que se manifesta de diversas maneiras, seja por meio de crimes bárbaros que ceifam as suas vidas, seja por meio do controle e disciplinamento de seus corpos, seja por meio das marginalizações sociais, incluindo aqui o acesso ao ensino superior.

Portanto, compreendemos que o patriarcado não dirige as suas implicações unicamente às mulheres, e sim a todas as pessoas que se identificam com o gênero feminino, tido como subalterno, frágil e desvalorizado e ao masculino, estabelecendo para este um lugar de virilidade e dureza. Não intentamos com isso essencializar o conceito de patriarcado, pelo contrário, o que buscamos é situar as normas e as relações sociais em determinações materiais, sendo elas produzidas pela realidade social e histórica, e não o contrário. Ademais, é preciso entender a população LGBTQIA+ em suas particularidades, uma vez que, mesmo com todas as conquistas e lutas, ela é atingida de diferentes maneiras pelas opressões. É fato que travestis e pessoas transgêneras tenham maiores dificuldades de se inserir no mercado de trabalho e de ter acesso a uma educação de qualidade, muitas/os sequer conseguem concluir o ensino básico.

Neste contexto, a fim de analisarmos tais particularidades que cercam o público trans e as travestis, abordaremos no tópico a seguir os processos de luta, resistência, avanços e retrocessos da população LGBTQIA+, que mudaram os rumos da história deste segmento e que foram cruciais para a construção de identidades políticas e para a conquista de direitos.

3.2 A disseminação dos discursos de ódio contra a população LGBTQIA+

“[Antigamente] não existia essa quantidade enorme de homossexuais como temos hoje em dia. E eles não querem igualdade, eles querem privilégios. Eles querem é nos prender porque nós olhamos torto pra eles, nos prender porque nós não

levantamos de uma mesa pra tirar nossos filhos ‘menor’ de idade de ver dois homens ou duas mulheres se beijando na nossa frente, como se no restaurante fosse um local pra fazer isso. Eles querem é privilégios! Eles querem é se impor como uma classe à parte. E eu tenho imunidade pra falar que sou homofóbico, sim, com muito orgulho se é pra defender as crianças nas escolas”³⁶. A fala anterior foi proferida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro em 2013, quando o político ainda era deputado federal pelo Rio de Janeiro. Ela demonstra um pensamento comum a milhares de brasileiros/as que relacionam “essa quantidade enorme de homossexuais” aos novos tempos políticos, advindos com o período de redemocratização do Brasil³⁷. De fato, o “fim” da repressão da ditadura militar representou um novo caminho para a luta da população LGBTQIA+ por direitos fundamentais como a liberdade de expressão, tão comum quando nos referimos aos homens brancos e heterossexuais. Esta visibilidade do segmento (e junto disso a demonstração pública de afeto) representa, na verdade, uma conquista, pois o pensamento conservador sempre exerceu o seu pulso firme na repressão da diversidade sexual e das identidades de gênero, ganhando força em determinados períodos da história.

Desse modo, para que possamos analisar a população T, é necessário fazermos algumas breves considerações sobre o que está por trás dos discursos de ódio proferidos contra este segmento. Primeiramente, devemos ressaltar que o Brasil contemporâneo carrega fortes traços do seu processo de formação social, histórico, econômico e cultural; o conservadorismo reproduzido não só pelas classes dominantes, como também pela população pobre em suas ações políticas, econômicas, sociais e subjetivas tem o seu alicerce na articulação reiterada entre o “arcaico” e o “moderno”. Observar essas dimensões como autônomas é também fragmentar a realidade social e limitar a formação brasileira a uma linearidade típica de uma evolução, na qual os processos de produção e reprodução da vida social seriam completamente novos em cada momento histórico. Nesse sentido,

[...] é da maior importância considerar a centralidade das relações de classe para a apreensão da especificidade da sociedade capitalista. Contudo,

³⁶ Disponível em: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/sou-homofobico-sim-com-muito-orgulho-diz-bolsonaro-em-video-que-esta-viralizando-nas-redes-sociais>>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

³⁷ Período em que o país passava por um processo de abertura política, uma transição negociada da ditadura militar para a democracia, que compreendeu os anos de 1975 a 1985. Progressivamente, as garantias individuais e a liberdade de imprensa foram ampliadas, culminando na eleição do primeiro presidente civil após 21 anos regime.

também é necessário percorrer um caminho que considera o patriarcado e o racismo como dimensões centrais para a apreensão dos aspectos da realidade nacional. Enfrentar esse debate – por tempo ladeado, é fato – significa desnudar o modo pelo qual as relações patriarcais de gênero, de classe e étnico/“raciais” se expressam enquanto categorias que estão em profunda interação e produzem dinâmicas desiguais e contraditórias numa formação econômico-social particular. (NOGUEIRA; BEZERRA, 2018, p. 2018).

Portanto, como destacado no tópico 3.1, partimos da compreensão que as análises sobre as relações patriarcais de gênero não devem ser desvinculadas de classe e de raça³⁸, uma vez que os sujeitos sociais se particularizam quando interpelados por sistemas estruturantes que, ao nosso ver, são consubstanciados e coextensivos. Não é à toa que a população de pessoas transgêneras e travestis possuem expectativas de vida menores se comparadas ao restante da população brasileira. Estima-se que o referido público tenha expectativa vida em torno dos 35 anos de idade³⁹, nos quais os direitos básicos como estudar, trabalhar e acessar políticas como a de saúde são negados. Destarte:

Sabemos, por exemplo, que a sociedade em que vivemos é racista. Isso significa que pessoas sofrem violação de direitos, discriminação e preconceito por não serem brancas e/ou possuírem origem étnico-racial historicamente subalternizada, como latino-americanos e africanos diante dos europeus. Esses grupos racialmente discriminados estão submetidos a diferentes violações de direitos, determinadas por um sistema de exploração/opressão. Todavia, de acordo com a classe a que pertencer, a opressão será diferenciada, ainda que não se elimine o racismo. Em outras palavras, um negro pobre, por exemplo, está muito mais sujeito a sofrer violência policial, a ser destrutado em ambientes públicos do que um negro rico. Se, em vez de um negro, tivermos uma negra, outra determinação entra em cena: as relações sociais de sexo e, se ela for lésbica, mais uma dimensão precisa ser considerada: a orientação sexual, e se for um indivíduo transexual, travesti, a questão dessas identidades particularizará determinadas formas de a exploração-opressão-dominação se manifestar. **Não se trata, porém, de uma dimensão matemática de adicionar, somar ou mesmo multiplicar opressões ou nominá-las de marcadores sociais, mas de apreender e decifrar as relações sociais de maneira dialética, em um sistema que é complexo de determinações, uno e diverso.** (CISNE; SANTOS, 2018, p. 25-26, grifos nossos).

³⁸ De acordo com Almeida (2019, s/n): “Há grande controvérsia sobre a etimologia do termo raça. O que se pode dizer com mais segurança é que seu significado sempre esteve de alguma forma ligado ao ato de estabelecer classificações, primeiro, entre plantas e animais e, mais tarde, entre seres humanos. A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI”. Ainda segundo o autor, classificar os seres humanos em raças serviria não apenas para o conhecimento filosófico, mas também para submeter, a partir do colonialismo europeu, as populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania.

³⁹ Dado retirado da reportagem da CNN Brasil, intitulada por: “Expectativa de trans no Brasil se equipara com Idade Média”. Disponível em: < <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/expectativa-de-vida-de-trans-no-brasil-se-equipara-com-idade-media-diz-advogada/>>. Acesso em: 02 de fev. de 2022.

Nessas condições, não podemos entender a fala de Jair Bolsonaro, descrita linhas atrás, como a reprodução de um preconceito destinado apenas a orientação sexual e a identidade de gênero da população LGBTQIA+. As palavras do ex-presidente exemplificam o pensamento de uma classe dominante que deseja validar o seu lugar; lugar este firmado no processo de formação do país, que pôs em seu centro o homem branco, rico e heterossexual, aqueles/as que destoam de tais padrões sofrem com as discriminações enraizadas em nossa sociedade. Elas expressam um pensamento conservador de controle e de disciplinamento de classe, de raça, de gênero e de sexualidade em prol da manutenção de privilégios e de poderes.

É importante destacar que a constituição deste ***ethos dominante***⁴⁰ se fundamenta em uma sociabilidade que produz comportamentos reificados, individualistas, e onde a liberdade e a igualdade (asseguradas formalmente) se configuram como possibilidades limitadas a cada indivíduo. Nessas condições, o que diferenciaria as pessoas seriam os seus talentos, as suas capacidades e os seus esforços para ascender socialmente. Por tais características, “[n]o âmbito das determinações que incidem sobre a constituição do *ethos* burguês, a ideologia liberal explica a desigualdade de forma a responsabilizar pessoalmente os indivíduos por suas condições sociais, donde sua reprodução como preconceito e moralismo”. (BARROCO, 2009, p. 169).

Situar os preconceitos e as discriminações na conjuntura social é fundamental para que possamos analisar a vida da população T no Brasil e a sua relação com a educação superior. Por isso, acreditamos que escrever sobre as violências as quais este público está sujeito sem entender os nós que os/as envolvem seria descrever de maneira superficial sobre as suas vivências. Ao longo da leitura deste trabalho, os/as leitores/as podem, por vezes, questionar-se qual a relação do capitalismo, do racismo, do patriarcado, da luta de classes com as discussões sobre gênero, sexualidade, educação. A resposta a esta pergunta está baseada em uma perspectiva teórica e política que compreende que pessoas transgêneras e travestis

⁴⁰ Entendemos que o *ethos* representa o conjunto de convenções, hábitos, valores e crenças de uma sociedade. Ou seja, é o modo de ser de uma sociedade. No caso da sociedade brasileira, há um *ethos* dominante, o modo de ser capitalista ou *ethos* burguês. De acordo com Barroco (2009, p. 157): “O modo de ser capitalista é fundado em uma sociabilidade regida pela mercadoria, ou seja, em uma lógica mercantil, produtora de comportamentos coisificados, expressos na valorização da posse material e espiritual, competitividade e no individualismo; um modo de ser dirigido a atender às necessidades desencadeadas pelo mercado”.

sofrem com a dominação-exploração-opressão dos sistemas estruturantes, sendo estes elementos inseparáveis da formação do ser social.

O pensamento conservador preza por ideias reduzidas e descoladas de análises aprofundadas da sociedade burguesa, pois é no senso comum que se constituem os estereótipos e os juízos de valor reproduzidos acriticamente como determinações de ordem natural. Tal fato objetiva fazer com que os indivíduos sejam responsabilizados por situações que têm a sua sustentação em sistemas estruturais. “A discriminação se reproduz, portanto, através de um quadro de valores morais, em que ‘virtudes’ e ‘vícios’ conjugam-se a determinados padrões de comportamento tidos como corretos/incorretos” (BARROCO, 2009, p. 170). As normas, valores e convenções, muitas vezes, são carregados de preconceitos e para serem bem aceitos precisam ser apresentados como verdades universais. De acordo com Barroco (2009, p. 171), na sociedade de classes, a ideologia exerce uma “[...] função social de fornecimento de um conjunto de representações, normas e valores cuja legitimação pressupõe a adesão do senso comum, possibilita a não apreensão da essência das relações sociais, ou seja, a reprodução da *coisificação* das relações sociais”.

Partindo de uma compreensão ampliada sobre a ideologia, a autora (supracitada) elucida que esta categoria pode tanto representar os interesses e necessidades dominantes, como pode estabelecer uma recusa aos seus valores, sendo assim constituída por outros referenciais. Isso não significa, no entanto, que a ideologia que se opõe à dominante está completamente desvinculada da alienação, pois para que haja o rompimento com a aparência dos fatos é preciso que a ação e o pensamento não se restrinjam a singularidades.

Na contemporaneidade, observamos, no Brasil e no mundo, o avanço do pensamento conservador representado pelos governos de direita que adotam posicionamentos negacionistas em relação às problemáticas sociais e ataques à ciência (os quais não se limitam aos discursos e adentram o campo dos investimentos); nestes governos, é comum a disseminação de ideias que pregam uma suposta “neutralidade” na “solução” de problemas sociais, políticos e econômicos, que intentam, dentre outras medidas, combater a universalidade das políticas públicas e, em maior âmbito, a ameaça comunista.

Sabemos que a pretensa neutralidade pregada no discurso da direita não existe. Na verdade, o que se deseja com isso é ocultar as desigualdades e as lutas sociais, transformando-as em problemas individuais. Nesta tese, tomamos uma

posição contrária a este pensamento conservador, tendo como pretensão transversal uma produção de conhecimento sintonizada com ações e ideias contra hegemônicos em prol das classes subalternas.

Sob esses termos, é característico do conservadorismo brasileiro a evocação do passado, que amaina toda e qualquer forma de resistência do povo em benefício de uma ordem, de um progresso, de uma coesão social (inexistente, diga-se de passagem). Assim, aqueles/as tidos como diferentes, dissidentes, devem se adequar ao que maioria impõe. Tal fato faz com que haja um avanço da intolerância e um acirramento das discriminações e opressões. A liberdade é limitada à subjetividade e vista como um acordo entre os indivíduos, que não podem ultrapassar as barreiras convencionais. Deste modo, o pensamento conservador tende a valorizar casos particulares em detrimento de uma totalidade (IAMAMOTO, 2004), isto é, ele estima a fragmentação da realidade social, desconsiderando aspectos estruturais na compreensão da sociedade brasileira. “A mentalidade conservadora não possui predisposição para teorizar. Sendo a organização da sociedade vista como fruto de uma ordenação natural do mundo, o conhecimento visa a um controle prático das situações presentes”. (IAMAMOTO, 2004, p. 24).

Feitas estas reflexões, iremos abordar o surgimento do movimento LGBTQIA+ e, para isso, faremos alguns incursos na história da sociedade brasileira da década de 1960, mais especificamente ao golpe militar de 1964, o qual imprimiu ao Brasil um período antidemocrático travado por repressões, torturas, desaparecimentos e resistências dos mais diversos grupos, incluindo lésbicas, bissexuais, gays e travestis. Estes constituíram nesse período o que podemos denominar de identidades políticas.

Destarte, é importante lembrar que o movimento LGBTQIA+ surgiu em meio ao período da ditadura militar no Brasil, sendo reflexo de diversas frentes de lutas que além de ter confrontado os desmandos militares buscou a ruptura com os preconceitos e padrões que marginalizavam o segmento. Vistos como transgressores/as, desviantes, aberrações os/as “homossexuais”⁴¹ eram um dos principais alvos da violência e da perseguição da polícia da ditadura.

⁴¹ Os termos “homossexuais” ou “homossexualidade” eram usados para designar lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas transgêneras, sem distinções em relação à orientação sexual e à identidade de gênero. Iremos, por vezes, fazer referência ao termo quando estivermos abordando autores/as que analisaram o período.

3.2.1 “Subversão” moral e a construção do movimento LGBTQIA+ no Brasil: a perseguição de “homossexuais” durante a ditadura militar

É sabido que o regime instituído em abril de 1964 pôs fim às liberdades democráticas da época, impondo valores que, dentre outras questões, condenavam os comportamentos e modos de vida dos “homossexuais”, pois, de acordo com a visão oficial do governo militar, a homossexualidade era considerada uma ameaça subversiva à ditadura. Ela colocava em *risco* a continuidade das famílias, da moral e dos “bons costumes”. Este pensamento e as ações hostis voltadas à população LGBTQIA+ conviviam com um preconceito já instaurado na sociedade brasileira, o qual penetrava, inclusive, dentro da esquerda do país. Conforme o “Relatório – Tomo I – Parte II – Ditadura e Homossexualidades: Iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo ‘Rubens Paiva’” (2014, s/n):

A discriminação contra pessoas LGBT não surgiu durante a ditadura. Suas origens remontam a períodos muito anteriores da história brasileira. A homofobia esteve sempre embutida em diversas esferas e manifestações da cultura em nosso país: nos discursos médico-legais, que consideravam a homossexualidade uma doença; em discursos religiosos, que condenavam o ato homossexual como pecado; em visões criminológicas conservadoras, que tratavam homossexuais como um perigo social; e em valores tradicionais que desqualificavam e estigmatizavam pessoas que não se comportavam de acordo com os padrões de gênero prevalentes como pessoas anormais, instáveis e degeneradas, caracterizando a homossexualidade como um atentado contra a família.

É interessante ressaltar que os anos que se seguiram ao golpe militar de 1964 foram marcados por contradições, já que ao mesmo tempo em que aumentavam as repressões aos “homossexuais” cresciam também as suas redes de sociabilidade e visibilidade, onde as pessoas passavam a realizar festas íntimas em suas casas (que não se restringiam apenas ao carnaval), a estabelecer grupos sociais de amizade e de apoio e a formar um pensamento crítico quanto à homofobia. Aquele era “[...] o momento de novas boates e possibilidade de vivência pública para muitos gays e lésbicas que criou uma certa noção de que havia uma liberdade social, porque havia mais acesso a outras pessoas, a uma vida social mais pública [...]”. (RELATÓRIO DITADURA E HOMOSSEXUALIDADES: INICIATIVAS DA COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”, 2014, s/n).

Ainda segundo informações do referido relatório (2014, s/n), a pretensa tolerância de alguns setores da sociedade à homossexualidade determinava que era possível manter práticas denominadas como “homossexuais” desde que ficassem restritas ao carnaval e a espaços fechados, isolados; no quesito profissional era possível suportar as suas presenças em ocupações consideradas femininas, “delicadas”.

Apesar do clima inicial de uma suposta aceitação das “homossexualidades”, a ditadura militar utilizou os preconceitos já existentes na sociedade brasileira como base para alimentar a sua ideia de “desvio moral” e de “subversão”, associando, especialmente, *gays* e *travestis* à prostituição, aos vícios em drogas, à pedofilia e, é claro, ao comunismo.

Preocupações para com a homossexualidade e a segurança nacional vieram à tona muito antes de 1964, quando autoridades policiais, médicas, legais e políticas procuraram patologizar e controlar a homossexualidade como uma prática perigosa, secreta, degenerativa, e ligada ao gênero; uma prática que estas autoridades associaram, imprecisamente, com a subversão e a (in)segurança nacional. Como James N. Green observa, discursos médicos patologizaram a “inversão” sexual, os “urnings” e o “terceiro sexo” ao longo da primeira metade do século XX. Esses discursos diminuíram em certa medida nos anos 1940, mas não desapareceram – e nas décadas de 1960-1980 eles informariam como as autoridades militares interpretaram e responderam ao desejo entre os homens. (COWAN, 2021, p. 30).

Conforme relata Cowan (2021), a censura era uma das armas do regime militar para perseguir e reprimir as “homossexualidades”; portanto, “promover” e apresentá-la como normal e aceitável perante a sociedade era considerado como ataque aos preceitos da ditadura. Os bares, os desfiles de *drag queens* e de *travestis* em boates, os encontros noturnos entre homossexuais, bem como os jornais, os livros, os panfletos, os programas de TV e as novelas que citavam a “homossexualidade” eram vigiados e identificadas pelos agentes das forças de segurança nacional; muitos/as homens *gays* e *travestis* foram detidos/as, outros/as foram para o exílio e houve aqueles/as que desapareceram durante o regime (COWAN, 2021).

Devemos reforçar que as expressões culturais foram uma importante forma de resistência dos “homossexuais” aos desmandos dos militares, “[a]té nas alturas da repressão mais dura [...] policiais suspeitaram que houvesse conexões entre supostos ‘atentos à moral e aos bons costumes’ e a produção cultural e organização política da esquerda” (COWAN, 2021, p. 42). Segundo o mesmo autor, ainda que a

homossexualidade e a travestilidade não fosse a razão principal (expressamente registrada) para a prisão e a tortura das pessoas, ela compunha o conjunto de ameaças, relacionadas ao comunismo, que deveriam ser extirpadas do Brasil.

Na década de 1970, foram proeminentes as manifestações culturais e o ativismo *gay*, exemplo disso foi surgimento do grupo de teatro dos Dzi Croquettes que representou um afronte aos papéis sexuais instaurados na época. “Em seus espetáculos, homens de bigode e barba apresentavam-se com vestes femininas e cílios postiços, usando meias de futebol com sapatos de salto alto e sutiãs em peitos peludos” (TREVISAN, 2018, p. 274). Conforme o autor referenciado, os Dzi Croquettes deram início no Brasil a um debate sobre a política sexual, trazendo questionamentos contemporâneos à década dos movimentos homossexuais internacionais. Além do grupo, destacamos como figura de resistência à ditadura e às violências perpetradas contra o “público *gay*”⁴² da época o cantor Ney Matogrosso, que com suas músicas repletas de jogos de linguagem, suas performances dançantes e sua estética que misturava elementos masculinos e femininos “[...] criou perplexidade na mídia. Homem? Mulher? Viado? Sua voz feminina [...] contrastava com seu corpo másculo e peito peludo. A ambiguidade dos Dzi Croquettes chegava nele a um verdadeiro paroxismo”. (TREVISAN, 2018, 274-275).

Em meados da década de 1970, no teatro, eclodiram peças com a temática *gay*; em sua maioria, elas tratavam de uma reafirmação da homossexualidade, seguindo a ideia de que “homossexuais são gente”! Deste modo:

É verdade que a censura federal se mantinha atenta ao que chamava de ‘exploração e apologia do homossexualismo’, a partir de 1968, quando (mais uma vez) proibira de Plínio Marcos a peça *Barrela* (de clima marcadamente homoerótico, inclusive com um estupro masculino dentro da prisão) e também a americana *Boys in the Band*, em sua encenação brasileira. À diferença das peças anteriores, boa parte da produção teatral da década de 1970, tematizando a homossexualidade, era escrita por autores homossexuais que colocavam no palco, de uma maneira ou de outra, sua experiência pessoal. (TREVISAN, 2018, 280).

Apesar de considerável avanço cultural em relação à temática *gay*, as peças foram bastante criticadas por buscarem uma afirmação da identidade homossexual e uma inclusão destes à sociedade e ao mercado, “[p]ortanto, essa (não tão) velada heroicização (ou, no mínimo, complacência) constituía menos um gesto de subversão através da arte do que um esforço de integração ao mercado. E o boom

⁴² Aqui nos referimos também às lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais.

guei acabou inaugurando uma nova fórmula de ‘protesto’ à disposição da sociedade de consumo” (TREVISAN, 2018, 282).

De certo modo, a cultura, por meio da sátira, do humor, mantinha a sua articulação com o ativismo *gay*, o qual, aos olhos dos ditadores, seria um sinal das investidas comunistas. O movimento *gay*, que teve a sua emergência de forma ampliada no período da redemocratização (década de 1980), lutou pela libertação junto às feministas, ao movimento negro, aos indígenas e a setores das esquerdas mais tradicionais.

Esta aceitação da homossexualidade em setores da sociedade brasileira surfava na onda de mudanças ocorridas no cenário mundial, onde os debates e as lutas por direitos do segmento avançavam. Um exemplo disso foi a “Rebelião de *Stonewall*”, como ficou conhecido o movimento de resistência LGBTQIA+ nos Estados Unidos da América (EUA) em 1969. Até a década de 1960, as relações entre pessoas do mesmo gênero eram consideradas ilegais no estado de Nova Iorque e, por esta razão, lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e *drag queens* costumavam frequentar bares, clubes, boates, destinados ao público desta comunidade, uma vez que apenas nesses espaços as pessoas encontravam possibilidades de expressar a sua sexualidade e de socializar livremente⁴³. Gestos de afeto entre casais da população LGBTQIA+ também eram proibidos: andar de mãos dadas, beijar, dançar etc. seriam atos ilegais. Além disso, os bares e boates da cidade não poderiam vender bebidas alcólicas para este público sob a justificativa de que eles/elas causavam “desordem”.

De tal modo, a polícia promovia batidas constantes em clubes, bares e boates, onde havia se tornado um comportamento comum ameaçar, constranger e extorquir os donos e frequentadores/as destes estabelecimentos. Em 28 de junho de 1969, em uma inspeção ao bar *Stonewall Inn*, funcionários/as e clientes foram presos mediante coações e abusos da polícia. O fato causou a revolta do segmento LGBTQIA+, que já estava farto da violência policial e da repressão social, fazendo com que eles/elas revidassem o ataque e resistissem às prisões. O episódio deu início a um motim que durou cerca de cinco dias⁴⁴ e ficou conhecido como a “Revolta de *Stonewall*” ou a “Rebelião de *Stonewall*”.

⁴³ Disponível em: <<https://www.politize.com.br/rebeliao-de-stonewall/>>. Acesso em: 10 de out. de 2021.

⁴⁴ As informações sobre o período de duração da revolta são divergentes nas mais diversas fontes: livros, revistas, documentários. Por esta razão nos baseamos aqui nas informações da matéria da *National Geographic*.

A rebelião representou um marco para a emergência do movimento LGBTQIA+ em todo mundo, e, desde então, no dia 28 de junho é comemorado o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+. Vale destacar que entre os/as vários/as participantes do levante, duas travestis ganharam reconhecimento pela sua resistência: Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera. As informações sobre esse dia ainda são divergentes, especialmente sobre como o conflito com a polícia foi iniciado, entretanto é recorrente encontrarmos notícias, documentários e filmes que reconhecem a liderança de Johnson e Rivera na luta por direitos do segmento. Destarte:

Uma das pessoas que lutou por seus direitos foi Marsha P. Johnson, uma ativista transgênero negra que frequentava o bar e é considerada uma das líderes da rebelião. Embora algumas pessoas afirmem que Johnson “jogou o primeiro tijolo” na polícia, ela afirma que chegou ao bar quando a confusão já estava em plena atividade.

Há pouca concordância em relação aos acontecimentos daquela noite — exceto o fato de que os clientes entraram em confronto violento com a polícia. Reportagens de jornais, histórias orais e relatos são conflitantes. Jason Baumann, curador da coleção LGBTQIAP+ da Biblioteca Pública de Nova York, conta que os estudiosos ainda discutem “quantos dias durou a revolta, quem jogou o primeiro tijolo, a primeira garrafa e deu o primeiro soco”. Independentemente de quem iniciou a revolta, a batida policial não ocorreu conforme planejado. Enquanto a violência irrompia do lado de fora do bar, a polícia recuou para dentro e se protegeu com barricadas. Manifestantes derrubaram as barricadas, trocaram golpes com a polícia e atearam fogo no bar. Os policiais demoraram horas para esvaziar as ruas. Na noite seguinte, milhares de pessoas foram até o Stonewall Inn para provocar a polícia. Confrontos eclodiram novamente naquela noite e mais algumas vezes nos dias seguintes. (NATIONAL GEOGRAPHIC, 24/06/2021)⁴⁵.

Pouco tempo depois da revolta, surgiu nos EUA o *Gay Liberation Front* (GLF); este movimento era formado por várias organizações e por indivíduos que defendiam o orgulho de ser *gay* e o ato de assumir a sua orientação sexual (“sair do armário”) como um ato político (NOGUEIRA *et al.*, 2020). Como já mencionado, a Revolta de *Stonewall* foi um marco para o segmento LGBTQIA+, desencadeando, no decorrer da década de 1970, o aumento do número de organizações políticas de *gays* e *lésbicas*⁴⁶ em diversos países. Ainda de acordo

⁴⁵ “Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelo direitos LGBTQIAP+”. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/06/gay-lgbt-revolta-de-stonewall-movimento-atual-pelos-direitos-lgbtqia>>. Acesso em: 10 de jun. de 2021.

⁴⁶ Durante a formação destes movimentos era comum que as pautas de discussões fossem voltadas para *gays* e, em um segundo momento, para as *lésbicas*. Pessoas transgêneras, transexuais e travestis continuaram, por muitos anos, sendo marginalizadas dentro das organizações políticas.

com Nogueira *et al.* (2020), a rápida expansão do movimento tinha uma série de motivos, dentre eles: o contexto político instaurado no final dos anos 1960, no qual observamos o surgimento de diversos movimentos sociais; e a luta do movimento negro nos EUA. Esta última foi, segundo os autores, uma grande referência para o movimento *gay*, até mesmo o lema *black power*, inspirou o *gay power* a época. Nesse contexto, “O Partido Pantera Negra para Autodefesa [...] influenciou organizações e militantes do GLF a construir um movimento mais radical, em torno da luta pelos direitos civis e da autodefesa da população não heterossexual” (NOGUEIRA *et al.*, 2020, p. 119). A atuação mais radical do movimento *gay* (ou movimento homossexual) fez com que a luta por direitos civis desta população adentrasse o campo político, rompendo com a ideia de que as pautas sobre diversidade sexual deveriam ser destinadas ao espaço privado. Portanto,

Seguindo os passos dos movimentos operário, feminista e negro, a organização do movimento pela diversidade sexual e de gênero se desenvolveu primeiramente no centro do capitalismo (EUA e Europa). Nesses países, as práticas e relações não heterossexuais eram proibidas de forma explícita, por meio de leis antissodomia e de atentado ao pudor. Havia uma violência oficialmente institucionalizada. Funcionários públicos e professores homossexuais eram perseguidos e demitidos. Prisões, internações em hospícios, trabalho forçado, tratamento químico, lobotomias e torturas foram algumas agressões cometidas pelo Estado liberal para punir a diversidade sexual e de gênero, durante o século XIX e a maior parte do século XX. Por isso, a rebelião de Stonewall é considerada um momento histórico de radicalização contra a opressão. (NOGUEIRA *et al.*, 2020, p. 120).

Em 2019, a Revolta de *Stonewall* completou 50 anos. De lá para cá, o então denominado movimento homossexual passou por diversas mudanças. No Brasil, o surgimento desta organização ocorreu entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, em meio a resistência à ditadura militar. Por essa razão, a sua emergência foi atravessada por divergências políticas entre grupos da esquerda e grupos que lutavam pela “autonomia das minorias” – nos quais se evidenciavam as pautas identitárias, com destaque para as pautas de homens gays, fato que invisibilizava mulheres, travestis e pessoas transgêneras. No próximo subtópico, iremos abordar o histórico do movimento, assim como as transformações das categorias de referência aos seus sujeitos políticos.

3.2.2 O movimento homossexual: breve histórico do seu surgimento no Brasil

O final da década de 1970 e o começo dos anos 1980 representou para o Brasil um período de abertura política “lenta, gradual e segura”⁴⁷. Na prática, o objetivo era realizar uma transição para o regime democrático; entretanto, as Forças Armadas não estavam em consenso quanto a tal abertura. Além disso, o autoritarismo, a repressão e as violações aos direitos humanos, características típicas da ditadura militar brasileira, continuaram acontecendo. As alas de militares linha-dura buscavam manter o controle sob o crescimento da esquerda, a fim de evitar uma revolução. Diante de uma conjuntura de avanços e retrocessos,

Historiadores, jornalistas e outros intelectuais ofereceram várias interpretações para explicar a saída das Forças Armadas do Palácio do Planalto em 1985. Alguns argumentam que a transição foi apenas um processo dirigido de cima para baixo, com a orientação do presidente Ernesto Geisel (1974-79) e do seu Chefe da Casa Civil General Golbery de Couto e Silva. Segundo esta versão do processo, a promessa de Geisel para uma “distensão lenta, gradual e segura” e a abertura dirigida por seu sucessor João Batista Figueiredo teriam garantido a volta dos militares às casernas e o retorno à plena democracia. Outros opinam, e deste grupo faço parte, que a distensão e logo depois a abertura foram aceleradas por forças que extrapolavam o controle dos generais. Entre eles, a crise de petróleo em 1973 provocou uma inflação aguda a partir de 1974 e enfraqueceu o apoio ao regime entre as classes médias, um setor da sociedade que no período anterior serviu em grande parte como base de apoio ao governo devido à expansão econômica entre 1968 e 1973. (GREEN, 2021, p. 179).

Segundo Green (2021), mesmo com a tentativa de controle dos militares na abertura política, houve uma reorganização do movimento estudantil e da esquerda, que se mobilizaram juntamente com setores da Igreja Católica na década de 1970, protestando contra as prisões, as torturas e os assassinatos, a exemplo das manifestações contra a morte do estudante e militante Alexandre Vannucchi Leme, em 1973, e do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975. Artistas, intelectuais e jornalistas também aproveitaram o momento para enfrentar a censura, escrevendo contestações sobre as mentiras da ditadura.

De acordo com MacRae (2018) e Green (2021) a entrada das classes trabalhadoras do ABC na cena política no ano de 1978 representou um marco na luta

⁴⁷ Bordão utilizado durante o Governo Geisel (1974-1979) para se referir ao processo de transição para um regime democrático.

contra o autoritarismo dos militares, pois influenciou no ritmo da abertura no período da ditadura. Os sindicatos, que se fortaleciam a época, bem como os movimentos sociais tiveram papel fundamental para a derrocada do regime militar. Ademais, também deram sustentação para o surgimento dos primeiros grupos que pautavam a homossexualidade como um movimento político.

Em 1979, o general Figueiredo toma posse como presidente da república (1979-1985) e, com o apoio do grande capital, dá continuidade ao processo de “distensão política” iniciado no governo Geisel. Sob forte pressão nacional, no mesmo ano, promoveu a anistia a militares, a prisioneiros e exilados políticos. “Ao anistiar os tradicionais opositores do regime, essa lei servia também como forma de perdão a todos os atos de brutalidade e arbitrariedade, perpetrados pelos próprios agentes oficiais da repressão” (MACRAE, 2018, p. 94).

Não obstante houvesse grandes contradições na abertura política, a sociedade brasileira mostrou exultação com esse processo, que trouxe também mudanças socioculturais e contestações “inovadoras” que imprimiram divergências políticas com alguns setores da esquerda. Devemos destacar que o novo período e os longos anos de ditadura provocaram dúvidas em relação às concepções políticas mais tradicionais. Parte da sociedade civil não acreditava mais em discursos que se pautavam em ideais de lutas revolucionárias. Os anseios e as inquietações destas pessoas voltavam-se para a busca de soluções das suas próprias contradições, dentre estas estavam preocupações com o corpo, com os comportamentos, com a subversão de valores etc. Para isso, estudantes e intelectuais tinham como inspiração os movimentos de contracultura ocorridos em países como a Inglaterra e os Estados Unidos. Havia um desencanto pela teoria e pela prática da esquerda, que passou a ser frequentemente questionada e criticada pelo seu “conservadorismo cultural” (MACRAE, 2018). Nesta direção, “[o] marxismo ficava estigmatizado como ‘caretice’ e difundia-se uma nova noção: não existiria a possibilidade de uma revolução ou transformação social, sem que ocorresse também uma revolução ou transformação individual” (MACRAE, 2018, p. 95).

Durante a segunda metade da década de 1970, com a reorganização do movimento estudantil, observou-se que a juventude reproduzia novos valores, o que trouxe mudanças para a conduta da militância política. Essa postura da juventude estava presente no surgimento no movimento homossexual, uma vez que a sexualidade passou a ser vista como um ato de contestação moral.

Mediante tais acontecimentos, devemos salientar que ainda no ano de 1978 ocorreu a fundação do primeiro grupo brasileiro que politizava a homossexualidade, o Somos, de São Paulo. Conforme os estudos de Facchini (2003), a primeira aparição pública do Somos ocorreu por meio de uma carta endereçada ao sindicato dos jornalistas, na qual o grupo adotou o nome provisório de “Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais”. A carta denunciava a forma sensacionalista e preconceituosa com a qual a temática da homossexualidade era comumente tratada pela imprensa. Posteriormente, em dezembro de 1978, a partir de um convite para participação em uma semana de debates sobre movimentos de emancipação de grupos discriminados, que seria realizada na Universidade de São Paulo (USP) no início de 1979, o grupo foi renomeado para Somos – Grupo de Afirmação Homossexual⁴⁸.

O Somos, composto inicialmente apenas por homens, começou as suas atividades já marcado por uma polarização entre a “esquerda” e a “autonomia das lutas das minorias”. Estas divergências geraram posteriormente graves conflitos internos para o grupo até a sua dissolução na década de 1980 (FACCHINI, 2003).

Cabe esclarecermos que a formação de grupos de homossexuais não era novidade em terras brasileiras durante a década de 1970. No entanto, o objetivo dos mesmos era “[...] a diversão e seus aspectos críticos que se limitavam à bem humorada paródia dos acontecimentos mundanos da alta sociedade” (MACRAE, 2018, p. 165). Neste sentido, o que o Somos trazia de novo em seu surgimento era a postura de enfrentamento e de busca de um espaço de respeitabilidade da homossexualidade, pois antes de 1978, havia certa clandestinidade na maneira como a homossexualidade era tratada; apesar desta não ser proibida durante a ditadura, era motivo de perseguição policial, sendo associada ao comunismo.

⁴⁸ O debate realizado na USP foi crucial para que fossem fomentadas discussões sobre a homossexualidade e para que o grupo ganhasse novos participantes que não fossem apenas homens. Conforme Green (2021, p. 190), “O Somos começou a crescer significativamente depois de um debate organizado pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo (USP) em fevereiro de 1979. Promovido pela corrente estudantil *Vento Novo*, encabeçada por André Singer, atualmente professor de ciência política na USP, o grupo tinha um projeto alternativo para apresentar propostas novas para o movimento estudantil, que fugiam do marxismo tradicional dos outros grupos, e, por isso, propunha um ciclo de debates sobre as ‘minorias’, termo usado para se referir a mulheres, negros, índios e homossexuais. O debate, que ocorreu à noite, sobre homossexualidade, contou com a participação de representantes do jornal *Lampião* e do Grupo Somos, atraindo mais de cem pessoas e provocando uma polêmica entre os diferentes setores da esquerda, os membros do Somos e outros gays e lésbicas que assistiam ao evento e que, em seguida, entraram para o grupo ou formaram outros”.

Dentre as características que compunham o ideário do Somos, ressaltamos: a compreensão da homossexualidade como uma estratégia de transformação cultural, que iria corroer a estrutura social a partir das margens; as análises das relações de gênero como combativas às assimetrias entre homens e mulheres; a crítica à bissexualidade, como fuga para não assumir a homossexualidade; o prazer como bem supremo e o antiautoritarismo tanto em relação à ditadura quanto dentro do próprio grupo (FACCHINI, 2003).

Em 1979, o Somos cresceu consideravelmente, ganhando novos/as integrantes. Tal fato fez com que as divergências de pensamentos entre os participantes se tornassem marcantes dentro da organização. As diferentes concepções representavam maneiras diversas de encarar os rumos do movimento. Deste modo, ao longo do referido ano, surgiram basicamente três percepções emblemáticas que evidenciavam os polos divergentes: a **primeira** fazia fortes críticas às esquerdas, rejeitando colaborações com ela. A sua postura era antiautoritária e libertária. Uma **segunda percepção** foi a das lésbicas; elas passaram a integrar o grupo após o debate realizado na USP, trazendo uma visão feminista para as discussões sobre a “homossexualidade feminina” e sobre o preconceito. Muitas delas, além de terem ligações com a esquerda, constataram uma predominância dos discursos masculinos, o que as fez, posteriormente, formarem uma organização autônoma. A **terceira percepção** pretendia politizar o Somos, fazendo com que o ativismo ultrapassasse os processos internos do grupo e chegasse à sociedade. Alguns integrantes desse polo simpatizavam com as esquerdas, dentre eles James N. Green, historiador e ativista dos direitos LGBTQIA+ (GREEN, 2021).

O início da década de 1980 foi um período de “rachas” dentro do Somos, que se dividiu em outros grupos; antes mesmo da metade da década houve uma redução no número de organizações do movimento. Assim:

Vários fatores podem estar implicados nessa redução quantitativa: o surgimento da epidemia da aids e seu poder de desmobilização das propostas de liberação sexual; o fato de que muitas lideranças tenham se voltado para a luta contra a epidemia; o próprio fim do jornal *Lampião*, um dos principais meios de comunicação para o movimento; o novo contexto de democracia do país que exigia uma mudança de perfil para a continuidade dos grupos, pois não oferecia mais o “inimigo” externo que unificava todos contra “o poder”. Ao contrário, o fim da ditadura acenava com a abertura de canais de comunicação com o Estado, embora, em relação ao movimento homossexual, tais canais só tenham surgido quando se compreendeu que a epidemia do HIV era um problema de saúde pública e não apenas de “grupos de risco”. Em tempos de aids, vista como “câncer gay”, não se tratava mais

de afirmar a necessidade de “abrir abscessos” e de gerar “cânceres” no corpo social. (FACCHINI, 2009, p. 60)

Devemos destacar o papel do jornal *Lampião da Esquina* como um relevante meio de comunicação para o movimento homossexual. O lançamento do jornal ocorreu no mesmo ano do grupo Somos, em 1978, e contribuiu para o fortalecimento desta organização. “O *Lampião da Esquina* foi o primeiro, em nível nacional, a abordar a questão da sexualidade, e principalmente da homossexualidade, além de lutar contra a repressão e o preconceito fortemente recrudescidos durante a ditadura militar” (RODRIGUES, 2021, p. 90). É evidente que, antes do seu surgimento, já existiam outros jornais⁴⁹ direcionados ao público homossexual, eles datavam da década de 1960; contudo, diferentemente do *Lampião*, as suas reportagens versavam sobre banalidades e badalações sociais, culturais.

O *Lampião da Esquina* oferecia espaço para o debate com as “minorias” estabelecendo alianças com os negros, feministas, indígenas e com o que Rodrigues (2021) chama de “minorias dentro das minorias”: travestis, prostitutas, michês, dentre outras. Apesar do espaço, o jornal se mostrou, por vezes, contraditório, uma vez que a diversidade de concepções confundia os leitores. Essa diversidade também estava presente no conselho editorial do jornal, o qual disputava ideias e temas.

Com um corpo editorial formado por onze personalidades com posições ideológicas tão díspares, não é de se estranhar que logo cedo as disputas por temas acabariam por enfraquecer o jornal. Isto pode ser percebido logo de início pela falta de um editorial dirigido. A seção “Opinião”, que caracteriza o espaço para o jornal desenvolver sua linha editorial, era ocupada na verdade por opiniões pessoais de membros do Conselho Editorial. Segundo Dolores Rodrigues, jornalista e redatora que trabalhou no jornal do número 27 até o último, 37, existiam dois núcleos no jornal: o do Rio, capitaneado por Aguinaldo Silva; e o de São Paulo, representado por Darcy Penteado e João Silvério Trevisan, sendo que a palavra final era dada pelo núcleo do Rio. (RODRIGUES, 2021, p. 101).

⁴⁹ Segundo Rodrigues (2021, p. 89), “[...] no início da década de 1960, surgiram as primeiras publicações dirigidas para o público homossexual. No Rio, tínhamos, de restritíssima circulação, as publicações *Snob*, *Le Femme*, *Subúrbio à Noite*, *Gente Gay*, *Aliança de Ativistas Homossexuais*, *Eros*, *La Saison*, *O Centauro*, o *Vic*, *O Grupo*, *Darling*, *Gay Press Magazin*, *20 de Abril* e *O Centro*; em Niterói existiam *Os Felinos*, *Opinião*, *O Mito*; em Campos havia o *Le Sophistique*; na Bahia contava com *O Gay* e *O Gay Society*, *O Tiraninho*, *Fatos e fofocas*, *Baby Zéfiro*, *Little Darling* e *Ello*. Segundo os editores do *Lampião*, eram jornais que versavam sobre amenidades e badalações sociais, sem esquecer de falar de acontecimentos culturais, reportagens e classificados. Eram jornais feitos por alguns amigos para seus amigos. Nem por isso eram vistos como algo menor.

As diferenças ideológicas do conselho editorial e a falta de recursos financeiros contribuíram para o enfraquecimento do jornal que fechou as suas portas em julho de 1981. Apesar do seu fim, o *Lampião* deu luz às discussões sobre a identidade homossexual em um período no qual “sair do armário” e assumir-se *gay*, travestis, transexual e lésbica era considerado pela sociedade um ato “marginal”. Além disso, mesmo apresentando divergências em relação ao ativismo *gay*, o jornal deu apoio e divulgação aos grupos que surgiram na época de sua existência, em especial ao Somos. O *Lampião da Esquina* “[f]oi importante para toda essa geração que pôde ver que não estava sozinha, que não era louca nem doente e que existia um outro lado” (RODRIGUES, 2021, p. 119).

3.2.3 O surgimento da epidemia da AIDS e a emergência de identidades coletivas: a SIDA⁵⁰ da população T

Observamos até aqui que o surgimento do movimento homossexual ocorreu em meio a divergências políticas e de pensamentos sobre como conduzir as organizações; ademais, também pudemos perceber que o movimento tinha como foco a homossexualidade masculina, as mulheres só tiveram espaço dentro do “ativismo *gay*” no final da década de 1970. O mesmo não podemos afirmar sobre as travestis e pessoas transgêneras, uma vez que são pouco mencionadas nos trabalhos que relatam o período. É curioso compreender que os livros, os artigos, os textos que analisam a ditadura militar relacionam as travestis e pessoas transgêneras ao mundo da prostituição. Vale esclarecer, entretanto, que este segmento sofreu duras perseguições, assédios, violências físicas e sexuais por parte da polícia da ditadura e que muitas das memórias e dos relatos sobre o que aconteceu com as travestis e pessoas transgêneras “perderam-se” com a morte deste público. Desse modo, a visibilidade política do segmento ocorreu com maior força no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

⁵⁰ O termo se refere ao estigma que relaciona travestis e pessoas transgêneras, notadamente mulheres transexuais, a transmissão do vírus da AIDS. SIDA⁵⁰ é usada como trocadilho com a palavra “CIDA⁵⁰” para estabelecer a relação política causada pela doença durante os anos 1990 até dias atuais. A AIDS ou a SIDA fez com que o segmento T tivesse maior visibilidade. O referente neologismo, “SIDA⁵⁰”, foi utilizado pela estudiosa Larissa Pelúcio (2009) em seu livro “Abjeção e Desejo”

O início da década de 1980 representou um novo momento para o movimento homossexual, diversas transformações sociais, políticas, culturais, econômicas possibilitaram a visibilidade de diferentes identidades que antes tinham pouco ou nenhum espaço na cena política; além de lésbicas e gays, simpatizantes, travestis e transexuais passaram a ter maior evidência dentro da luta por direitos sexuais. Nesta época, a sexualidade e os comportamentos relacionados a ela foram alvos de muitas mudanças, pois uma nova epidemia começava a aterrorizar e estigmatizar este público, o HIV/AIDS⁵¹.

Conforme Pelúcio e Miskolci (2009), a epidemia da AIDS foi identificada quando ainda se vivenciava os efeitos da Revolução Sexual, nos quais havia maior experimentação no campo da sexualidade e na busca pelo prazer. Em 1979, “no Centro Médico da Universidade de Nova York, o Dr. Alfred Friedman-Kien identificou um grande número de casos de pacientes com uma forma rara de câncer de pele, conhecida como sarcoma de Kaposi” (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009, p. 132-133). Posteriormente foram encontrados muitos casos de pneumonia em jovens moradores de grandes centros urbanos. Tais fatos levaram a “descoberta” da AIDS, em 1981. Com o surgimento da doença, foi observado que muitos dos pacientes infectados eram homens que haviam tido relações sexuais com outros homens. Por esta razão, no início de 1982, a doença foi denominada inicialmente por *Gay Related Immundeficiency* (GRI) ou Imunodeficiência Gay Adquirida. No mesmo ano, o termo foi modificado para *Acquired Immundeficiency Syndromme* ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

A rápida disseminação da doença e a sua ligação inicial com as relações sexuais do público gay e da população T causou pânico e estigmatização de gays,

⁵¹ O HIV é a sigla em inglês para a infecção do vírus da imunodeficiência humana. De acordo com o Ministério da Saúde, esse vírus ataca o sistema imunológico, responsável pela defesa do organismo de doenças. “As células mais atingidas são os linfócitos T CD4+. O vírus é capaz de alterar o DNA dessa célula e fazer cópias de si mesmo. Depois de se multiplicar, rompe os linfócitos em busca de outros para continuar a infecção”. A transmissão do HIV ocorre por meio do sexo vaginal, anal, oral sem camisinha; do compartilhamento de seringas; da transfusão de sangue contaminado; da mãe infectada para o filho durante a gravidez, no parto e na amamentação e por meio de instrumentos cortantes não esterilizados. Devemos salientar que as pessoas que vivem com HIV não necessariamente desenvolvem a AIDS (sigla em inglês para Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), uma vez que, a partir da adesão ao tratamento feito com antirretrovirais, o vírus pode se tornar indetectável no organismo. Quando não se conhece o diagnóstico ou não há adesão ao tratamento pode ocorrer o enfraquecimento do sistema imunológico do corpo, tornando o organismo mais vulnerável ao aparecimento de doenças oportunistas. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/publico-geral/o-que-e-hiv>>. Acesso em: 21 de mar. de 2022.

travestis e pessoas transgêneras. Mesmo com a informação de que a infecção também ocorria por meio de transfusões sanguíneas, a princípio, não foram observados cuidados sanitários em hospitais e centros hematológicos no Brasil. As pessoas que desenvolviam a AIDS eram consideradas impuras e perigosas para a sociedade, pois as suas “más” condutas sexuais colocavam em risco aqueles/as que eram “bons”, “normais”. Diante dessa ideia, houve casos em que travestis, para fugir das violências policiais e das prisões arbitrárias, ameaçavam usar o próprio sangue como uma espécie de escudo para se proteger. Fato que, muitas vezes, reforçou o imaginário social da existência de um sangue “sujo” (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009).

Na busca de compreender como se deu o início da epidemia da AIDS, a sexualidade foi colocada em pauta; na verdade, os comportamentos sexuais de homens gays, travestis, pessoas transgêneras, prostitutas e michês foram moralmente condenados, ganhando um reforço do discurso médico produzido na época. A intolerância e o desprezo a este público mostraram-se mais intensos, os discursos da população, da mídia, dos médicos causavam pânico e traziam um teor alarmista. A homossexualidade, a travestilidade, a transgeneridade, a prostituição, foram apontadas como culpadas pela disseminação da doença, tanto que a doença era chamada na década de 1980 de o “câncer gay”. Propagava-se a ideia de que para combater a AIDS era preciso combater as práticas homossexuais, por práticas homossexuais leia-se todo ato sexual não-heterossexual. “Ante o fantasma da morte, elegeu-se um bode expiatório, como sempre acontece nas grandes calamidades públicas e nas fobias daí resultantes. De execrada, a homossexualidade tornou-se maldita” (TREVISAN, 2018, p. 412).

Com a epidemia da AIDS, as sexualidades consideradas dissidentes foram ainda mais estigmatizadas e patologizadas, reforçou-se a ideia da existência de uma normalidade heterossexual e de que tudo que fugisse a ela deveria ser corrigido, banido ou morto. O pânico causado pelos discursos homofóbicos e transfóbicos em relação à AIDS contribuía para a difusão da desinformação, pois a doença era considerada como um castigo aos homossexuais, às travestis e às pessoas transgêneras, por essa razão, os heterossexuais acreditavam que tinham “boas práticas sexuais” e não corriam risco. Nos anos iniciais a propagação da AIDS no Brasil, a imprensa foi utilizada como a principal fonte de informação, veiculando em âmbito nacional notícias que traziam a opinião da população, dos médicos, dos religiosos e dos governantes, em grande maioria, fazendo a ligação entre

“homossexualidade-AIDS”. De acordo com Trevisan (2018, p. 415), “[o] pânico foi bater em âmbitos insuspeitos como o futebol e o rock. [...], no final de 1987, atendendo a uma recomendação da Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa), os jogadores tiveram que começar a usar caneleiras”, esta era considerada uma medida de prevenção contra a transmissão da AIDS.

A sociedade passou a agrupar homens *gays*, travestis, pessoas transgêneras, prostitutas, michês, usuários de drogas injetáveis no chamado “grupo de risco”. Este termo traz consigo uma série de preconceitos e marginalizações da sexualidade, pois transmite a ideia de que estas pessoas possuem práticas sexuais inadequadas e promíscuas se comparadas às práticas heterossexuais, afinal, seriam práticas de “risco”. É preciso salientar que no Brasil, a AIDS foi construída como uma doença sexualmente transmissível, relegando a um segundo ou terceiro plano as suas demais formas de transmissão.

A AIDS teve um poder devastador nos seus primeiros anos e a sua associação com a homossexualidade era conflitante para as organizações políticas, pois estas buscavam construir uma legitimidade em relação à homossexualidade, por esta razão, algumas organizações decidiram não abordar a AIDS; outras, por sua vez, tiveram na AIDS um elo para que fosse retomado com maior força o ativismo *gay*. Neste momento, o segmento buscou respostas coletivas para a doença, foi também um período de formação das primeiras Organizações Não Governamentais que prestavam serviços relacionados à doença. “De todo modo, a necessidade de desvinculação da imagem da homossexualidade de seus aspectos ‘marginais’ passa a ser uma característica bastante presente nessa ‘segunda onda’ do movimento” (FACHINNI, 2003, p. 102). A população LGBTQIA+, especialmente, homossexuais, travestis e pessoas transgêneras, passaram por um novo processo de patologização das suas sexualidades e das suas identidades de gênero. Era preciso, então, lutar contra isso, desconstruir o estigma de que haveria uma anormalidade nesse segmento.

A emergência política da AIDS no Brasil passou por diversas fases desde a notificação dos primeiros casos no país. Diversos discursos foram criados baseados muito mais nos preconceitos do que propriamente no conhecimento de como prevenir e tratar a doença. Após o primeiro caso notificado no Brasil, em 1983, na cidade de São Paulo, houve divergências entre os profissionais de saúde e autoridades do governo sobre quais medidas deveriam tomar, além disso, muitos acreditavam que

existiam doenças mais importantes para voltarem as suas forças⁵². Acreditamos que essa postura de profissionais e autoridades tenha sido estimulada pelo fato de no início da epidemia boa parte dos infectados serem homossexuais, travestis e pessoas transgêneras. Os estados passaram a lançar, em diferentes níveis, formas de prevenção à doença, ainda com poucas informações e bastante preconceito. Como dito anteriormente, a mídia contribuiu grandemente para a construção da AIDS como uma doença e para o fortalecimento de um “cordão moral” em relação a determinados grupos.

A falta de uma política de âmbito nacional fez com que militantes e ex-militantes do movimento homossexual tomassem iniciativas próprias em relação à epidemia. Em meados da década de 1980 surgiram diversas ONG`s que objetivavam o enfrentamento da AIDS e a mobilização da sociedade civil para a doença; são exemplos dessas organizações o Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS (GAPA), fundado em 1985, em São Paulo, a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), fundada em 1987 pelo sociólogo Hebert de Souza, o betinho, e o Grupo Pela Vida (Valorização, Integração e Dignidade do Doente de AIDS), criado em 1989 pelo sociólogo Hebert Daniel.

Segundo a notícia do jornal Carta Capital, intitulada por “Aids no Brasil: do primeiro caso à estruturação das políticas de saúde”, apenas em 1985, sob a presidência de José Sarney, o Ministério da Saúde formulou diretrizes gerais sobre a AIDS, “São Paulo foi escolhido como referência nacional, dada sua experiência pioneira no manejo dos casos e medidas de controle. Normas relativas à vigilância epidemiológica, manejo clínico e biossegurança foram desenvolvidos pela primeira vez”.

A partir de 1991 ocorreu a primeira compra de antirretrovirais através do Ministério da Previdência, mas apenas em 1996 a distribuição pelo sistema público de saúde de medicamentos anti-HIV tornou-se obrigatória; tal fato não ocorreu sem as reivindicações de milhares de infectados com o vírus HIV, ONG`s e movimentos sociais. Devemos deixar claro que não é objetivo deste trabalho traçar todo o histórico desta doença; o nosso anseio está voltado a observar a forma como a AIDS foi

⁵² Informações disponíveis na notícia intitulada por: “Aids no Brasil: do primeiro caso à estruturação das políticas de saúde”. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/saudelgbt/aids-no-brasil-do-primeiro-caso-a-estruturacao-das-politicas-de-saude/>>. Acesso em: 04 de abr. de 2022.

relacionada ao público LGBTQIA+ e como este segmento deu respostas coletivas aos estigmas reforçados desde então.

Ao longo dos anos, foi reforçada a ideia de que a prevenção era a melhor forma de enfrentamento da epidemia da AIDS, entretanto, as medidas preventivas vieram carregadas de valores morais sobre sexualidade. Existiam as práticas inseguras do sexo, normalmente, realizadas por gays, travestis e mulheres transexuais e as práticas do “sexo seguro”, realizadas por pessoas heterossexuais. O que se observa é que as ações de prevenção carregavam (e ainda carregam) normatizações sociais que associam a população LGBTQIA+ à promiscuidade, ao risco.

No que concerne ao público T, especialmente a travestis e mulheres transexuais, o estigma de representarem um “grupo de risco” perpassou décadas, fazendo parte dos discursos médicos, midiáticos e das políticas de prevenção a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST’s). De acordo com Pelúcio (2009), as políticas de prevenção ao HIV/AIDS culpabilizam os indivíduos por seus males, no caso, por suas “más condutas sexuais”, desresponsabilizando o Estado no fomento de discussões que desconstruam os preconceitos relacionados à doença e à população T.

De forma prolixa e exaustiva os discursos sociais, biomédicos, religiosos estabelecidos em torno da AIDS construíram-na como uma infecção sexualmente transmissível, o que justificou o controle e a condenação moral de comportamentos sexuais considerados “desviantes”, “transgressores”. Para entendermos esse disciplinamento do sexo e da sexualidade, principalmente de homens *gays*, de travestis e de mulheres transexuais, devemos lembrar do conceito de Foucault (2015) sobre a “hipótese repressiva”. No seu livro “História da Sexualidade: a vontade do saber”, o filósofo contesta a repressão ao sexo e a sexualidade; para ele, a sociedade não reprime, tampouco interdita os discursos sobre sexo, o que ela faz é produzir “verdades” sobre ele ratificadas por diferentes instâncias como a igreja, o direito, a medicina. Cabe salientar que tais discursos não apenas falam sobre o sexo como algo intolerável; na realidade, eles produzem “verdades” úteis e públicas, que provocam controles objetivos (quando incorporados em campanhas de prevenção, por exemplo) e subjetivos, pois são introjetados pela população e podem reforçar preconceitos em relação a determinados grupos.

Neste trabalho corroboramos com a ideia de Foucault (2015) sobre a “hipótese repressiva”, entretanto, devemos deixar claro que acreditamos que os discursos são produzidos a partir das relações sociais, eles não se constituem sozinhos e nem são os principais responsáveis pelos preconceitos sofridos pela população LGBTQIA+. Os discursos, assim como as normas, são mecanismos que contribuem para reforçar os preconceitos advindos de estruturas sociais. Por esta razão, buscam adequar e/ou corrigir aquelas/es que não seguem os padrões determinados na nossa sociedade. Travestis e pessoas transgêneras, por exemplo, são vistas como seres abjetos, anormais, tendo a sua existência frequentemente questionada e sendo alvos de diversos tipos de violências.

De acordo Foucault (2015), a nossa sociedade produziu o que ele denomina por *scientia sexualis*. Esta, desenvolvida a partir do século XIX, guarda como núcleo o rito da confissão obrigatória (comum na religião cristã), que foi ajustada às regras dos discursos científicos produzindo “verdades” sobre o sexo. A confissão passa a ser vinculada não apenas à revelação de pecados, mas aos métodos de escuta clínica. Nesse sentido, as sexualidades são dissecadas, observadas, analisadas, confessadas nos consultórios médicos (como eram nos confessionários das igrejas e dos templos), sendo definida “por natureza” como “[...] um domínio penetrável por processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normalização; um campo de significações a decifrar; um lugar de processos ocultos por mecanismos específicos [...]”. (FOUCAULT, 2015, p.77).

Seguindo este pensamento sobre a produção de discursos, a população LGBTQIA+, especialmente travestis e pessoas transgêneras, seriam considerados/as como sujeitos estranhos/as à sociedade, ininteligíveis e a emergência da epidemia da AIDS escancarou essa realidade, inclusive nas práticas de prevenção adotadas nas políticas públicas de saúde, quando este público (bem como os homossexuais) era tratado como um risco, pois realizavam práticas sexuais condenáveis, impuras.

Travestis e pessoas transgêneras passaram pelo que denominamos como SIDAdanização. Ao mesmo tempo em que foram estigmatizadas, fortaleceram as suas organizações políticas em razão da AIDS. Já que o Estado nada fazia para tratar e prevenir a contaminação, o segmento se uniu para acolher e cuidar daquelas/es que recebiam o diagnóstico da doença. Travestis e mulheres transexuais são vistas como problemas de saúde pública, pois a associação feita entre transexual/travesti-AIDS

faz com que a cidadania experienciada por este segmento seja limitada, precarizada, relacionada, principalmente, a políticas preventivas e moralizadoras da sexualidade.

A epidemia que, inicialmente, causou choque e pânico moral na população brasileira, com o passar dos anos, recebeu respostas do segmento mais estigmatizado com a doença. Durante os anos iniciais da AIDS, o movimento homossexual, caracterizado por seus diversos grupos, sofreu com a perda de integrantes para a doença e estarreceu diante da disseminação do vírus e do ódio ao segmento. Em meados da década de 1980, grupos que ainda resistiam na organização política buscaram pressionar o poder público por tratamentos para a AIDS. De acordo com Simões e Facchini (2008), assistia-se, nesse período, a uma nova geração de militantes, que estavam muito mais preocupados com a luta pelo direito à diferença do que com posições ideológicas de esquerda ou anarquistas. Esta realidade já aparecia durante o surgimento do movimento homossexual, porém com menor propensão. A conjuntura política da redemocratização do país e a epidemia da AIDS foram fatores relevantes para a predominância da nova configuração do movimento.

Os anos 1990 trouxeram um novo florescimento para ativismo *gay*. Nessa década, os encontros nacionais de homossexuais passaram a acontecer com maior frequência, diferentemente da época anterior, na qual eles foram realizados em momentos distintos para o movimento. O primeiro Encontro Brasileiro de Homossexuais (1º EBHO), em 1980, contou com a presença de oito grupos organizados; o segundo, em 1984, período de disseminação do HIV-AIDS, teve a presença de cinco grupos, cerca de 40 participantes; o terceiro, em 1989, contou com seis grupos. A mesma quantidade de grupos se repetiu em 1990 e 1991, quando ocorreram, respectivamente, o 4º e o 5º EBHO. A quantidade de participantes dos encontros demonstrava o impacto da conjuntura social e política no movimento, tanto que em 1992, no 6º EBHO, houve a elevação no número de grupos presentes nos encontros nacionais, ao todo, onze participaram; nos anos seguintes, este número continuou a recrudescer. Destacamos que a partir do 6º EBHO registrou-se a participação de grupos exclusivamente lésbicos e, deste modo, em 1993, o sétimo encontro foi intitulado por Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais (EBLHO) (FACCHINI, 2003).

Ao estudar sobre a história do movimento homossexual, entendemos que o foco na homossexualidade masculina era latente, apesar do envolvimento de grupos

lésbicos no movimento desde 1979, a participação das mulheres só pareceu se consolidar em meados da década de 1990. No caso de travestis e transexuais, conforme Simões e Facchini (2009), a incorporação ao movimento ocorreu por meio do Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta Contra a AIDS (Entlaids), que vinha sendo realizado desde 1993. Sem dúvidas essa nova fase do movimento com a integração de novos/as participantes não aconteceu de forma harmônica, muitas foram as divergências entre os grupos.

Do ponto de vista organizacional, houve a preponderância das ONG`s, a criação de estruturas formais, a elaboração de projetos para financiamento, a apresentação de objetivos e objetos de intervenção e reivindicação de direitos, e a apresentação de resultados, para citar algumas transformações no movimento. Outra importante mudança foi na relação entre o movimento, os partidos políticos e o Estado. Simões e Facchini (2008) apontam que nos anos 1990 havia setoriais LGBT no Partido dos Trabalhadores (PT) e no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU); nos anos 2000, ainda segundo o autor e a autora, começaram a se organizar ações de políticas públicas, bem como candidaturas LGBT em outros partidos.

Na relação do movimento com o Estado, intensificou-se o financiamento a programas de combate às IST`s e ao HIV-AIDS, bem como o patrocínio para a realização dos encontros nacionais. Em contrapartida, o movimento LGBT passou a representar uma parcela relevante da população para o capital, estabelecendo uma tensão entre a militância e o mercado (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Para este último, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais não representavam um público tradicional que investia as suas economias no sustento da família. Pelo contrário, esta população estava ávida por produtos, serviços, espaços (boates, bares, restaurantes etc.) que celebrassem a diversidade. Finalmente, LGBTQIA+ teriam um lugar na sociedade, seriam vistos como cidadãos e cidadãs, ainda que este direito só pudesse ser acessado por meio do consumo.

Observamos que a emergência de identidades coletivas fez com que esta população “saísse do armário”, obtendo maior visibilidade e, conseqüentemente, conquistas quanto aos seus direitos. Contudo, tal emergência não ocorreu sem tensões e disputas dentro e fora do movimento. Em 1997, no IX Encontro de Gays, Lésbicas e Travestis, espriavam-se acusações de misoginia e de promiscuidade *gay*, de repressão da liberdade de expressão e de transfobia por parte das lésbicas. Devemos ressaltar que travestis e transexuais representavam o menor percentual de

participantes se comparado aos demais grupos, “estiveram presentes [no encontro] 338 pessoas, sendo 53% homens, 42% mulheres, 4% de travestis e 1% de transexuais” (FACCHINI, 2003, p. 110).

Cabe salientarmos que as travestis e transexuais estavam em constante tensão com o movimento, pois havia uma negação da identidade de gênero desta população. Eles e elas não eram considerados/as nem homossexuais nem mulheres. A transfobia era (e ainda é) reproduzida por muitos/as integrantes da comunidade “gay”.

Ao longo deste estudo, notamos que o movimento LGBTQIA+ ganhou maior projeção nacional, inclusive com financiamentos de seus encontros pelo Ministério da Saúde, pois a partir de meados da década de 1990 recrudesciam as ações do governo federal para a prevenção e o tratamento do HIV/AIDS. É preciso reafirmar, porém, que as políticas do Estado voltadas para esse público, em especial para travestis e transexuais, versam, em sua maioria, sobre a prevenção a infecções sexualmente transmissíveis (IST's) e ao HIV/AIDS, deixando de lado não só a integralidade da saúde desta população, como também outros aspectos sociais e culturais que poderiam contribuir para a visibilidade, para a conquista de direitos e para o enfrentamento aos preconceitos relacionados à diversidade sexual e às identidades de gênero.

Com a entrada dos anos 2000, ampliam-se as categorias identitárias e reforçam-se as diferenças e segmentações do movimento; em 2005, no XII Encontro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, o “B”, de bissexuais, é inserido na sigla e convencionou-se que o “T” deve contemplar travestis, transexuais e transgêneros, a partir de então adota-se o acrograma GLBT para representar a população. Em 2008, durante a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais ocorre uma nova mudança que padroniza a nomenclatura do movimento para LGBT⁵³. O “L” passa a ser posicionado a frente como forma de reconhecer a visibilidade e as reivindicações das mulheres lésbicas na sociedade patriarcal.

Na contemporaneidade, a sigla tem comportado também outras identidades e orientações sexuais consideradas não binárias. Neste trabalho, adotamos o acrograma LGBTQIA+, pois as transformações sociais, políticas,

⁵³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL593295-5598,00-MOVIMENTO+GLBT+DECIDE+MUDAR+PARA+LGBT.html>>. Acesso em: 14 de maio de 2022.

culturais, econômicas nos mostraram que a sexualidade e o gênero não comportam identidades fixas ou imutáveis; na verdade, estas categorias são múltiplas e acompanham a diversidade humana.

Nesse sentido, no próximo tópico, abordaremos o movimento *queer*, que introduziu na sociedade discussões sobre o binarismo e sobre não fixidez das identidades.

3.3 O movimento *queer* e a “não-identidade”

A teoria e/ou movimento *queer* surgiu, em termos políticos, sob influência dos chamados novos movimentos sociais, reivindicando, inicialmente, a necessidade de se desvincular a reprodução e a sexualidade. A sua origem ainda é dispersa e pouco explorada pelos/as autores/as não havendo, portanto, um consenso sobre o seu início. Apesar disso, é comum observamos em diferentes estudos a concordância com a ideia de que a teoria *queer* se consolidou em meados da década de 1980, durante o surgimento da epidemia da AIDS nos Estados Unidos. Deste modo, segundo Miskolci (2012, p. 24), “A aids [...] foi um catalisador biopolítico que gerou formas de resistência mais astutas e radicais, materializadas no ACT UP, uma coalizão ligada à questão da aids para atacar o poder, e no Queer Nation [...]”. Cabe lembrar que a palavra *queer* era comumente usada como um xingamento e/ou referência pejorativa a pessoas que não se encaixavam em padrões heterossexuais; em português, o termo pode ser traduzido como “estranho”, “peculiar”, “bicha”.

O *Queer Nation*, ao qual o autor faz referência, representava a população rejeitada, considerada abjeta para a sociedade. A teoria e o movimento *queer* insurgem nesse período como uma reação aos padrões sociais; não se tratava de uma problemática voltada (apenas) à homossexualidade, mas de pessoas tidas como estranhas, rejeitadas, transgressoras.

Como vimos no tópico anterior, a epidemia da AIDS causou pânico morais e foi vista como um castigo para as pessoas que não tinham uma sexualidade “regrada”, isto é, heterossexual; os principais “culpados” pela disseminação da doença foram os homossexuais, as travestis e os homens que faziam sexo com homens (HSH). O estigma do sexo impuro, sujo e desviado foi inserido no pensamento da população e reforçado pela ciência que buscou a cura não só da AIDS, mas da homossexualidade, da travestilidade e da transexualidade. Destarte, muitas foram as

reações para o enfrentamento desta visão; nos Estados Unidos, a teoria e movimento *queer* fizeram/fazem um afronte contra a normatividade e, muitas vezes, contra a ideia da aceitação social.

Sobre isso, é importante ressaltar que os/as defensores/as da teoria *queer* pautam-se menos na inclusão e mais na crítica aos valores sociais, às normas, que tornam a sua existência marginal e, em diversos momentos, ininteligível. De acordo com Miskolci (2012), o movimento homossexual que surgiu nos Estados Unidos na década de 1960 tinha como objetivo a aceitação da homossexualidade, sem questionar os valores hegemônicos. Neste contexto, muitos/as *gays* e lésbicas que reproduziam padrões sociais heterossexuais, normativos, eram bem-vistos pela sociedade, especialmente, se fossem brancos e fizessem parte da elite ou da classe média. “O *queer*, portanto, não é uma defesa da homossexualidade, é a recusa dos valores morais violentos que instituem e fazem valer a linha da abjeção, essa fronteira rígida entre os que são socialmente aceitos e os que são relegados à humilhação [...] (MISKOLCI, 2012, p. 25).

A teoria e o movimento *queer* não procuraram criar uma imagem limpa ou polida da população LGBTQIA+, pelo contrário, procuraram/procuram reafirmar a diversidade sexual e de gênero sem estabelecer limites e padrões, tentando romper com o caráter compulsório e violento de valores impostos. Por esta razão questionam as identidades que tentam fixar características físicas, comportamentais e sexuais para as pessoas.

Uma das principais autoras desta teoria é a filósofa norte-americana Judith Butler⁵⁴, que considera o *queer* uma nova política de gênero. O surgimento desta teoria e movimento político ao mesmo tempo em que sofreu influência dos novos movimentos sociais da década de 1960, como já mencionado, também foi uma reação a eles, pois em meio à luta identitária havia a reprodução dos valores sociais heteronormativos, principalmente, por *gays* e lésbicas, causando diversos conflitos dentro do movimento homossexual que ali emergia. Travestis e transexuais, por exemplo, não tinham espaço dentro do referido movimento; o *queer*, portanto, transformou-se, com o passar dos anos, na política que agregava demandas de grupos “anormais” (porque não seguiam a norma), segmentos considerados abjetos.

⁵⁴ No tópico 3.1 intitulado por 3.1 “Consustancialidade/coextensividade e a heterocisnormatividade”, abordamos as ideias de Butler sobre as categorias sexo e gênero. Neste tópico, iremos retomar o seu pensamento, pois a filósofa estadunidense é tida como uma das grandes estudiosas da teoria *queer*.

Mas que normas são essas que dividem os sujeitos entre “inteligíveis” e “estranhos”, “anormais”? As normas são imposições sociais, culturais, políticas e econômicas que determinam modelos de comportamento e sexualidade para a sociedade. Estas normatizações têm como base o binarismo de gênero, que se baseia na divisão das pessoas entre homem/masculino e mulher/feminina, criando estereótipos que enquadram o gênero e o sexo em padrões biológicos fixos. Isto é, a “mulher verdadeira” tem como genitália a vagina e se comporta de forma subserviente, delicada, desejando sexualmente os homens; estes, por sua vez, têm como genitália o pênis e são considerados fortes, viris, desejando sexualmente o gênero oposto. Devemos deixar evidente que “O *binarismo de gênero* é uma ideologia constituída pela afirmação de que *mulheres e homens são radicalmente distintos e que esta distinção está fundada nos corpos biológicos e que, portanto, ela é imutável e inquestionável.*” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2016, p. 8, grifos do autor).

Neste estudo, afirmamos que há, de fato, diferenças biológicas entre os seres sociais, entretanto, não são elas que estabelecem as desigualdades entre os gêneros; na verdade, em prol da manutenção de privilégios, a sociedade⁵⁵ imprime um sentido político e social a estas diferenças, fazendo com que tudo o que está relacionado ao feminino seja tido como inferior e privado.

Butler (2014, p. 253), considerada uma das autoras que mais influencia a teoria e o movimento queer, infere que a norma “[...] governa inteligibilidades, permitindo que determinadas práticas e ações sejam reconhecidas como tais, impondo uma grelha de legibilidade sobre o social e definindo os parâmetros do que será e do que não será reconhecido como domínio do social”. Para a autora, a norma delimita o gênero, quer dizer, a norma limita as expressões do que é ou não aceito socialmente em relação ao gênero.

De acordo com este pensamento, o gênero está para além do binarismo macho/fêmea, masculino/feminino, homem/mulher, ele é dinâmico e reflete outras expressões que não se encaixam nesta relação. A ideia binária que usa homens e

⁵⁵ Advertimos que ao analisar as relações patriarcais de gênero, referimo-nos à sociedade ocidental, uma vez que nos detivemos às suas formas de organização política, cultural, social e econômica. Assim, cabe afirmar que não tratamos as categorias estudadas de forma essencialista, como se estas se manifestassem de maneira linear e homogênea em todas as sociedades. Pelo contrário, as definições e observações aqui explanadas buscam reproduzir no pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto pesquisado, sendo nosso objetivo superar o imediatismo dos fenômenos.

mulheres como as únicas referências possíveis de gênero objetiva naturalizar as identidades, tornando-as imutáveis. Aqueles/as que fogem ao padrão de gênero são vistos/as com desdém, alvos de violentas “correções”. De acordo com Butler (2014), o binário age no sentido de efetuar uma operação reguladora, excluindo a possibilidade de uma ruptura com as noções restritivas de gênero.

Para que possamos compreender a teoria *queer* e como ela tem influenciado os discursos e atitudes políticas da população LGBTQIA+, devemos não apenas nos concentrar em relatar os seus pontos históricos, mas em analisar o pensamento que tem se espreado na contemporaneidade sobre gênero. Para tanto, observamos como necessário retomar algumas das ideias centrais da já referida filósofa Judith Butler. Lembramos, porém, que esta vertente teórica (o *queer*) reúne diversos/as autores/as⁵⁶ e perspectivas e seria impossível trabalhar com todos/as nesta tese. Por esta razão, escolhemos um de seus principais expoentes, Butler, que tem contribuído para modificar o pensamento de que a heterossexualidade deve ser o modelo a ser reproduzido (de forma compulsória) e de que existem identidades fixas.

A teoria *queer* surge como uma forma de contestação ao movimento *gay*, que tinha como principal foco de suas lutas e dos seus estudos os homossexuais. Estes eram retratados, em grande maioria, como homens brancos, de classe média ou alta, com corpos másculos e comportamentos “contidos”; tais características eram exaltadas, a fim de se construir uma imagem de respeitabilidade social dos *gays*, contrapondo-se a opinião pública que os via como “degenerados”, “desviados”. Para os/as teóricos/as *queer*, os estudos *gays*, apesar de representarem um avanço para a época, deixavam de lado os “viados espalhafatosos”, as “sapatões”, as travestis, os/as transexuais e pessoas que não se identificavam com nenhum dos gêneros binários. Este público estava (e ainda está) sujeito, com muito mais frequência, aos xingamentos, aos maus tratos, ao assassinato, pois não reproduzem os comportamentos normativos. Pelo contrário, falam, vestem-se e comportam-se em desobediência aos modelos heterossexuais.

O *queer* constrói questionamentos às identidades tidas como referência, isto é, ao sistema de classificações das pessoas em homens, mulheres, gays,

⁵⁶ Na década de 1990, os estudos de gênero passaram a ter maior predomínio, em detrimento dos estudos que analisavam a categoria “mulheres”. Neste período foram lançadas três importantes obras para a teoria *queer*, são elas: “Problemas de Gênero”, de Judith Butler; “Cem anos de homossexualidade”, David M. Halperin e “A epistemologia do armário”, de Eve Kosofsky Sedgwick (MISKOLCI, 2012).

lésbicas, bissexuais, travestis, trans. Tais identidades não dariam conta da diversidade sexual e de gênero da nossa sociedade. Na verdade, elas reforçariam o binarismo que contrapõe homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, heterossexuais e lésbicas, heterossexuais e bissexuais, cisgêneros e transgêneros. Se antes, durante o movimento homossexual se reivindicava uma “política identitária” para afirmação e visibilidade do público LGBTQIA+, hoje, o que se busca é a desconstrução da fixidez das identidades. O “não se enquadrar ou rotular” faz parte do pensamento *queer*, uma vez que esta teoria acolhe aqueles/as estranhos às convenções sociais.

Butler (2003) tornou-se uma das autoras mais importantes desta teoria por trazer em suas análises não só um questionamento ao feminismo, ao patriarcado, às ideias sobre o sexo-biológico e gênero-cultura, mas também por refutar os conceitos sobre uma identidade assegurada em noções estabilizadoras de sexo, gênero e sexualidade. Nesta perspectiva, a identidade não seria o reflexo do que é a pessoa, e sim das normas, ou seja, “[...] a ‘coerência’ e a ‘continuidade’ da ‘pessoa’ não são características lógicas ou analíticas da condição de pessoa, mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas” (BUTLER, 2003, p. 38).

Diante da coerência imposta para sexo, gênero, sexualidade e desejo, aqueles/as que não se conformam às normas não são culturalmente inteligíveis, por este motivo, certos tipos de identidades de gênero são considerados “[...] meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas [...]” (BUTLER, 2003, p. 39). Este é o caso de travestis e de pessoas transgêneras, que são vistas em nossa sociedade sob o estigma da anormalidade, da perturbação. Para a filósofa estadunidense, há um limite social para o corpo, para o gênero, para o sexo, para o desejo e, ultrapassar as fronteiras estabelecidas, é, ao mesmo tempo, tornar-se alvo das regulações (muitas delas transmutadas em forma de violências) e subverter a “matriz da inteligibilidade”. Neste último caso, o surgimento de transgressões representaria um estremecimento das normatizações sociais, pois desnaturalizaria a correspondência binária entre sexo/gênero, masculino/feminino, homem/mulher, heterossexual/homossexual.

As políticas de identidade são questionadas por, supostamente, terem se tornado cúmplices de um sistema que, em certo momento, tentaram sublevar. Assim, não são raras as vezes em que observamos teóricos/as *queer* sugerindo uma política pós-identitária. Para Louro (2013, p. 47), “O alvo dessa política e dessa teoria não seriam propriamente as vidas ou os destinos de homens e mulheres homossexuais,

mas sim a crítica a oposição heterossexual/homossexual, compreendida como a categoria central [...].

Ora, diante destas colocações, é impossível não citar novamente a categoria *performatividade*; segundo Butler (2003), é por meio dela que o gênero se constitui, pois são estabelecidas repetições de práticas que regulam a sua coerência, ou seja, a *performatividade* é uma reiteração de “acordos” sociais baseados em preceitos morais e heteronormativos que são reproduzidos pelos sujeitos, uma vez que “[...] a univocidade do sexo, a coerência interna do gênero e a estrutura binária para o sexo e o gênero são sempre consideradas como ficções reguladoras que consolidam e naturalizam regimes de poder convergentes de opressão masculina e heterossexista”. (BUTLER, 2003, p. 59).

Não se quer dizer com isso que o gênero não exista ou que é uma mera invenção; na verdade, o que a autora infere é que o gênero é um conjunto de atos repetidos reproduzidos e construídos no interior de uma estrutura reguladora, que se cristaliza no tempo, ganhando ares de natural. Assim, os diferentes segmentos são coibidos pelas normas sociais a agir conforme as convenções. Convenções estas que buscam na biologia as justificativas para as diferenças de gênero. Podemos exemplificar tal fato com a ideia disseminada na sociedade sobre o que é “ser homem” e o que é “ser mulher”. Quando pensamos sobre essas duas identidades, reproduzimos diversos estereótipos que convergem para um pretense “jeito de ser”, pois para ser considerado/a parte deste binário é preciso atender as expectativas sociais que configuram não apenas uma anatomia, mas uma forma de se comportar, de pensar e de desejar.

Dizer que gênero é uma norma não é exatamente o mesmo que dizer que existem visões normativas de feminilidade e masculinidade, mesmo que tais visões normativas claramente existam. Gênero não é exatamente o que alguém “é” nem é precisamente o que alguém “tem”. Gênero é o aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume. Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. **Assimilar a definição de gênero à sua expressão normativa é reconsolidar inadvertidamente o poder da norma em delimitar a definição de gênero. Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados.** De fato, pode ser que o próprio

aparato que pretende estabelecer a norma também possa solapar esse estabelecimento, que esse estabelecimento fosse como que incompleto na sua definição. Manter o termo “gênero” em separado de masculinidade e feminidade é salvaguardar uma perspectiva teórica que permite analisar como o binarismo masculino e feminino esgotou o campo semântico de gênero. Quer estejamos nos referindo à “confusão de gênero”, “mistura de gêneros”, “transgêneros” ou “crossgêneros”, já estamos sugerindo que gênero se move além do binarismo naturalizado. (BUTLER, 2014, p. 252-254, grifos nossos).

Ao falar sobre *performatividade*, Butler (2003) não se refere a uma performance, como na arte de atuar, ela está, de fato, evidenciando que o gênero e o sexo sofrem uma adequação, um controle social. Nesta perspectiva, não somos predestinados pela biologia a sermos homens ou mulheres; o que, decerto, ocorre é que somos designados a isso, a partir do momento em que os nossos cromossomos e a nossa genitália é associada a um ou outro sexo, o qual ganha inteligibilidade (de acordo com o binarismo) com os signos culturais destinados aos gêneros masculino e feminino.

O pensamento da autora se espalhou no Brasil de meados dos anos 2000 até os dias atuais, compondo o rol de leituras importantes para se analisar a categoria gênero. É possível constatar que, neste período, houve a emergência de uma nova geração, que “colhia os frutos” das conquistas de direitos das gerações anteriores. Atualmente, as discussões de gênero, sexo e sexualidade estão em todos os lugares: nos meios de comunicação, nas novelas, nas escolas, nas instituições públicas e privadas, nos movimentos sociais, enfim, no cotidiano. Por isso, não se pode negar o êxito da “política de identidade” para a visibilidade da população LGBTQIA+. Se viver “fora do armário” era uma realidade distante para travestis, gays e lésbicas neste país durante a ditadura militar, pensar em identidades que fugiam dos limites masculinos e femininos era uma tarefa quase impossível.

A teoria *queer* surge reivindicando espaço para as suas multidões e questionando a “política de identidade” do movimento, pois esta privilegiaria as demandas por reconhecimento do segmento. No Brasil, os estudos de Butler foram absorvidos, muitas vezes, sem se relevar as particularidades da formação social e histórica da América Latina e do país; deste modo, mais do que tencionar as categorias e o pensamento *queer*, buscou-se aplicar os seus conceitos à realidade da população LGBTQIA+. Tal fato ocorreu, dentre outras razões, porque os estudos *queer* entraram no nosso país por meio das universidades. Assim, ainda que a teoria *queer* tenha surgido como um questionamento das identidades binárias, a sua

“viagem para terras brasileiras” não aconteceu alinhada à nossa conjuntura, tampouco às veias do ativismo político. É claro que não buscamos aqui reforçar uma dicotomia entre teoria *versus* movimento político, mas é importante considerar que ao se apropriar de construções teóricas advindas de outras sociedades, corremos o risco de reproduzir aquilo que tentamos contestar.

Neste sentido, podemos destacar dois pontos que se sobressaem ao analisarmos o *queer* e as ideias da filósofa. O primeiro é referente ao fato de Butler partir de uma perspectiva que consideramos localizada, isto é, os seus estudos têm como base a sociedade estadunidense, a qual ainda possui hegemonia na produção do conhecimento e na disseminação dos estudos sobre a categoria gênero. Ademais, o termo *queer* não tem no Brasil o mesmo peso que possui nos Estados Unidos (e em outros países de língua inglesa). Nestes lugares, a palavra foi resignificada e adquiriu um sentido político, tornando-se uma espécie de “guarda-chuva” para a população LGBTQIA+.

O *queer*, que é um xingamento na língua inglesa, chega ao Brasil já politizado e sendo utilizado por muitos/as estudiosas sem as devidas considerações sobre a própria construção do movimento LGBTQIA+ no país. Aliás, o termo se populariza tanto no ambiente acadêmico (especialmente no campo da educação), como no senso comum. A ideia é “não se prender às identidades sexuais e de gênero”, *queer* seria, pois, a teoria e a política “pós-identitária”. De acordo com Louro (2004, p. 38-39), estudiosa da área de educação, “Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora”.

Baseados na ideia de que as identidades não seriam suficientes para descrever a diversidade humana, que se apresenta em suas expressões de gênero como transitória e instável, a teoria *queer* propõe uma superação da centralidade da identidade. Entretanto, desconsidera que tais identidades fazem parte não apenas da construção da personalidade dos sujeitos, mas também das conquistas políticas e das suas relações com o mundo, afinal, somos seres sociais. Pensar a diversidade sem uma identidade é mantê-la flutuante mediante a realidade de um país que conserva o ódio à população LGBTQIA+. Além disso, ainda que se busque a desconstrução de padrões de gênero e de sexualidade, esta população precisa de condições objetivas de vida; portanto, ocupar os espaços, como o ensino superior, viabiliza meios/oportunidades para que possamos lutar em defesa da diversidade.

O segundo ponto de críticas a essa teoria está relacionado ao fato de as normas, tão evidenciadas nestes estudos (a exemplo das obras de Butler), não estarem ancoradas em estruturas, como o próprio patriarcado. Na verdade, Butler (2003) questiona esta estrutura⁵⁷, uma vez que, segundo a estudiosa, ela denotaria uma experiência comum de opressão e subjugação das mulheres. Neste sentido, se as normas não são balizadas pelo patriarcado, como são construídas? Como modificá-las? O fim das normatizações representaria a superação das opressões, violências e hierarquizações de gênero?

É inegável a existência das normas sociais, pois elas regulam nossos corpos e nossas formas de pensar, determinando um padrão estabilizador para as identidades. Entretanto, notamos que os/as teóricos/as *queer* divergem quanto a sua “origem” e quanto a sua definição; concluem que as normas existem, mas que não há um “ponto em comum” no seu processo de produção. Tal pensamento faz com que as normas fiquem à deriva, pois se a sua origem e a sua reprodução são difusas, também se torna difusa a sua desconstrução.

Esta discussão sobre as normas foi antecipada no tópico 3.1 deste capítulo, mas consideramos relevante retomá-la aqui, compreendendo que as normas estão imbricadas às relações sociais e à sua concretude histórica. Em nossa crítica, acreditamos que a teoria *queer* inverte o processo de construção das normas, isto é, elas não estariam fundamentadas nas determinações materiais, mas sim em formas de ação, sendo esta ação uma intervenção social. Portanto, as normas seriam produzidas e reproduzidas nas ações dos indivíduos. Ao abordar a discussão sobre a norma, Butler (2014, p. 266) infere que:

A norma não é exterior ao seu campo de aplicação. A norma não apenas é responsável por produzir seu campo de atuação, de acordo com Macheray (187), mas a norma é produzida na produção desse campo. A norma confere realidade ativamente; de fato, somente pela virtude de seu poder repetido de conferir realidade, é que a norma é constituída como uma norma.

Destarte, segundo este pensamento, as normas sociais não são abstrações, tampouco são independentes ou autossustentáveis. Elas fazem parte do processo de performatividade que, para a filósofa, constitui-se como a repetição de

⁵⁷ Para compreender os questionamentos da autora ao patriarcado, orientamos a leitura do tópico 3.1 deste capítulo, intitulado por “Consustancialidade/coextensividade e a heterocisnormatividade”.

práticas que regulam as formas de pensar, de agir e, conseqüentemente, a coerência binária do sexo-gênero-sexualidade.

A incursão nesta vertente pós-estruturalista nos faz refletir que não há, de fato, uma preocupação mais latente em compreender de onde surgem as normas sociais. Como afirmamos linhas atrás, a sua construção parece difusa dentro da própria teoria *queer*. Com isso, não intentamos tecer uma discussão no estilo de “quem nasceu primeiro?”, mas precisamos entender as bases de formação do sistema de normatizações. Por isso, defendemos que não são as normas que produzem as desigualdades do complexo sexo, gênero e sexualidade, ao contrário, elas contribuem para o processo de naturalização de modelos, os quais têm por base uma ordem patriarcal, racista e capitalista.

Para os/as defensores/as da teoria *queer*, esta tese pode ser frustrante, já que grande parte das produções voltadas para a população LGBTQIA+ se apega aos/às autores/as desta vertente pós-estruturalista. Contudo, embora ela chegue ao Brasil como inovadora, falha exatamente naquilo que tenta defender: a desestabilização das identidades e a desconstrução das normas (heteronorma, homonorma). O *queer*, que nos Estados Unidos surge como um movimento das pessoas consideradas abjetas, no Brasil (e na América Latina) é incluída como uma identidade, cujas características não se definem dentro dos padrões binários. Ademais, apesar de criticarem a política identitária pela busca de reconhecimento e de uma cultura *gay*, as multidões *queer* também desejam e precisam da visibilidade institucional.

Isso ocorre pelo fato de o contexto de inserção da política e do movimento *queer* ser diferente do de seu surgimento. Neste sentido, é importante entender o Brasil como um país de capitalismo dependente, que está sujeito, não apenas no âmbito econômico, mas cultural e político, ao imperialismo de países como os Estados Unidos. Portanto, a busca por visibilidade é também uma luta por sobrevivência. Sobrevivência ao ódio, ao conservadorismo brasileiro e ao aumento da desigualdade social, do desemprego, da fome, da evasão escolar. Coletivizar identidades políticas é uma estratégia de luta. Não podemos discutir gênero, sexo e sexualidade, deixando de lado a conjuntura do nosso país, principalmente, porque parte da população pobre, periférica e usuária dos serviços públicos é também LGBTQIA+.

Desconstruir as normas, desestabilizar as identidades, questionar as políticas universalistas que visam a inclusão e não a subversão se tornam ideias

superficiais por não proporem uma transformação social, política, econômica e cultural profunda. O que nos leva a questionar: qual o projeto de sociedade ao qual a teoria *queer* se vincula? Compreendemos que existem multidões que não se enquadram em modelos, porém, a desconstrução das normas não se apresenta como suficiente para a superação das desigualdades e das relações assimétricas. Deste modo, acreditamos que “[...] é impossível uma revolução social e política sem pensar em um processo de enfrentamento sério às desigualdades de gênero, de sexualidade e de raça/etnia, além de outras questões [...]” (NOGUEIRA; PEREIRA; TOITIO, 2020, p. 177). Estas outras questões incluem a viabilização e democratização de direitos para uma vida digna desta população, pois, na realidade brasileira, especialmente, travestis, transexuais, pessoas transgêneras e *queers* sofrem com a marginalização e com as violências brutais que não visam apenas corrigir, mas assassinar.

Dito isso, no próximo tópico, abordaremos as discussões sobre “ser travesti” e “ser pessoa transgênera” no Brasil, trazendo algumas falas das interlocutoras desta tese, integrantes do coletivo Transpassando. Advertimos que quando tratamos do “ser” não estamos nos referindo apenas à identidade de gênero ou ao reconhecimento do segmento, mas também às condições vida. Este público vivencia as discriminações em diversos âmbitos: no abandono familiar, na expulsão das escolas, na dificuldade de inserção no mercado de trabalho e no ensino superior, na negligência das instituições públicas nos seus atendimentos, dentre outros.

3.4 Ser travesti e ser pessoa transgênera no Brasil: ordem, progresso e transfobia

Para analisarmos as condições de vida da população T no Brasil, precisamos reafirmar uma informação que vem sendo atualizada ano após ano no país: o Brasil está há 13 anos no topo da lista dos países que mais matam pessoas trans e travestis no mundo. De acordo com o relatório do *Transgender Europe* (TGEU)⁵⁸, em 2021, 70% dos assassinatos aconteceram na América do Sul e Central, sendo o Brasil o país com maior número de assassinatos de pessoas T; ao todo, foram registradas 125 mortes, seguido do México, com 65 mortes, e dos Estados Unidos,

⁵⁸ A TGEU é uma rede de organizações não governamentais que tem como objetivo enfrentar as discriminações contra as pessoas da população T. Disponível em: <<https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2021/>>. Acesso em: 20 de jul. de 2022.

com 53. Os dados apontam que entre janeiro de 2008 a setembro de 2021 foram registrados 4.042 assassinatos de pessoas trans e travestis no mundo.

As violências perpetradas contra as pessoas trans baseiam-se em relações patriarcais de gênero, que estabelecem hierarquias, opressões e explorações sexistas. No caso da população T, as violências sofridas ocorrem como forma de regulação, adequação de seus corpos ao binarismo de gênero; este processo de discriminação e preconceito expressa o que denominamos como transfobia, que nada mais é do que o ódio, a rejeição, o medo de alguém pela sua identidade de gênero. As violências transfóbicas podem ser físicas, psicológicas, sexuais, morais, patrimoniais, dentre outras. Além disso, boa parte do segmento T sofre com as privações de direitos sociais e econômicos, sendo expulsos/as (na maioria das vezes, sequer são aceitos/as) das escolas, das universidades, do mercado de trabalho, das instituições de saúde.

Um exemplo comum da violação de direitos básicos deste público é o fato de que pessoas trans e travestis têm o direito à retificação do nome social negado e, quando conseguem obtê-lo, as instituições e profissionais insistem em chamá-los/as pelo nome de registro, como uma forma de disciplinar/normatizar/violar as suas identidades.

Uma das entrevistadas da nossa pesquisa, Ruddy, relata episódios de transfobia que vivenciou no seu antigo ambiente de trabalho em relação ao respeito ao seu nome social, ao uso do banheiro feminino e as agressões verbais por parte de um aluno de sua turma, ela expõe:

[...] existe aquela transfobia velada, né? E a transfobia mais escrachada. Quando eu coloquei que eu sofri perseguição das professoras evangélicas e resistência por parte de algumas professoras para que eu usasse o banheiro feminino e algumas práticas de assédio moral pela gestão de algumas escolas que eu trabalhei, as formas de transfobia que eu vivenciei nessas três situações: perseguição de professoras evangélicas, resistência em relação ao uso do banheiro feminino e assédio moral por parte da gestão, essas três formas de transfobia que eu sofri que foi preconceito e discriminação, foram transfobias veladas. Agora assim, eu sofri duas transfobias escrachadas, uma foi por parte de uma secretária de uma escola, porque ela estava sendo resistente para reconhecer o meu nome social, porque na época, quando eu iniciei a trabalhar em escola, eu ainda não tinha os meus documentos retificados. E aí ela tinha algumas resistências em reconhecer o meu nome social, mas a forma mais escrachada mesmo de preconceito e discriminação, eu sofri de um aluno de uma turma da EJA, esse aluno tinha, assim, trinta e poucos anos, ele era seguidor de Bolsonaro, eu estava dando aula em uma turma da EJA de uma escola pública de um bairro periférico, que é um bairro que tem muito vulnerável, muito violento e aí eu sofri uma transfobia escrachada por parte desse aluno. Esse aluno

atrapalhava minhas aulas, me desrespeitava, me ofendia ao ponto de a convivência ficar bem difícil. E aí eu tive que confrontar esse aluno, ser resistente e tudo, e no final tentar entrar em um diálogo para tentar resolver o problema, aí no final a gente conseguiu (RUDDY).

Tina também fala da sua experiência como estudante universitária e das dificuldades em ter direitos básicos respeitados. O uso do banheiro e a convivência com a comunidade acadêmica são perpassadas por diversas violências que impõem obstáculos os quais são descritos por ela como “desconfortáveis”. O caso exposto por Tina ocorreu na Universidade Estadual do Ceará, onde ela afirma ter sofrido diversas violências transfóbicas.

[...] quando a gente pensa nas manifestações de forma de discriminações, a gente tem, por exemplo, a negação do uso do banheiro porque até hoje isso dentro da universidade ainda existe. Eu mesma já fui vítima duas vezes, por não poder utilizar o banheiro feminino e eu: “bem louca, querida, porque eu vou entrar, você na frente ou não”. Uma travesti de 1.80m e no dia eu estava com um salto 18cm agulha, é perigosa, você está na minha frente. Uma vez uma outra senhora se sentiu incomodada e pegou um balde de água suja que a tia da limpeza tinha usado, cheio de produto de limpeza, a mulher tinha acabado de limpar o chão do banheiro e simplesmente rebolou dentro do box onde eu estava. Eu tinha acabado de entrar e eu tinha uma apresentação naquele momento, então assim... a utilização do banheiro é o primeiro ponto que é muito desconfortável, e para mim que sou mulher, é muito desconfortável o olhar das outras. Mas eu fico imaginando nos banheiros masculinos para homens trans. O quanto isso é mais difícil, porque geralmente, dentro daqueles banheiros onde os mictórios não têm divisória, sabe...é muito mais complicado também. Outra coisa é que não respeitam o nome do indivíduo, da pessoa, esse nome sendo retificado ou não e aí eu também já fui vítima de professores dentro da universidade que não querem chamar da p... de Elza, eu digo: meu Deus!!! O professor decora o nome de um monte de teóricos, suas teorias, decora tudo, mas não consegue aprender o meu nome. (TINA).

Para muitas pessoas trans e travestis realizar atividades simples, como sair de casa, usar o transporte público, os banheiros públicos, ter os seus momentos de lazer torna-se perigoso, pois são questionadas a falar sobre os motivos pelos quais fizeram a sua transição ou são xingadas e vistas como aberrações. Jogar um balde de água suja em um banheiro de uma universidade é um retrato evidente da transfobia, da não aceitação da diversidade. É uma forma de expulsar e tentar disciplinar e comunicar que “este não é o seu lugar”. Ao mesmo tempo há resistência, uma travesti com um salto alto agulha de 18cm, não está ali para ser intimidada, está ali para intimidar e estabelecer o seu lugar. Conforme Foucault (2014, p. 176): “O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios. Deve portanto ser

essencialmente corretivo. Ao lado das punições copiadas ao modelo judiciário [...], os sistemas disciplinares privilegiam as punições que são da ordem do exercício [...].”

Em um relato de outra entrevistada, Valentina diz que, apesar de não ter sofrido violências físicas, sair à rua é desafiador, pois a sociedade relaciona a sua identidade de gênero a um “rompimento” da moral e dos bons costumes e/ou a uma falta de caráter. A entrevistada diz:

Violência física, felizmente eu nunca sofri. Mas psicológica e emocionalmente já, em várias questões mais aqui eu posso contar uma. No ano passado, uma pessoa da minha vizinhança me viu sendo... na rua, expressando meu gênero da forma que eu expressei, e quando ele me viu uns dias depois, ele veio até a minha casa para me questionar. Perguntou por que eu estava fazendo isso, se alguma criança ia ver, o que ia achar...como é que iam explicar que eu não era assim quando era pequeno e não sei o quê... Então, essa foi uma coisa que me deixou traumatizada, que me deixou com mais medo, que gerou mais ansiedades para mim de sair de casa, mais do que as que eu já tenho. Então...esse tipo de violência pode acontecer, como aconteceu nesse caso, de maneira mais aberta ou velada. Eu já escutei de pais e mães de amigos e amigas minhas se questionando sobre mim, se eu era uma boa pessoa para estar na casa deles e por aí vai (VALENTINA).

Não queremos dizer aqui que a vida da população T seja resumida a violências, contudo, analisamos como necessário expor a realidade transfóbica a qual estes grupos estão sujeitos. Esta exposição desvela um Brasil que, apesar de democrático, não considera pessoas trans e travestis como cidadãos e cidadãs, já que frequentemente nega as suas existências, recusando o chamamento pelo nome social, evitando o uso de banheiros públicos, violentando os seus corpos, diminuindo a sua autoestima e os seus desejos.

Observamos nos relatos dos/as entrevistados/as que fazem parte do segmento T referências a casos de violências sofridas e reivindicações ao acesso a políticas sociais. Este acesso às políticas sociais ainda ocorre de forma precarizada, visto que mesmo que concluem o ensino básico, ingressem em universidades, consigam vagas de emprego no mercado formal de trabalho são, com frequência, constrangidos/as, tendo a sua competência colocada em dúvida. Tais fatos acontecem, especialmente, por duas razões: a primeira é que no Brasil há o avanço de um conservadorismo, fortalecido pelo crescimento da influência da extrema-direita nas decisões do Estado. Estas decisões extirpam direitos da população e decretam uma adequação da diversidade ao pensamento conservador. Exemplo disso está nas falas do ex-presidente Jair Bolsonaro, que durante a 43ª Convenção Estadual das

Assembleias de Deus (CONAMAB), evento evangélico, ocorrido em Juiz de Fora, Minas Gerais, reafirmou discursos homofóbicos declarados anteriormente. O ex-chefe do executivo disse: “Outro dia eu falei, a mãe quer que o Joãozinho continue Joãozinho. ‘Ah, declaração homofóbica’. Meu Deus do céu, pô... Para onde nós iremos cedendo às minorias? As leis existem, no meu entender, para proteger as maiorias, as minorias têm que se adequar”⁵⁹. A fala demonstra o desconhecimento de discussões sobre gênero e sexualidade, incitando o ódio à população LGBTQIA+ e reforçando uma postura firmada ao longo de seu governo de adequação, disciplinamento e ajustamento das “minorias” às condições de desigualdades de gênero que historicamente oprimem o referido segmento.

O segundo ponto é referente à sociedade capitalista, visto que não podemos excluí-la da vida das pessoas trans e de travestis como se a transfobia e as dificuldades de acesso às políticas sociais estivessem desarticuladas das estruturas sociais. Na ordem do capital, destacadamente, durante a vigência das políticas e da ideologia neoliberal, propaga-se a máxima do “Estado mínimo para o social e máximo para o capital”, em que aumentam as privatizações da “coisa” pública e a desregulamentação dos direitos sociais, que passam para a esfera do consumo. Nesse sentido, “[...] objetivo real do capital monopolista não é a ‘diminuição’ do Estado, mas a diminuição das funções coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais”. (NETTO; BRAZ, 2006, p. 227). Na conjuntura em que esta pesquisa foi desenvolvida, durante o governo Bolsonaro, milhões de pessoas foram afetadas pela crise econômica, política e social do país. Vivemos os efeitos da pandemia da Covid-19, que forçou a paralisação dos trabalhos e serviços não essenciais, causando diversas demissões, falências de empresas e o empobrecimento da população, bem como de escolhas políticas deste governo que optou em investir no capital financeiro, promover privatizações e contrarreformas, que prejudicaram a sobrevivência do povo brasileiro. Reflexo disso foi a volta do Brasil, no ano de 2022, para o Mapa da Fome; de acordo com os dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a FAO, cerca de 61 milhões de brasileiros e brasileiras enfrentaram dificuldades para se alimentar entre o período de 2019 e 2021. Dos 61 milhões, 15 milhões passaram fome. Desde 2015, o Mapa não era divulgado, contudo o que se observou foi o aprofundamento das

⁵⁹ Disponível em: < <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/07/5022550-bolsonaro-diz-que-nao-pode-ceder-as-minorias-precisam-se-adequar.html>>. Acesso em: 16 de ago. de 2022.

desigualdades sociais dos últimos anos, causado pelas crises política e econômica no país⁶⁰.

As análises podem parecer gerais, mas boa parte da população trans e travesti enfrenta dificuldades de inserção no mercado de trabalho, recorrendo, muitas vezes, ao mercado informal, ao empreendedorismo e à prostituição (principalmente, travestis e mulheres transexuais) para conseguir sobreviver. Vale destacar que o trabalho sexual é legítimo, porém, diante das vivências transfóbicas deste grupo, ele se torna uma opção quase compulsória. Assim, a pobreza e a desigualdade fazem parte da vida da população T e esta realidade é agravada com as diversas violações de direitos e as violências sofridas por eles/elas. De acordo com matéria publicada em julho de 2021 pela CNN Brasil⁶¹, seis a cada dez pessoas LGBTQIA+ perderam o emprego ou diminuíram a renda durante a pandemia da Covid-19; em consequência, 41,53% da população LGBTQIA+ entrou em situação de insegurança alimentar. No caso de pessoas trans, o percentual aumenta para 56,82%.

Entendemos que é impossível falar sobre este público fechando os olhos para o seu contexto de vida, afinal, a dificuldade de acesso ao ensino superior (tema central desta pesquisa) advém, primeiramente, da precariedade de políticas sociais voltadas para esse público, mas, principalmente, do fato destas pessoas sequer conseguirem sobreviver. Nesse contexto, quando pensamos em sobrevivência, estamos tratando das condições objetivas de vida (saúde, alimentação, moradia, transporte, emprego, educação) e das subjetivas (os desejos, os sonhos, projetos pessoais etc.). Para a população T, os preconceitos e os efeitos da desigualdade social empobrecem e, por vezes, interrompem as suas vidas. É como se a sociedade estabelecesse um lugar marginal para este grupo, pois não os/as consideram como pessoas dignas de frequentarem os mesmos espaços e de usufruírem dos mesmos direitos, uma vez que desobedecem aos padrões de gênero e de sexualidade.

Deste modo, além de estarem sujeitas às mazelas sociais, pessoas transgêneras e travestis precisam lutar diariamente para continuar existindo. Apesar do avanço nas discussões sobre identidade de gênero e sexualidade, estes temas ainda são considerados tabus em nossa sociedade, sendo excluídos ou censurados

⁶⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>>. Acesso em: 16 de ago. de 2022.

⁶¹ Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/seis-em-cada-10-pessoas-lgbtqia-perderam-renda-ou-emprego-na-pandemia/>>. Acesso em: 18 de ago. de 2022.

no âmbito das famílias, das escolas, das faculdades, das empresas privadas, das instituições públicas, por exemplo. É preciso refletir que “O tratamento que é, por muitas vezes, dado a estas pessoas, é baseado em estereótipos e preconceitos que, conseqüentemente, desestimulam a adesão de muitas delas à escolarização e a outros espaços de sociabilidade” (RIBEIRO; ALMEIDA, 2021, p. 153). É importante deixar claro que este desestímulo não é apenas uma escolha subjetiva, na verdade, é reflexo das condições sociais impostas ao segmento. Muitas pessoas trans e travestis, inclusive, reproduzem os preconceitos e as estigmatizações em relação a própria população T.

Uma de nossas participantes da pesquisa relata da dificuldade que sentiu ao compreender a sua identidade, já que para ela a imagem da travesti estava sempre associada a algo considerado ruim na sociedade brasileira, como os assaltos, a prostituição, as mortes. Deste modo, Tina, relaciona a escolha de seu nome ao seu reconhecimento como travesti. Ela infere:

[...] o meu nome é Tina. Então, por questões jurídicas eu ainda não consegui retificar o meu nome. Não tenho ainda isso...então nos documentos ainda continua sendo [...], mas a maioria das pessoas já me conhecem, já me chamam justamente por Tina e é importante isso porque o “Tina”, ele não é apenas um nome, não é apenas uma expressão dentro da nossa gramática, dentro do nosso vocábulo para me identificar, é uma construção. Eu costumo dizer que, quando escolhi Tina, eu escolhi pelo significado do nome, pela minha religião e por uma questão de... por um processo de desconstrução que eu estava vivenciando naquele momento, porque para mim mesma, foi muito difícil me reconhecer, me aceitar enquanto uma travesti. **Eu achava inaceitável, eu achava impensável porque eu sempre fui muito inteligente, já tinha minhas graduações, era uma profissional e eu tinha muito preconceito porque eu entendia a travesti como a sociedade entende. Como um indivíduo que vive à margem da sociedade, que não tem capacitação profissional, que não tem estudo e que vai se prostituir, que vai se envolver com drogas, que vai aparecer nas matérias jornalísticas na parte policial ou que vai ser a vítima ou que vai ter promovido um assalto, uma agressão, ou qualquer outra coisa do tipo.** Então, para mim, foi muito difícil e quando eu escolhi o Tina, justamente para essa questão de força, essa questão de me identificar, é um processo de desconstrução. (TINA).

Quando Tina diz que “entendia a travesti como a sociedade entende”, ela se refere aos estigmas normalmente associados ao uso de drogas, à prostituição, ao HIV/AIDS e aos roubos; ademais, este grupo é frequentemente ridicularizado na mídia como “os traveções”, “homens que se vestem de mulher”, “viados afeminados”, “ativonas”. Esta visão repleta de preconceitos é construída por meio de valores morais que veem as travestis como pessoas “depravadas”, que modificam os seus corpos

para lucrar no mercado do sexo. Percebemos, ao longo de nossos estudos, que, comumente, a população brasileira e a comunidade acadêmica buscam estabelecer diferenciações entre as travestis e as mulheres transexuais baseadas no corpo/genitália e na classe social. É como se as travestis não sentissem rejeições pelo seu pênis, não desejando realizar cirurgias de redesignação, apenas modificações para se tornarem mais femininas. Além disso, para boa parte da sociedade, este grupo advém de classes mais baixas.

No caso das mulheres transexuais, há uma patologização da sua identidade de gênero; elas teriam uma espécie de doença que as faria “nascer em um corpo errado”, portanto, elas não teriam opção. Deste modo, para que pudessem “ser mulheres de fato” fariam transformações para se adequarem ao seu gênero, inclusive, a redesignação sexual, que pejorativamente é denominada como “mudança de sexo”. Normalmente, as mulheres transexuais seriam oriundas das classes média e alta da sociedade.

Sabemos que estas ideias refletem a transfobia, as opressões de classe e o moralismo da burguesia, em um claro processo de higienização do nosso país. As travestis são relacionadas a aspectos negativos da nossa realidade, assim não poderiam ser de classes sociais consideradas mais altas, pois a prostituição, os crimes, as infecções sexuais não seriam comportamentos ou “coisas” da elite brasileira. Na corrida para encontrar explicação para a existência da diversidade, enquadram as identidades em extremos: doença ou transgressão moral.

Diante deste pensamento, a transexualidade, apesar das discriminações sofridas, seria mais compreensível do que a travestilidade, pois a ciência tentaria buscar respostas para essa “patologia”, enquanto a travestilidade seria vista como um desvio. Para o senso comum e para as ciências médicas, “ser transexual” seria mais justificável do que “ser travesti”.

Não estamos dizendo aqui que as mulheres transexuais não estejam sujeitas à transfobia; estamos, na verdade, expondo um pensamento que paira em nossa sociedade e que reforça os preconceitos em relação esta população. O que de fato podemos afirmar é que os estigmas existem e tem como objetivo ajustar, regular os grupos nos padrões de sexo-gênero-sexualidade cisheteronormativa.

Não é objetivo deste trabalho estabelecer definições do que é “ser travesti”, “ser mulher transexual”, “ser transfemininas”, homens transexuais, transmasculinos, pessoas não binárias etc. Como já mencionamos anteriormente, as identidades de

gênero e sexuais são muitas e os segmentos possuem diferentes vivências que influenciam na maneira como definem as suas identidades. Um de nossos participantes da pesquisa explica o incomodo de ter que definir quem é, ele diz:

[...] hoje em dia a gente sempre tem que especificar o que é que a gente é, né? Explicar para sociedade cisheteronormativa o que a gente gosta ou o que não gosta, nessa questão de sexualidade. Especificar quem a gente é, né? [...] eu me sinto às vezes assim como se fosse algo, tipo assim, um E.T. que veio pra Terra e as pessoas 'quer' saber o que é que esse bicho é né, digamos assim. (CHAZ).

Observamos que muito mais do que entender a identidade de gênero e a orientação sexual, o que se pretende ao tentar definir as pessoas é estabelecer um padrão que os/as aproximem do binarismo que contrapõe mulheres cis e homens cis. A busca por essa explicação também é uma forma de regular e conformar o sexo, o gênero e a sexualidade desses grupos em determinadas especificidades das quais, caso o sujeito destoe, ele será novamente visto como anormal à regra.

Defendemos que as identidades são necessárias para que os sujeitos se firmem politicamente na luta contra a LGBTQIA+fobia, bem como contra as opressões de raça-etnia, classe, gênero, geração e tantas outras, mas não caracterizar os grupos é compreender que há divergências entre eles que os aproximam ou não de padrões binários, fazendo com que certas conceituações difundidas em livros, trabalhos, pesquisas não sejam hegemônicas ou estejam obsoletas. Além disso, tais classificações, como mencionado pelo entrevistado Chaz, parecem querer conceituar bichos ou espécies não humanas, ratificando a ideia de que se não é homem, se não é mulher, é um ser estranho.

A identidade de gênero (feminina, masculina ou nenhuma delas) de qualquer pessoa é uma construção social, não apenas inscrita no biológico, mas elaborada através de cada sujeito ao longo do processo de socialização. Ela não tem, portanto, data para estar "completa", se é que ela se completa um dia. A partir da forma como se aproximam dos gêneros existentes, algumas pessoas vão se classificar como homens, mulheres, travestis, transexuais, cross dresser, entre outras denominações. Isso não necessariamente guarda relação com o corpo delas. A identidade de gênero guarda alguns pontos de contato com a orientação sexual, mas não se confunde com esta. (ALMEIDA, 2018, p. 11).

Compreender e respeitar as identidades de gênero e a orientação sexual da população LGBTQIA+ é uma das lutas do segmento, mas não é e não pode ser a única. É preciso enfrentar as opressões, explorações e hierarquias de gênero que nos

objetificam e nos inferiorizam, bem como combater as opressões de raça-etnia, de classe, de geração, de nacionalidade. Ao analisar as falas dos/as entrevistados/as, percebemos eles/elas anseiam usufruir dos espaços sociais sem se preocupar em ouvir xingamentos, sofrer violências físicas ou serem perseguidos/as, terem os seus nomes sociais respeitados. As estatísticas (subnotificadas) e os relatos das entrevistas nos mostram que o caminho para a superação das opressões será longo; por esta razão, cabe a nós defender o acesso às universidades pelas minorias, especialmente, pela população T, analisando a sua situação de vida e os impactos das desigualdades na sua resistência/existência.

4 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O ACESSO DE PESSOAS TRANSGÊNERAS ÀS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Para compreender como se dá o acesso de pessoas transgêneras e de travestis ao ensino superior é necessário analisar sobre a construção deste nível de educação no Brasil. A constituição do nosso ensino superior ocorreu mediante o desenvolvimento econômico, político, social e cultural do país com o objetivo de formar os quadros de profissionais especializados para atender a elite brasileira. Dessa forma, o ensino superior não foi pensando com o intuito de promover a autonomia técnico-científica do país, tampouco a formação profissional da classe trabalhadora.

A constituição desse nível de escolaridade foi voltada desde a sua origem para a classe dominante; e a sua ampliação e acesso pelas pessoas mais pobres, só ocorreu por meio das lutas do movimento estudantil⁶² (especialmente da União Nacional dos Estudantes – UNE) e da sociedade civil, que clamavam não só pela expansão das universidades públicas e gratuitas, mas também por uma transformação estrutural da sociedade. Além disso, as demandas nacionalistas-desenvolvimentistas nas décadas de 1950 e 1960 também contribuíram para o crescimento do ensino superior no Brasil (DURHAM, 2005).

Apesar dessa expansão e da luta, ao longo das décadas, para que as camadas populares tivessem acesso às instituições de ensino superior públicas, alguns segmentos da população brasileira continuaram a ser excluídos e expulsos das escolas e universidades, é o caso das pessoas transgêneras e das travestis. Como já mencionado no capítulo anterior, esse grupo sofreu (e ainda sofre) uma invisibilização social que é reproduzida em diversos espaços, inclusive dentro do

⁶² De acordo com Durham (2005), A União Nacional dos Estudantes (UNE) não se constituiu à revelia do Estado; na verdade, na década de 1930, o governo Vargas tinha como um de seus objetivos reproduzir no país as organizações corporativas do fascismo italiano, dando suporte para a constituição de algumas organizações. Apesar disso, a UNE não se curvou ao Estado, protagonizando, por diversas vezes, lutas pelos interesses populares.

Cabe ressaltar que o movimento estudantil tem seus primórdios em 1901. A rápida expansão das escolas no Brasil teve como uma de suas consequências a organização coletiva dos/as jovens. Com a Revolução de 1930, os/as estudantes passaram a atuar fortemente em organizações como a Juventude Comunista e a Juventude Integralista, fazendo com que crescesse a diversidade de opiniões e de propostas. Fazia-se necessário, assim, a formação de uma entidade forte e legítima. Em 1937, no Rio de Janeiro, o Conselho Nacional de Estudantes consolidou um projeto para criar uma entidade máxima dos/as estudantes, que fora batizada pelos/as jovens de União Nacional dos Estudantes. Disponível em: <<https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>>. Acesso em: 03 de dez. de 2022.

próprio movimento LGBTQIA+; eles/elas (e pessoas não binárias) enfrentam grandes barreiras para conquistar direitos básicos.

Boa parte desse público não consegue concluir a sua vida escolar e universitária. Isso se deve ao fato das histórias de vida do segmento T serem perpassadas tanto por preconceitos em relação a sua identidade de gênero, quanto por sua condição socioeconômica. Esta última está longe de ser um problema individual, como bem justificaria o discurso meritocrático. Além da exploração do trabalho vivenciada pela classe trabalhadora na sociedade capitalista, sabemos que parte do segmento T, mesmo com qualificação profissional, fica de fora das vagas do mercado de trabalho formal, tendo que, muitas vezes, assumir empregos precarizados e, no caso de muitas mulheres transexuais e travestis, inserir-se na prostituição para garantir a sobrevivência. Ademais, muitos/as não podem contar com o suporte familiar em momentos de crise, uma vez que são expulsos/as de casa, rompendo os vínculos com os membros da família.

Por essa razão, entendemos que o acesso – entrada, permanência e conclusão do ensino superior – está sedimentado na desigualdade social, de gênero e étnico-racial do Brasil, já que o próprio ingresso nesse nível de ensino mascara uma hierarquização de grupos e reforça os privilégios de quem já desfruta de um poder real. O ambiente universitário não é um espaço comum às pessoas transgêneras e às travestis, pois para fazerem parte desse lugar precisam antes de tudo da formação na educação básica. Esta formação, por vezes, é interrompida pelas diversas violências sofridas pelo grupo. Por isso, esta tese se preocupa em analisar o acesso e compreender os significados dele para a população T, pois mais do que alcançar a formação profissional nas diferentes áreas, esse público anseia ocupar espaços que não foram pensados nem construídos para eles e para elas.

Diante desta realidade, como forma de contestar a exclusão e combater a transfobia surgiram nos últimos anos, em todo o Brasil, diversos cursos pré-vestibulares voltados para a população T, que objetivavam preparar os/as estudantes trans para as provas de ingresso nas universidades públicas. O Transpassando foi o primeiro curso do Brasil, criado em 2015; desde então, outras iniciativas foram realizadas e, de acordo com informações divulgadas pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE), no relatório “As fronteiras da educação: a realidade dxs estudantes trans no Brasil”, o país possui 23 cursinhos preparatórios para pessoas trans.

A existência do programa Transpassando faz parte da luta da população T cearense para conquistar o ambiente universitário e para combater a transfobia dentro e fora da Universidade Estadual do Ceará. Logo, ele surgiu como uma reação ao preconceito, que reforçava a ideia de que a diversidade é abjeta e, por esse motivo, não pertencente àquele lugar. O projeto, que é reconhecido pelos/as participantes como um coletivo, não objetiva a inclusão, e sim a ruptura com as estruturas da sociedade. A inclusão representaria a entrada de pessoas transgêneras e de travestis nas universidades, mas com a continuidade da transfobia e de outros preconceitos nesses espaços. De acordo com Cássia, uma das entrevistadas: “Esse projeto não é de inclusão, esse projeto é de combate à transfobia porque ele não se ilude de que estarão alguns, mas ele permanece ao lado dos que não estarão”.

O surgimento do Transpassando ocorreu em um momento de avanços do conservadorismo em âmbito nacional e internacional. No Brasil, o ano de 2016 foi marcado pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e pelos retrocessos na economia, na cultura e nas políticas sociais; o governo golpista que se instalou buscava o realinhamento com uma agenda neoliberal mais ferrenha e distante das demandas sociais, reafirmando a ascensão da direita e da extrema-direita nos cargos do executivo e do legislativo no país.

As mudanças na política brasileira trouxeram rebatimentos diretos para a vida da população. No caso do segmento LGBTQIA+, houve maior disseminação dos discursos de ódio e menor espaço na agenda política para debates sobre gênero e sexualidade. Na verdade, propagaram-se ideias falaciosas sobre essas categorias como se as discussões em ambientes escolares e universitários gerassem o incentivo a prática precoce do sexo ou mesmo fizesse com que os/as jovens “se tornassem” gays, lésbicas ou pessoas trans.

Diante desses desafios é que abordamos a expansão do ensino superior – o seu processo de “democratização” – e o estímulo às empresas privadas; os significados do acesso para a população T e a existência de políticas afirmativas viabilizadoras de acesso ao referido nível de ensino.

4.1 O Golpe de 1964 e a reforma universitária

Durante a ditadura militar de 1964, a política educacional brasileira passou por uma transformação que buscou adequá-la à ideologia da autocracia burguesa. No referido ano foi realizado um simpósio para pensar a educação como meio para o aumento da produtividade e da renda, atendendo ao projeto de modernização conservadora da política militar. Neste sentido, até mesmo a escola primária seria voltada para capacitar os estudantes para atividades práticas. O objetivo do ensino se voltaria para a preparação de profissionais para atender o desenvolvimento econômico e social do país. Destarte:

A orientação geral traduzida nos objetivos indicados e a referência a aspectos específicos, como a profissionalização do nível médio, a integração dos cursos superiores de formação tecnológica com as empresas e a precedência do Ministério do Planejamento sobre o da Educação na planificação educacional, são elementos que integrarão as reformas de ensino do governo militar. (SAVIANI, 2008, p. 295).

Entre 1964 e 1968, os militares articularam diversas estratégias para a refuncionalização da educação; neste íterim de tempo, a política educacional da ditadura materializou a sua intenção de enquadrar e reprimir as organizações discentes, intimidar o corpo docente e os pesquisadores, violentar e torturar os/as integrantes de movimentos que lutavam pela democracia.

Dentre os movimentos que se destacavam na luta contra a ditadura militar estava o movimento estudantil. Este se posicionou de maneira contumaz contra a ideologia do regime, promovendo passeatas, encontros, manifestações, ocupações. Em 1968, os estudantes tomaram as escolas superiores e protagonizaram a passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, pedindo liberdade, justiça e democracia. Em resposta aos estudantes, houve repressão nas ruas e a organização do Fórum intitulado por “A educação que nos convém” (SAVIANI, 2008). O Fórum, realizado entre os meses de outubro e novembro do referido ano, abordou onze temas, sendo que seis deles versavam sobre os “aspectos do ensino superior” (SAVIANI, 2008).

O que se observava era a adequação da política educacional para a formação de recursos humanos, a fim de promover o desenvolvimento econômico no Brasil, com conseqüente aumento de produtividade e racionalização de investimentos aos moldes da ordem capitalista (SAVIANI, 2008). Diante disso, os níveis de ensino

seriam funcionais a este projeto; caberia ao primeiro grau investigar as aptidões e habilidades para o mercado de trabalho; ao ensino médio a formação da mão-de-obra técnica para ocupação das vagas com menor status e qualificação e ao ensino superior a função de formar um corpo profissional qualificado para cargos mais específicos e de maior prestígio.

De acordo com Netto (2015, p. 85), as mudanças na política educacional tiveram início pelo ensino superior “tanto pela candência dos problemas aí existentes como pelo fato de por ela iniciar-se a compatibilização do sistema educacional ao ‘modelo econômico’ (além, naturalmente, do efeito-demonstração apto a *exemplarizar* todas as outras instituições do sistema)”. A partir da lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968⁶³, foi estabelecida a Reforma Universitária, que só entrou em vigor em 1969. Um dos seus objetivos era atender às demandas dos grupos ligados ao golpe, que tentavam usar o ensino superior como meio de modernização do mercado, em conformidade com o capitalismo internacional. Outro objetivo, que reafirma o caráter contraditório da reforma, está relacionado à demanda de estudantes e professores que reivindicavam, dentre outras questões, autonomia na universidade, o fim do sistema de cátedra e mais investimentos em pesquisas (SAVIANI, 2010).

Apesar dos efeitos danosos da ditadura militar para a política educacional, é importante destacar que foi a partir dessa reforma que a universidade brasileira ganhou maior impulso. Esta é uma das particularidades do ensino superior no Brasil em relação aos demais países latino-americanos. O regime autoritário trouxe consequências contraditórias para este nível da educação, pois, de um lado, professores e estudantes sofreram forte censura; currículos, programas, disciplinas e bibliografias foram controlados; as organizações estudantis foram cerceadas e professores foram aposentados ou impedidos de progredir na carreira. As universidades estavam sob o olhar dos militares e qualquer ato que clamasse pela democracia e/ou que fizesse críticas ao governo sofreria violenta repressão.

⁶³ A Lei da Reforma Universitária foi regulamentada pelo Decreto nº 464, de 11 de fevereiro de 1969. “Com o Decreto n. 464, de 11/02/1969, ajustou-se melhor a implantação da reforma aos designios do regime instaurado pelo golpe de 1964. Efetivamente, o artigo 2º do Decreto negava autorização para funcionamento de universidade ou estabelecimento isolado, mesmo quando satisfeitos os requisitos estabelecidos para sua criação, caso não correspondessem às exigências do mercado de trabalho. Tal determinação encontra-se em consonância com as recomendações do IPES enunciadas no fórum ‘A educação que nos convém’.” (SAVIANI, 2008, p. 298).

Por outro lado, diante do endurecimento da ditadura, especialmente após o Ato Institucional nº 5/68⁶⁴, docentes, discentes e pesquisadores se aliaram, fortalecendo as suas bases político-ideológicas e fazendo com que as agências de fomento investissem na pós-graduação; na institucionalização da docência; na ampliação dos *campi*, dentre outros.

A conjuntura e as mudanças feitas no ensino superior ocasionaram um aumento das matrículas e consequente enxugamento dos gastos por parte dos militares e empresários. Na verdade, com a reforma universitária, as matrículas nos cursos passaram a ser por disciplina (sistema de créditos), o vestibular tornou-se unificado e o departamento se tornou a unidade básica da universidade, isto é, vários cursos foram vinculados a um mesmo departamento, reunindo especialistas de uma mesma área de conhecimento ou de áreas afins (SAVIANI, 2008). Tal fato promovia uma redução nos custos de contratação de professores e parcelava a formação universitária, sob os moldes tayloristas. Neste sentido, é importante lembrar que:

[...] o taylorismo-fordismo colocou como horizonte à educação uma *pragmática da especialização fragmentada*. Uma educação moldada por uma pragmática técnica que direciona a qualificação do trabalho nos limites da coisificação e da fragmentação impostas pelo processo de trabalho capitalista (Antunes, 2009a). A 'escola ideal' para essa qualificação é a que promove o desmembramento entre conceito, teoria e reflexão (o *trabalho intelectual*), de um lado, e prática, aplicação e experimentação (o *trabalho manual*), de outro. Uma escola que, além disso, enaltece muito mais a prática, a aplicação e a experimentação *em detrimento* do conceito, da teoria e da reflexão. Razão instrumental, de um lado; trabalho parcelar, fragmentado e coisificado, de outro (ANTUNES; PINTO, 2017, p. 79).

Assim, a partir da reforma universitária, o ensino superior foi direcionado para o mercado de trabalho, sendo funcional e utilitário às demandas do empresariado. Não estamos dizendo com isso que as universidades tenham perdido o seu viés crítico e resistente à ideologia da autocracia burguesa; pelo contrário. As universidades foram (e ainda são) polos de produção de pesquisas científicas e de acesso às referências que contribuem para o desvelamento do real. Entretanto, a introdução de uma "lógica empresarial" para a condução do ensino superior, além de

⁶⁴ O Ato Institucional nº 5 de 1968 ou AI-5 deu ao presidente o direito de promover "intervenções nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos, cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm>. Acesso em: 10 de fev. de 2023. De acordo com Fausto (2006, p. 480), a partir do AI-5 "abriu-se um novo ciclo de cassação de mandatos, perda de direitos políticos e expurgos no funcionalismo, abrangendo muitos professores universitários. Estabeleceu-se na prática a censura aos meios de comunicação; a tortura passou a fazer parte integrante dos métodos de governo".

conter os gastos, instaurou mecanismos de exclusão dentro do próprio sistema universitário. O controle da oferta de vagas tinha como objetivo restringir o acesso à graduação, não só para reduzir custos públicos, mas para limitar o número de profissionais com grau acadêmico.

Ademais, a reforma universitária abriu espaços para os investimentos privados na educação. Investimentos estes que ganharam maior propulsão na década de 1990 e nos anos 2000, com os avanços da política neoliberal no Brasil. Segundo Netto (2015), durante a ditadura militar, pela primeira vez na história brasileira, o ensino superior se tornou um negócio rentável para o setor privado. De tal modo, “A assim chamada livre iniciativa encontrou aí um dos seus vários paraísos, estabelecendo as suas universidades, preferencialmente frequentadas (e pagas) por alunos oriundos e/ou situados dos/nos níveis socioeconômicos inferiores [...]”. (Idem, p. 88).

Em contrapartida, ampliaram-se as vagas no ensino médio, direcionando as classes mais pobres para o ensino profissionalizante (NETTO, 2015). Esta tendência se estende até os dias atuais e se agrava com os diversos cortes nos investimentos na política educacional, o que gera um “sucateamento” da rede pública e um crescimento do setor privado. A privatização da educação, iniciada em tempos de ditadura militar, reduz o acesso e a permanência da população pobre nas escolas⁶⁵ e nas universidades.

As transformações na política educacional durante o regime militar consolidaram objetivos político-ideológicos e econômicos da ditadura direcionados para o seu projeto de “modernização conservadora”. Neste sentido, ao mesmo tempo em que o Brasil manteve a dependência econômica em relação aos países centrais (especialmente, os Estados Unidos), buscou se inserir na lógica de produção do capital internacional. A educação, portanto, representou um meio de dinamização do mercado de trabalho, pois lançava nele profissionais qualificados ou semiquilificados que atendiam as especificidades de cargos com maior exigência de competências e garantia o excedente necessário para baratear a mão-de-obra dos trabalhadores.

⁶⁵ Conforme Netto (2015, p. 89): “No nível médio, a privatização se processou por inúmeras vias: crescentes aportes de recursos públicos para empresas privadas do ‘ramo’ educacional, ampla utilização fraudulenta dos dispositivos do salário educação, transformação do Conselho Federal de Educação (CFE) em organismo controlado por lobbies privatistas, manipulação dos mecanismos do ‘crédito educativo’ etc.”.

Como já afirmado anteriormente, as mudanças na política educacional não denotaram o pleno enquadramento da educação aos ditames do regime autocrático burguês; da mesma maneira em que se constituíram as condições para o controle da educação, também recrudescer a resistência, especialmente de professores/as, estudantes e pesquisadores/as. Estes/as fizeram frente às tentativas (por vezes bem-sucedidas) de “neutralização” das universidades e, conseqüentemente, da sua formação crítica. Assim, “[...] a política educacional da ditadura não impediu nunca que a resistência democrática conservasse áreas sob sua influência, mesmo que extremamente restritas [...]” (NETTO, 2015, p. 90-91).

É possível afirmar que as forças repressivas do regime obtiveram êxito ao conformar um “[...] ensino superior asséptico, apto a produzir quadros qualificados afeitos à racionalidade formal-burocrática” (NETTO, 2015, p. 91) e ao esvaziar as universidades de estudantes provenientes das classes sociais mais pobres. Com isso, queremos dizer que a ideologia da ditadura militar investiu e reforçou um sistema universitário instrumentalizado, funcional ao capital e voltado para as elites do Brasil. De nada interessava aos militares e ao empresariado formar as classes mais pobres; munir estas pessoas de discursos críticos e democráticos seria pôr em risco a sobrevivência da burguesia.

Diante dos novos rumos do ensino superior no Brasil, com a formação e a consolidação das universidades, cabe compreender e analisar no próximo subtópico a expansão deste nível de ensino a partir dos anos 1990 e anos 2000, período pós-ditadura militar em que observamos a implementação e o aprofundamento de políticas econômicas neoliberais no país. Tais políticas têm como pressuposto a privatização de empresas públicas, a flexibilização de leis trabalhistas, os cortes nos investimentos nas políticas sociais, a desmobilização das organizações populares, o agravamento das desigualdades sociais, dentre outros. É nessa conjuntura que se constitui a “democratização” do ensino superior. Tratamos aqui de uma expansão do ensino pelas vias do mercado, tendência que já despontava durante o regime militar com a reforma universitária de 1968.

4.1.1 A “democratização” do ensino superior no Brasil

A ditadura militar deixou o seu legado quanto à expansão do ensino superior e à privatização da educação. Ainda que a mercantilização da educação, a

flexibilização e a instrumentalização da formação profissional sejam características presentes na atualidade, foi com a reforma universitária de 1968 que tivemos os primeiros sinais dos investimentos do capital privado neste “novo” ramo para o mercado. A crise estrutural do capital⁶⁶, que eclodiu durante a década de 1970, representou o esgotamento de um período de expansão em diversos países da Europa e nos Estados Unidos. “A recessão generalizada de 1974-1975 acende o sinal vermelho para o capital monopolista que, a partir de então, implementa uma estratégia política global para reverter a conjuntura que lhe é francamente negativa” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 215). Uma dessas estratégias é o neoliberalismo, que “[...] corresponde ao modo de governança que procura salvaguardar o capital por meio da construção de mercados – financeiros e comerciais – insulados da interferência política dos Estados nacionais [...]” (ANDRADE; CÔRTEZ; ALMEIDA, 2021, p. 1).

Conforme Harvey (2007), o neoliberalismo é uma teoria sobre práticas de política econômica que prega a ideia de que o bem-estar humano só pode ser alcançado por meio das liberdades empresariais, tais como direitos de propriedade privada, liberdade individual, mercados livres e livre comércio. Devemos enfatizar que “[a]s práticas atuais do neoliberalismo freqüentemente diferem desse modelo, por uma série de razões. Contudo, desde a década de 1970, houve em todo o mundo uma mudança enfática nas práticas político-econômicas e no pensamento [...]” (Idem, p. 2). Foi entre as décadas de 1970 e 1980 que os ideais neoliberais se espalharam pelas potências centrais (liderados por Thatcher na Grã-Bretanha e Reagan nos EUA) e em alguns países da América Latina (notadamente o Chile), modificando as relações econômicas, sociais, culturais, políticas e subjetivas adotadas pelos povos. O neoliberalismo reafirma a crença no mercado como o regulador da economia e da vida da população, tendo como principais características a limitação do Estado na economia; os cortes de gastos nas políticas públicas; a privatização de empresas estatais; as desregulamentações de leis trabalhistas e a mundialização do capital.

Precisamos salientar que o Estado se tornou um catalisador político do neoliberalismo, pois ainda que os ideais neoliberais buscassem uma intervenção

⁶⁶ A crise da década de 1970 colocou fim nos “anos dourados”, período de grande crescimento econômico nos países centrais. Durante três décadas (de 1940 a 1960), o taylorismo-fordismo e o keynesianismo foram usados como estratégias de expansão econômica. Com o fim dos anos sessenta, o crescimento econômico se reduz e dois detonadores anunciam a crise: o colapso do ordenamento financeiro mundial (rompimento do acordo de Bretton Woods) e a alta de preços do petróleo. Para mais informações sobre o esgotamento dos “anos dourados”, ver a obra “Economia Política: uma introdução crítica”, de Netto e Braz.

mínima do Estado na economia, este passou a ser o principal protetor do mercado, especialmente em tempos de crise.

Na verdade, o Estado nunca esteve tão presente nas intervenções econômicas; ocorre que um dos objetivos do neoliberalismo é conduzir os investimentos estatais para o capital privado, legitimando-o (inclusive no âmbito do legislativo do país) e resguardando-o em tempos de crise. “É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a ‘diminuição’ do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 159). Diante desta função, o Estado reduz os gastos públicos e terceiriza para o mercado a responsabilidade da oferta de serviços sociais.

Desse modo, políticas como a saúde, a assistência, a previdência social, a educação sofreram um corte de investimentos por parte do Estado. A população passou a ser medida, avaliada e ranqueada conforme as regras e os ditames do mercado. De tal forma, enquanto os grupos populacionais abastados recorreram ao setor privado para acessar assistência às suas necessidades, os segmentos mais empobrecidos ficaram à mercê da esfera pública, que já não priorizava os direitos sociais e a ampliação da cidadania. Destarte:

O Estado não abdica da gestão da população no que concerne à educação, à saúde, à seguridade, ao transporte, à habitação ou ao emprego. Mas sua lógica de gestão se desloca da garantia de direitos sociais em nome da dignidade humana, constituindo uma esfera de cidadania resguardada do mercado, para se converter em uma estratégia de investimento em capital humano (Dardot; Laval, 2009). **A cidadania é submetida, assim, à lógica econômica, com os gastos sendo racionalizados conforme critérios de eficiência e retorno para o desenvolvimento e competitividade do país, e com as condicionalidades de acesso a direitos disciplinando os beneficiários na lógica empresarial do investimento em si mesmo.** Com isso, o valor da dignidade humana é substituído pelo valor econômico da existência humana. Se certas políticas buscam construir uma conciliação entre os dois valores, outras claramente descartam o primeiro em favor do segundo. (ANDRADE; CÔRTEZ; ALMEIDA, 2021, p. 2, grifos nossos).

Se interpretarmos as discussões sobre o neoliberalismo no Brasil como dispensáveis para as análises sobre a educação e sobre os grupos LGBTQIA+, especialmente, sobre travestis e pessoas transgêneras, cometeremos o equívoco de considerarmos apenas a esfera subjetiva das relações. Compreendemos aqui que a partir dos anos 1990 o neoliberalismo passa a ser efetivamente implementado no Brasil e é neste período que a educação se torna um ramo de investimentos rentáveis

do capital privado com a validação do Estado neoliberal; tal fato fez com que o acesso ao ensino superior fosse deslocado do âmbito do direito para o do consumo. Esta lógica reforçou a exclusão de determinados grupos da entrada, permanência e conclusão do ensino superior público, gratuito e de qualidade. Dentre estes grupos estão as classes subalternas; a população preta, notadamente, as mulheres; os/as indígenas; as travestis e as pessoas transgêneras.

Com o neoliberalismo, o Estado assume um compromisso desvelado com o capital privado, demonstrando interesses em qualificar parte da população de forma instrumentalizada; o objetivo é atender as demandas atuais de produção e de prestação de serviços, reforçando uma formação flexível e desarticulada de elementos críticos. Estas ações entre Estado e capital despontaram já durante a ditadura militar do Brasil, entretanto, a partir do neoliberalismo temos a instauração de uma nova fase do desenvolvimento capitalista no país, mais feroz, mais competitivo, mais individual e completamente comandado pelo mercado. Com a lógica neoliberal, **a democracia e a cidadania brasileiras são relegadas às determinações do capital.** Isto é, o pensamento democrático é encarado como uma ameaça para o crescimento econômico e para a liberdade do mercado e a cidadania se torna sinônimo de consumo; assim, ambas devem ser limitadas jurídico e institucionalmente. Nesse contexto, o Estado surge como um organizador da sociedade, um agente que contém o povo e que legitima um modo de produzir e de viver (a maneira como as pessoas lidam com as suas próprias vidas) dentro da lógica gerencial. É importante lembrar que:

Além de esvaziar a democracia, o neoliberalismo sempre recorreu a estratégias autoritárias. As práticas autoritárias foram pensadas como recursos para a implementação, manutenção e aprofundamento do neoliberalismo. Elas foram mobilizadas para fazer a mudança política inicial, adaptar a população ao mercado, rebaixar continuamente os custos do trabalho, desmontar direitos sociais, gerir a desigualdade e a pobreza, reprimir os que se mobilizam politicamente contra o neoliberalismo e lidar com os grupos vistos como excedentes que ameaçam a segurança e a lucratividade da população. (ANDRADE; CÔRTEZ; ALMEIDA, 2021, p. 3-4).

Apesar das demandas democráticas serem consideradas ameaçadoras para o neoliberalismo, a democracia, dentro dos limites e das repressões impostas, tornou-se o modelo mais adequado à lógica econômica neoliberal, uma vez que os princípios constitucionais e legais são convertidos e usados a favor do mercado; disseminando na população a ideia de que os seus sucessos, os seus infortúnios e a

sua liberdade só dependem de si mesmos. Ao Estado caberia garantir a ordem e o progresso econômico. Exemplo disso é que as reivindicações coletivas são transformadas em responsabilidades individuais; a cidadania é concretizada pelas vias do consumo; a luta por direitos dos diferentes grupos é vista como “privilegio de minorias”; os preconceitos são adotados como formas de condução das políticas públicas etc.

Diante do que foi abordado até aqui, devemos destacar que o neoliberalismo não se apresenta de uma única maneira para os diferentes países. Ao contrário, as particularidades históricas, sociais, culturais e econômicas dos Estados-nação são determinações relevantes para se analisar as transformações geradas a partir da adoção político-ideológica da agenda neoliberal. Na realidade brasileira, a implementação do neoliberalismo ocorreu em meio a uma transição política: enfim, a redemocratização!

Com a derrocada do regime militar-autoritário em meados da década de 1980 no cenário nacional e com o espraiamento das políticas e da ideologia neoliberal nos países centrais (a exemplo dos Estados Unidos e da Inglaterra), tornou-se claro para a elite empresarial brasileira que o crescimento econômico e a redução das tensões sociais não seriam conduzidas com a presença dominante do Estado (SALLUM JÚNIOR, 1999). O empresariado passa a combater o intervencionismo estatal, impondo o seu poder nas decisões do executivo e do legislativo do país, a fim de se adequar ao novo padrão de produção adotado pelo capital internacional: o neoliberalismo. Com as disputadas eleições de 1989, vencidas por Fernando Collor de Melo (mandato: março de 1990 a setembro de 1992), e a entrada na década de 1990, o governo brasileiro passa a adotar um modelo privado de eficiência e racionalização dos recursos, bem como a implantar programas de desregulamentação das atividades econômicas, privatização das empresas estatais e redução progressiva das tarifas de importação. Estas medidas, típicas do neoliberalismo, representaram o fim do período desenvolvimentista do Brasil e a tentativa de inserir o país de forma competitiva no sistema econômico mundial.

A entrada na década de 1990 foi contraditória, pois ao mesmo tempo em que se vivia uma transição política e ideológica, com a reafirmação de direitos na Constituição Federal de 1988, também se implantou uma política econômica de valorização e injeção de investimentos no capital privado em detrimento dos serviços e políticas públicas. À primeira vista, Collor se apresentou para a sociedade brasileira

como o salvador da pátria, prometendo estabilizar a moeda e superar a crise posta com a polarização política que se acirrava entre o empresariado, os trabalhadores assalariados e os movimentos de esquerda (especialmente após a expressiva votação de Lula nas eleições de 1989). Contudo, “[...] o Plano Collor colocou em xeque a segurança jurídica da propriedade privada: além de retomar o congelamento de preços, seqüestrou e reduziu parte dos haveres financeiros do empresariado e da classe média” (SALLUM JÚNIOR, 1999, p. 28).

Collor fracassou e aprofundou a crise política que havia pretendido superar; o que se preservou do seu governo foram as estratégias neoliberais implementadas. As medidas adotadas foram encaradas pelo empresariado como uma “liberação” do mercado das amarras intervencionistas do Estado; o que possibilitaria a estabilização da economia e a contenção do crescimento e do prestígio da esquerda, que tinha como figura principal Lula da Silva.

Com Fernando Henrique Cardoso (FHC) na presidência, o projeto neoliberal é levado a fundo⁶⁷. O governo de FHC transformou institucionalmente a relação entre o Estado e o mercado, incentivando o Congresso Nacional a realizar reformas constitucionais e a aprovar leis complementares regulamentando a concessão de serviços públicos para a iniciativa privada. Assim, “Sustentado pela legislação que permitia e regulava a venda de empresas estatais desde o período Collor e pelas reformas constitucionais promovidas desde 1995, executou um enorme programa de privatizações e de venda de concessões tanto no âmbito federal como no estadual” (SALLUM JÚNIOR, 1999).

Nesta onda de privatizações, o ensino superior se tornou a “menina dos olhos” de grupos empresariais brasileiros, fazendo com que o governo abrisse brechas e promulgasse decretos e normas que beneficiariam as investidas privadas na educação. Em 1996, por exemplo, enquanto ainda tramitava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o governo FHC buscou interferir no seu texto para desobrigar a União da manutenção da educação (SAVIANI, 2018). Em 1997, foi editado o Decreto nº 2.207/97, revogado e substituído pelo Decreto nº 2.306/97⁶⁸, que regulamentava os dispositivos da LDB concernentes ao ensino superior. Nele, dois pontos podem receber destaque: o primeiro trata da admissão de forma aberta das

⁶⁷ Neste trabalho, não iremos nos ater a todos os aspectos do governo FHC, apenas aos quesitos referentes ao ensino superior.

⁶⁸ Revogado em 2001.

investidas de instituições educacionais com fins lucrativos neste nível de ensino; o segundo ponto é referente à classificação das instituições em “universidades” e “centros universitários” (SAVIANI, 2018). Estes últimos subvertem o art. 207⁶⁹ da Constituição Federal/1988, que versa sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. As instituições que se intitulam como “centros universitários” não têm a necessidade de ofertar a pesquisa e a extensão; tal fato reforça a ideia de que a “democratização” do ensino no governo FHC prezava, de fato, pela ampliação do mercado para o capital privado e pela adequação dos/as trabalhadores/as às novas exigências de qualificação neoliberais. De acordo com Sguissardi (2015, p. 874):

A edição desses decretos, em 1997, vai desencadear um movimento sem precedentes de mudança estatutária e de regime administrativo do conjunto das IES privadas de 1997 a 1999: neste ano, segundo dados do Censo da Educação Superior do Inep, as IES particulares, com fins de lucro, já eram 58% do total de 905 IES privadas ou 48% do total de 1.097 públicas e privadas. Passados mais 11 anos, em 2010, as IES privadas particulares ou privado-mercantis já eram 77,8% e, hoje, possivelmente ultrapassem 80% das cerca de 2.400 IES do país.

As medidas do governo FHC em 1997 abriram os caminhos para a constituição de Instituições de Ensino Superior (IES) com fins lucrativos. A educação superior foi dominada por empresas que, ao longo dos anos, passaram a ter em sua estrutura de gestão fundos ou bancos de investimento. “A entrada do setor financeiro na educação superior do Brasil ocorre, portanto, com a associação da Kroton (então Pitágoras), em 2001, com o Grupo *Apollo International*, seguida pela compra da Universidade Anhembi-Morumbi pela Laureate, em 2006 [...]” (SGUISSARDI, 2015, p. 872).

Dessa forma, a característica mais marcante da educação no governo FHC foi a de sustentação do desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, especialmente, diante das mudanças no mundo do trabalho. O ensino superior estava no topo do sistema educativo, pois representava um campo a ser explorado pelo setor privado. Durante os oito anos de governo FHC (1994-1997 e 1998-2002), as portas da educação superior foram abertas para o mercado; multiplicaram-se as IES privadas, assim como as matrículas nestas instituições superaram as de instituições

⁶⁹ De acordo com o Art. 207. “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 24 de fev. de 2023.

públicas. O resultado disso são formações aligeiradas e nem sempre comprometidas com a qualidade dos serviços. Essa tendência de massificação do ensino superior que teve início com Fernando Henrique foi levada a fundo nos governos seguintes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010).

Dado o seu histórico de metalúrgico e sindicalista, com incontestável aproximação com os movimentos sociais e com as reivindicações dos trabalhadores, Lula representou a vitória de um pensamento progressista na presidência do país. Era a primeira vez que um trabalhador, sem ensino superior chegava ao cargo mais alto do Poder Executivo. Os seus governos, entretanto, deram continuidade aos padrões político-administrativos de FHC. Assim, não foram lançadas propostas “revolucionárias” de transformação da estrutura produtiva, industrial e fundiária. Na verdade, para que Lula fosse eleito após três derrotas consecutivas, o Partido dos Trabalhadores (PT) adotou uma política de coalizão, cedendo ao jogo político-eleitoral brasileiro.

Os governos Lula tiveram como uma de suas principais características os programas de transferência de renda (como o Bolsa Família) e a liberação de créditos para as famílias pobres e para a classe média brasileira. O objetivo era movimentar a economia do Brasil, elevando as condições de consumo desta população e fazendo com que ela buscasse no mercado nacional os produtos necessários para o seu bem-estar. Dessa maneira, o governo estimulava o crescimento da economia e oferecia ao povo certa ascensão social pelas vias do consumo.

Com o ensino superior não foi diferente. A “democratização” do ensino mais pareceu uma massificação, pois, ao invés de se criar mais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) públicas, gratuitas e de qualidade, o governo federal manteve os incentivos ao capital privado por meio da aprovação de leis e decretos que formaram a base de uma contrarreforma da educação superior. Dentre as medidas se destacam a Lei nº 10.861⁷⁰, de 14 de abril de 2004, que criou o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o Exame Nacional de Desempenho dos

⁷⁰ De acordo com o parágrafo primeiro da Lei: “§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional”. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 25 de fev. de 2023.

Estudantes (ENADE)⁷¹. Outra importante medida tomada foi a criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

O PROUNI é um programa destinado à concessão de bolsas de estudo integrais (100%) e parciais (50%) para estudantes de cursos de graduação em Instituições Privadas de Ensino Superior com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005). Embora o PROUNI tenha representado uma inovação para o ensino superior, contribuindo para que jovens de todo o Brasil pudessem acessar este nível de ensino, o Programa não rompeu com a lógica de investimentos nas IES privadas, ao contrário, o que se observou foi um crescimento da oferta de vagas e de matrículas de estudantes advindos de escolas públicas em instituições privadas.

Durante o octênio de Lula, o número de IES públicas e privadas cresceu. No caso do aumento das instituições públicas, foram criadas 18 universidades federais⁷², dentre elas a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira (UNILAB) e a Universidade Federal do Cariri (UFCA). Ademais, os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) transformaram-se em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Nesse sentido, “[n]o governo LULA, a ampliação das matrículas públicas foi de 39,7% e, nas privadas, de 71,5%, evidenciando uma diferença maior entre o privado e o público” (CHAVES; AMARAL, 2016, p. 60). Apesar do crescimento das instituições públicas, as IES privadas tiveram incentivos por meio da criação do PROUNI e da ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), criado no governo FHC pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

Com o FIES, o governo financia a mensalidade de estudantes em instituições de ensino superior não gratuitas que tenham aderido ao programa e que estejam com avaliações positivas no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior⁷³. Os/As estudantes começavam a pagar a dívida após a conclusão do curso.

⁷¹ Conforme parágrafo primeiro do art. 5º da mesma Lei: § 1º O ENADE aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 25 de fev. de 2023.

⁷² Informação disponível em: <<https://pt.org.br/confira-as-universidades-e-institutos-federais-criados-pelo-pt/>>. Acesso em: 28 de fev. de 2023.

⁷³ Informação disponível em: <https://acessounico.mec.gov.br/fies>. Acesso em: 28 de fev. de 2023.

No último ano do governo Lula, em 2010, foram alteradas as taxas de juros, permitindo que os formandos tivessem até três vezes o período de duração regular do curso para pagar o financiamento⁷⁴.

A análise dos recursos associados ao ProUni e ao FIES, comparados ao montante de recursos da Função Educação, nos permite aquilatar o tamanho desses dois programas, que dirigem recursos, em forma de títulos da dívida pública, o FIES, ou de isenções tributárias, o ProUni, para as instituições privadas de educação superior (CHAVES; AMARAL, 2016, p. 64).

As medidas de ampliação do FIES e de investimentos no PROUNI demonstram que embora o governo Lula tenha promovido maiores oportunidades de acesso ao ensino superior pela população que compõe as camadas pobres da sociedade, também cumpriu as expectativas empresariais e dos organismos multilaterais. Ademais, durante o seu governo, outras ações consubstanciadas em textos normativas aproximaram ainda mais a educação superior do setor privado, dentre elas estão: o Decreto Presidencial nº 5.205⁷⁵, de 14 de setembro de 2004, que regulamentou as fundações de apoio privadas no interior das instituições federais de ensino superior; o Decreto nº 5.622⁷⁶, de 19 de dezembro de 2005, que normatizou a educação à distância; e o Decreto nº 6.096⁷⁷, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O governo Dilma (2011 a 2014 e 2015 a 2016) manteve a linha de investimentos de Lula. Em seus seis anos de governo, os objetivos foram a expansão e interiorização dos institutos e universidades federais; a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional e a permanência destes no interior do país; a potencialização da função social dos institutos e universidades federais na redução das desigualdades sociais (BRASIL, 2011). Podemos analisar, nesse sentido, que “[a]s políticas para a educação superior do governo Lula e Dilma assumiram também a perspectiva da equidade social articulada com a concepção de desenvolvimento econômico [...]” (FERREIRA, 2012, p. 469).

⁷⁴ Informação disponível em: <<https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/fies-criado-governo-fhc-nao-lula/>>. Acesso em: 04 de mar. De 2023.

⁷⁵ Revogado pelo Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010.

⁷⁶ Revogado pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

⁷⁷ De acordo com o art. 1º o REUNI foi instituído com o objetivo de criar condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 04 de mar. de 2023.

Durante 14 anos de governo, os representantes petistas realizaram reformas na educação e demais políticas públicas que não modificaram a estrutura social, pelo contrário, promoveram um “consenso” entre a elite brasileira, a classe média e as camadas mais pobres da sociedade. O objetivo era possibilitar o desenvolvimento e a estabilidade econômica do país, atendendo as exigências dos organismos internacionais. Para isso era preciso que a população tivesse acesso a direitos básicos, saindo do mapa da fome, reduzindo os índices de analfabetismo e ampliando o nível de escolaridade. A partir daí, o Brasil poderia adentrar no mercado internacional em maior nível de competitividade.

O acesso ao ensino superior pela via do consumo promoveu uma massificação desse nível de ensino, que foi submetido à lógica do mercado, oferecendo uma formação pragmática e, muitas vezes, sem compromisso com a produção de conhecimento. Para a população oriunda de escolas públicas e para os/as trabalhadores/as que já estavam inseridos/as no mercado de trabalho, as IES privadas, sejam elas presenciais, semipresenciais ou à distância, representaram a chance de obter um diploma e, conseqüentemente, uma melhor posição no mercado. Entretanto, “o aligeiramento dos cursos e a baixa qualidade são elementos que alienam a educação superior dos grandes problemas da sociedade brasileira e a tornam uma pletora geradora de indivíduos alienados – inclusive em face dos requerimentos do mundo do trabalho” (MACÁRIO, 2018, p. 12).

Não podemos desconsiderar que os governos Lula e Dilma foram contraditórios para a educação, pois, apesar dos grandes investimentos do setor privado na área, nesses 14 anos, mulheres e homens pretos, travestis, pessoas transgêneras, filhos da classe trabalhadora conseguiram chegar a lugares que antes eram inacessíveis. Para públicos historicamente excluídos chegar à universidade pública (ou a IES privadas) e formar-se em cursos superiores é uma forma de enfrentar o racismo, a transfobia, a meritocracia. O acesso não significa apenas a melhoria salarial ou um “cargo dos sonhos”, mas o rompimento (ou a tentativa de romper) com uma lógica que privilegia pessoas brancas, cisgênero e heterossexuais.

Atualmente, observamos severos cortes nas verbas destinadas para a educação superior, fato que promove um esfacelamento das universidades públicas. Isso pode ser exemplificado, dentre outras medidas, pela Emenda Constitucional (EC)

nº 95/2016, que instituiu um novo regime fiscal⁷⁸ no âmbito do orçamento fiscal e da seguridade social da União. Na prática, a mudança causou um congelamento, limitação, dos gastos públicos em políticas como a saúde e a educação por um período de 20 anos. A justificativa era de controle das contas para o crescimento da economia, que teria sucumbido diante da suposta má administração fiscal dos governos petistas. A EC foi aprovada meses após o golpe político-jurídico-midiático sofrido pela ex-presidenta Dilma Rousseff e representa uma ameaça para as políticas sociais, especialmente, para a saúde e a educação.

De acordo com o art. 212 da CF/88, fica estabelecida uma vinculação mínima de 18% para a União e de 25% para estados, Distrito Federal e municípios, da arrecadação líquida calculada sobre a receita de impostos e de transferências, direcionados para a manutenção e desenvolvimento do ensino. O estabelecimento de um teto para os gastos pelos próximos 20 anos determina o impedimento de investimentos necessários para a manutenção de serviços públicos; para a contratação de pessoas; para o aumento da remuneração de servidores e para os investimentos em novas tecnologias, desconsiderando o crescimento demográfico e as taxas de crescimento econômico. Este corte de gastos públicos na área social impacta diretamente o financiamento da educação e promove a sua precarização em todos os níveis da política. Na prática, o que este novo regime fiscal suscita é a desvinculação das despesas obrigatórias com saúde e educação, ratificando ainda mais a desresponsabilização do Estado e a transferência da oferta de serviços públicos para o setor privado.

As recentes mudanças no Poder Executivo do Brasil (entre o golpe de 2016 e as eleições de Bolsonaro) denotam perspectivas cada vez menos comprometidas com a ampliação da cidadania e a defesa da democracia. Na verdade, o que se observa é a disseminação de ideias meritocráticas e discriminatórias no remodelamento das políticas sociais, atacando a diversidade e impondo a sua

⁷⁸ Devemos destacar que “[n]essa regra, o gasto primário do governo federal fica limitado por um teto definido pelo montante gasto no ano de 2017 reajustados pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em síntese, o novo regime fiscal implica congelamento real das despesas do Governo Federal, o que resulta em redução do gasto público em relação ao PIB e ao número de habitantes, por causa do crescimento da economia e da população ao longo dos anos. Ou seja, de acordo com a regra proposta, os gastos públicos não vão acompanhar o crescimento da renda e da população” (ROSSI *et al.*, 2019, p. 9-10).

adequação aos princípios econômicos e ao estilo de vida proposto pelo neoliberalismo.

Junto a isso, temos o avanço do conservadorismo e a histórica exclusão de diversos grupos do acesso ao ensino superior. Não era (e ainda não é) de interesse da classe dominante que a população pobre, os/as trabalhadores/as, as mulheres e o segmento LGBTQIA+ chegue às universidades e mesmo às IES privadas. Munir o povo de intelectualidade significa afastá-los da alienação e da ignorância, condição essencial para a manutenção dos privilégios da elite brasileira.

Diante do exposto, iremos abordar no próximo tópico os significados do acesso a este nível de ensino para pessoas transgêneras e para travestis integrantes e ex-integrantes do programa preparatório para o Enem Transpassando.

4.2 O acesso ao ensino superior e os seus significados para travestis e pessoas transgêneras

Vimos no tópico anterior que a expansão do ensino superior possibilitou que grupos historicamente excluídos chegassem às universidades e às IES privadas. Entretanto, apesar do aumento do número de vagas e de matrículas de estudantes, não houve de fato uma “democratização” do acesso a este nível de ensino; queremos dizer com isso que não houve uma grande diferenciação no ingresso de pessoas de diferentes classes sociais, gêneros e etnias nas instituições de ensino superior. É fato que o aumento de IES públicas e privadas torna o ensino superior mais abrangente, podendo atingir as camadas mais populares e as regiões mais isoladas do país; contudo, dentro dessas instituições, ainda é possível perceber que a maioria dos/as estudantes pertencem à classe média e à elite brasileira, bem como se declaram pessoas cisgênero e heterossexuais.

Conforme dados do Relatório Final da “V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos/as Graduandos/as das IFES – 2018” (BRASIL, 2019), 54,6% da comunidade de graduandos/as se declarou do “sexo feminino”, enquanto 45,1% se declararam do “sexo masculino” e 0,3% não se declararam. Em relação à renda *per capita*, há um predomínio do público feminino entre estudantes que recebem até um salário-mínimo e meio, cerca de 56,5%. No que diz respeito ao público masculino, a renda *per capita* de 53,4% dos estudantes chega a mais de três salários-mínimos.

Quando se observa a distribuição de cor ou raça de acordo com a faixa de renda, notamos o predomínio de brancos/as (independente do “sexo” declarado) na faixa de renda *per capita* de mais de três salários-mínimos, sendo que apenas 36,5% de brancos/as estão na faixa de renda de até um salário-mínimo. Para graduandos/as pretos/as e pardos/as “há um predomínio de negros (as) na faixa de renda *per capita* ‘Até 1 e meio SM’ (57,9%), enquanto 28,5% são negros (as) na faixa de renda *per capita* ‘Mais de 3 SM’” (BRASIL, 2019).

A referida pesquisa trouxe ainda dados inéditos em relação ao gênero dos/as estudantes de graduação das IFES e não é novidade que a proporção de estudantes da população T nessas instituições não ultrapasse a percentagem de 0,2. Ao todo são 3.379 pessoas trans no ensino superior até a data de realização da pesquisa, que foi divulgada no ano de 2019. Desse modo, apesar dos avanços inegáveis obtidos com a expansão do ensino superior, a diversidade de gênero nas universidades e institutos federais ainda é pequena; a predominância permanece entre as pessoas brancas, da classe média ou da elite, cisgênero.

Modificar o perfil de pessoas que acessam o ensino superior é de extrema importância para o desenvolvimento econômico, social, cultural, político e tecnológico do nosso país, pois a diversidade nas universidades proporciona o questionamento dos privilégios de classe, dos padrões cisheteronormativos dentro e fora da academia, bem como leva para o mercado de trabalho profissionais comprometidos com a ampliação da cidadania e com a criação de políticas que abranjam grupos historicamente invisibilizados.

Devemos chamar atenção para o fato de que para acessar o ensino superior é necessário que se conclua o ensino básico. Travestis e pessoas transgêneras nem sempre conseguem permanecer e concluir o ensino fundamental ou o ensino médio. As várias violações de direitos começam antes mesmo de muitos e muitas compreenderem a sua identidade de gênero. Desde crianças são chamados de “bichas”, “viados”, “sapatão”, “mulher-macho”, “transviados”. Palavras que fazem parte do cotidiano da população T. Segundo dados da “Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil”, realizada em 2016 pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), 60,2% dos participantes da pesquisa responderam que se sentiam inseguros/as na instituição

educacional por causa da sua orientação sexual, enquanto 42,8% se sentiam inseguros/as por conta da maneira como expressavam o seu gênero.

A pesquisa acrescenta ainda os lugares dentro das instituições educacionais onde os/as estudantes se sentiam mais inseguros: 38,4% dos/as respondentes apontaram o banheiro como local mais inseguro, seguido das aulas de educação física (36,1%), dos vestiários (30,1%), das quadras ou instalações esportivas (22,1%), da lanchonete ou refeitório (14,5%), dos corredores/escadas (14,2%), para citar alguns dos espaços. A insegurança e o medo do ambiente escolar geram a baixa frequência ou mesmo o abandono da escola.

As ofensas e violências que tornam o ambiente escolar inseguro e hostil para a população LGBTQIA+ são reproduzidas por alunos/as e por professores/as, coordenadores/as, diretores/as, reforçando a ideia de que esta população precisa ser corrigida e censurada. De acordo com Ruddy, as discussões sobre gênero e sexualidade eram evitadas nos seus tempos de escola. Ela relata:

[...] meu período escolar nunca teve nada sobre gênero e sexualidade, o que teve foi deboche, deboche de alguns professores, debochando de pessoas LGBTs, praticando discriminação e, inclusive no meu período do PIBID, eu também vivenciei algumas coisas nesse sentido, não comigo, mas de eu vivenciar o comportamento dos professores com alguns alunos LGBTs, como por exemplo, uma situação que me marcou muito, foi...tendo a feira cultural da escola, aí foi aberto para o momento das apresentações das danças e aí os alunos LGBTs começaram a dançar, e aí eu subi para tomar água, aí um professor perguntando assim para o outro: “Eita, já começou a viadagem foi?”. E aí eu fiquei toda errada, porque, o que eu ia dizer? Porque eu era apenas uma bolsista de um programa de bolsa da universidade e que eu estava acompanhando aquela escola. Então, assim, foi completamente desrespeitoso porque eles sabiam que eu estava ali, sabiam que eu era trans, sabiam que eu estava desenvolvendo um projeto ali na escola de combate à transfobia e assim, ele mostrou claramente que ele não respeita os alunos LGBTs, então, embora não tenha sido comigo, mas uma postura dessa vindo de um educador, foi extremamente ofensivo (RUDDY).

A transfobia e os preconceitos no ambiente escolar levam jovens a desistir de estar naquele espaço, pois se sentem constantemente desrespeitados/as. Nesse sentindo, a evasão escolar nem sempre se dá pela falta de interesse nos estudos. Na verdade, na maioria das vezes, o abandono da escola tem por motivos as condições de vida e de saúde dos/as estudantes. A necessidade de trabalhar para suprir a sobrevivência, a fome, as violências no território onde residem, os preconceitos sofridos dentro da escola, o adoecimento mental, dentre outros, são justificativas que impelem a saída.

Compreendemos que o termo “evasão” não condiz com a realidade de travestis e pessoas transgêneras, uma vez que eles e elas e as pessoas não-binárias são expulsos da escola pela transfobia.

De acordo com Mont`Alvão Neto (2014), o percentual da população em idade escolar adequada (18 a 24 anos) para o acesso ao nível superior tem recrudescido nas últimas décadas (o autor analisa especialmente as décadas de expansão do ensino superior no Brasil, entre os anos 2000 e 2009). Este aumento é possível porque mais alunos/as têm concluído o ensino médio, tornando-se elegíveis para prestar vestibulares e acessar o ensino superior.

Segundo o módulo “Educação” da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 2019, “[n]o Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram, no mínimo, o ensino médio passou de 47,4% em 2018 para 48,8% em 2019” (BRASIL, 2019)⁷⁹. Ainda conforme os dados da pesquisa, em 2016 esse número era de 45,0%.

Vale ressaltar que apesar do aumento no número de pessoas elegíveis para ingressar no ensino superior, nem todas fazem esta transição e dois fatores são determinantes para que essa mudança não ocorra: o primeiro deles diz respeito à permanência no ensino médio, que pode ser interrompida por diversos problemas de ordem socioeconômica, pelos preconceitos e por questões subjetivas; o segundo fator é o caráter seletivo do sistema superior. No Brasil, a seleção para o ingresso no nível superior, normalmente, acontece por meio dos vestibulares, que nada mais são do que provas que medem o conhecimento dos/as estudantes em diversas matérias, como matemática, física, português, biologia etc. Desde 2013, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem sido usado como porta de acesso para todas as instituições de educação superior públicas federais. As notas do Enem dão acesso ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e ao ProUni, além de os/as estudantes poderem pleitear financiamento estudantil em programas do governo, como o Fies⁸⁰.

Esta forma de seleção para o nível superior é excludente, pois filtra/criva não apenas aqueles/as que se preparam para o Exame e para os vestibulares por

⁷⁹ Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>>. Acesso em: 19 de mar. de 2023.

⁸⁰ As informações sobre o Enem podem ser verificadas no site do INEP. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>>. Acesso em: 24 de mar. de 2023.

meio do esforço individual, mas aqueles/as que tem condições para se manter nos estudos. De tal forma, os vestibulares e o Enem mascaram uma problemática social, econômica e cultural, pois àqueles/as que possuem um poder real na sociedade, dispondo de bons livros, de boas escolas, de uma casa com boas condições, de viagens, de lazer, de cursos de línguas estrangeiras terão maiores oportunidades e, conseqüentemente, terão a possibilidade de acesso ao ensino superior, em especial nas universidades públicas e em cursos de maior prestígio social.

As seleções, seja pelos vestibulares seja pelo Enem, endossam as desigualdades sociais da sociedade brasileira, bem como introjetam as questões étnico-raciais e de gênero, visto que “[...] os beneficiados são aqueles candidatos preparados, aqueles que tiveram oportunidades educacionais, portanto, os que possuem capital social e cultural” (GISI, 2006, p. 6).

O que queremos dizer é: para ingressar nas universidades, os estudantes precisam ter condições objetivas e subjetivas de permanência nas escolas e um ensino médio de qualidade, que forme os/as alunos/as das classes subalternas tanto para acessar o ensino superior quanto para exercer a sua cidadania. No caso da população T, as barreiras que se impõem entre o ensino médio e o ensino superior são múltiplas.

Concluir o ensino médio é uma das etapas essenciais para acessar o ensino superior. No caso de travestis e de pessoas transgêneras, essa etapa é vivenciada com as descobertas da sexualidade e da identidade de gênero e com os conflitos de aceitação pelos/as colegas de sala de aula e professores/as. De acordo com Ruddy:

[...] na minha época, que é até uma época recente, mas era uma época que não tinha políticas públicas, né? A época de três décadas. Então, quando eu estava no meu período de escola as informações eram difíceis. Então assim, eu tinha dificuldade de compreender o que estava acontecendo, e a escola... A escola, como diz Luma Andrade, na sua tese de doutorado, a escola praticava a pedagogia da violência. Então, assim como a Luma que tem mais de uma década de existência do que eu, ela vivenciou a pedagogia da violência, no meu período escolar eu também vivenciei a pedagogia da violência, porque tudo que era diferente, a direção da escola e os professores tentavam punir para a pessoa tentar se encaixar no sistema. Então assim, eu estudei da primeira série do fundamental até o terceiro ano do ensino médio na mesma escola. Uma escola estadual, então o meu fundamental dois, final do fundamental dois, eu já vivia muito confusa porque eu não compreendia o que estava acontecendo, as mudanças, as minhas dificuldades e as minhas necessidades, o meu comportamento, inclusive na oitava série, eu cheguei a sofrer uma agressão de um menino. Eu levei quatro tapas por ser diferente. Então, eu sofri essa agressão de forma punitiva, que ele estava tentando

punir a minha feminilidade que era uma coisa natural, né? Ele estava querendo me reprimir e quando foi ensino médio foi quando eu passei a ter esse choque mais forte em relação à minha identidade. Eu precisei buscar apoio psiquiátrico, apoio psicológico para tentar me compreender e me entender. Então assim, no terceiro ano é quando eu começo a deixar o cabelo crescer e começo a vivenciar o processo de feminilidade. Então assim, mais associada ao processo de depressão e ansiedade devido à discriminação durante todo o período escolar. A discriminação, de não ter informações, aí não tem a quem recorrer, os processos de exclusão, exclusão na escola pelos alunos, tratamento diferenciado pelos professores, o terror que eram as aulas de educação física que eu odiava, porque eu era obrigada a fazer atividades de um grupo que eu não queria pertencer, atividades que eu não queria fazer. Então toda essa carga, quando eu cheguei no ensino médio, eu não aguentei. Eu precisei fazer acompanhamento psiquiátrico e psicológico porque eu estava iniciando um processo de depressão e ansiedade **e eu precisava desse acompanhamento para conseguir concluir a escola**. Então assim, foram diversas formas de exclusões e discriminação, mesmo assim no ensino médio, eu consegui dar início à externalização da minha identidade (RUDDY).

Chaz também relata que sua vida escolar foi perpassada por bullyings dos/as colegas e que, por esta razão, isolava-se:

[...] eu chegava a sofrer *bullying* no colégio, porque, na questão, eu era visto como lésbica e tal. Então desde cedo eu era aquela criança, adolescente estranho. Hoje todo mundo assistiu os filmes né, que é aquela pessoa que é isolada [...] (CHAZ).

As violências vividas durante o ensino médio e/ou em outros períodos da vida escolar tinham como objetivo corrigir, disciplinar o comportamento e os corpos de Ruddy e Chaz e outras tantas pessoas trans. A transfobia é uma realidade presente nas escolas e diariamente reproduzida por alunos/as, professores/as, coordenadores/as, diretores/s; as discussões de gênero e de sexualidade, na grande maioria das vezes, não fazem parte da rotina escolar.

As vivências transfóbicas (e LGBTQIA+fóbicas) são um dos principais motivos pelos quais pessoas T abandonam as escolas. Na verdade, elas, eles e não-binários não abandonam, são forçados/as a evadir, uma vez que não tem seu nome respeitado, não podem usar o banheiro que condiz com a sua identidade de gênero, não podem estar nos grupos com os quais se identificam, são assediados/as, violentados/as nos corredores, nas salas de aula, nas cantinas, nos banheiros.

Desse modo, os desafios e as barreiras para o acesso ao ensino superior já começam muito antes de prestarem os vestibulares e o Enem. Muitos/as sequer conseguem concluir o ensino médio e, na vida adulta, quando decidem retomar os estudos, vivenciam novas violências. Na verdade, a trajetória escolar desse segmento

não pode ser resumida aos preconceitos e violações que sofrem na escola, tendo em vista que as outras esferas da vida social também os/as fragilizam. O mercado de trabalho, os vínculos familiares, as questões identitárias e a consubstancialidade entre classe social, gênero e raça/etnia se imbricam e se impõem como obstáculo para que esse grupo não só conclua os estudos, mas se mantenha vivo/a. Podemos observar esses elementos na fala de Valentina. Ela diz:

[...] eu sempre fui uma aluna bem boa. Sim, eu sempre me dei bem com todos os conteúdos, sempre gostei de estudar, eu não era lá a pessoa mais esforçada, mas isso nunca me prejudicou. Pelo contrário, sempre foi algo que me ajudou, no entanto, já ali do meu fundamental, por ser uma pessoa preta, principalmente, na época, por mais pequenas que fossem minhas questões com gênero e sexualidade, eu posso afirmar que é minha questão de etnia que mais me gerou questões ali no meu fundamental. Então, por exemplo, foi uma das coisas que criaram barreiras para eu também compreender minhas outras questões. Então por mais, por exemplo, que eu fosse uma excelente aluna e tivesse uma amizade relativa com todas as pessoas da sala, uma boa convivência, existiam sim pessoas que apontavam comentários sobre minha cor, sobre, por exemplo, características físicas, meu cabelo, meus lábios etc. E eu digo que isso foi... eu digo que é importante falar disso, pois foi onde surgiram alguns medos e ansiedades que me levaram cada vez mais à insegurança de questionar outras coisas importantes na minha vida (VALENTINA).

Tais desafios, muitas vezes, não são percebidos por pessoas cisgênero e, por esta razão, a discussão nas diferentes esferas da sociedade sobre o significado do acesso ao ensino superior para a população T pode parecer irrelevante. Mas não é! Se para pessoas cisgênero ingressar nas universidades representa uma qualificação e uma busca por uma melhor colocação no mercado de trabalho, para travestis e pessoas transgêneras ingressar nesse ambiente é demarcar um espaço: **é um ato político**. O ingresso, a permanência e a conclusão dos estudos não representam apenas uma conquista individual, e sim uma conquista coletiva, uma vez que a presença da população T nas escolas, nas universidades e nas faculdades abre margens para discussões e para ações de combate à transfobia. Destarte, “[a] inclusão das pessoas trans nas IES exige adequação do meio acadêmico no trato da diversidade sexual e a expressão/identidade de gênero”. (LACERDA; ALMEIDA, 2021, 243).

Dessa maneira, o acesso não significa unicamente ingressar nas IES públicas. O acesso denota a possibilidade de chegar, de permanecer e de sair de forma qualitativa do ensino superior. Observamos que travestis e pessoas transgêneras não têm tido possibilidades reais de acessar este nível de ensino, pois

quando conseguem concluir o ensino médio precisam trabalhar, inserindo-se, muitas vezes, em vínculos precários e com baixa remuneração. Ademais, as violências nas ruas e no ambiente familiar são comuns para o público trans. Xingamentos, assédios, agressões físicas se colocam como empecilho para a sobrevivência da população T; portanto, dar continuidade aos estudos é apenas um dos vários direitos violados para essas pessoas.

A reflexão de Valentina nos mostra que em uma vida perpassada por violências, estudar e acessar o ensino superior, muitas vezes, não é a prioridade, especialmente, quando o processo se constitui por desigualdades sociais, econômicas e culturais:

[..] os problemas que essas pessoas passam, que a gente passa em casa, não em casa, mas também na vizinhança com as pessoas ao redor. Uma pessoa Trans, por exemplo, que vive em uma casa extremamente transfóbica que tem que estar fugindo de vez em quando, que, por exemplo, foi expulsa de casa ou que está constantemente sofrendo violência psicológica, não vai ter cabeça para estar estudando sempre que pode, porque eu não sou a maior defensora do vestibular do mundo, é inclusivo? Sim, mas a gente sabe que o processo sempre vai privilegiar os outros, aliás, vai sempre privilegiar algumas outras pessoas. Então, por exemplo, um estudante do F... B... que tem cursinho pago, que tem zilhões de aulas pela semana para estudar não está nas mesmas condições que uma pessoa Trans, que quer estudar, mas a família está a violentando constantemente. A sua vizinhança impõe medo a ela e nas poucas vezes que ela tem um espaço para respirar e viver, ela quer respirar e viver e não se matar de estudar. Então, um dos principais problemas talvez, ou o principal que eu vejo é isso: como esse processo normalmente é posto dos vestibulares e etc para adolescentes, pessoas ali entre 15 e 17 anos, e algumas pessoas trans nessa faixa etária estão ainda morando com os pais, alguns podem ser conservadores etc. Elas nunca vão ter essa liberdade para se viver e assim poder ajustar a sua vida [...] (VALENTINA).

Nesse sentido, compreendemos que para que o público T acesse o ensino superior, principalmente as IES públicas, é necessário que existam políticas públicas e estudantis para dar suporte aos/as alunos/as que estejam em vulnerabilidade social e econômica; além disso, o combate à transfobia e outras formas de preconceito deve ser uma luta constante da sociedade, estando presente nas escolas e universidades, a fim de que as diferentes expressões e identidades de gênero sejam respeitadas.

4.2.1 “Quando uma de nós vence, todas vencemos”: acesso ao ensino superior para travestis e pessoas transgêneras

Nesta tese, como já apresentado no capítulo 2, enfrentamos durante o percurso da escrita e da pesquisa diversas dificuldades que nos afastaram dos sujeitos que participaram ou que participam do programa/coletivo Transpassando. Ao todo, realizamos 06 entrevistas, mas destas, apenas 04 pessoas são parte do público T: duas mulheres transexuais, uma travesti e um homem transexual. Muitas das pessoas contatadas negaram a participação nas entrevistas e outros/as declararam não fazer parte do projeto. Por esta razão, não podemos afirmar que a perspectiva dos/as interlocutores representa a totalidade. O que podemos assegurar é que o acesso ao ensino superior para a população T tem um significado diferente se comparado a pessoas cisgênero.

Ora, eles/elas vivem no país mais violento do mundo para pessoas trans, portanto, o maior desafio é ultrapassar a expectativa de vida dos 35 anos. Os demais, como ser respeitado/a pela família, construir relações afetivo-sexuais, acessar o sistema de saúde, concluir os estudos, ingressar em universidades, são conquistas políticas que viabilizam o combate à transfobia e a sobrevivência na sociedade brasileira.

Para Tina, a morte de pessoas trans e de travestis ocorre desde o momento em que ela sofre as violências, as negligências, os preconceitos de familiares, de desconhecidos/as, de instituições públicas e privadas, pois é uma morte em vida. Eles/Elas têm a sua existência negada a partir do momento em que assumem para a sociedade a sua identidade de gênero. Assim, não podemos conter as palavras ao afirmar que há um projeto de extermínio da população T. Nas palavras da entrevistada:

A expectativa de vida de uma mulher travesti, por exemplo, aqui no Brasil é de 35 anos de idade, mas eu digo que quando uma travesti morre aos 35 anos de idade, essa morte começou a ser planejada há muito tempo. Quando ela não teve acesso à educação, quando ela não teve acesso à saúde, quando ela não teve acesso a nada. Quando foi negado a ela o acesso a uma casa, a uma vida, a uma religião, a todas essas coisas, ali começou a matar essa pessoa. Aos 35 anos, quando ela morre, foi só a conclusão daquele projeto de assassinato. Eu costumo dizer que existe um processo e um projeto genocida contra a população travesti e transexual no Brasil. Analisando de forma empírica os dados de pessoas travestis mortas que são assassinadas, como elas são assassinadas e a que grupo essas travestis que

foram assassinadas pertencem. A gente consegue comprovar a quem atinge esse projeto (TINA).

De tal forma, a ausência de travestis e pessoas transgêneras nas universidades seja como estudantes seja como funcionários/as seja como professores/as demonstra que projetos como o Transpassando fortalecem a resistência e a sobrevivência desse segmento na sociedade. Ao acompanhar as falas de alguns participantes nas redes sociais, especialmente, no aplicativo *WhatsApp*, compreendemos que parte do grupo não frequenta as aulas e/ou não tem interesse em se tornar universitário. Contudo, acreditam que fazer parte do programa os fortalece e contribui na luta contra o apagamento de identidades trans.

Assim, cabe ressaltarmos que, embora o acesso seja uma reivindicação coletiva repleta de significados, nem todos os participantes almejam um curso superior. Na verdade, a luta é para que a população T possa ter acesso a este nível de ensino sem passar pelas dificuldades e violências que expulsam estas pessoas do ambiente escolar e universitário. Quando nos referimos a esta pesquisa, observamos que dos/as 04 pessoas T entrevistados/as, 02 não ingressaram na universidade: Valentina e Chaz.

Valentina é a interlocutora mais jovem desta pesquisa e divide o seu sonho de acessar o ensino superior com as tentativas de ingresso no mercado de trabalho formal. Ela assiste as aulas do pré-vestibular do Transpassando, embora tenha admitido estar afastada: “Como eu já falei por mensagens, nessas duas, três semanas eu estou um pouco afastada, só assistindo as aulas que eles gravam para o Youtube, porque como estava na época do vestibular da UECE, ironicamente, eu quis dar preferência para alguns assuntos que eles ainda não iam abordar em aula [...]”.

Na sua perspectiva, o acesso ao ensino superior representa uma conquista coletiva. Ela diz:

[..] sendo um pouco clichê, eu diria que é o de conquistas, principalmente. Por quê? Como eu já comentei anteriormente, essa...as ciências humanas no geral, foram algo que eu me apaixonei muito cedo. Com uns 15 anos eu já pesquisava compulsoriamente sobre, já era apaixonada, já ia atrás. Então, foi a partir daquele momento que eu compreendi que o resto da minha vida seria pesquisando, estudando, trabalhando, formando outras pessoas com isso. E ver que finalmente eu estou cada vez mais perto de alcançar esse patamar [...]. Todas essas possibilidades que eu almejei ali nos meus 15 anos, conhecendo as ciências humanas no geral. Então assim, a minha...nossa, a palavra me fugiu...a minha visão de estar onde eu estou agora, finalmente entrando na universidade, acompanhando o coletivo, é justamente essa, de conquistas não só para mim, mas também porque eu sei que todas as

peessoas que estão lá, minhas duas colegas, também vão conseguir. O pessoal é super esforçado, as outras alunas e alunos são incríveis também. Eu sei que todo mundo vai conseguir, e o que é muito importante também, porque **a conquista de uma pessoa LGBT nunca é uma conquista individual é sempre uma conquista coletiva. Quando uma de nós vence, todas vencemos** (VALENTINA, grifos nossos).

Valentina reafirma a ideia de que acessar o ensino superior é, antes de tudo, ocupar um espaço que nunca pertenceu a pessoas trans e a travestis. Vimos neste capítulo que o ensino superior brasileiro se constituiu como privilégio das elites, atendendo as suas necessidades de enriquecimento e conservação do seu poder. Pessoas brancas, em sua maioria homens, cisgêneros e heterossexuais se formavam em cursos de grande prestígio social, compondo o núcleo que iria desenvolver o país.

A relativa mudança desse viés veio, como já dito em páginas anteriores, com os governos petistas, onde houve maior inclusão de pessoas das classes pobres, bem como negros/as, indígenas e LGBTQIA+ nas universidades e faculdades privadas. Essa expansão não ocorreu sem problemas, muito embora não possamos negar a sua importância. Atualmente, notamos maior presença de pessoas trans no ensino superior, mas o número ainda não é expressivo.

Ao responder sobre o acesso, Tina afirma que a educação básica também precisa de investimentos, uma vez que a educação é um privilégio para determinado grupo de pessoas. Assim, “[...] para pensar o acesso ao ensino superior, a gente precisa pensar na qualidade do ensino de base e aí como Paulo Freire diz é um projeto de fracasso que deu certo. Porque a educação no Brasil nunca foi uma prioridade, uma educação para a população [...]” (TINA).

Ela acrescenta à sua fala a ideia do “preço da universidade”, visto que o acesso ao ensino superior não se restringe a entrada nas IES. É preciso que haja condições reais dos/as estudantes para se manter nos cursos.

[...] a gente por exemplo, faz universidade pública, mas, gente, é caro! A impressão, o transporte, a alimentação, tudo isso são coisas que vão dificultando. E aí quando a gente pensa nessa população LGBTQIA+, que não está acessando a universidade, a gente tá pensando em uma população que sim, é uma população de zonas periféricas, é uma população que muitas vezes tem uma família enorme, que mora em espaços minúsculos, muitas vezes insalubres. É uma realidade social que são inúmeros fatores que vão justamente complicando esse acesso à universidade por esse público. Daí nós temos os aspectos sociais, e aí a gente tem pseudopolíticas de inclusão que garantem a entrada, mas muitas vezes não garantem a permanência. A gente tem as próprias estruturas das universidades que reafirmar a todo

momento a partir de falas, eventos e das mais diversas formas, que aquelas pessoas não deveriam estar ali. Então, é uma sucessão de fatores que vai ocasionando justamente isso, a não entrada, ou pior, a não permanência desses indivíduos dentro das instituições de ensino superior

Diante de tantos desafios, a desistência se torna uma escolha comum para o segmento. As universidades e faculdades nunca fizeram parte do universo da população T, então, não é raro reproduzirem a ideia de que aquele lugar não os/as pertence, uma vez que violenta a sua existência. Chaz relata a sua experiência em relação às tentativas para o Enem: “eu tentei fazer Enem durante todos esses anos e eu não passei em nenhum. Aí acabei que me vi na desistência, mas eu não sei se era pela falta de interesse que eu tinha no Enem, nessas questões”. Posteriormente, ao ser questionado sobre as dificuldades para o acesso ao ensino superior pelo público T, ele cita que as instituições são lugares inseguros para pessoas trans, especialmente, para mulheres trans: “E eu vejo a questão também da insegurança, principalmente das mulheres trans, de entrar na faculdade e às vezes ser tratada de forma ruim, né?”.

Chaz continua o relato exemplificando que sua amiga, uma mulher trans, sofre frequentemente com constrangimentos na universidade por não poder usar o banheiro que condiz com a sua identidade de gênero. Ele diz: “[...] eu tenho uma amiga, né? [...] Ela fez moda lá na UFC, e ela teve esse período onde ela transitou dentro da faculdade. Então, ela entrava no banheiro feminino e as pessoas já olhavam torto pra ela [...]”. Como já mencionado, nem todas as pessoas trans e travestis desejam ingressar no ensino superior, porém, além do interesse, há um medo de viver os mesmos assédios, violências, preconceitos que fizeram parte da sua trajetória escolar.

Os espaços públicos são desafiadores dentro do cotidiano de uma pessoa trans e de travestis, pois até mesmo a necessidade de usar o banheiro se constitui como uma grave violação de direitos, reafirmando o binarismo de gênero que separa os seres humanos em duas categorias: homens cis e mulheres cis. O caso mencionado por Chaz escancara a realidade de que a sociedade deseja punir a diversidade; uma mulher transexual não poderá fazer uso do banheiro feminino por não ser considerada pela cisnormatividade como uma “mulher real”. Também não poderá usar o banheiro masculino por não ser considerada “homem de verdade”. De acordo com pesquisa realizada por Almeida e Lacerda (2021, p. 244) na Universidade Federal do Tocantins (UFT), foi constado o quanto “o ambiente universitário pode ser

hostil às travestis e transexuais, pois a violência transfóbica que expulsa as pessoas trans dos estabelecimentos universitários é o principal impeditivo da permanência na educação básica e superior”.

Ruddy relata que abandonou a UECE por sofrer transfobia. Ela estava passando pela transição de gênero quando entrou na universidade e diz ter sido prejudicada, inclusive em seleções para bolsas de estudo, quando sua feminilidade se tornou mais evidente.

Assim, como eu te falei, eu terminei o ensino médio no começo de 2009 porque atrasou, porque tinha havido uma greve. Aí assim, eu terminei no começo de 2009 e o restinho de 2009 eu fico fazendo cursinho. Aí em 2010 eu consigo entrar na UECE, a turma da manhã, mas como eu te falei, eu tinha iniciado a minha externalização no terceiro ano. Então quando eu vou para a UECE em 2010, eu penso que seria um ambiente acolhedor, mas não. Então pelo fato assim que eu já usava roupas femininas, andava maquiada, tinha o cabelão grandão e tudo, usava acessórios femininos, então eu sofria deboche de professores em sala fazendo brincadeiras com o público LGBT debochando, sofria discriminação por partes dos alunos. **Sofria constrangimento e assédio moral no banheiro masculino porque eu não podia usar o feminino e eu não tinha acesso ao nome social.** Aí eu lembro que eu iniciei meio andrógina, né? Aí eu tinha conseguido uma bolsa para ser monitora aí passei um ano sendo monitora. Mas só que assim, a minha primeira experiência de ganhar dinheiro, meu próprio dinheiro, foi com essa monitoria. **Então, o dinheiro também era investido na minha transformação, né? Roupas, maquiagem, acessórios, hormônios e aí como eu fiquei mais feminina, quando eu fui tentar fazer outras seleções para conseguir bolsas, eu não consegui mais, porque a minha feminilidade estava mais externalizada** (RUDDY, grifos nossos).

De tal forma, ainda que haja desinteresse por parte dos/as alunos/as trans e travestis pelo ensino superior (afinal, nem todos têm o mesmo sonho e desejo), as escolas e universidades são ambientes que não estão preparados para recebê-los/as e isso desestimula e agride essa população, confirmando as estatísticas que colocam o Brasil no topo do mundo dos países mais violentos para pessoas LGBTQIA+. Ruddy acrescenta ainda que decide abandonar a universidade ao não conseguir passar nas seleções:

Então é quando eu resolvo abandonar a universidade e fico somente no trabalho da empresa de telefonia que eu havia conseguido. [...] anos depois eu consigo passar na UFC. Aí quando eu retorno para a UFC, eu já estou assim mais transformada e eu já tenho a garantia do nome social. Eu não sofri uma discriminação como foi na UECE, mesmo assim eu sofri preconceitos de formas diferentes na UFC, mas, assim, pelo fato da existência de algumas políticas públicas me ajudaram a permanecer no curso e eu consegui concluir (RUDDY)

Ruddy e Chaz expõem uma realidade na vida de pessoas trans e de travestis: os constrangimentos, o assédio moral, o assédio sexual, o desrespeito ao nome social e a identidade de gênero no ambiente universitário. As universidades, muitas vezes, podem representar um ambiente de continuidade das violências vividas durante o ensino médio. São experiências que violam os direitos humanos e causam a evasão. Assim, é preciso que existam políticas de acesso a esse nível de ensino, abrindo espaço para a entrada da população T na universidade e para a sua permanência de forma qualitativa.

O Transpassando além de ser um programa criado para lutar pelo acesso de travestis e pessoas transgêneras ao ensino superior, também organizou diversos projetos⁸¹ de enfrentamento à transfobia dentro da universidade e fora dela. Identificamos que as/os integrantes do programa não acreditam na inclusão como forma de ingresso nesse nível de ensino, visto que com a inclusão não há uma mudança no ambiente universitário e na própria sociedade. Incluir seria viabilizar o ingresso em instituições superiores sem o rompimento de uma cultura transfóbica. Por isso, o acesso também significa **transformação**, tendo sido identificado nesta pesquisa como um dos princípios norteadores do programa. Tina traz em sua fala o significado do acesso para a vivência de pessoas trans:

[...] eu gosto muito de falar da palavra "acesso", diferente da inclusão, porque eu acho que a inclusão, em si, ela já é um conceito que se agrega e o acesso não. O acesso, ele diz respeito a eu poder estar ali, a eu dever estar ali, não só por mim, mas por outras pessoas que virão depois de mim. É uma das coisas que eu ouvi da nossa saudosista Tina⁸², que era presidente da ATRAC que é uma travesti consciente; ela não luta por si, ela luta todos os dias pela que vem depois dela e eu trago isso para a minha vida. Então, estar dentro, hoje, da universidade e estar tentando ajudar outras meninas e meninos travestis e transexuais a entrarem dentro da universidade, é justamente garantir a eles, de forma consciente, o acesso. De que eles podem estar ali, não é necessário eles estarem ali, eles querem estar ali, pois que eles possam estar, que isso não seja negado a eles de forma alguma.

Para pessoas cisgênero que não vivenciam determinados tipos de preconceitos, o acesso pode significar a conquista de uma qualificação profissional (sem dúvidas também é relevante para a população trans), mas para o público T, a

⁸¹ Não faz parte dos objetivos desse trabalho pesquisar os demais projetos do Transpassando, entretanto, os mais citados pelos/as integrantes são o "Cine Trans" e o "Surdez e Gênero".

⁸² Tina Rodrigues foi presidente da Associação de Travestis do Ceará (ATRAC) e sua trajetória foi marcada pela luta contra os preconceitos e discriminações contra travestis e transexuais. Ela faleceu em 2020, aos 57 anos, vítima da Covid-19. O seu nome é homenageado nesta tese, substituindo a identidade de uma das entrevistadas.

qualificação é apenas um dos anseios. O ambiente universitário é hostil para a diversidade e o ingresso de travestis e transgêneros abre caminhos para efetivas mudanças e para o questionamento de comportamentos, pensamentos e atitudes preconceituosas, além de pressionar a criação de políticas de acesso.

Por fim, trazemos a definição de Ruddy sobre o acesso. A interlocutora fala sobre a ascensão social por meio dos estudos. Para ela, a formação profissional contribui para oportunizar ganhos financeiros que antes eram improváveis.

O acesso ao nível superior para mim, ele é a oportunidade de poder movimentar relações, ascender socialmente e melhorar de vida porque eu sempre fui de uma família extremamente pobre e ainda sou. Porque o fato de a gente fazer uma graduação, especialização, estar no mestrado, não é garantia de nada, não é? Aquela eterna luta pela sobrevivência para tentar melhorar de vida. Então, assim, por exemplo, quando você perguntou a questão do salário, né? A única experiência de trabalho formal que eu tive, na época o salário era o que? - Era R\$ 624,00. Então, quando na minha vida que eu ia conseguir R\$ 2.700 reais por mês? Eu consegui porque eu tive uma formação acadêmica que me possibilitou um trabalho como professora. Então se não fosse a formação, eu ia ser mais uma assalariada, trabalhando para poder conseguir um salário para sobreviver. **O nível superior para mim ele representa isso, é uma oportunidade de movimentar relações, ascender socialmente e melhorar de vida. Poder ter acesso às coisas que eu não tive por conta da minha condição econômica** (RUDDY, grifos nossos).

A interlocutora destaca a importância de obter condições para acessar bens que durante a sua vida não pôde ter. Ela relaciona o acesso ao ensino superior ao consumo e esta relação detém relevante significação quando se trata da população T, já que a transfobia os/as impede, muitas vezes, de entrar no mercado formal de trabalho em uma posição de prestígio social. De acordo com informações da Antra, cerca de 90% das travestis e mulheres transexuais vivem da prostituição no Brasil⁸³. Parte deste público, ao realizar a transição para a sua identidade de gênero, é excluído das escolas, dos espaços públicos e da família e para prover o seu próprio sustento recorrem à prostituição. Embora esta **não seja a realidade das entrevistadas** nesta pesquisa, é uma vivência comum para mulheres transexuais e para travestis. Ruddy reflete ainda que a prostituição se torna uma obrigatoriedade na vida da maioria das pessoas trans, notadamente das mulheres transexuais e travestis.

[...] no Brasil, 90% das pessoas trans trabalham com a prostituição, então, assim, que essa prostituição não venha como uma obrigatoriedade e sim que venha como uma escolha, que a gente possa escolher que tipo de trabalho a gente quer e as empresas tem que passar por uma capacitação também

⁸³ As informações estão disponíveis em: <<https://gente.globo.com/texto-especial-mulheres-o-complexo-mercado-de-trabalho-para-mulheres-trans-e-travestis/>>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

sobre gênero e sexualidade, respeitar o nome social, o uso do banheiro, respeitar o nome social nos currículos, nas entrevistas, então, assim, tem que ter um trabalho conjunto entre as instituições governamentais e as empresas (RUDDY).

Destarte, é importante analisar que sobre este grupo incidem as violências transfóbicas, a misoginia e o machismo que as impedem de acessar direitos básicos, como frequentar espaços públicos e ir ao banheiro. Em relação ao mercado formal de trabalho, as mulheres transexuais e as travestis merecem um destaque especial. Em entrevista ao *podcast* “Ao ponto”, da Globoplay⁸⁴, uma das fundadoras do projeto TransEmpregos, Maite Schneider, afirma há grande dificuldade de empregabilidade de mulheres transexuais e de travestis se comparado a homens transexuais e transmasculinos. Para Schneider, quanto mais marcadores interseccionam pessoa mais obstáculos e exclusões serão vividos para conseguir um emprego. Assim, ela afirma: “As contratações mesmo acontecendo, infelizmente, ainda são muito higienistas”.

Notamos que apesar da expansão do tema da inclusão nas empresas, muitas contratações ainda são carregadas de preconceitos e estigmas, prezando pela “passabilidade”. As empresas, normalmente, buscam pessoas consideradas “passáveis”, isto é, pessoas que facilmente seriam consideradas pelo público geral como pessoas cisgêneros. As travestis e mulheres transexuais se tornam “passáveis” quando se utilizam de recursos estéticos, hormonais, cirúrgicos para aproximar-se das características que são designadas na sociedade como femininas. E essa “passabilidade”, muitas vezes, é utilizada pelas empresas para incluir, mantendo a lógica da exclusão. Desta forma, contratar pessoas trans que reproduzem a binarismo de gênero seria uma maneira de evitar estranhamentos na relação funcionário – cliente e de levar para o público a ideia de que aquela empresa possui “consciência social”, quando, na verdade, continua reproduzindo a transfobia.

A ausência de pessoas trans em ocupações formais no mundo do trabalho marginaliza essa população, dando como opções de sobrevivência empregos precários, temporários ou autônomos. Portanto, a fala de Ruddy demonstra que além do acesso a uma formação de qualidade, a população T deseja ascender social e economicamente, saindo do espaço social que os/as foi determinado, a exclusão.

⁸⁴ O *podcast* está disponível na *Globoplay* e o episódio é intitulado por “Visibilidade Trans: os desafios e avanços no mercado de trabalho”. Episódio disponível em: < <https://globoplay.globo.com/podcasts/episode/ao-ponto-podcast-do-jornal-o-globo/e2b70cd3-caed-4c42-a674-e46557b57401/>>. Acesso em: 15 de abr. de 2023.

No próximo tópico, iremos abordar as políticas afirmativas para pessoas trans nas universidades, observando que a adoção destas para o segmento ainda ocorre de maneira precária.

4.3 A Universidade da diversidade: as políticas afirmativas para travestis e pessoas transgêneras

Em 2019 foi anunciado na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab) o vestibular exclusivo para pessoas transgêneras e intersexuais. Tratava-se de um processo seletivo para preenchimento de vagas ociosas, isto é, vagas que não foram ocupadas em outros editais regulares da instituição, baseados no Enem/Sisu. O vestibular, contudo, foi anulado no dia 16 de julho do referido ano pela Procuradoria Federal com a justificativa de que o edital iria “de encontro à Lei de Cotas e aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e da ampla concorrência em seleções públicas” (PORTAL DE NOTÍCIAS G1, 2019)⁸⁵.

O ex-presidente Jair Bolsonaro divulgou em suas redes sociais a decisão pela anulação do processo seletivo:

A Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Federal) lançou vestibular para candidatos TRANSEXUAL (sic), TRAVESTIS, INTERSEXUAIS e pessoas NÃO BINÁRIOS. Com intervenção do MEC, a reitoria se posicionou pela suspensão imediata do edital e sua anulação a posteriori (PORTAL DE NOTÍCIAS G1, 2019).

A Unilab havia ofertado 120 vagas em 15 cursos, localizados nos três *campi* da Universidade, dois no Ceará e um na Bahia. O cancelamento do vestibular demonstra, além do inquestionável avanço conservador no Brasil, o boicote ao acesso de pessoas transgêneras, de travestis e de intersexuais às universidades públicas, reafirmando para esse segmento um lugar de exclusão frente aos direitos sociais.

Já analisamos nesta tese que o acesso de travestis e pessoas transgêneras ao ensino superior passa por inúmeras barreiras que não se iniciam nos processos seletivos, Enem e vestibulares; os obstáculos se impõem desde o ensino médio, na sua conclusão e na superação das múltiplas violências as quais estão sujeitos/as. Compreendemos com isso que a política educacional brasileira ainda não

⁸⁵ Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/07/16/vestibular-para-pessoas-trans-anulado-vai-de-encontro-a-lei-de-cotas-diz-universidade.ghtml>>. Acesso em: 21 de abr. de 2023.

se abriu para a diversidade, tendo em vista que esse tema ainda é tabu nas escolas e em muitas universidades. O gênero e a sexualidade são tratados como assuntos pessoais, que só devem ser discutidos no âmbito familiar. Os projetos do “Escola Sem Partido”, já abordados no capítulo 2 desta pesquisa, representam o olhar da sociedade em relação a discussões que vão de encontro ao pensamento cisheteronormativo.

Acreditamos que para que o público trans possa ter acesso à educação se faz necessário políticas de ações afirmativas que aloquem recursos para o segmento que historicamente é discriminado e sofre exclusões socioeconômicas. As ações afirmativas não irão aniquilar todas as expressões da questão social vividas pela população T. Mas elas podem, em caráter compensatório, contribuir para uma melhor qualidade de vida de travestis e pessoas transgêneras e para o enfrentamento da transfobia, tendo em vista que mais pessoas trans ocupariam espaços que comumente lhes são negados.

A determinação de cotas para os processos seletivos e a oferta de bolsas de estudo nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, a exemplo da Lei nº 12.711/2012⁸⁶, são medidas concretas que podem permitir o aumento do número de travestis e pessoas transgêneras no ensino superior. As ações afirmativas garantem maior igualdade de oportunidades para as vidas de grupos historicamente marginalizados.

É comum que ao se pensar em ações afirmativas, tenhamos como maior exemplo a população negra, entretanto “[a]s ações afirmativas não são exclusivamente destinadas aos/às negros/as, mas a grupos considerados em desvantagem social, política, econômica e/ou cultural” (MEDEIROS, 2017, p. 108). É factível, porém, que estas ações são antirracistas e pretensamente de combate às discriminações por orientação sexual e identidade de gênero. As ações afirmativas contribuem, sobremaneira, para o crescimento da diversidade nas instituições federais públicas, portanto, podem se direcionar também para travestis e pessoas transgêneras.

⁸⁶ De acordo com o art. 1º dessa Lei: “As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas”. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 21 de abr. de 2023.

Conceituar as ações afirmativas não é uma tarefa tranquila, mas concordamos com Feres Júnior *et al* (2018, p. 13). Quando afirmam que:

[...] parece-nos razoável considerar ação afirmativa todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas. Os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico.

As ações afirmativas se caracterizam por atuar em favor das coletividades discriminadas, sendo um instrumento tanto para prevenir discriminações como para reparar discriminações do passado (FERES JÚNIOR *et al.*, 2018). No Brasil, ainda não existem medidas concretas de ações afirmativas para a população T. O que podemos indicar são medidas adotadas por universidades que tem como o seu principal foco as pós-graduação *stricto sensu*, mestrados e doutorados. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), por exemplo, adotam as cotas para pessoas negras, pardas, indígenas, com deficiência e outras categorias de vulnerabilidade social, que podem incluir travestis e pessoas transgêneras nos seus programas de pós-graduação.

De acordo com o “Manual de Implementação de Ações Afirmativas para Pessoas Trans na Pós-Graduação”, elaborado pelo TODXS⁸⁷ e divulgado em 2020, atualmente, o Brasil conta com 30 universidades brasileiras que adotam ações afirmativas nos programas de pós-graduação, nos mais diversos eixos de conhecimento. O Manual aponta que grande parte dessas iniciativas usam vagas supranumerárias, em que novas vagas são direcionadas para a candidatura de pessoas trans. Ademais, o Manual (2020) ainda apresenta que “[c]om base nos editais e resoluções [...], o critério utilizado para a candidatura de pessoas trans em processos seletivos é o da autodeclaração, o que consideramos ser o modelo mais adequado e ético, sem explicitar o nome de registro da pessoa candidata”.

⁸⁷ O TODXS é uma “A TODXS é uma organização não governamental (ONG), criada em 2017, suprapartidária e sem fins lucrativos que promove a inclusão de pessoas LGBTI+ na sociedade com iniciativas de formação de lideranças, pesquisa, conscientização e segurança. A TODXS é formada por um time de pessoas voluntárias trabalhando de forma remota, em todo o território nacional, na criação de projetos de alto impacto para a população LGBTI+ brasileira”. Disponível em: <<https://www.todxs.org/>>. Acesso em: 21 de abr. de 2023.

A diversidade dentro das universidades, seja na graduação seja na pós-graduação, é essencial para tornar as experiências coletivas. As políticas de ações afirmativas, ao possibilitar condições de acesso para o grupo T, tornam a universidade um lugar de fato democrático e plural. Uma das participantes da pesquisa descreve a experiência de travestis e pessoas transgêneras na graduação e na pós-graduação como isolada. Ela relata que:

[...] de forma geral, a nossa experiência na graduação, ela é uma experiência isolada, então, as minhas duas experiências de graduação e de especialização, foram experiências totalmente isoladas. E aí eu acredito que é tanto a cultura que a universidade tem, de você ter aquele desempenho individual seu, não visar o coletivo, não fazer atividades em equipe e eu acredito que teve um pouco de preconceito também pelo fato da minha diferença e tudo, né? **Então, eu tive que resistir enquanto universitária de forma individual.** Para o mestrado, eu quis tentar trazer o olhar para o coletivo, para a gente não vivenciar a experiência da pós-graduação solitária, como é, na maioria das vezes, na nossa graduação e ainda mais nesse momento da pandemia onde nós temos que lidar com o luto, os familiares adoecidos, problemas financeiros, tudo. Precisar dos recursos tecnológicos para dar conta das aulas e você ainda fazer tudo isso de forma solitária...é bem cruel, é bem pesado (RUDDY).

Ruddy descreve a sua vivência em dois níveis distintos de escolaridade e nos faz refletir sobre dois pontos importantes: o primeiro é referente ao baixo quantitativo de pessoas trans e de travestis nas universidades, em especial, no estado do Ceará. Não ter outras pessoas T nos espaços acadêmicos isola e desarticula a luta dessa população no enfrentamento das violências e dos constrangimentos diários, dentre eles as agressões verbais e físicas, o desrespeito ao nome social e os impedimentos ao uso dos banheiros. O segundo ponto remete ao fato de que as discussões sobre gênero, sobre sexualidade, sobre diversidade ficam restritas a cursos das Ciências Sociais, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Estas são integradas por cursos considerados de menor prestígio social e que concentram maior número de alunos/as advindos das classes subalternas.

A diversidade nas universidades ainda não se constitui como uma realidade brasileira. No dia 29 de janeiro de 2021, dia da visibilidade trans, o Diário do Nordeste⁸⁸ procurou algumas instituições de ensino superior públicas para conhecer as suas políticas de acesso para a população trans. A Universidade Federal do Cariri

⁸⁸ Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/no-dia-da-visibilidade-pessoas-trans-relatam-desafios-e-orgulho-de-conquistas-nas-universidades-1.3039764>>. Acesso em: 25 abr. de 2023.

(UFCA) citou que os/as estudantes trans têm assegurado o uso do nome social em todos os documentos da Universidade, inclusive na Cerimônia de Colação de Grau. A UFCA também conta com auxílio estudantil destinado a alunos/as de baixa renda, “independentemente da identidade de gênero”.

Ainda conforme informações apuradas pelo Diário do Nordeste, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), não tem levantamentos sobre o número de estudantes transexuais e de travestis nos seus *campi*. O Instituto destacou, porém, as medidas de mediação de conflitos e de sofrimento em virtude do preconceito e da exclusão.

A Universidade Federal do Ceará (UFC), por sua vez, declarou que teve 69 registros de solicitação do uso do nome social para estudantes de graduação **entre os anos de 2013 a janeiro de 2021**. Nenhuma medida de ação afirmativa no sentido de acesso e permanência de estudantes trans foi citada na entrevista para o Diário do Nordeste.

A UECE também foi procurada pela equipe do jornal e declarou medidas gerais de acesso de alunos e alunas, como as cotas no vestibular e programas de assistência estudantil, os quais não foram especificados. A Universidade Estadual citou o Transpassando como um projeto de acesso ao ensino superior para pessoas trans e para travestis. O posicionamento da UECE corrobora falas das/os entrevistadas/os desta pesquisa em relação ao apoio e ao investimento dado ao projeto para a continuidade das suas atividades. Uma das entrevistadas diz que o projeto do Transpassando levou cerca de um ano e oito meses para ser institucionalizado como projeto de extensão na UECE: “[...] ele ficou um ano e oito meses retido pelo avaliador que é um sujeito extremamente conservador, de direita [...]”. (CÁSSIA).

A entrevistada relembra ainda que após a institucionalização do projeto, não houve maiores investimentos daquela Universidade. Existia o reconhecimento do Transpassando, mas os retornos para a sua manutenção permaneceram escassos. “A nova direção do Centro de Humanidades tem uma parceria muito legal com a gente. E aí, assim, a gente passa a viver um outro tempo, mas do ponto de vista institucional, sem nenhum tipo de bônus [...]” (CÁSSIA).

Em sua entrevista, CÁSSIA também afirma que a UECE foi procurada pelo jornal O Povo, sendo questionada sobre as políticas de combate à transfobia. A interlocutora relata o diálogo que teve com a assessoria da Universidade:

[...] esse ano acontece a comédia que é a assessoria de comunicação da UECE entrar em contato comigo via a diretora do Centro de Humanidades, que passa o meu contato. E eles pedindo coisas do Transpassando. Aí eu digo: “Que diabo foi que aconteceu? Aí eu digo: “O que foi que houve? Qual é o interesse? Nós saímos da condição de cocô do cavalo do bandido? O que foi que aconteceu?” Aí a assessora riu e tal. [Assessora]: - “[...] é porque o Jornal O Povo nos procurou porque vai ter o dia da visibilidade trans e a gente queria que você desse uma entrevista, porque eles querem... perguntaram pela UECE, qual era a política da UECE de combate à transfobia e o Reitor disse que é o projeto Transpassando”.

Aí eu disse: “Aí é? A política da UECE? Que bonito! Que coisa legal! Bom, mas aí, enfim...nem deu certo”. Eu cancelei a entrevista, outra pessoa deu.

[...] 15 dias depois dessa entrevista saiu o resultado dos pedidos de bolsa. E a gente recebe 1 bolsa, uma. (CÁSSIA, grifos nossos).

Outro participante desta pesquisa, Ney, vai ao encontro dos relatos de Cássia e diz:

[...] uma coisa muito interessante [...] burocrático de solicitação de bolsista e tudo mais, é que sempre que a gente faz solicitação de bolsista, a gente faz solicitação tipo de uns 7 bolsistas que é para que 1 fique por dia da semana. Acompanhe um dia da semana, pelo menos, e aí sempre é liberado um, dois bolsistas, e aí a gente precisa fazer um barraco pra poder conseguir, pra poder conseguir fazer, pra poder ter os outros bolsistas, né? E o que é interessante nisso tudo é que enquanto isso acontece, a UECE sai por aí dizendo que o Transpassando é a prioridade, é o projeto prioridade. É o projeto modelo... (NEY).

Embora, possamos perceber o avanço na inserção de pessoas trans e de travestis nas IES públicas, as ações afirmativas ainda se mostram incipientes. Pelas falas de Cássia e Ney, podemos inferir que as instituições se preocupam em não passar uma imagem de espaços transfóbicos, entretanto, não adotam medidas efetivas para o combate da transfobia e ações de acesso da população T ao ensino superior. Ao contrário, é comum que travestis e pessoas transgêneras ao ingressar nas universidades vivam desafios semelhantes aos do ensino médio.

É importante que ações como o respeito ao nome social nos documentos e nas salas de aula das IES sejam reforçadas, uma vez que levam a sobrevivência dentro do ambiente acadêmico. Porém, esta medida é insuficiente, pois ao ingressar nas instituições esse grupo precisa permanecer e não apenas sobreviver.

A ausência de políticas de ações afirmativas nas IES demonstra a tentativa de apagamento das epistemologias trans na produção científica. Programas como o Transpassando representam dentro do espaço acadêmico a resistência, pois não se limitam às aulas pré-vestibular. Na verdade, enfrentam e afrontam, compreendendo

que para sair da margem precisam, apesar das divergências, constituir-se como coletivo.

Esta tese analisou o acesso ao ensino superior de travestis e pessoas transgêneras e, apesar de escrita por uma mulher cisgênero, apresentou a realidade dessa população que vive sob diversas violações dos direitos humanos, mas que resiste e conquista espaços que sempre foram privilégios de pessoas brancas, heterossexuais e cis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve início em um período da história do Brasil que tivemos que conviver com o baixo investimento em pesquisas na área da Educação; com os cortes nas bolsas de mestrados e doutorados; com os constantes ataques à Ciência; com o negacionismo, que contribuiu deveras para o reforço aos preconceitos; e com a pandemia da Covid-19, para elencar alguns acontecimentos. As leituras, a pesquisa e a escrita deste trabalho ocorreram em meio a desesperança e a reprodução de discursos que incitavam o ódio à população LGBTQIA+. Nesse sentido, devemos lembrar que sob o governo Bolsonaro, as políticas para essa população sofreram um apagão. Exemplo disso foi a escolha da ex-ministra Damares Alves para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Damares é pastora e reforçava em suas falas à frente do Ministério o tradicionalismo em relação às discussões de gênero e de sexualidade. Ademais, no primeiro ano de gestão do governo Bolsonaro houve a extinção do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT+, criado em 2001, que tinha como um de seus objetivos promover e defender os direitos do segmento LGBTQIA+.

Os direitos de lésbicas, gays, travestis, transgêneros, bissexuais, intersexos eram vistos pelo referido governo como privilégios, que colocariam esse grupo em vantagem em relação ao restante da população. Tal pensamento de teor conservador representa a classe dominante brasileira, sendo expressão deletéria do sistema heteropatriarcal-racista e capitalista. A marginalização do segmento LGBTQIA+ e a sua exclusão em importantes pastas do governo reforçou a desproteção e desvelou o ódio e a intolerância do Estado com as diferentes identidades de gênero e orientações sexuais. A LGBTQIA+fobia parecia, assim, ter sido institucionalizada.

Em 2023, chegamos ao “fim” desta tese com uma nova perspectiva. “Nova” porque nos traz maiores possibilidades de resistência e de acesso às políticas sociais, uma vez que sem elas milhões de brasileiros sequer conseguiriam sobreviver. É o fim do governo Bolsonaro e início do terceiro governo Lula. Como uma de suas primeiras medidas, tivemos a reformulação do extinto Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTQIA+. O Conselho acompanha propostas legislativas que tenham rebatimentos na população LGBTQIA+, além de monitorar e avaliar as ações do

governo relacionadas ao grupo. As discussões sobre os direitos desse segmento saem da invisibilidade e retornam para a arena política.

Compreendemos que essa transição política é de extrema importância para a população LGBTQIA+, com destaque para travestis e pessoas transgêneras, pois é preciso que haja abertura dentro dos governos para garantir a luta e a resistência não apenas por acesso ao ensino superior, mas por uma vida digna da população.

No atual momento da história do nosso país, analisar os significados e desafios do acesso para travestis e pessoas transgêneras nos parece interessante, pois foi durante os governos Lula e Dilma que essa expansão do ensino superior se deu de forma mais intensa. Não acreditamos que os investimentos realizados nas IES durante os 13 anos dos governos do Partido dos Trabalhadores promoveram uma democratização deste nível de ensino, mas, sem dúvidas, deram maiores possibilidades de acesso para pessoas que antes não poderiam ingressar no ensino superior.

As travestis e pessoas transgêneras fazem parte de um grupo que tem lutado diariamente para conquistar o espaço acadêmico. Estar nas universidades e demais instituições federais públicas representa uma maneira de transformar a cultura cisheteronormativa desses locais e evitar o apagamento de epistemologias da população T.

Os resultados desta pesquisa confirmaram a hipótese de que o acesso ao ensino superior não se apresenta apenas como possibilidade de obter melhores colocações no mercado de trabalho; antes disso, ingressar e permanecer no ensino superior é conquistar um lugar, uma identidade, permitindo que o meio acadêmico possa transformar as suas discussões e dar abertura para as vozes trans. Nesta tese, todas as/os entrevistadas/os refutaram a ideia de inclusão, tendo em vista que este viés não traz uma mudança na educação ou na sociedade. A inclusão é inserir dentro do que já existe, isto é, dentro de uma realidade conservadora e transfóbica. Logo, a inclusão não traria um rompimento de valores, de padrões, de normas; apenas a desconstrução de estruturas poderia transformar profundamente o cotidiano da população T, fazendo com que elas e eles possam ter, além da visibilidade, qualidade de vida.

A universidade, apesar de ser um meio privilegiado na produção de conhecimento, tem se reafirmado como um ambiente transfóbico sem a presença de travestis e pessoas transgêneras. A ausência desse público só escancara o ódio do

Brasil a essa população em suas diversas tentativas violentas de apagamento de identidades de gênero. O acesso ao ensino superior historicamente é privilégio de grupos da elite e da classe média brasileira, por esta razão, a expansão deste nível de ensino e a entrada de mulheres e homens pretos, de travestis, de pessoas transgêneras, de lésbicas, de gays, de bissexuais representa a conquista de um direito que lhes foi negado desde a chegada dos primeiros cursos superiores no país.

Esta pesquisa de doutorado mostra a sua relevância por analisar e questionar os parâmetros do ensino superior do país e por apresentar a perspectiva de pessoas que visam não só o acesso a este nível de ensino, mas o combate à transfobia e a todas as formas de preconceitos. Este combate se mostra coletivo, pois acreditamos que só é possível transformar a realidade, quando encontramos aliadas/os nas diferenças.

Com isso, devemos destacar as principais conclusões desta tese:

- Travestis e pessoas transgêneras são invisibilizadas dentro do próprio movimento LGBTQIA+;
- As universidades, assim como as escolas, são lugares de sofrimento, espaços nos quais travestis e pessoas transgêneras revivem violências, como o não acesso aos banheiros e o desrespeito ao nome social;
- A inclusão não deve ser confundida com o acesso, visto que prescinde uma mudança de realidade, um real combate à transfobia. A simples presença de travestis e pessoas transgêneras nas IES não denota acesso;
- Ter travestis e pessoas transgêneras nas IES incita discussões sobre gênero e sobre sexualidade;
- A vivência de travestis e pessoas transgêneras nas universidades públicas é solitária;
- Apesar dos avanços, o ingresso da população T às universidades é pontual;
- O acesso significa para travestis e pessoas transgêneras a demarcação de um lugar, onde podem desfrutar do espaço sem temer às violências e os constantes constrangimentos, é a conquista de um direito;

- É preciso que se invistam em mais políticas afirmativas para oportunizar/viabilizar o acesso de travestis e pessoas transgêneras ao ensino superior.

As experiências das/os seis entrevistadas/os nos permitem entender que o acesso tem um significado para a população T diferente daquele dado a pessoas cisgêneros, uma vez que esse público ainda é a minoria dentro das IES e, quando ingressam, correm o risco de não permanecer seja pelas condições socioeconômicas, seja pelas violências vividas dentro das instituições.

O presente estudo buscou contribuir para as discussões sobre acesso, gênero e sexualidade, entendendo que, embora eu não seja uma pessoa trans, precisamos estabelecer um compromisso com um ensino superior e uma sociedade emancipada. Como assistente social, professora, trabalhadora da saúde, devo reafirmar meu pensamento e ação política no meu cotidiano profissional e na luta pelos direitos da população LGBTQIA+ a qual faço parte.

Assim, defendemos um ensino superior que espelhe a diversidade da sociedade brasileira e que as instituições, especialmente, as universidades públicas construam possibilidades de ingresso, permanência e conclusão dos estudos para travestis e pessoas transgêneras, incitando práticas docentes e discentes democráticas.

As perseguições e o negacionismo dos últimos anos nos mostraram que produzir conhecimento científico, especialmente na área das Ciências Sociais e Humanas, é um desafio no qual a luta e a esperança são imprescindíveis. Portanto, concluo este estudo, com a esperança em dias melhores e com a certeza de que a resistência continuará até que possamos ter uma sociedade emancipada de todas as formas de preconceito. Isso não é uma utopia, é um objetivo de vida.

“Os que lutam”

“Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito bons;

Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;

Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;

Porém há aqueles que lutam a vida toda; esses são os imprescindíveis”

(Bertolt Brecht)

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. P.; CÔRTEZ, M.; ALMEIDA, S. Neoliberalismo autoritário no Brasil. **Cadernos CRH**, v. 34, p. 1-25, 2021.

ALBUQUERQUE, C. P.; ALMEIDA, H. N.; SANTOS, C. C. A dimensão político-estratégica da investigação qualitativa em Serviço Social. *In*: ARCOVERDE, A. C. B. (org.). **Metodologias qualitativas de pesquisa em Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

ALMEIDA, G. **Caderno n. 4: Transfobia**. Série Assistente Social no combate ao preconceito. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno04-Transfobia-Site.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2020.

ALMEIDA, G. Identidade de gênero com ênfase nas pessoas trans: particularidades e acesso à saúde, trabalho e educação. *In*: NOGUEIRA, L. *et al.* (org.). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Paulo, 2018.

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALVES, G. **Trabalho e Mundialização do Capital: a nova degradação do trabalho na Era da Globalização**. 2.ed. Praxis: Londrina, 1999.

ANTUNES, R.; PINTO, G. A. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. São Paulo: Cortez, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Curitiba: ABGLT, 2016.

BAGAGLI, B. P. O reconhecimento das identidades trans nas políticas públicas para além da cisnormatividade. *In*: OLIVEIRA, A. D.; PINTO, C. R. (org.). **Transpolíticas públicas**. Campinas, SP: Papel Social, 2017.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, IBTE, 2019.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B.. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2021**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.

BENEVIDES, B. G. **Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2022**. Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2023.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. *In*: CFESS. **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2.ed. São Paulo: Cortes, 2008.

BEHRING, E. R. Fundamentos de Política Social. *In*: CFESS;ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CFESS;ABEPSS, 2009, p. 01-27.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas, Florianópolis**, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 fev. de 2020.

BRASIL. **V Pesquisa Nacional de perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) das IFES – 2018**. Brasília: ANDIFES, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da educação superior e profissional e tecnológica: mais formação e oportunidades para os brasileiros**, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf. Acesso em: 22 jan. 2012.

BRASIL. Relatório – Tomo I – Parte II – **Ditadura e homossexualidade**: iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. São Paulo: Comissão da Verdade, 2014.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

BUTLER, J. P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**, v.42, p. 249-274, jan./jun. 2014.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. Política de expansão da educação superior no Brasil: o Prouni e o Fies como financiadores do setor privado. **Educação em Revista**, v. 32, n. 4, p. 49-72, out./dez. 2016

COWAN, B. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R. (org.). **Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Paulo: EdUFSCar, 2021.

CUNHA, L. A. Ensino Superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E.; FARIA FILHO, L.; VEIGA, C. (org.), **500 anos de educação no Brasil**, Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DUARTE, J. B. 2017. **Entre os estigmas e a desconstrução: reflexões sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e a identidade de gênero de travestis e de transexuais**. 2017. 197 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

DUARTE, João. **Diário do Nordeste**, 28 jan. de 2021. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/no-dia-da-visibilidade-pessoas-trans-relatam-desafios-e-orgulho-de-conquistas-nas-universidades-1.3039764>. Acesso em: 25 abr. de 2023.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Educação Superior, pública e privada (1808 – 2000). In: SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin (org.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cad. Ael**, v. 10, n. 18/19, p. 83-123, 2003.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12.ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 7-25.

FERREIRA, S. Reformas da educação superior: de FHC a Dilma Rousseff. **Linhas Críticas**, n. 36, p. 455-472, maio/ago. 2012.

FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A.; DAFLON, V. T.; VENTURINI, A.C. **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018.

FGV. **A escalada da desigualdade**: qual foi o impacto da crise sobre distribuição de renda e pobreza? Rio de Janeiro: FGV Social, 2019. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/RESUMO-A-Escalada-da-Desigualdade-Marcelo-Neri-FGV-Social-com-posfacio.pdf> . Acesso em: 28 de jul. de 2020.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade**: a vontade do saber. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GISI, Maria Lourdes. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 17, p. 1-16, jan./abr. 2006.

GREEN, J. N. O grupo SOMOS, a esquerda e a resistência à ditadura. *In*: GREEN, J. N.; QUINALHA, R. (org.). **Ditadura e homossexualidade**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Paulo: EdUFSCar, 2021.

GUIMARÃES NETO, R. B. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. *In*: LAVERDI, R.; *et al.* (org.). **História Oral, desigualdades e diferenças**. Editora UFPE e EdUFSC, 2011.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos Cebrap**, n. 86, mar. 2010.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **Interfacehs**, v. 2, n. 4, p. 1-30, ago. 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 2004.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 19 de mar. de 2023.

JUCÁ, G. N. M., **A oralidade dos velhos na Polifonia Urbana**. Fortaleza: Imprensa Universitária, UFC, 2003.

LACERDA, M. C. de; ALMEIDA, G. Exclusão “da” e “na” educação superior: os desafios de acesso e permanência para a população trans. **Em Pauta**, v. 19, n 47, p. 232-247, 2021.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução: Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LARA, R. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 73-82, 2007.

LOZANO, J. E. A. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MACÁRIO, E. O público e o privado na evolução do ensino superior brasileiro. In: SEMINÁRIO CETROS, 6., 2018, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: UECE. p. 01-15.

MACRAE, E. **A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”**. Salvador: EDUFBA, 2018.

MEDEIROS, Richelly Barbosa de. **Educação superior e sistema de cotas: a trajetória acadêmica de estudantes negros/as da Universidade Federal do Ceará (UFC)**. 2017. Dissertação. (Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social). Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, 2017.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 13. ed. São Paulo: HUCITEC Editora, 2013.

MINAYO, M. C. de S.; GUERRIERO, I. C. Z. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 4, p. 1103-1112, 2014.

MISKOLCI, R. **Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

MONT`ALVÃO NETO, A. L. Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982-2010. **Educ. Soc.**, v. 35, n. 127, p. 417-441, abr./jun. 2014.

MONTEIRO, Anielle Oliveira; LAZZETTI, Brume Dezembro; MELO, Gabriela; BARBABELA, Pedro. (org.). **Manual de implementação de ações afirmativas para pessoas trans na pós-graduação**. [S.l.: s.n.], 2020.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**. São Paulo, n. 11, p. 95-96, 2000.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 17.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NOGUEIRA, L.; PEREIRA, M.; TOITIO, R. **O Brasil fora do armário: diversidade sexual, gênero e lutas sociais**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

NOGUEIRA, L. BEZERRA, L. Relações patriarcais de gênero e formação econômico-brasileira: pressupostos e fundamentos. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 2, p. 151-169, ago./dez. 2018.

PAULA, Isadora. Há três anos, Dandara dos Santos era torturada e morta em rua de Fortaleza. *O Povo*, Fortaleza, 15 fev. 2020. Notícia. Disponível em: povo.com.br/noticias/fortaleza/2020/02/15/ha-tres-anos--dandara-dos-santos-era-torturada-e-morta-em-rua-de-fortaleza.html. Acesso: 30 maio de 2020.

OSTERNE, M. do S. F. Controvérsias paradigmáticas nas Ciências Sociais. *In*: ARCOVERDE, A. C. B. (org.). **Metodologias qualitativas de pesquisa em Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

OSTERNE, M. do S. F. **Família, pobreza e gênero: o lugar de dominação masculina**. Fortaleza: EDUECE, 2001.

PELÚCIO, L. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PISCITELLI, A. Re-criando a (categoria) mulher? In: PISCITELLI, A.; GOLDANI, A. M. (Orgs.). A prática feminista e o conceito de gênero. **Textos Didáticos**, n. 48, p. 7-38, nov. 2002

RIBEIRO, J. K. A.; ALMEIDA, G. S. de; De quem é o corpo que compõe a força de trabalho? Reflexões sobre trabalhadoras/es trans no contexto da COVID-19. **Trabalho Necessário**, v. 19, n. 38, p. 152-175, jan./abr. 2021.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento; Justificando, 2017.

RODRIGUES, J. C., Um lampião iluminando esquinas da ditadura. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R. (ORGs.). **Ditadura e homossexualidade:** repressão, resistência e a busca da verdade. São Paulo: EdUFSCar, 2021.

ROJAS, J. E. A. O indizível e o dizível na história oral. In: MARTINELLI, M. L. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa:** um instigante desafio. 2.ed. São Paulo: Veras Editora, 1999.

ROSSI, P.; OLIVEIRA, A. L. M. de; ARANTES, F.; DWECK, E. Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil. **Educ. Soc.**, v. 40, 2019.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. **Ontogênese e filogênese do gênero:** ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Flacso-Brasil, 2009.

SALLUM JÚNIOR, B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, v. 12, n. 2, p. 23-47, out. 1999.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set/dez. 2008.

SAVIANI, D. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Poiesis Pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez. 2010.

SAVIANI, D. A política educacional no Brasil após a ditadura militar. **Rev. Histedbr online**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 291-304, abr./jun, 2018.

SIMÕES, J. A.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris:** do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SCHMIDT, B. B. Do que falamos quando empregamos o termo “subjetividade” na prática da história oral? In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL: DESIGUALDADES E DIFERENÇAS, 5, 2009, Marechal Cândido Rondon. Anais... Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p. 5-22, jul/dez/., 1990.

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Educ. Soc.**, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4.ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TOITIO, R. D. **Apontamento sobre sexualidade e a consubstancialidade das relações de poder**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis: [s.n.], 2013.

VIANNA, M. de A. G. A preocupação do movimento operário com a educação. **Perspectiva**, v. 26, n. 1, p. 253-272, jan./jun. 2008.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA COLABORADORES/AS/XS DO TRANSPASSANDO

1. PERFIL DO/A ENTREVISTADO/A:

Nome social:

Identidade de gênero:

Idade:

Raça/etnia/cor:

Qual a sua formação profissional?

Qual a sua titulação?

() Ensino superior incompleto () Ensino superior completo () Mestrado incompleto

() Mestrado completo () Doutorado incompleto () Doutorado completo

Está vinculado a alguma instituição federal ou estadual pública de ensino superior?

Se sim, qual?

Qual o seu tipo de vínculo?

() Estudante de graduação () Estudante de pós-graduação () Professor/a/x substituto/a/x () Professor/a/x efetivo/a/x

Qual função exerce no coletivo Transpassando?

2. SOBRE O COLETIVO TRANSPASSANDO

2.1 Como você conheceu o coletivo Transpassando?

2.2 Há quanto tempo você está inserido/a/x como colaborador/a/x a do coletivo? De qual projeto participa?

2.3 Quais os princípios centrais do coletivo?

2.4 Como você identifica o perfil socioeconômico e étnico-racial de alunos/as/xs que participam do curso para o Enem do Transpassando?

2.5 Qual a importância do Transpassando para o combate à Transfobia na universidade?

2.6 Quais os tipos de violência mais frequentes observados por você que potencializam a transfobia no ambiente universitário?

3. SOBRE EDUCAÇÃO

3.1 Qual o significado do acesso de pessoas transgêneras e de travestis ao ensino superior?

3.2 Quais as principais dificuldades de operacionalização do Transpassando?

3.3 Quais os incentivos/auxílios oferecidos pela Universidade Estadual do Ceará para a manutenção das atividades do coletivo Transpassando?

3.4 Como você observa os avanços do conservadorismo em relação às discussões de gênero no meio universitário/acadêmico?

4. SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE

4.1 Como você observa LGBTQIA+fobia na sociedade brasileira?

4.2 Você já sofreu algum tipo de preconceito ou assédio relacionado a sua identidade de gênero?

4.3 Por que o estudo de gênero e sexualidades se faz necessário nas escolas e universidades brasileiras?

4.4 Quais os principais fatores que você identifica que dificultam o acesso da população LGBTQIA+ ao ensino superior?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA ESTUDANTES CURSO PREPARATÓRIO PARA O ENEM DO TRANSPASSANDO

1. PERFIL DO/A ENTREVISTADO/A:

Nome social:

Identidade de gênero:

Idade:

Raça/etnia/cor:

Escolaridade:

Exerce algum tipo de trabalho? () não () sim

Se não, há quanto tempo está desempregado/a/e?

Se sim: () formal (com vínculo empregatício) () informal (sem vínculo empregatício)

Tempo de trabalho:

Qual função exerce? _____

Renda aproximada: () ½ a 1 SM () acima de 1SM a 2SM () acima de 2SM a 3SM () acima de 3SM

Caso não esteja exercendo atividade remunerada ou trabalho informal atualmente, Já trabalhou de carteira assinada? Se sim: Em que função? Por quanto tempo?

2. SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO E AS SEXUALIDADES:

2.1 O que você entende por relações de gênero e sexualidades?

2.2 Já sofreu algum tipo de violência em razão da sua identidade de gênero e/ou sexualidade?

2.3 Como você analisa as causas dessa violência?

2.4 Participa de alguma organização política? Se não, conhece alguma organização deste tipo?

2.5 Utiliza a rede pública de saúde para acesso aos processos de cuidado com a sua saúde?

2.6 Enfrenta dificuldades de encontrar trabalhos que respeitem a sua identidade de gênero?

2.7 Você acredita que a LGBTQIAfobia é causada, dentre outros fatores, por estruturas como o patriarcado?

3. SOBRE EDUCAÇÃO E SOBRE O COLETIVO TRANSPASSANDO:

3.1 Como se deu a sua trajetória na escola, nos ensinos fundamental e médio?

3.2 Quais os tipos de violência mais frequentes que sofria no ambiente escolar?

- 3.3 Durante o período escolar recebeu apoio do corpo docente (professores/as, diretores/as) e de funcionários/as da escola para denunciar/enfrentar/combater a transfobia vivenciada?
- 3.4 Como os/as professores/as lidavam com a temática de gênero e sexualidades na sua escola?
- 3.5 Como você conheceu o coletivo Transpassando? Há/ Por quanto tempo faz/ fez parte dele?
- 3.6 Na sua opinião, quais as principais dificuldades de operacionalização do Transpassando?
- 3.7 O que o Transpassando representa para você?
- 3.8 Qual o significado do acesso ao ensino superior para você?
- 3.9 Quais os principais fatores que você identifica que dificultam o acesso da população LGBTQIA+ ao ensino superior?

APENDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O(A) Sr.(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa cujo tema é **“Os desafios e possibilidades de acesso a Universidades Públicas para travestis e pessoas transgêneras a partir da experiência do projeto/coletivo Transpassando”**, que tem por objetivo compreender o significado do acesso ao ensino superior para travestis e pessoas transgêneras que frequentam o programa preparatório para o Enem Transpassando. Como objetivos específicos pretendemos traçar o perfil étnico e socioeconômico do referido público que cursa o programa preparatório; investigar como se deu a trajetória de travestis e pessoas transgêneras do Transpassando no sistema formal de educação básica; analisar os princípios que orientaram a criação e a execução do preparatório para o Enem do Transpassando.

Utilizaremos como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada, que poderá ser gravada se o(a) Sr.(a) concordar.

Dessa forma, pedimos a sua colaboração, com a garantia de que a pesquisa não trará nenhuma forma de prejuízo, dano ou transtorno para aqueles(as) que participarem. Vale lembrar que sua participação é voluntária e o(a) Sr.(a) poderá a qualquer momento deixar de participar, sem perdas ou danos. Comprometemo-nos a utilizar os dados coletados somente para a pesquisa e os resultados poderão ser veiculados através de artigos científicos e revistas especializadas e/ou encontros científicos e congressos, sempre resguardando sua identificação e a ética na pesquisa.

Ressaltamos que este estudo é vinculado ao doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), localizado na rua Waldery Uchoa, 1 – Benfica, CEP 60020 -110, Fortaleza-CE, fone: (85) 33667679.

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido terá duas vias, uma delas ficará com o pesquisador e a outra com o(a) Sr(a), participante. Caso necessite de esclarecimentos ou tenha dúvidas sobre este estudo, você poderá entrar em contato com as/os responsáveis: Jessyca Barbosa Duarte, fone: (85) 985199792/ E-mail: jessycassce@gmail.com e Gisafran Nazareno Mota Jucá, E-mail: gisafranjuca@gmail.com.

Eu _____
RG _____ confirmo que Jessyca Barbosa Duarte explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. As alternativas para minha participação também foram discutidas. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para colaborar como voluntário(a) desta pesquisa.

Fortaleza-CE, _____ de _____ 2021.

(Assinatura do(a) voluntário(a))

(Assinatura da pesquisadora)